

# **(DES)RURALIZAÇÃO**

(IN)DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE RURAL

Nome:  
Lia Joana Pacheco Janela

Orientador:  
Professor Doutor Álvaro António Gomes Domingues

Dissertação de Mestrado em Arquitectura  
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto  
2012/2013





*Como dizem Hervieu & Viard (2001), a cidade e o campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza. (VEIGA, 2004,p.58)*

ÍNDICE

Agradecimentos

Resumo / Abstract / Résumé

01\_INTRODUÇÃO

23\_ DICOTOMIA APARENTEMENTE SIMBIÓTICA ENTRE TIPOS IDEAIS

- 26\_ 1ª Revolução urbana
- 28\_ Dicotomia aparentemente simbiótica entre tipos ideais
- 31\_ Arquitectura vernacular de Barcel

45\_ DICOTOMIA ASSIMÉTRICA

- 49\_ 2ª Revolução Urbana
- 52\_ Urbanismo
- 56\_ Dicotomia Industrial
- 58\_ Dicotomia Moderna
- 63\_ Arquitectura Moderna de Barcel

75\_ DICOTOMIA DIFUSA

- 81\_(Re)nascimento do rural
- 84\_3ª Revolução Urbana
- 88\_(Des)Ruralização
- 95\_ Dicotomia Difusa
- 99\_ Arquitectura Difusa de Barcel
  - 103\_ Explosão construtiva da década de 70/80
  - 123\_ Inversão construtiva de 90/2000/2010 - Novo Paradigma

135\_ NOVO PARADIGMA DA ARQUITECTURA RURAL - Considerações finais

153\_ BIBLIOGRAFIA

158\_ ANEXOS

161\_ POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO RURAL PORTUGUÊS E EUROPEU

- 163\_ Portugal último país rural
- 172\_ Epogeu e Declínio
- 178\_ Política Agrícola Comum

191\_ NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO

- 193\_ Novo Paradigma de desenvolvimento
- 197\_ Novo Paradigma de Desenvolvimento Rural
- 205\_ Fragilidade, Potencialidades e Desafios do Rural de Baixa densidade
  - 205\_ Desertificação
  - 214\_ Polos de Desenvolvimento Rural
  - 229\_ Policentrismo
  - 234\_ Proximidade aos Centros urbanos
  - 238\_ Nova Cultural Territorial
  - 241\_ Contínium Territorial

245\_ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas  
que de alguma forma me apoiaram  
e contribuíram para a minha formação académica e pessoal,  
em particular:  
aos meus pais, irmão e amigos;  
ao professor Doutor Álvaro António Gomes Domingues;  
e aos habitantes de Barcel  
que amavelmente me acolheram e ajudaram na recolha de dados.

RESUMO / ABSTRACT / RÉSUMÉ

A humanidade está a passar por um novo ciclo de reestruturação revolucionária a nível global. Vive-se num ambiente de progresso tão marcante e distinto das eras anteriores que, sob o impulso de incríveis capacidades e potencialidades de mobilidade e relação, remodela profunda e aceleradamente as principais bases materiais da sociedade. Transformam-se radicalmente os modos de existir, de estar, de relacionar e de habitar dos diversos actores e instituições da sociedade, segundo novas referências culturais, novos hábitos e formas de consumo, que se exprimem directamente no modo de produzir e estruturar o território. A variedade e novidade desta reestruturação é tão grande e imprevisível, que se torna impossível compreender o espaço geográfico e sua arquitectura, segundo formas, conceitos e significados tradicionais. O espaço torna-se *liso* sem fronteiras. As culturas misturam-se e a sua leitura, como uma sequência de binómios conceptuais, harmoniosamente solidificados pela sua longa história, perde inteligibilidade e aplicabilidade no ordenamento que se quer cada vez mais *continuum* e respeitador da localidade.

O tema resulta de uma vontade pessoal de conhecer o contexto da ruralidade portuguesa que desafia os arquitectos contemporâneos, não só nas potencialidades por desabrochar, como também nas fraquezas a abolir ou, na pior das hipóteses, a contornar. Propomo-nos analisar o seu suporte físico, evidenciar transformações e formas de ocupação do espaço, transcrever realidades, reconhecer consequências e readaptar conceitos antigos e antagónicos, cujos limites rígidos, que se encontram hoje desfocados, são actualmente vistos como *factor de bloqueamento*, barreira ao desenvolvimento da sociedade dita pós-moderna.

Partindo de uma análise da Freguesia de Barcel e de uma constatação evidente do desajuste entre a realidade e a terminologia contemporânea, nomeadamente o conceito de *rural* e sua *arquitectura popular*, demos início à investigação sobre o propósito, a veracidade e a coerência da sua utilização nos estudos e projectos territoriais e arquitetónicos contemporâneos, usando, sempre que necessário, a referência ao seu natural opositor epistemológico, o conceito de *urbano* e sua *arquitectura erudita*. A história desta dicotomia perfeitamente delineada noutros tempos, que constitui no fundo a base da sua existência, vai ser o ponto de partida do presente trabalho, requerendo num segundo momento, para a averiguação da veracidade e empregabilidade produtiva de sua utilização contemporânea, a compreensão de um



novo paradigma de desenvolvimento, não só territorial como arquitetónico, respeitador dos *sonhos* e economias da comunidade e do indivíduo, sonhos cada vez mais diversos e específicos, mas também *homogéneos*, no que respeita a parâmetros globais de mobilidade, acessibilidade, conforto, bem-estar, saúde e segurança.

Barcel | Rural | Arquitectura | Popular | Vernacular | Moderna | Difusa | Desenvolvimento

Mankind is currently undergoing a new cycle of revolutionary restructuring in a global scale. We now live in an environment of progress so striking and distinct from previous eras that, under the impulse of the incredible capabilities e means of mobility and relations, deeply and quickly reshaped society's main material basis. The ways of living, being, relating and inhabiting of the various actors and institutions of society are transformed radically by new cultural references, new habits and forms of consumption that firm their place in the production and structure of the territory. The variety and novelty of this restructure is so massive and unpredictable that makes it impossible to comprehend the geographic space and its architecture according to forms, concepts and traditional meanings. The space becomes plain with no borders. Cultures mingle and its interpretation like a sequence of binomial concepts perfectly solidified by its long history loses intelligibility and applicability in the land that increasingly needs to have a continuum and respect for the locality.

The issue at hand stems from a personal desire to understand the context of the Portuguese rurality that defies the contemporary architects not only in the blossoming potential but also in the weaknesses to abolish or, at worst, to circumvent. We will analyse the physical support, highlighting changes and ways of occupying the space, transcribing realities, recognizing consequences and readapting old and antagonistic concepts, whose strict limits that are blurred today, are currently seen as a blocking factor, a barrier of the development of postmodern society.

Based on the analysis of the Town of Barcel and to an observable evident mismatch between reality and contemporary terminology, namely the concept of “rural” and its popular architecture, we initiated the research on purpose, accuracy and consistency of their use in studies and contemporary architectural and territorial projects by using, when appropriate, a reference to its natural epistemological opponent, the concept of “urban” and its classical architecture. The history of this dichotomy perfectly delineated in other times which is the basis of its existence will be the starting point of this work, requiring in a second term, in order to investigate the productive veracity and employability of its contemporary using, the understanding of a new development paradigm, not only territorial but also architectural, respectful of the dreams and the economy of the community and the individual; these dreams are increasingly more diverse and specific, but also homogeneous in what

concerns the global parameters of mobility, accessibility, comfort, well-being, health and safety.

Barcel | Rural | Arquitectura | Popular | Vernacular | Modern| Diffuse | Development

L’humanité est en train de vivre un nouveau cycle de restructuration révolutionnaire au plan global. On vit une ambiance de progrès si marquante et distincte vis-à-vis des phases antérieures, qui, sous l’impulsion d’incroyables potentialités de mobilité et de relation, reformule profondément, et de façon accélérée, les principales bases matérielles de la société. Les façons d’être, d’exister, d’établir relation et d’habiter des différents acteurs et institutions se transforment radicalement, selon de nouvelles références culturelles, nouvelles habitudes et formes de consommation, qui s’expriment directement dans la façon de produire et de structurer le territoire. La variété et la nouveauté de cette restructuration sont si grandes et si imprévisibles, qu’il devient impossible comprendre l’espace géographique et son architecture, selon des formes, concepts et significations traditionnelles. L’espace devient plat, sans frontières. Les cultures se mélangent et leur lecture, comme une séquence de binômes conceptuels, harmonieusement solidifiés par sa longue histoire, perd de l’intelligibilité et de l’applicabilité dans la structuration qu’on veut chaque fois plus continuum et respectueux de la localité.

Ce thème résulte d’une volonté personnelle de connaître le contexte de la ruralité portugaise qui défie les architectes contemporains, pas seulement dans les potentialités à épanouir, mais aussi dans les faiblesse à éliminer ou, dans la pire hypothèse, a contourner. Nous nous proposons d’analyser son support physique, rehausser les transformations et les formes d’occupation de l’espace, transcrire les réalités, connaître les conséquences et réadapter les concepts anciens et antagoniques, dont les limites rigides qui, à nos jours devenus flous, sont actuellement vus comme facteurs de blocage, une barrière au développement de la société dite post moderne.

En partant d’une analyse du village de Barcel et de la constatation évidente de la différence entre la réalité et la terminologie contemporaine, notamment le concept de rural, e de son architecture populaire, nous avons entamé l’investigation du propos, de la véracité et de la cohérence de son utilisation dans les études et les projets territoriaux et architectoniques contemporains, en utilisant, chaque fois que ça s’avèrera nécessaire, la référence à son opposé épistémologique, le concept d’urbain et sa architecture érudite. L’histoire de cette dichotomie, parfaitement tracée dans d’autres temps, qui, au fond, constitue la base de sons existence, sera le point de départ de ce travail-ci, en prétendant, par la suite, pour la vérification de la véracité e de l’employabilité productive de son utilisation contemporaine, la compréhension d’un

nouveau paradigme de développement, non seulement territorial mais aussi architectonique, respectueux des rêves et des économies de la communauté et de l'individu, rêves chaque fois plus différents et spécifiques, mais aussi homogènes, en ce qui concerne les paramètres globaux de mobilité, d'accessibilité, de confort, de bien-être, de santé et de sécurité.

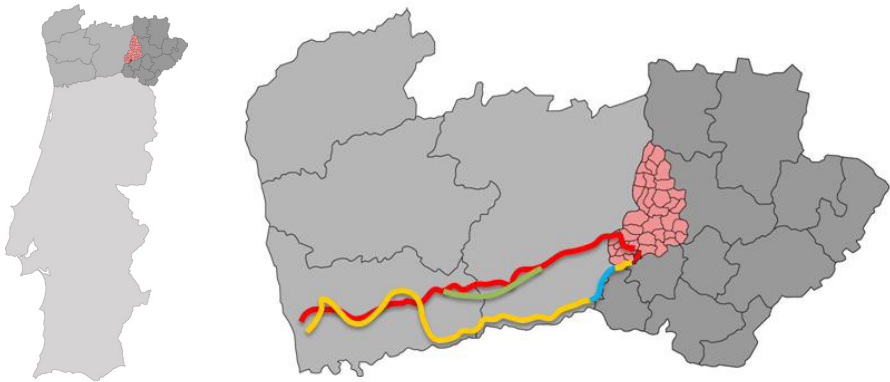
Barcel | Rural | Architecture | Populaire | Vernaculaire | Moderne | Doux | Développement

INTRODUÇÃO



Fig. 1 - Paisagem do Tua (foto do autor)

A freguesia de Barcel, é considerada como rural pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012), localiza-se na margem direita do rio Tua (lado norte), no sudoeste do concelho de Mirandela e do distrito de Bragança, e no coração da região do Nordeste de Portugal ou Nordeste Transmontano, um exemplo claro da *Terra Quente*, seca e de climas extremos. Barcel fica inserido numa região xistosa, ladeado a Sul pelo rio Tua e, nos outros lados por um complexo montanhoso de cerros e colinas (Cabeço do Gordo, Cabeço do Moinho, Alto dos Cavaleiros, Alto da Liceira). Para se chegar a Barcel, pela IP4 e caminhos do fim do mundo, de curva e contra-curva, demora-se à vontade, para quem vem do Porto, 2:00h. Tempo que irá reduzir sensivelmente com a reestruturação da A4 e o túnel do Marão. A distância à sede de concelho é de 20 km e à sede de distrito é de 90 km, o que significa sensivelmente 30 min e 1:10h de viagem, respectivamente.



Figs. 2 e 3 - Mapas de localização de Barcel e caminhos possíveis do Porto - com a sinalização da IP4 - a vermelho- do túnel do Marão -a verde- da linha de comboio - a amarelo- e o percurso de barco -a azul (imagem do autor)



Poderíamos em tempos chegar de comboio, pela linha do vale do Tua, e apreciar em cada viagem e estação, cores e texturas completamente diferentes, ora dos campos de oliveiras, ora das amendoeiras em flor, ora das fileiras de vinhas ou dos campos de trigo e de centeio, que, segundo os que por lá moram, outrora dominavam o vale e a sua paisagem, em jeito de fartura.

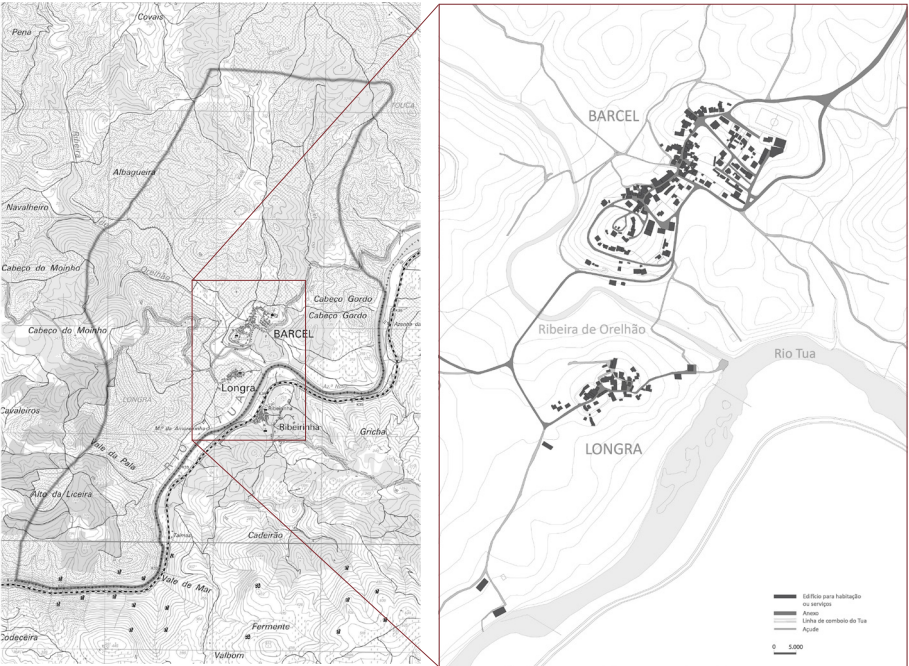
*No tal país rural, a dominância da actividade agrícola e a forma extensiva como essas actividades ocupam e modelam o território, transformou os agricultores numa espécie de ‘jardineiros da paisagem’.* (DOMINGUES, 2009, p. 25)

Mas, devido à barragem que irá nascer na foz do rio, que implica um corte da linha (da foz do Tua até Brunheda), essa viagem não se poderá fazer jamais na totalidade, e permanecerá para sempre na minha memória. A nova barragem, aprovada pela UNESCO, que irá obrigar a viagens tetrapartidas entre o Porto e Mirandela (comboio até ao Tua, elevador na barragem, barco até brunheda e comboio até Mirandela), levantou grande controvérsia sobre a sua verdadeira necessidade e produtividade<sup>1</sup>. A construção da barragem do Tua gera ainda hoje debate aceso, não só a nível nacional mas principalmente local, existindo quem apoie este investimento, advertindo a sua mais-valia para a economia local, quem se lamurie quanto ao transtorno da nova viagem e quem defenda afincadamente, que não haverá retorno que compense a comunidade transmontana, de todo um troço ambiental aniquilado, de território e paisagem típica, propensa não só à prática qualificada da agricultura como ao desenvolvimento de turismo nas margens do vale.



Figs. 4 e 5 - Paisagem do Tua<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Os filmes-manifesto *Pare, Escute e Olhe*, de Jorge Pelicano e *pelo nosso tua* de Luísa Sobral são um bom exemplo do desagrado sobre este projecto.  
<sup>2</sup> <http://alinhaetua.blogspot.com>



Figs. 6 a 8 - Aldeia de Barcel e o lugar da Longra (foto do autor). Imagem, mapa militar e planta da freguesia de Barcel (imagens do autor)

A freguesia de Barcel engloba dois pequenos aglomerados: a aldeia do mesmo nome e o lugar da Longra, mais a Sul, junto ao rio Tua. Aglomerados que apenas separados pela Ribeira de Orelhão, se distanciam pela estrada quase 1 km. Assentamentos, tipicamente (des)concentrados em volta de duas ruas principais, ora de casas novas que reflectem as vidas de quem é muito viajado e está sempre a par das novas tecnologias, ora de casas velhas e/ou em ruínas, que nos dão a ideia de como seria a velha vida dos *camponeses*.

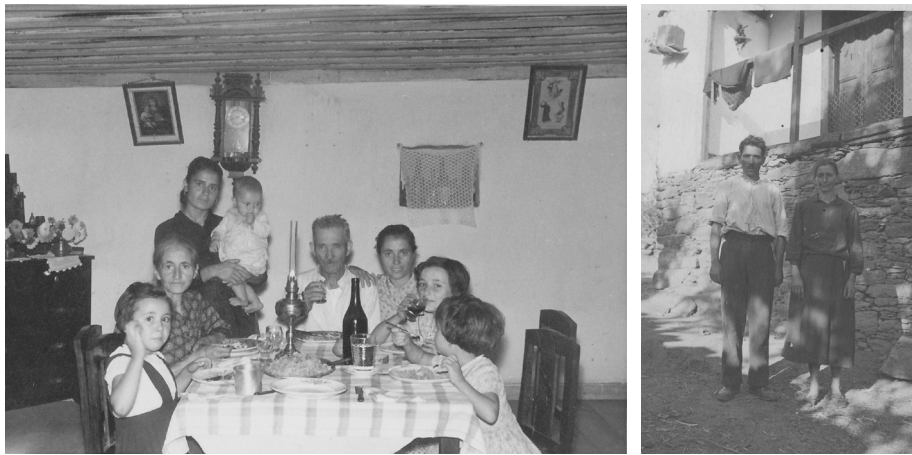
Aglomerados pequenos que prolongam o seu domínio pela vastidão dos campos, através de planos sólidos e maciços de pedra muito bem emparelhada. Muros de xisto que torneiam as curvas e contracurvas dos caminhos envolventes, e que, em continuidade com as fachadas dos edifícios mais antigos e sua vedação, nos levam facilmente a imaginar a homogeneidade (dentro da diversidade) das construções de outrora.





Figs. 9 a 11 (de cima para baixo) - Rua do cruzeiro - Barcel. Rua Álvaro de Abreu - Longra (fotos do autor)

Em conversa com a população local, apercebemo-nos que o povo de Barcel, era o exemplo típico de sociedade agrícola e tradicional, que vivia em comunhão com a Natureza e oração com Deus, e que conservava sabiamente o legado da tradição e do espírito da Pátria. Símbolo de honestidade, simplicidade e de laços fortes com a família e vizinhança, mas, ao contrário do que a romântica trilogia de Salazar *Deus, Pátria a Família* pudesse simbolizar, estas famílias camponesas, sem instrução e indefesas sob a indiferença dos ricos,



Figs. 12 e 13 - Família de João Crisóstomo Alves e Maria Cândida Ribeiro (fotos cedidas por Maria Cruz)

paralisadas perante os temores e calamidades naturais (seca chuva intensa, pragas), enfrentaram uma realidade de pobreza, miséria e fome muito acentuada. Orgulhosos da sua nova vida, fica a ideia de tempos duros de luta pela sobrevivência, em que dominava o sentido de honra e de respeito por quem manda e pode.

*No início dos anos 40, com o Salazar ‘orgulhosamente só’ no meio de uma Europa em guerra, o Portugal da miséria era retratado como um éden, uma terra ‘à beira mar plantada’, um país de tradições, ‘de brandos costumes’, marcado pela presença forte de uma realidade que permanecia na escassez dos seus recursos, e na memória de uma história de heróis e de feitos gloriosos. Portugal era o país do povo que trabalhava cantando, alegre ou triste, pobre mas respeitador, cioso das suas tradições, de uma inabalável fé cristã das romarias, das procissões da Senhora d’Agonia e também dos Entrudos, das Encomendações das Almas e de outras aquarelas dos trabalhos e dos dias.* (DOMINGUES, 2009, p.17)



Fig. 14 - Antiga pensão, situado à entrada da aldeia - Barcel (foto do autor)

Mas nem sempre foram expressões amargas, as que captei na conversa, agora partilhada por muitos que se iam aglomerando à medida que passavam. Querendo partilhar suas peripécias de vida, iam-se atropelando, e, por vezes, contradizendo, nas memórias saudosas dos tempos áureos em que a aldeia se enchia de gente vinda do exterior. Barcel era um povoado muito requisitado e festivo, local de passagem e de abrigo para os peregrinos a caminho do Santuário de Sra Assunção (a 14 Km) e para os jovens que ajudavam nas ceifas, nas apanhas da azeitona e nas vindimas, que pernoitavam na *pensão*, ou quando a procura era muita, em estábulos ou em espaços dedicados à guarda dos cereais.

Nesses períodos, a aldeia transformava-se e *todas as noites havia bailes ao som de concertinas e em torno de enorme fogueira, que ultrapassava o telhado das casas*. Encontros e desencontros que proporcionavam o aparecimento de namoros com as raparigas da aldeia que, depois de casadas, se ausentavam na sua maioria, para a terra do marido.

Emigração no Concelho de Mirandela de 1953 A 1967		
Brasil	França	Total
2.219	827	2.926

Fig. 15 - Tabela relativa à imigração no Concelho de Mirandela (REIS, 1968, cit por VISEU, 2007,p.470)

Mas os que não se resignaram perante um fado de submissão às classes superiores e divinas, quebraram as amarras à terra natal e emigraram para as cidades estrangeiras e nacionais, em busca de melhores condições de vida.

O primeiro grande surto de emigração foi em inícios da década de cinquenta e, em sintonia com o resto da região, grande número de famílias escolheu o Brasil e a França como destino de eleição, e nem todos seguiram o caminho da agricultura nas novas cidades ou países de acolhimento, havendo mulheres a desempenhar funções de empregadas domésticas e os homens na construção civil. Mais tarde, em meados da mesma década e inícios da década de 60, mais dois grandes grupos partiram, ora para Moçambique, onde os mais velhos se fixaram em colonatos (aldeias de colonos que trabalhavam na agricultura) e os mais novos em cidades noutros serviços, ora para Angola, para os arredores de Luanda, onde os homens mais velhos foram mais uma vez direccionados para trabalhar nas plantações, as mulheres nas tarefas domésticas, e os mais novos maioritariamente no comércio ou pequenas fábricas fixadas nos arredores das cidades.

Evolução Populacional e Habitacional de Barcel					Retornados à aldeia de Barcel na década de 70 (ainda vivos)	
Ano	1960	1970	1981	1991	Moçambique	
População	246	170	241	213	Angola	24
Fogos	61	72	74	102	França	3

Figs. 16 e 17 (da esq. para a dir.) - Tabela relativa à evolução populacional e habitacional de 80 a 91 (TAVARES, 1996, p.42) e tabela relativa aos retornados à aldeia de Barcel (dados recolhidos pelo autor em entrevistas aos habitantes de Barcel)

Em meados da década de 70, a aldeia recebe os primeiros retornados de Moçambique, (1972/73), e mais tarde os de Angola (74/75). Os jovens, que nasceram nas colónias, foram estudar ou trabalhar para as cidades (Mirandela, Porto e Lisboa), ou para outros países, onde acabam por se fixar e recomeçar as suas vidas, com serviços mais *nobres*, mais *urbanos*. Poucos são os que regressaram à aldeia, e menos ainda os que se mantém na aldeia e na prática agrícola. A grande maioria chegou nos finais da guerra, com poucos recursos, mas já com vistas alargadas e mentalidades modernas para novas profissões, diferentes da *lavoura de sol a sol*, que ainda perdurava e que fazem desaparecer (taxistas, comerciantes fixos ou ambulantes, construtores civis, serralheiros, padeiros e sapateiros).

A arte da pastorícia e agricultura torna-se cada vez mais escassa e está entregue, na sua maioria, a reformados que continuam, pela força do hábito ou como reforço de sua subsistência, a cuidar da vinha e do quintal de pequenas dimensões (com a excepção do olival, que, completamente dominado pelas três poderosas famílias referidas, ainda hoje domina na paisagem). Vai-se abandonando a agricultura produtiva e obrigando os jovens agricultores a deslocações frequentes à França, à Suíça, Espanha e Luxemburgo, para *as campanhas*, jovens cuja maioria acaba por se casar e formar família *lá fora*, e cujo regresso tende a ser cada vez menos frequente e por menos tempo.



Fig. 18 - Campo de pastagem - Longra (foto do autor)

Com os regressados das antigas colónias e dos *franceses*, rapidamente a aldeia se transforma e nascem os primeiros conjuntos de habitações novas. Casas confortáveis, *práticas* e de vários pisos que ostentam luxos dignos da cidade. Nasce o novo bairro, os cafés que também são mercearias e os estaleiros de construção civil, em vez das cortes, dos palheiros e dos *cabanais*, nascem as novas infra-estruturas (as estradas de alcatrão, os postes de electricidade, o saneamento, as antenas de radiodifusão), os novos materiais e



equipamentos (portas de alumínio em vez de madeira, fogão a gás em substituição ou em simbiose com o fogão a lenha, as antenas parabólicas, os sacos de plástico em vez dos cestos de vimes, os tratores e os adubos químicos muito mais eficazes que os carros de bois produzidos com madeira local, o estrume e o mato, etc.) e os novos serviços (distribuição móvel de pão, peixe, carne, etc., por vendedores ambulantes que diariamente percorrem os aglomerados rurais, em substituição do pão a lenha e da carne de porco e de javali que advinha das matanças e produções comunitárias), transportando com eles uma certa hibridez na paisagem, cada vez menos agrícola.



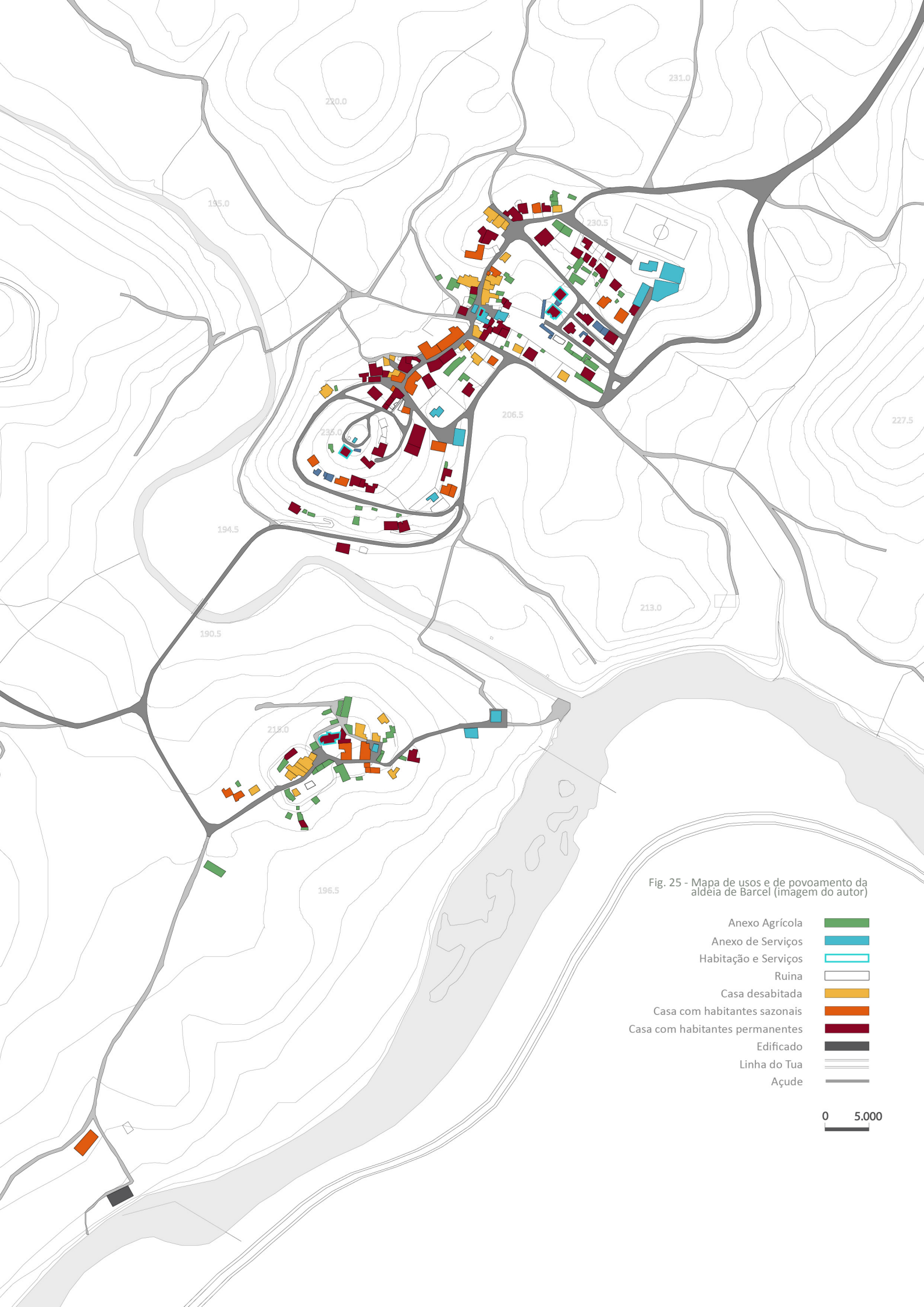
Figs. 19 a 24 - Novas habitações e novas actividades da população de Barcel (fotos do autor)

Uma transformação acelerada, sentida por todo o território transmontano, quer urbano quer rural, mas de uma forma mais *violenta* neste último, o suficiente para despertar consciências e críticas em volta da conservação do que seria o verdadeiro tradicional, rústico e vernacular, em vias de extinção.

*Não há paisagens para sempre, sobretudo neste país que é tão velho como os ‘egregios avós’ do Hino Nacional, que é lugar onde qualquer naco mínimo de terra foi remexido, cultivado, pastoreado, florestado, ardido. Até o mar foi ‘lavrado’, na expressão tradicional dos pescadores da Póvoa de Varzim, muito antes do frenesim das caravelas. O estranho disto tudo é pensar-se com demasiada frequência que a paisagem se pode congelar (como num retrato); é o lamento frequente das paisagens ‘estragadas’; das que perderam a ‘autenticidade’ ou que foram ‘abandonadas’. Estes adjectivos só podem vir de uma consciência individual ou colectiva a braços com algum complexo de identidade, com algum excesso de auto-estima ferida por um sentimento de perda e de mau luto por essa perda. Nos idos de sessenta, na força da emigração do país pobre para a Europa desenvolvida, lamentava-se o “feísmo” das casas ditas de emigrante e de supostas agressões à paisagem. No mínimo, era estranho pensar-se como, ao mesmo tempo, os emigrantes eram heróis nacionais (celebrados no Dia de Camões e das Comunidades...) porque as suas poupanças e remessas tapavam o défice das contas nacionais, e eram também criminosos (ou parolos, rústicos, ou novos-ricos) porque construíam casas que não repetiam os traços vernaculares. Paradoxal esta violência baseada no gosto...; afinal, vai-se a ver, e os emigrantes não tinham ido para Paris fazer um curso de estética, nem tinham regressado por razões de insucesso escolar. (DOMINGUES, 2009, p.21-22)*

Embora a paisagem seja predominantemente agrícola, a economia de Barcel já não se encontra assente na agricultura, e poucas alternativas se desenham aos que ainda trocam Barcel pela emigração. Esta situação não é exclusiva, mas verificada em toda uma região, o que contribui para prolongar o afastamento dos emigrantes, que ainda atraídos pela ideia de regresso a Portugal, implícito à partida, decidem esperar atingir a garantia de um rendimento estrangeiro que lhes dê meios suficientes de subsistência. Regresso dependente do desenrolar dos acontecimentos e das escolhas dos filhos, que intervém na complexidade dos critérios que definem as escolhas de sedentarização, sendo por eles muitas vezes desviada a implantação supostamente na aldeia natal para os arredores da cidade mais próxima, onde seja fácil o acesso a escolarização. Quando regressam, o seu investimento na agricultura, não vai ser por isso significativo. A idade e a necessidade são outras, o que restringe a sua funcionalidade a actividades de lazer, vinculada a uma memória viva de gostos e sabores bem apurados, que só se encontram na região.

*O último ciclo da emigração-retorno regista um saldo nitidamente negativo e o abandono aparece nos matos que vão ocupando os campos ou as pastagens que já ninguém usa. (DOMINGUES, 2009, p.26)*



Num passeio pela aldeia, acompanhada por gente da terra que me apresentava com orgulho as casas novas, agora grandes e luxuosas, rapidamente me apercebo que poucos são os que efectivamente lá moram. Das casas vazias, poucos pensam em voltar um dia, para gozar a velhice com uma boa reforma, embora nos que ficam, haja o desejo que eles regressem rapidamente.

Actividades económicas e locais de residência dos habitantes permanentes e sazonais (naturais de Barcel ou estrangeiros) e dos visitantes habituais de Barcel							
	To-tal	Empregados		Inválidos ou reformados		De-semp.	Es-tud
		Servi-ços	Agri-cult	Sem agricul-tura de subsis-tência	Com agri-cultura de subsis-tência		
Habitantes Naturais de Barcel com residência permanente	108	37 <sup>4</sup>	18	15	33	4	-
Habitantes naturais de Barcel com residência permanente no exterior <sup>5</sup>	143	32	24	21	-	4	2
Habitantes Naturais de Barcel com residência Sazonal no exterior <sup>6</sup>	38	5	27	2	-	-	4
Habitantes Naturais do exterior mas com residência fixa em Barcel <sup>7</sup>	8	-	-	6	4	-	-
Habitantes Naturais do exterior mas com residência permanente em Barcel	1	-	-	1	-	-	-

Fig. 26- Tabela relativa às actividades económicas e locais de residência (dados recolhidos pelo autor em entrevistas aos habitantes de Barcel, referente ao ano 2012)

4 Os serviços dos habitantes residentes naturais de Barcel, são referentes a Barcel (33 habitantes), a Mirandela (2) e ao Norte (2).

5 As residências permanentes no exterior dos habitantes naturais de Barcel estão espalhadas entre Portugal (25 Porto, 12 Lisboa, 3 Mirandela, 1 Contins, 1 em Felgueiras, 8 em Coimbra 1 em Faveiros, 1 em Guimarães e 2 em Aveiro) e pelo Mundo ( 53 França, 8 Suíça, 3 na Austrália, 6 Espanha, 2 em Luxemburgo, 4 Brasil, 1 América do Sul).

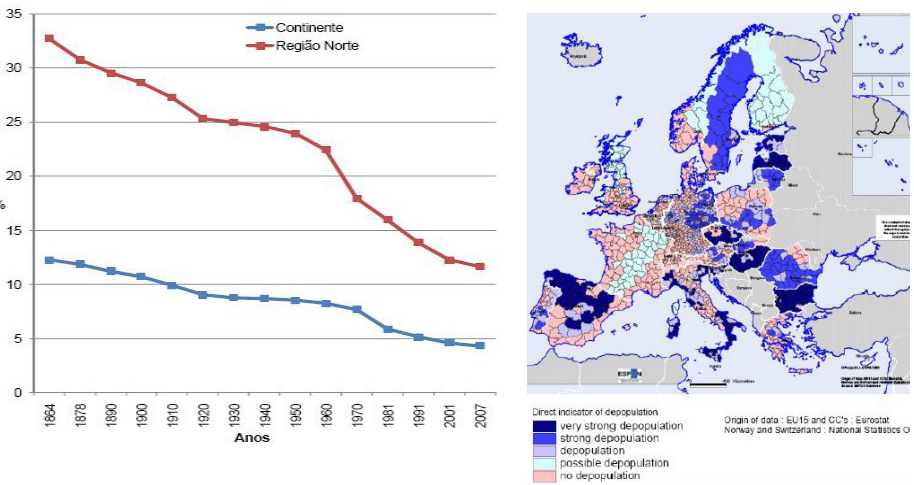
6 As residências sazonais no exterior dos habitantes naturais de Barcel variam entre Portugal (maioritariamente Porto, Mirandela, Lisboa) e pelo Mundo (maioritariamente Espanha, França e Suíça).

7 Habitantes Naturais e residentes do/no exterior mas com residência fixa em Barcel (nomeadamente Porto, Maia e Matosinhos), visitando aldeia sazonalmente.



Nos meses de verão, com o regresso dos filhos, mais propriamente em Agosto, quando da festa de S. Ciríaco (dia 8) e da romaria à Senhora da Assunção (dia15), a aldeia quase triplica a sua população. Enche-se novamente de vida e de gente, de netos e bisnetos, nas piscinas e no rio, agora com barcos insufláveis, jeeps e moto-quatros, para passear e apanhar sol. Regressam, mas muitos já completam as suas férias com uma visita ao Algarve, a Lisboa ou à terra da esposa. Além do verão, apenas em épocas festivas se sente nova enchente (no Natal, Pascoa, aniversários, casamentos, etc.), mas nada comparado com Agosto. Falta ainda referir aqueles que estão fora (Mirandela, Favaios, Coutins, Rego de Vide...), mas perto, e que, por motivos familiares, vem frequentemente ajudar em algumas tarefas, trazer as novidades agrícolas e levar produtos biológicos de primeira qualidade; e aqueles que sem ligação histórica ou familiar ao lugar, construíram casas para poder passar os fins-de-semana ou as férias longe da confusão da cidade.

Trás-os- Montes e Alto Douro é considerada uma das mais problemáticas regiões do país e da Europa, um claro exemplo de tendências regressivas a nível sócio-económico (CRISTÓVAO, et.al.1999, p.7), e Barcel como freguesia integrante não foge ao estigma. As tendências de crescimento sentidas pelo grande impulso das décadas de 60 e 70 (com o retorno dos que já tinham partido), são agora novamente invertidas, dada a quase inexistência de jovens que nascem e permanecem, o aumento de população não activa (que fica, volta ou se transfere para lá) e a predominância de economias dependentes do Estado social.



Figs. 27 e 28 (da esq. para a dir.) -Evolução da população residente em Trás-os-Montes e Alto Douro face ao Continente e à Região Norte (1864-2007) t de 1864 a 2007 (AZEVEDO, 2010, p.110). Indicador de despovoamento na “Europa 29” (ESPON, 2005a:163, in AZEVEDO, 2010, p.43)

A actividade agrícola, outrora rica e diversificada (*aveia, trigo, milho e especialmente o centeio, muito popular em tempos*), está reduzida a aveia para alimentação dos animais, mantendo-se a oliveira e a vinha (cultura subsidiada), além das culturas hortícolas, como principais orientadores da paisagem, mas longe de se tornarem a sua sustentação económica, sendo os serviços, muitos deles em sede urbana, o pilar desta e muitas das aldeias em seu redor. Não havendo revitalização da economia, se nada for feito entretanto, não será difícil prever um futuro, não tão longe assim, futuro incerto, entre o abandono, o regresso dos que já partiram, e o uso turístico de poucos que lá vão em busca do sossego e da paz que a freguesia ainda proporciona.

Actividade 2011						
Zona Geográfica	Activa	Empregados				Desempregados
		Total	Primário	Secundário	Terciário	
Portugal	5023367	4361187	133386	1154709	3073092	662180
Continente	4780963	4150252	121055	1115357	2913840	630711
Norte	1756065	1501883	43023	533848	925012	254182
Trás-os-Montes	77656	68441	7725	13567	47149	9215
Mirandela	9716	8535	909	1551	6075	1181

Densidade populacional		
Barcel	2001	2011
População residente	171	126
Famílias	65	58
Alojamentos	84	82
Edifícios	83	78
Densidade populacional	20 hab/km².	14.7 hab/km².
Taxa de actividade	32.7	29.4
Taxa de desemprego	25	5.4
Taxa de analfabetismo	18.13	16
Índice de envelhecimento	219,1	742,9

Figs. 29 e 30 (de cima para baixo) -Tabela relativa à actividade da população em 2011 e tabela relativa à densidade populacional de Barcel do ano de 2001/2011 (INE)

Barcel, outrora imagem mítica de um mundo de autenticidades, habitado por homens *francos* e respeitadores da tradição, *jardineiros de paisagens*, ricas e matizadas, está em risco de se perder, se é que já não está perdido.

Lá se vão as alheiras e as alcaparras, os enchidos e o presunto maravilhosos, a compota de tomate verde e o queijo corado, lá se vai a matança do porco e do javali, e, se não se fizer nada para evitar, também irão as casas tradicionais e o forno comunitário, as duas azenhas, o lagar e o alambique agora em desuso, e a extensa horta comunitária situada no vale, já praticamente abandonada.



Figs. 31 a 33 (da esq. para a dir.) - Casa em ruína (Longra), lagar em ruína (Longra) e habitante de Barcel.  
(fotos do autor)

Mas deixemo-nos agora de especulações sobre um futuro incerto e viremos a atenção para as evidências actuais. É certo que Barcel, não apresenta de momento a vivacidade de outros tempos, mas também é certo que se modernizou e que apresenta condições de vida e de mobilidade melhoradas, e só assim se manterá viva e atraente, quer para os que lá vivem, quer para os que lá vão de vez em quando. Não expressando opinião sobre o modo como ocorreu esta transformação, não posso propriamente dizer que considero Barcel isolado, atrasado e antiquado.

É certo que a distância física até à cidade mais próxima é grande (20 Km de Mirandela), como também é certo que as grandes infra-estruturas no sentido lato estão a alguns kms de distância (como estabelecimentos de ensino, de saúde, de justiça, etc.); mas isolamento... talvez seja uma palavra muito forte, face à melhoria das redes viárias e à invasão de tecnologias de mobilidade que se vêem espalhadas pelas ruas e pelas casas, face às revistas e televisões que os mantêm informados do que mais novo e moderno há, face aos carros, telemóveis e sistemas de internet que permitem manter relações profissionais e familiares, cada vez mais velozes, eficazes e seguras, pelos quatro cantos do planeta.

*Não será mais possível caracterizar o espaço rural pelo isolamento do passado. As novas formas de mobilidade das sociedades modernas contribuirão decisivamente segundo Ferreira (1999, 315; In Vale, 2005, 32), para intensificar os usos do território, aos quais os espaços da ruralidade não mais ficarão indiferentes. (FERNANDES, 2008,p.94)*

A população de Barcel está bem equipada de instrumentos de mobilidade, tanto físicos como virtuais, que fazem com que os seus habitantes não estejam isolados nem limitados a uma pequena colectividade. Depois de ouvir muitas histórias de viagens e estadias pelo mundo, tanto dos mais antigos como dos mais novos, depois de verificar as várias visitas anuais ou sazonais dos familiares e as relações comerciais cada vez mais fortes com grandes centros, não posso dizer que a sua pertença é limitada a Barcel e às comunidades vizinhas.

*A vinda regular ao país de origem em períodos de férias dos emigrantes, característica dos movimentos intra-europeus, contrapunha-se no passado ao carácter mais espaçado e irregular das visitas dos que se fixaram noutras paragens. Contudo, a progressiva facilidade das comunicações, reduzindo tempos e distâncias, veio a aproximar homens e continentes. (TRINDADE, 1989, p.8)*

É certo que Barcel se encontra rodeado por uma paisagem *pura, agrícola* e verdejante, mas também não posso propriamente dizer que sua apropriação/relação com o espaço é particular, como o foi outrora. As arquitecturas, cheias de histórias, memórias e actividades locais ou distantes, apresentam agora morfologias, técnicas construtivas, materiais e tecnologias, dignas de qualquer cidade. Características urbanas, modernas e multiculturais, não só nas casas brasonadas, que sempre foram símbolo de grande urbanidade, como também as outras, as da população comum e maioritária. Casas que satisfazem necessidades globais de consumo, segurança, comodidade e hipermobilidade, mas também necessidades antropológicas de pertença e identidade.

*A acelerada transformação da sociedade rural depois da emigração e a mobilidade residencial dos emigrantes portugueses determinam a coexistência de práticas contraditórias, procedentes dos habitus que persistem ou dos modos de vida que emergem, os quais se justapõem num espaço em gestação. Os modelos culturais urbanos e industriais adquiridos no processo emigratório confrontam-se com o modelo*

*cultural rural de origem. O processo é complexo, as trajetórias sociais imbricam-se nas trajetórias individuais e o contexto não só político e socioeconómico é, também, ideológico, cultural e tecnológico. Cada casa de emigrante resulta de vários factores, acumulando, em geral, elementos formais que emanam de influências diversas e contraditórias: do tradicional ao moderno, do popular ao erudito, do rural ao urbano, do artesanal e agrícola ao industrial do local ao estrangeiro- de fora da aldeia ao fora do país. Nos períodos de rápida mudança económica e social os tipos já não são uma estrutura de identificação estável, renovando-se, sem cessar, a partir de trechos de diferentes tipos (Devillers, 1974) (VILLANOVA, et al., 1995 ,p. 157)*

Após uma breve apresentação do caso de estudo, surge a necessidade de reflexão e esclarecimento sobre a nova arquitectura popular de Barcel, que sai fora de qualquer parâmetro ou característica essencial do rural tradicional<sup>8</sup>.

A arquitectura (função construtiva e organizativa de lugares/habitates rurais e urbanos) aparece desde sempre como um conceito intrinsecamente ligado à satisfação das necessidades do homem numa determinada sociedade, dependentes muitas vezes, não só de factores objectivos e práticos como também estéticos (GREGOTTI, 1972, pp. 133-135) e morais. A adaptação às necessidades tem vindo a definir o território<sup>9</sup> e o espaço como habitates, que trazem consigo o conceito de construção e organização do lugar e de abrigo, reflectida não só em infra-estruturas como supra-estruturas (económica,

8 *Historicamente o mundo destaca-se por organizar em torno de uma tetralogia de aspectos bem conhecida: uma função principal: a produção de alimentos; uma actividade económica dominante: a agricultura; um grupo social de referência: a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios; um tipo de paisagem que reflecte a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de actividades humanas desenvolvidas.* (FERRÃO,2000,p.46)

9 TERRITÓRIO - Segundo José Lamas (2010, p.62) a expressão território é construída por oposição ao espaço natural (entendido como suporte físico existente). *Naturais serão aqueles que nunca foram transformados pelo homem, mesmo que as transformações que o suportem não tenham a aparências de construções físicas.* (LAMAS, 2010, p.522) Espaço humanizado e artificializado, segundo uma jurisdição de uma organização ou de uma instituição, que acumula uma pluralidade de significados e significantes sob a evolução de variegados registos temporais e espaciais. *O Território é o lugar em que desembocam todas as acções, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (...) O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas sobrepostas. O território tem que ser entendido como o território usado. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos rodeia. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria ideia de nação, e depois a ideia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: ‘primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas fazem-nos’. Assim, é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe.* (SANTOS, M., 2002, pp. 7,8)

jurídico-política e ideológica, arte, filosofia, moral, etc.) o que leva a uma diversidade enorme de arquitecturas, tanto em territórios rurais como urbanas. A arquitectura popular é por isso um conceito alargado que abrange características e desenvolvimentos específicos de cada região, *arquitecturas-tipo*, que preenchem e se enquadram, e paisagens-tipo que assim como a língua e a história, eram facilmente reconhecíveis e consideradas como factores primordiais na identidade de um povo. (DOMINGUES ,2001)

*Transformações de fundo político, económico e social, ocorrendo numa dada região, determinam transformações importantes nos tipos de ocupação, mais afincadamente na habitação popular dessa mesma região. As próprias diferenças de habitar dos diversos grupos sociais numa região atestam as determinantes contextuais que moldam as formas de habitar.* (VILLANOVA, et al.,1995, p. 157)

Rural, é um conceito geral, ao qual é secularmente atribuído um valor adjetivo de tudo o que vem e advém do campo. O conceito de campo, por sua vez, está dicotomicamente ligado ao conceito de cidade, conceito cujos defeitos e qualidades estão historicamente adjacentes à condição de urbano<sup>10</sup>.

Percebe-se então facilmente que para o perfeito esclarecimento do significado de rural, será por vezes necessário proceder à referência e clarificação dos outros três conceitos: o campo, a cidade e o urbano. A dicotomia entre tipos ideais de rural e urbano, de popular e erudito, foi utilizada durante décadas pelas ciências sociais para classificar/organizar a sociedade nas diferentes formas, em que surgem os seus conceitos dualistas, dinâmicas dependentes e antagónicas da sociedade, da economia, da cultura e, naturalmente, do território e da arquitectura.

*Este mundo rural secular opõe-se claramente ao mundo urbano, marcado por funções, actividades, grupos sociais e paisagens, não só distintos, mas também, em grande medida, construídos ‘contra’ o mundo rural. Esta oposição tende a ser encarada como ‘natural’ e, por isso, recorrentemente associada a relações de natureza simbiótica: campo e cidade são complementares e mantêm um relacionamento estável num contexto (aparentemente?) marcado pelo equilíbrio e pela harmonia de conjunto.* (FERRÃO, 2000,p.46)

10 Do latim ‘urbanus’ que deriva da palavra ‘urbs’ que significa , ‘que caracteriza a cidade, polido, de bom tom; cultivado, bem cuidado, espirituoso fino’ séc XVII (MACHADO, 1952,vol. V p. 364).

Com o processo de modernização, esta relação de perfeita oposição deixa de descrever as diferentes realidades, servindo apenas, segundo Enzo Mingione e Enrico Puglise (1987, pp. 83-84), como uma forma redutora de expor problemas mais complexos e, por isso, só se justifica numa função interpretativa e analítica do período de transição, entre as sociedades pré-industriais e sociedades capitalistas.

*Contudo, em muitos casos, de novo em atitude fortemente relacional, o rural é definido por oposição ao urbano, como aquele que possui características ‘não-urbanas’, sendo deste modo determinado pelo seu grau de subdesenvolvimento.* (PAIS & GOMES, 2008, p.4)

Para uma melhor compreensão do fenómeno de modernização e os seus efeitos no meio *rural* e sua arquitectura, para que se perceba as razões que levam as ciências sociais, nos anos 70<sup>11</sup>, a rejeitarem essa dicotomia como forma de qualificação e interpretação da sociedade, sentimos necessidade de dedicar o próximo capítulo a uma breve explanação histórica sobre o seu desenvolvimento, para posteriormente podermos averiguar o sua veracidade e funcionalidade, perante os novos parâmetros de desenvolvimento. Para a primeira exposição que acarreta naturalmente não só aspectos sociais, políticos e culturais, determinantes na captação das características essenciais da realidade campestre e citadina, adaptamos a trilogia de Primeira, Segunda e Terceira Modernidade, sugerida por François Ascher, em *Os princípios do urbanismo*. (ASCHER, 2010, pp. 25-26,33)

*Antes, porém, de filosofar sobre um objeto, é necessário examiná-lo com exatidão. Qualquer explicação ou interpretação deve ser precedida de uma observação e de uma descrição exatas do objeto. (...)Devemos pois apreender com um olhar penetrante e descrever com exatidão esse fenómeno peculiar de consciência que chamamos de conhecimento.* (HESSEN, 1926,p.17)

---

<sup>11</sup> A utilização clássica correcta do par dicotómico urbano/rural pretende representar o conflito entre duas realidades sociais diferentes (uma em declínio e outra em ascensão) como uma função do processo de desenvolvimento industrial e capitalista. É inegável que existiam, de facto, duas polarizações estereotipadas e que utiliza-las simplificava a explicação de processos sociais muito complexos e inter-relacionados. A constante simplificação e a falta de preocupação condicionadas por essas complexas realidades, para não falar de precaução condicionadas por essas complexas realidades, para não falar dos limites imprecisos entre ambas remudaram na criação de preconceitos e de distorções cada vez maiores dos paradigmas de interpretação. (MINGIONE,& PUGLIESE, 1987 ,p.88)

DICOTOMIA APARENTEMENTE  
SIMBIÓTICA ENTRE TIPOS IDEAIS



O primeiro estágio de modernização ou *Alta Modernidade*, é considerado um período de transição, entre o fim da Idade Média e o começo da Revolução Industrial, dando início ao que mais tarde se dará o nome de *Tempos Modernos*. Abrangendo o final do século XV, este período prolonga-se até ao século XVIII, sendo marcado pelas concepções mecanicistas que advieram da chamada revolução científica do século XVII. O desenvolvimento tecnológico e científico, aumentando a compreensão sobre o mundo e induzindo ao aumento de confiança nas capacidades da humanidade, torna-se um elemento determinante para o *renascimento*<sup>12</sup> da sociedade. O universo deixa de ser algo de misterioso e inacessível, a natureza passa a ser algo possível de usar, domesticar e sujeitar. Solta-se o desejo de liberdade, autonomia, ascensão e reconhecimento social que, a pouco e pouco, supera os resíduos de tirania e superstição que acreditavam no legado medieval e feudal. Expandem-se as ideias liberais e humanistas de conhecimento crítico e atitude racional que encaminham para o melhoramento do estado e o progresso da humanidade, sob princípios que revigoram e revalorizam as referências culturais da antiguidade clássica, ideias que conduziram mais tarde, na segunda metade do séc XVIII, às teorias *iluministas*. Nasce e o conceito de Estado-nação, o sistema económico em vigência transforma-se no capitalismo mercantil e reorganizam-se os processos de produção, experiência e poder, factores historicamente determinantes na origem de territórios, culturas e identidades colectivas. (CASTELLS,2002,pp.6,8,17,18).

---

<sup>12</sup> *Os manuais de história da arte estrangeiros utilizam, em regra, a palavra renaissance para designar todo o período que vai do século XVI ao século XVIII, abrangendo também a palavra ‘barroco’ essencialmente o mesmo período (em Mumford por exemplo), enquanto, em Itália, estamos habituados à distinção cronológica entre Renascimento (séculos XV e XVI) e barroco (séculos XVII e XVIII).*(BENEVOLO, 2007, p.198)



1ª REVOLUÇÃO URBANA

Incentivou-se a comercialização dos excedentes, elevou-se o preço das mercadorias e a produção tornou-se suficiente para dar os tributos aos governantes, sacerdotes e habitantes das cidades e ainda sobrava, permitindo aos camponeses concentrar algum capital para a compra de sua liberdade. O camponês torna-se livre para escolher o seu próprio destino e pode optar entre adquirir lotes de terras aos seus senhores e tornar-se proprietário da sua própria produção (deixando de cumprir suas obrigações junto ao senhor feudal), ou deslocar-se para a cidade, que apresentava perspectivas aliciantes de melhoria de condições de vida, oportunidades de trabalho mercantil e ascensão social. Nesta última hipótese, o camponês deixava de ser protegido pelos nobres (feudais), e passava a ser dominado por outro tipo de senhores, os burgueses. O êxodo rural (desencadeado pela alteração do sistema económico, agora capitalista) e o crescimento demográfico, (consequência de melhoria da alimentação, da higiene pública e da medicina preventiva e curativa), obrigam ao crescimento das cidades e à formação de novos bairros (burgos<sup>13</sup>), fora das primitivas muralhas (medievais). As cidades, agora dominadas pela actividade mercantil e bancária, crescem por zona vizinhas, (onde moradores da cidade possuíam campos de cultivo, vinhedos e pomares), e os seus limites vão sofrendo sucessivos alargamentos e redefinições, sendo o campo palco dos primeiros ciclos de abandono e transformação nas áreas adjacentes à cidade. Nesta Renascença, embora os primeiros sinais de transformação sejam visíveis, a cidade<sup>14</sup> ainda remonta ao conceito tradicional de aglomeração populacional e concentração de edifícios dentro de limites claramente delineados, por estratégias de defesa cada vez mais alargadas, estratégias que se apoiavam não apenas em muralhas, como na cidade medieval, mas também em complexos sistemas - fossos, rampas, baluartes, etc. (LAMAS, 2010, p.170)

De acordo com as respectivas teorias clássicas, destroem-se os preceitos re-

ligiosos e militares como *justificações* primordiais na morfologia citadina, a favor de motivos correctos e funcionais (saúde pública e circulação), moralistas e ideológicos (belo ideal). Dentro de limites e sob uma forte sensibilidade racional, surgem os primeiros espaços estrategicamente desenhados, planeados e projectados, para agrado da nobreza e burguesia. Arrasam-se as ruas sinuosas e de grande imbricação, a favor de ruas e as avenidas rectilíneas, espaçosas, ortogonais e hierarquicamente subordinadas, por motivos funcionais de circulação e acesso aos edifícios, decorativos, de ostentação e poder. A quadrícula e o quarteirão que organizam o cadastro e a forma urbana adaptam-se às mais variadas situações morfológicas e topográficas. O quarteirão inicialmente assume formas irregulares, como resultado intersticial ou resíduo ocasional dos traçados, mas posteriormente assume-se como elemento de composição, *morfológico-base*, ou seja, como gerador do espaço pela repetição e multiplicação. Elemento urbano que, segundo José Lamas (2010, p.188), juntamente com as praças e os seus edifícios singulares, os monumentos e as zonas arborizadas, vai perdurar no desenho do sistema espacial urbano, durante todo o século XVIII e XIX, até ao advento da cidade moderna.<sup>15</sup>

15 As vias desenhadas agora sob um motivo rectilíneo e ortogonal, funcionam não só como factor de união entre elementos urbanos como também decorativo, de exposição e valorização das fachadas que ostentam o poder da nobreza e da burguesia. A fachada dos edifícios vai autonomizar-se como elemento do espaço urbano, quer pelo cuidado no seu desempenho e organização, quer como elemento da própria composição urbanística. O desenho urbano prolonga-se pelo desenho das fachadas, admitindo-se que os construtores as respeitem e construam o interior do edifício com perfeita liberdade. A rua transforma-se em cenário, corredor para movimentações, procissões, cortejos e paradas. (no período barroco) onde as árvores passam a ser referidas não só como elementos funcionais (climáticos) mas também estéticos. A praça deixa de ser lida como um espaço aberto e irregular propício ao mercado e relações sociais e passa a ser lida como um recinto ou lugar especial, público onde se concentram os principais edifícios singulares e monumentos adquirindo um valor funcional e político-social, e também o máximo valor simbólico e artístico. As praças são pontuadas com monumentos, mas estes fazem parte integrante da praça e do seu significado. O monumento não se destina a mobilar, completar o espaço ou encher um vazio, ele é gerador do próprio espaço urbano, sem o qual perderia parte da sua razão de ser. Os edifícios de valor e significação social, política ou religiosa vão adquirir grande individualidade e expressão no seu posicionamento urbano (câmara municipal, o palácio, a igreja.), por norma a fechar lados de praças, culminam perspectivas, posicionam-se em escorso e em proeminência. O edifício torna-se peça do sistema urbano e autonomiza-se até ser ele próprio gerador da forma urbana. O quarteirão e a quadrícula geométrica delimitada pela rua, é outro elemento morfológico importante, que serve as necessidades distributivas e de organização habitacional, permitindo nos períodos precedentes, numa adequada divisão cadastral do solo. Um elemento que por si só se torna perigosamente monótono e que necessita de outros elementos como traçados em diagonal, praças, jardins, lagos e edifício singulares. (LAMAS, 2010, pp.172-179)

13 Novas zonas de povoamento, cidade ou vila medieval dos séc XI e XII, geralmente fortificada e quase sempre associada a um castelo ou mosteiro que se expande entre muralhas e é dominada pela nova classe social de mercadores : os burgueses.

14 *Advem do latim ‘urbs’ ‘cidade amuralhada, especialmente romana’ por via culta* (MACHADO, 195vol. V p. 364). *‘Civitate’, ‘conjunto de cidadãos que constituem uma cidade, um estado; cidade, estado; os direitos dos cidadãos, o direito de cidade’. O latim pop. ,porem parece so ter conservado o sentido de cidade, como, também, a noção de agrupamento organizado’; o sentido politico foi remontado do lat., por via culta, no séc. XVI.’* (MACHADO, 1952,vol. II, p. 148).

DICOTOMIA APARENTEMENTE SIMBIÓTICA ENTRE TIPOS IDEAIS

Sob a nova visão perspectivada do indivíduo, constrói-se a cidade como um centro mercantil, político, militar e mais tarde bancário/financeiro, um símbolo de atracção, de força, de elite e de poder territorial, que detinha em sua posse o *monopólio de infra-estruturas*, (mercados, indústrias, bancos, escolas, faculdades, hospitais, etc.). Era um espaço projectado e planeado, devidamente regulado, administrado e habitado por nobres e burgueses. Um espaço de elite que olhava convenientemente para o campo<sup>16</sup>, como espaço mais próximo das necessidades do corpo e do espírito, onde apenas iam passear, *administrar os seus domínios* e curar as suas doenças. No campo, ainda vivia e trabalhava grande parte da população, os pobres aldeões<sup>17</sup>, maioritariamente agricultores e pastores, ainda submissos à nobreza, a Deus e à natureza (já que destes dependia a sua sobrevivência). As cidades não produziam elas próprias os seus meios de subsistência alimentar e seus produtos manufacturados. Dependiam do trabalho dos camponeses e da sua produção agrícola (que se mantinha como principal actividade económica, dominando a vida da sociedade e a sua paisagem), florestal, artesanal e exploração mineral (alimentos, lenha, carvão, ou outra coisa qualquer), assim como os camponeses dependiam das cidades como centros de circulação e venda de mercadorias. (GIBBENS 2000, p. 628) Denotava-se uma relação perfeitamente antagónica e aparentemente simbiótica entre os dois mundos, que se manteve intocável durante muito tempo.

Ao conceito de urbano era atribuído um valor adjectivante de tudo o que vem e advém da cidade. Caracterizava grandes e concentrados assentamentos humanos, de pessoas civilizadas, de espírito culto, cortês, de imagem bem cuidada e polida, ambientes áulicos e dinâmicos, de práticas políticas, administrativas (*polis*)<sup>18</sup>, culturais (*civitas*)<sup>19</sup> e mercantis, densos em serviços e actividades plurais, propícias a um clima magnetizante de criatividade e

16 *Do lat. ‘campus’, ‘planície, espaço da cidade de Roma, campo livre, espaço largo’* (MACHADO, 1952, Vol II, p. 47)

17 *Aldius é o étimo latino, denominando sobretudo uma relação servil para o cultivo da terra.* (DOMINGUES, 2009, p. 29)

18 *Da palavra grega polis, derivaram designações (política, policia) que tem a ver com o exercício de poder e com formas de regulação da esfera pública.* (PORTAS, et. al., 2011, p.19)

19 *De civitas deriva a palavra cidadania, relacionado com o sentido simbólico da praça, com o lugar físico de reunião, de expressão e de prática da cidadania, da pertença colectiva e do bem estar público.* (PORTAS, et. al., 2011, p. 20)

inovação, favorável ao desenvolvimento de conhecimento tácito, científico e tecnológico, e, conseqüentemente, a trajetórias de lucro e rentabilidade crescente.

Por sua vez, o conceito de rural<sup>20</sup>, era usado frequentemente para adjectivar tudo aquilo que não é citadino: a vastidão dos territórios pontual e intuitivamente construídos, onde a paisagem *natural* se estendia entre as zonas de florestas e dos campos cultivados; o ambiente calmo, puro e pacífico; a população, de cariz rústica e inculta, crente e trabalhadora, que demonstrava grande respeito pelo delicado equilíbrio ecológico, gestores incriveis dos recursos, usando, guardando e reciclando religiosamente os bens preciosos da terra; assentamentos (edifícios, muros, estradas) delicadamente integrados na paisagem, adaptados às condicionantes não só naturais e locais (relevo, clima, litologia, tipo de solo, e tipo de vegetação), como sociais (organização política e militar, actividades socio-económicas, desenvolvimento tecnológico e formas de povoamento), que reflectem as sucessivas apropriações/aglutinações que as várias/diferentes gerações fazem do espaço. Aglomerados dispersos e pouco densos, que traduzem uma relação secular e *simbiótica* entre o homem, o lugar e a obra; arquitecturas *vernaculares, abrigos* para o homem, e muitas vezes também para os animais que em oposição à erudita que reflectia desígnios urbanos, nos reportam séculos de luta contra os constrangimentos divinos e naturais (secas, chuvas intensas, pragas). Obras em que o próprio dono é o autor e que, consoante funcionalidades práticas (agro-pastoris e artesanais) e estéticas, pintam o seu retrato e o enquadram na sociedade.

20 *‘do latim ‘rurale’, significa ‘do campo, campestre, rústico, que protege os campos’. Por via culta séc XVIII, segundo Moraes,* (MACHADO, 1952, vol. V, p. 128)

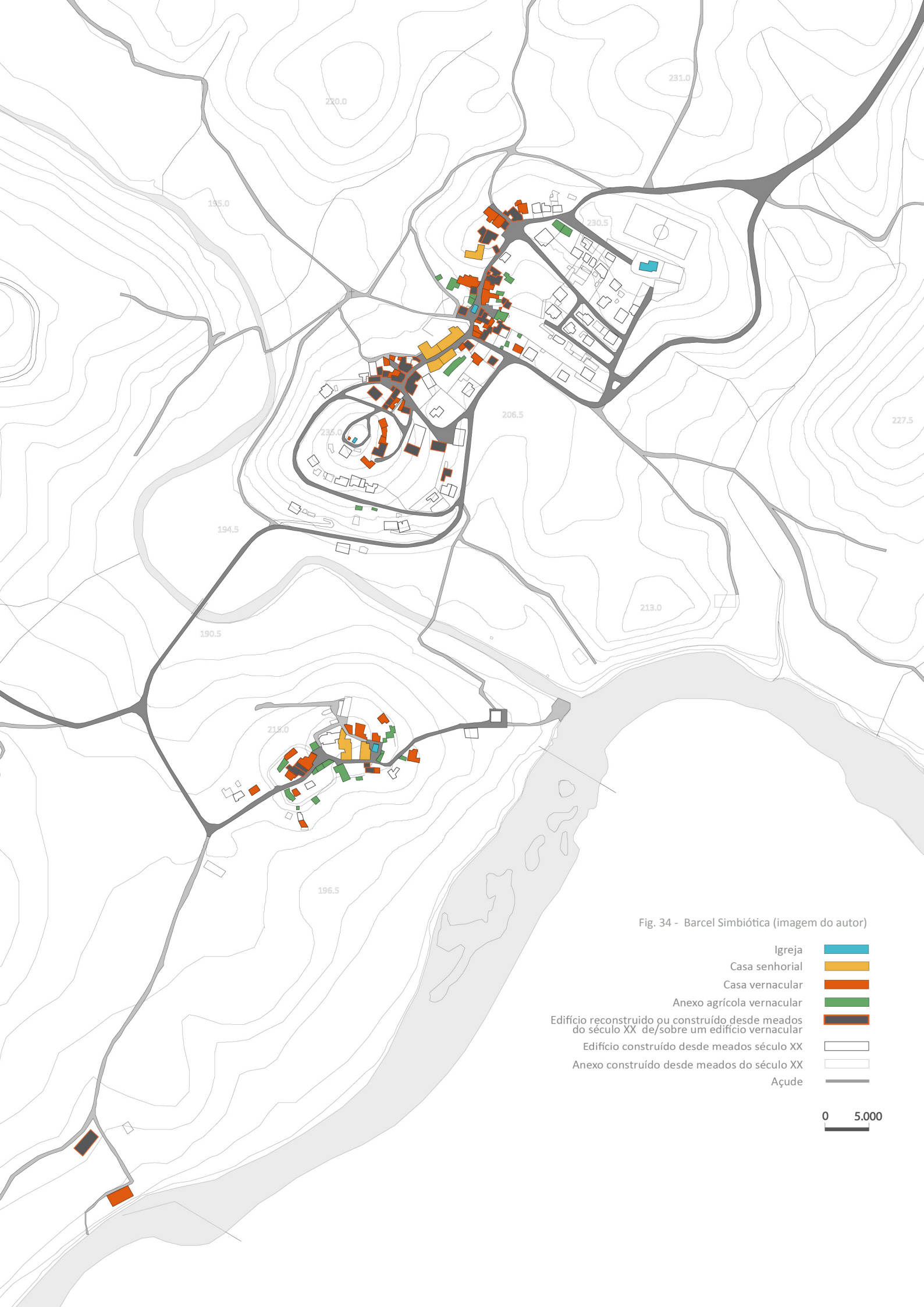


Fig. 34 - Barcel Simbiótica (imagem do autor)

- Igreja
- Casa senhorial
- Casa vernacular
- Anexo agrícola vernacular
- Edifício reconstruído ou construído desde meados do século XX de/sobre um edifício vernacular
- Edifício construído desde meados século XX
- Anexo construído desde meados do século XX
- Açude



ARQUITECTURA VERNACULAR DE BARCEL

Barcel<sup>21</sup> é uma freguesia com alguma antiguidade, citada já em épocas remotas como fazendo parte do julgado de Lamas de Orelhão, da *Terra de Ledra* (nas inquirições de 1258), comenda de Freixiel e de Abreiro e Vigararia da ordem de Malta, no termo da antiga vila e concelho de Lamas de Orelhão, extinto em 1853, sendo nesta data transferida para o concelho de Mirandela. E podemos reforçar, com alguma segurança, a ideia de que ali viveram seres humanos já há muitos milhares de anos, pelas referências bibliográficas a monumentos megalíticos, dos quais restam apenas vestígios de uma anta identificada pela primeira vez pelo Abade de Baçal e publicados nas *Memórias Arqueológico-Históricas do distrito de Bragança*.<sup>22</sup> Vestígios físicos e toponímicos, visto que, a elevação onde se situa (na margem direita do Rio Tua), é referida pelo nome de Cabeço da Anta. Segundo Tavares (1996, p.40), para além destas referências pré-históricas no local, existem fortificações castrejas em zonas vizinhas que asseguram povoamentos primitivos. Hoje, as evidências físicas, podem ser apreciadas, não só pela sua localização junto ao rio Tua (que oferece excelentes condições para o cultivo de vários produtos agrícolas), como pela situação e disposição de seus aglomerados.

Relativamente à aldeia de Barcel, o edificado, tipicamente assente em linha, desenha uma rua estreita e sinuosa (Av. da República), cheia de cantos e recantos, entre o largo do cabeço de Santa Marta (pequena elevação sobre a qual se encontra implantado uma pequena capela, que nunca chegou a ser finalizada nem consagrada) e o largo do Campo da Bola (que segundo os locais antigamente tinha o nome de Largo do Irô), situado num Outeiro mais a nascente (sobre o qual, nos finais do século XVIII – 1795, segundo uma inscrição de data existente no portal axial, construíram a Igreja Matriz de São Ciríaco).

21 BARCEL - (Barcell e Barcer na Inquirições tiradas pelos anos de 1258) Virá de Barceo, nome que em Espanha dão a uma graminea, espécie de esparto, de que fazem esteiras, cordas e outros artefactos do mesmo género? Em terras de Mirandela chama-se Barcego e dão-lhe a mesma aplicação. (ALVES,1938,p.96)

22 No termo de Barcel, concelho de Mirandela, quatrocentos metros a sul do povo, fica o Cabeço da Anta. Terreno lavrado de cultura cerealífera. Nenhum vestígio do monumento. Contíguo ao Cabeço da Anta fica o sítio chamado Trochos, nas margens de uma linha de água, igualmente cultivado e fértil, onde vimos um montículo de pedregulhos e perto dele, estirados no chão, dois penedos regulando por 1,80m de altura, 1,10m de largura e 0.30m de grossura, que provavelmente foram esteios da anta, deslocados há poucos anos pelo povo em pesquisas de tesouros, segundo nos informaram. O Cabeço da Anta e Trochos foi tudo ‘uma mourama’, isto é, habitação de mouros, diz o nosso guia; lá vive uma moura encantada e muitas riquezas. Um dos penedos tem vestígios de ferraduras, mas parecem naturais. Também o povo aplica ao Cabeço da Anta a lenda das duas panelas, uma de ouro e outra de peste. (ALVES,1938,pp. 697-698)





Figs. 35 a 38 - Rua da República que trespassa o largo da Terrincha - Barcel (fotos do autor)



Figs. 39 e 40 ( da dir. para a esq.) - Foto do Largo da Terrincha e mapa que assinala o largo- a vermelho- a capela de Santa Marta - a azul- a casa da família Moura- a laranja- Barcel (imagens do autor)

No ponto onde estas pequenas elevações se encontram e onde se dividia o nome das ruas o Caminho do Cabeço e o Caminho do Outeiro, que tem hoje um único nome, Av. da República, podemos denotar a presença de um pequeno largo, que se denominava já antigamente Largo da Terrincha. Espaço também ele irregular e íntimo, onde se implanta, do lado nordeste, a capela de Santa Marta (edifício de pequenas dimensões, datado de 1695, com uma espécie de adro bem murado, que se mede em meia dúzia de passos) e no outro extremo, a sudoeste, donde partem os caminhos devidamente murados para os campos (caminhos onde inesperadamente se situa o cruzeiro), ressalta a presença de um muro brasonado de uma das duas casas senhoriais existentes na aldeia, cuidada hoje em dia pelos caseiros, porque os donos, esses moram nas grandes cidades, e só regressam em tempos de produção, de festa ou férias.



Figs. 41 a 44 (de cima para baixo)- Capela de Sta Marta e Igreja Matriz S.Ciriaco - Barcel (fotos do autor)





Figs. 45 a 49 - Casa da família Mendonça- Barcel (fotos do autor)

A primeira casa senhorial é a da Família Mendonça, pela sua posição central e de entrada direccionada para o caminho principal de acesso à aldeia, e, pelos relatos dos habitantes locais, poderemos afirmar que seria a casa mais antiga que reporta a pelo menos três gerações atrás. E a segunda casa, localizada mais a norte, no Outeiro, terá surgido da união entre uma das filhas dos Mendonça com o coronel Moura, natural de Bragança.



Fig. 50- Casa senhorial da família Mendonça e Moura (foto do autor)

Estes edifícios destacam-se do resto do aglomerado, não só pelo seu grande porte, como pelas características construtivas e estruturais, provas vivas do poderio destas famílias sobre o território envolvente. Casas estucadas e pintadas de branco, com três pisos (o segundo piso de habitação e o terceiro como sótão), com as extremidades da volumetria e dos vãos debruados a granito, com jardim fronteiro e horta nas traseiras, com muro de vedação alto e escada exterior de acesso ao primeiro piso devidamente murada com pedra nobre, varanda de grandes dimensões virada para o jardim, coberta e com guarda de madeira requintada e sem ligação directa para o exterior, com pátio interior, portas altas também em madeira, janelas várias e grandes de guilhotina e sem portadas.

E no interior, embora o acesso não tenha sido facultado, em conversa com os caseiros podemos perceber que ambas possuem escadas interiores de madeira, divisões bem definidas entre a sala de jantar e o salão, vários quartos de grandes dimensões e a casa de banho... elementos que nos reportam a grande influência dos hábitos urbanos, temperados com o peso do ambiente e ainda práticas rurais. Este grande e antigo poder e influência política, administrativa e económica dos *senhores da terra*, ou dos *ricos*, como eles lhes chamam, é ainda hoje visível, não só pelo património edificado, como também pelo domínio da maior parte dos campos produtivos, e pelo respeito e deferência dos que ainda lá moram.

O lugar da Longra, em dimensões mais reduzidas, desenvolve-se ao longo da Rua Álvaro de Abreu, rua que também desagua num Largo do mesmo nome, onde poderemos encontrar a forte presença de mais uma casa de grande porte. Esta vivenda, que cresceu em tempos de Estado Novo, é a casa da família Trigo de Abreu, onde nasceu o Dr. Trigo de Negreiros<sup>23</sup>, que, juntamente

23 **DR TRIGO DE NEGREIROS** - Nascido na Longra, freguesia de Barcel, concelho de Mirandela, foi titular da pasta do Ministério do Interior de 2/8/1950 a 14/8/1958, e um dos mais experimentados políticos do regime, personalidade de grande afinidade com Marcello Caetano, que *‘realizou uma obra notabilíssima que envolveu o dispêndio de muitos milhões de contos, na assistência e na defesa da vida e da saúde da população’*. *‘Os cargos que exerceu, antes deste (1926/28 - Conservador do Registo Predial em Esposende; 1928/34 - Conservador do Registo Predial de Valpaços; 1926/27 - Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor; 1934/35 - Secretário do Tribunal da Relação do Porto; 1936 - Procurador da República, junto da mesma relação; 1938 - Governador Civil do Porto), puseram-no em contacto com os problemas sociais portugueses. A sua longa prática na direcção de dois importantes subsecretariados, durante anos seguidos (1940/44: de Estado das Corporações e Previdência Social; 1944/50: de Estado da Assistência Social), deu-lhe o conhecimento íntimo do país, das aspirações, das tendências e dos enquadramentos das diversas camadas populacionais. Além de deputado à AN, pelo círculo de Bragança, foi também Presidente do Supremo Tribunal da Justiça. Esforçou-se por executar os planos gerais, definidos pelo governo, tendo sido muito influente no Norte do país, onde deixou uma obra considerável. O distrito de Bragança foi*



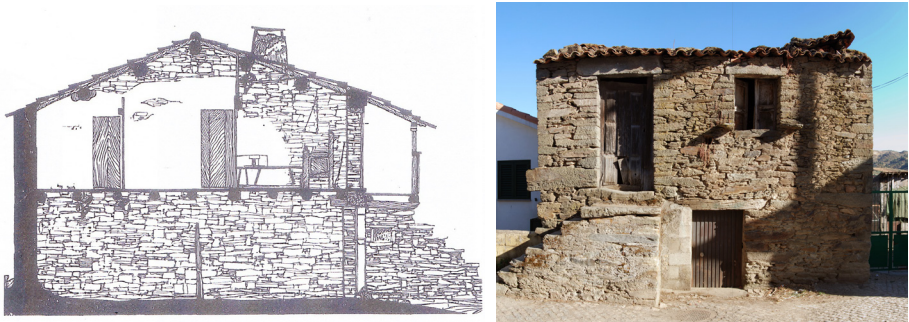


Figs. 51 a 55 (de cima para baixo e da esq. para a dir.) - Imagem e mapa de sinalização do Largo de Álvaro de Abreu (a vermelho), Capela da Senhora da Guia (a azul) e Casa da família Trigo de Abreu (a amarelo) - Longra (fotos do autor)

com a capela da Nossa Senhora da Guia, também apontada a nascente e situada no largo do mesmo nome, se diferenciam do conjunto habitacional.

contemplado com uma série de melhoramentos, de obras e de assistência , que acabaram por beneficiar imenso as suas populações e o seu território: o desbloqueamento de verbas do Estado, ‘uma ponte, uma estrada, um caminho, uma escola, um hospital, uma electrificação, um jardim, um edifício público, pão e cultura em numerosos lares, dores suavizadas, legítimos interesses locais ou pessoais defendidos..’. A obra do Dr. Trigo de Negreiros teve tanto impacto na valorização das terras da região transmontana que os cidadãos lhe quiseram agradecer a sua gratidão. (...) Com a sua acção, valorizou não apenas as terras do concelho de Mirandela, fazendo dela ‘terra progressiva’, ‘mas todo o distrito’. O Dr.Trigo de Negreiros era apoiante da corrente reformista do regime, defendida também por Marcello Caetano. A linha mais conservadora do regime, porém, veio a considerá-lo como uma pessoa com uma certa ‘moleza’ no exercício do cargo, o que lhe veio a custar a exoneração da pasta do Interior, após a agitação política da campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 1958.’ (VISEU,2007, p. 112)

Nestas duas ruas centrais, em ambas as localidades, ladeadas por um conjunto bem aglutinado de muros, socalcos e paredes de casas de tempos variados, é ainda possível apreciar, por entre as novas construções (muitas vezes ainda implantadas face à rua), exemplos de arquitectura tradicional e popular que nos transportam para outros tempos. Elementos físicos das construções de outrora, que nos dão ainda a ideia de um conjunto de cariz humilde, pequeno e sóbrio que se alongava pela via. *Panos* contínuos de xisto, *pintalgados* por pequenas aberturas por vezes em alturas desconformes, portas baixas e postigos receosos, mais reduzidos ainda pela enquadatura que os ampara, telhados de 2 a 4 águas, em telha vã antiga e canudo em tom rosa, telhados perfurados, por onde já não sai o fumo da lareira.



Figs. 56 a 58 (da esq. para a dir. e de cima para baixo) - Corte típico da casa vernacular serrana (APP, p. 139) . Alçado típico da arquitectura vernacular- Barcel (foto do autor). Mapa das escadas maciças de xisto em espaço público e privado com a sinalização- a laranja - das casas vernaculares e - a vermelho - das casas construídas ou reconstruídas sobre uma preexistência (planta do autor)



O caminho estreito é pontuado aqui e ali com pequenos alargamentos, largos íntimos e familiares, rodeados também por casas e casebres, lugares ainda hoje de acesso e convívio entre famílias; e é recortado por pequenos volumes maciços de xisto empilhado, escadas com pequenos patamares sem guarda, que ora direitas ou entortadas, onde ainda hoje repousam vasos de flores, *romanticamente ajeitados*.

Esses volumes por vezes são recortados, formando uma espécie de resguardo à entrada no piso inferior, e outras vezes quando o espaço público permite, são seguidas por exíguas varandas com tabuado e guarda de madeira ou ferro forjado. Estas varandas, mais ou menos trabalhadas e destruídas pelo tempo e falta de manutenção, formavam uma espécie de antecâmara à habitação, e mais um resguardo à entrada do piso inferior. Espaços cheios de vida que transpareciam para a rua ou pátio o ambiente familiar dos ocupantes e a sua posição social.



Figs. 59 a 66 (esq. para a dir. de cima para baixo) - Varanda de ferro forjado virada para a rua da família de João Crisóstomo Alves e Maria Cândida Ribeiro (fotos cedida pela D. Maria da Cruz). Varanda de ferro forjado e varanda de madeira virada para o pátio da família Mendonça (fotos do autor). Varanda patim virada para a rua da família Areias (foto cedida por Maria Areias). Varanda de madeira virada para a rua (fotos do autor)

Podemos ainda evidenciar outro tipo que se destaca pelo carácter francamente individualista, casas *caprichosas*, cercadas por um muro de vedação, com vãos mais alargados e uma pequena chaminé. E outras que se foram juntando por ocupações sucessivas em volta de um típico pátio, que tanto pode ser individual e servir de ligação às várias dependências, como pode ser partilhado por várias famílias. Espaço fechado e privado que assegura funções de serviço ligados à vida doméstica e aos trabalhos agrícolas.

Pátios resguardados e íntimos, distintos dos jardins decorativos das casas burguesas/senhoriais, mas também com algumas varandas protegidas do olhar alheio. A varanda nestes casos servia muitas vezes, não só como elemento de transição para o interior das habitações, como espaço de circulação entre os diversos compartimentos da casa. As casas mais abastadas dispõem ainda de pequenas varandas viradas para a rua, sem ligação com escadas externas, com protecções de ferro forjado, parecidas às varandas estreitas da cidade.

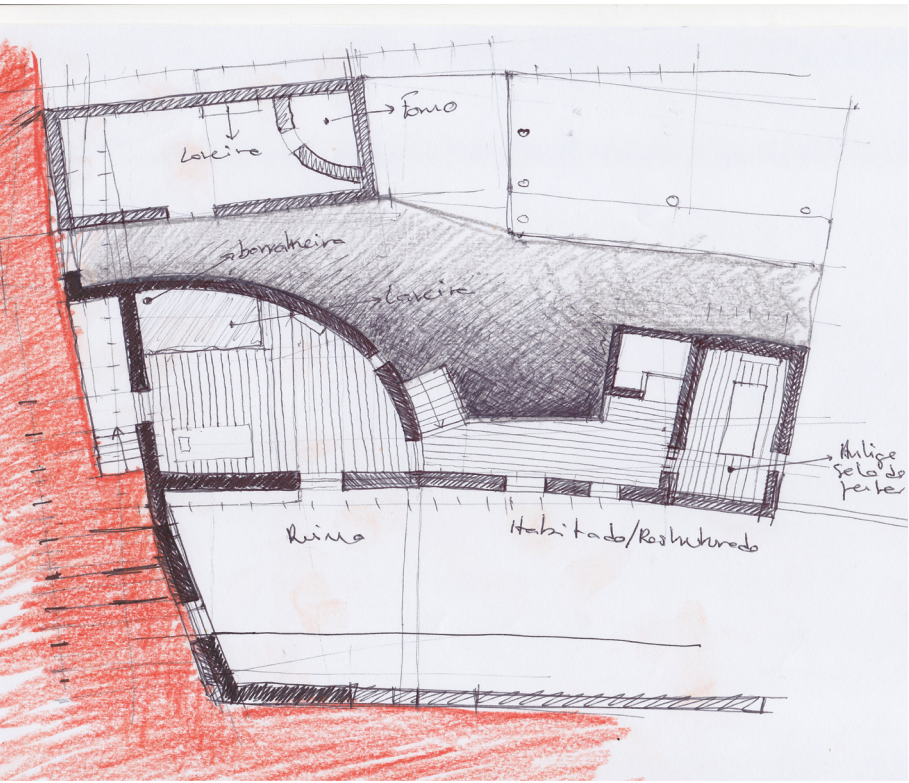
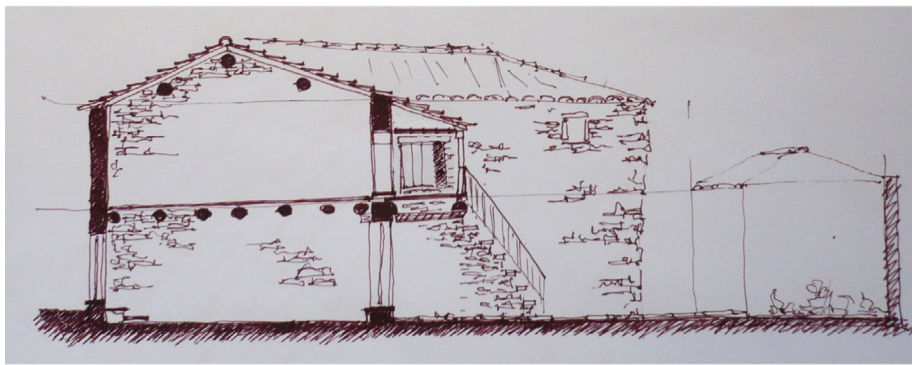


Fig. 67 - Pátio privado da casa de Maria da Cruz Ribeiro Alves e família (desenho do autor)





Figs. 68 a 71- Casa de Maria da Cruz Ribeiro Alves e família (fotos e desenhos do autor )

*Se a casa é um mundo, a varanda é um pequeno mundo dentro desse mundo. Sobrevém uma pacificação imensa ao furtarmo-nos do ambiente excessivamente vivo dessas ruas. Presente-se nestas varandas o pulsar de vida destas casas, dado por pequenos toques- o fresco que se escapa duma porta, um objecto de usos familiar, o cheiro a fumo...E sempre a calma, por vezes ligeiramente quebrada por um ou outro ruído que, da aldeia ou da própria casa, chega coado, e não encontra eco nos alpendres muito baixos e na guarda que domina a extensão e altura. (APP, 1961, p.140)*

Graças à amabilidade da população de Barcel, que nos abre as portas destes poucos exemplos de património rural, que mal sobrevivem aos tempos dinâmicos e esperam eternamente por uma nova vida, apercebemo-nos como se estruturavam e como eram vividos.

No interior, onde as entradas de luz são escassas, sente-se um ambiente fresco, escuro e fechado, onde as funções, hábitos e maneiras dos ocupantes ressaltam em meia dúzia de pormenores. Um mundo íntimo e pessoal, onde em *tudo perdura o ar do seu dono*. (APP, 1961, p. 124). Peculiaridades que são indícios da sua identidade individual e social, como o mobiliário ou os artefactos coloridos que não fogem ao típico mostruário de artefactos agrícolas, o lagar, o forno e a corte, os nichos das paredes, que segundo os locais, era onde se guardava, em jeito sagrado, a roupa e a comida para os dias seguintes. Da maioria dos exemplares visitados são poucos os que apresentam divisões toscas de tabique, mas há um elemento que se mantém em todas elas e que vale a pena registar: a lareira. Demarcada ainda pelas cinzas sobre o chão térreo queimado, ou por um rochedo rematado pelo soalho de madeira, rochedo perfurado que encaminha as cinzas para a borralheira do andar de baixo, elemento que guarda as cinzas que servem de adubo para as lavouras da estação a seguir. A lareira ocupa normalmente um dos cantos da casa, perto da porta e do alçapão para a loja (quando o existe). Pela descrição de quem lá viveu, a lareira era *o coração da casa*, área de convívio que demarcava a zona da cozinha e da sala.

É mais fácil perceber agora a descrição de *casa serrana* de Mário Moutinho (1979) que, aproveitando muitas vezes o declive do terreno, se dispõem em dois pisos: num piso térreo, as lojas destinadas aos vários ofícios, como o lagar, o alambique, o forno, a corte, a oficina, com acesso ao pátio ou quintal; e outro mais elevado, constituindo a habitação propriamente dita, cozinha com lareira e os quartos, frequentemente ao nível da rua ou ligeiramente



desnivelado. ‘O piso térreo era utilizado para os serviços sujos da agricultura e para os animais, quando ainda existem ou outros, e o piso superior para a habitação’, por vezes um alçapão permite a comunicação entre o piso térreo e a habitação (APP, cit por VILLANOVA, et al, 1995, p. 141).

Porém, podemos ainda verificar, em alguns edifícios, o carácter unicelular, menos evoluído e tecnicamente aprimorado, o interior dos quais, na sua maioria, é agora reaproveitado para outros fins que não habitacionais, mas pelos depoimentos dos actuais habitantes de Barcel, podemo-nos aperceber, com um só olhar, de toda a dinâmica familiar. Existem outros tantos exemplos de apenas um só piso que, sequenciados por paredes toscas e estruturais de xisto, nos relatam, para além dos diferentes acrescentos, a divisão das funcionalidades, como é o caso da casa do moleiro.

Os espaços de transição entre o público e o privado são um elemento muito presente em cada construção. Ora pela escada ou varanda, ora pelas portas ou janelas enquadradas, ou pela vedação dos campos ou das casas com aberturas debruadas de uma forma diferente, estes espaços de limite entre a rua, o lote e a casa, são espaços onde normalmente se revelam preocupações não só a nível funcional como estético.

*Mesmo em elementos muito irregulares, como uma parede, esta pode apresentar-se com um grau de acabamento muito apreciável. Se a tais paredes juntarmos uma certa maneira larga de vencer os vãos, por meio de entrançados de madeira, e se ao jogo de cheios e vazios contrapusermos as diferenças de valores que os paramentos acusam- pedra, tabuado, entrançado-, verifica-se uma certa forma sábia de deixar falar os materiais, dentro daquela verdade que eles próprios descobriram na única realidade que conheceram. (APP, 1961, p. 144)*

À parte da visão romantizada, o cenário que permanece destas casas vernaculares, é normalmente a penumbra, a pouca comodidade, onde o frio e a chuva entram com facilidade por entre as frechas do xisto sobreposto. Cenário que arrepia qualquer um que se imagine a viver em tais condições, principalmente no inverno gélido que se sente por lá. Um cenário que por longos anos seria tudo menos harmonioso entre o povo e as condições locais, o que levou a que boa parte da população, em busca das condições dignas e de emprego menos árduo, abandonasse a sua terra natal em busca das cidades.



Fig. 72 - Casa do moleiro antes da reconstrução - Longra (foto cedida por Conceição e António Janela)



Figs. 73 a 75 (de cima para baixo) - Moinho da Amoreirinha e Casa em restauro - Longra (fotos de autor)

DICOTOMIA ASSIMÉTRICA

Em meados do século XVIII, um conjunto de substâncias, circunstâncias e condições, inerentes às gerações anteriores, desenvolveu um clima de grande e inesperado progresso, alterações profundas em todas as dinâmicas sociais, encaminhando a comunidade ocidental e americana, para a segunda fase de modernização, ou modernidade média, que se desenvolve até finais do século XIX, época também conhecida pela *Era das Máquinas*, ou *Revolução Industrial*. Num ambiente de grande criatividade e iniciativa, em que as mentes talentosas, impulsionadas pela paixão e ambição e aspirando por modelos de rápido sucesso individual, aplicaram o conhecimento em busca de resultados práticos cada vez mais rápidos, cria-se uma torrente de novas ferramentas, ciências, conhecimentos, métodos e processos, que aumentaram o poder, o rigor, a potência e a eficiência do corpo humano. A máquina a vapor (no século XVIII), a turbina hidráulica (no século XIX), a electricidade, o motor de combustão interna, (também conhecido por motor de explosão no séc XX), e todas as outras ferramentas tecnológicas que delas advêm, permitiram a produção, armazenamento e distribuição de energia mecânica (gás, electricidade e vapor) dando asas ao abandono gradual da energia física (homem e animal), das ferramentas manuais e do processo de manufactura, pelas *máquinas* e pela fábrica. Transformam-se ideias em tecnologias cada vez mais eficazes que lideraram, à velocidade da luz, revoluções científicas e industriais (transportes, comunicações, agrícola, têxtil, farmacêutica, etc.) que por sua vez desencadeiam, um conjunto revoluções sociais e urbanas (revolução demográfica, filosófica, religiosa e política), forjando mudanças sem precedentes entre *o progresso material* e *a mobilidade social*, segurança e higiene. (CASTELLS, 2002, pp.41,45,46, 85).

Com o incentivo do estado, sucede-se a proliferação das indústrias de extracção (carvão), siderurgia (ferro), química e metalúrgica (aço) que acabaram por inspirar a expansão de vários sistemas infra-estruturais (electricidade, canalização, caminhos de ferro), a construção de portos e mais tarde aeroportos, que juntamente com os desenvolvimentos das indústrias de transportes (comboio, barco a vapor e mais tarde carro e avião) e comunicação (telefone, rádio, telégrafo e mais tarde a televisão que revolucionavam o sistema de informação da imprensa e dos governos, etc...), criaram condições extraordinárias de circulação de bens, pessoas, informação e serviços, cruciais ao desenvolvimento de novos mercados virados para os moldes capitalistas de procura de lucro e investimento dando força e eficácia na regulação dos preços, compras e vendas. (CASTELLS, 2002, pp. 15,45,35,40,45)



A Revolução Industrial, se por um lado a encaminhou para a queda no preço das mercadorias, maior acessibilidade aos produtos e consequente aumento do consumo, provocando uma reviravolta no sistema capitalista (primeiro industrial e mais tarde monopolista ou financeiro), por outro induziu a grandes problemas não só ambientais (poluição do ar e dos rios, visto a consciência em relação à poluição dos solos ser mais tardia) como sociais (principalmente a classe operária que teve de enfrentar acidentes nas máquinas, desemprego, péssimas condições de trabalho, que juntamente com baixos salários e a monotonia da função única e estagnação do sistema laboral, desmotivação, e por consequência a diminuição do rendimento do proletariado). Problemas esses que desenvolvem um ambiente de desagrado nas últimas décadas do século XVIII, que despoleta novas versões filosóficas, políticas e artísticas que se negavam a vangloriar todo este processo de busca incessante de lucro e riquezas, por parte dos produtores e industriais, empresários e burgueses, a par das contrastantes condições de vida miseráveis e precárias do operariado. Peça fundamental para esta revolução social, foi a constituição do Estado-Providência. Com a passagem do Estado Liberal para o Social (XIMENES, 2007, p.4) constrói-se um padrão interactivo (Fernand Braudel, cit por CASTELLS, 2002, p. 6) que desenvolve e subdivide o **território**, em prole de políticas de centralização e mais tarde de descentralização, atingindo ao longo do século XIX, um crescente equilíbrio entre sociedades e regiões geográficas<sup>24</sup>.

24 A Geografia regional, corrente desenvolvida por La Blache (1845- 1918), defende a existência de diferenças distintas entre regiões geográficas resultantes da harmonia entre as condições naturais, heranças históricas e a criação humana, resultando unidades com características individualizadas e únicas.

2ª REVOLUÇÃO URBANA<sup>25</sup>

A cidade renascentista ganha força e destaque com a Industrialização e desenvolve, sob um espírito *iluminado* e *liberal*, de avançado conhecimento técnico-prático e científico, novos espaços de produção, comércio e razão.<sup>26</sup> As ruas alargam-se, resolvendo problemas de salubridade e de constrangimentos a nível de transportes e infra-estruturas, permitindo a reconciliação entre o interesse da circulação, salubridade, saneamento e abastecimento de electricidade e água, com preocupações estilística como o embelezamento refinado do espaço público, com passeios, montras, árvores e fachada dos edifícios. As avenidas transformam-se em alamedas ou boulevards, mas estas continuam rectilíneas e a ser projectadas segundo eixos de simetria e pontos de fuga, conservando a métrica cada vez mais regular, que ainda fornecia o ideal de cidade aprazível para o urbanismo da segunda metade do século XIX. Segundo Benévolo (2007, p. 211), o *historicismo torna-se, deste modo, o terreno de cultura necessário à preparação desenvolvimento moderno*. Segundo o autor (pp.210,220) *a revolução industrial faz mudar não só os processos construtivos, mas altera sobretudo, de um modo decisivo, aquilo a que se pode chamar procura dos bens arquitectónicos, originando o aumento desmedido do valor da produção, da dimensão dos problemas construtivos e urbanísticos e, finalmente, da rapidez das transformações impostas à paisagem urbana e rural. (...) O mesmo se passa no campo urbanístico (com os traçados axiais, a repetição dos habituais modelos barrocos), que aumenta as suas dimensões até os contornos construtivos do ambiente ficarem desfocados (deixando que domine, em primeiro plano, a massa fluente dos transeuntes e dos veículos).*<sup>27</sup>

25 As cidades e o urbanismo conheceram assim uma verdadeira revolução quando comparados com as cidades e com as concepções arquitectónicas e espaciais da primeira revolução urbana, conduzindo, in fine, a um urbanismo **fordo-keynesio-corbusiano** - expressão de uma racionalidade simplificadora com o seu planeamento urbano, os zonamentos monofuncionais, as estruturas urbanas hierárquicas, adaptado à 'produção e ao consumo de massas, com os seus centros comerciais, as zonas industriais e as circulações rápidas e, também, de uma concretização do Estado-providência com os seus equipamentos colectivos, os serviços públicos e a habitação social. (ASCHER, 2012,p.31)

26 A primeira necessidade é, com efeito, adaptar as cidades às exigências da produção, do consumo e das trocas mercantis. Isso requer uma malha de grandes vias de comunicação servindo nomeadamente as gares e os grandes armazéns e toda uma série de redes de águas, de esgotos, de energia (gás, electricidade e vapor) e de informação (telégrafo, telefone, correio pneumático)" (ASCHER, 2010, pp. 27-28)

27 A convenção revalista ou historicista da cidade burguesa renascentista, está bem presente nas intervenções de reordenamento das cidades industriais francesas, inglesas e alemãs após as revoluções de 1848 e na adaptação das novas tecnologias, matérias e processos construtivos, dos exemplos de arquitectura académica parisiense, como a Ópera de Paris (1861-1875), de Charles Garnier, o Grand Palais (1897-

Com o triplo processo de Revolução Industrial, Revolução Demográfica e o êxodo rural agora acentuado, a cidade aumenta a necessidade de densificar e expandir os seus limites por campos e arrabaldes, desencadeando uma alteração radical e irreversível de dimensão/escala<sup>28</sup>. As infra-estruturas e habitações expandem-se pelo território, *o movimento ocupa um lugar cada vez maior, as ruas alargam-se, as cidades expandem-se, os subúrbios proliferam, agrupando de uma nova maneira populações e actividades*, (ASCHER, 2010, p. 27) e a curto prazo, a cidade deixa de estar delimitada fisicamente (por muralhas, rios, mares, montanhas), e desenvolve limites virtuais de **urbanização** (perímetros urbanos) (LAMAS, 2010, p.206). Passa então a ser lida como área urbana, (DOMINGUES, 2009, p. 32 ), área extensa, de convergência e confluência de mercadorias, bens, serviços, informação, pessoas e capital financeiro, não só local, mas advindo de várias localidades que estabelecem com ela relações sociais, políticas e económicas, etc.

Multiplicam-se os órgãos de equipamento e de serviço (gares de caminho de ferro, estações dos correios, armazéns comerciais, etc.), as redes infra-estruturais (águas, saneamento, acesso a fontes de energia, estradas, portos, aeroportos, etc.) e os meios de transportes e comunicação (telefone, o telégrafo, linhas de transportes colectivos, como o eléctrico, o barco e o comboio a vapor e, mais tarde, mecanismos de deslocamento individual como o automóvel<sup>29</sup>, etc.), alarga-se a escala das deslocações horizontais e libertam-se as potencialidades de relação, dando início a ocupações e implantações distantes do centro, ao que hoje denominam de subúrbio<sup>30</sup>.

1900), o Petit Palais (1896-1900) e a Gare d’Orsay (1898), ou para as imensas coberturas das estações ou dos ambientes de exposição - desde o Palácio de Cristal de 1851 à Galerie des Machines de 1889 , ou ainda os arranha-céus protomodernos americanos.,

28 *A compressão no interior dos perímetros fortificados deixa de ser necessária permitindo alterar o entendimento da cidade. Devido às necessidades de consumo de solo pela industrialização a cidade invade o campo e alastra indiscriminadamente para fora das muralhas e fortificações.* (LAMAS, 2010, p.204).

29 *Mesmo que a sociedade e a economia fossem neutras, a verdade é que o automóvel – não esqueçamos que o automóvel é o produto que está na raiz do Fordismo, enquanto modelo económico que associa a produção e o consumo de massas – muda tudo em matéria de mobilidade, espacialidade e temporalidade. Durante séculos a humanidade viveu constrangida pelas distâncias e pelo atrito territorial. Intensidade e complexidade funcional e densidade e aglomeração, eram correspondências necessárias para produzir a compacidade urbana e os seus limites mais objectivos. O caminho-de-ferro no séc. XIX conduzia a expansão suburbana por linhas e pontos de acesso a essas linhas, embora com uma lógica colectiva de uso e de exploração. Com o automóvel (e os outros veículos motorizados, como o camião), perdido grande parte do atrito do território, já não é necessário que a proximidade ou a aglomeração física sejam pré-condições da intensificação das relações e das trocas materiais e imateriais.*(DOMINGUES, 2008, p.7).

30 O subúrbio nasce com a necessidade de deslocar os locais de emprego e habitação para zonas distantes do centro (zonas disponíveis para grandes complexos e intervenções), mais tarde segue a implantação de **novos** centros de produção e de consumo (centros comerciais, as zonas industriais e as circulações

A cidade Industrial de desenho tradicional, cresce indefinidamente e equipa-se de um conjunto de edifícios cada vez maiores, que ostenta o verdadeiro domínio capitalista e poder político das elites, e denota uma assumida discriminação social. (BENEVOLO,2007, p. 214) A organização do novo espaço citadino, associado ao novo sistema económico capitalista, promovia a segregação sócio-espacial e hierarquização, tanto na vertical, pelo facto de os mais abastados viverem nos andares de cima e os mais pobres no andar de baixo, como na horizontal, expulsando os complexos fabris para os subúrbios da periferia, que arrastam consigo os bairros operários, de condições nada higiénicas, insalubres e desconfortáveis, construídos lado a lado com as indústrias e a poluição. Mesmo aqueles operários que habitavam nas cidades viviam em ilhas ou em vilas, em construções sem condições mínimas sanitárias, miseráveis e precárias, condensadas no interior dos quarteiros para aproveitamento do solo.<sup>31</sup>

Uma vez consolidada, esta industrialização in situ acabou por formar uma concentração financeira e uma cultura técnica industrial, operária e empresarial, uma rede que ajuda a reforçar os sistemas locais de produção e explica o acantonamento geográfico das actuais especializações industriais. Aglomerações que mais tarde dão origem a *distritos industriais*, de áreas em que a mão-de-obra e sistema de produção são especializados e de fácil difusão dos conhecimentos e das inovações, que evoluem por mimetismo, inter-relação e emulação. (DOMINGUES,2010, s.p.) Aglomerados de ambiente propício à interactividade dos sistemas tecnológicos (troca de ideias, problemas e soluções), que se traduzem em modelos de desenvolvimento urbano de carácter inacabado, em imagens e perfis de cidade imperfeito com menor diversificação de serviços e menor qualidade patrimonial. (FIGUEIREDO,A.,2006,p. 388)

rápidas, equipamentos colectivos, os serviços públicos e a habitação social) com ligação aos centros urbanos. As primeiras realizações de subúrbio datam os finais do século XVIII, nos arredores de Londres, com habitações de qualidade em meio de jardins e parques de maior conciliação entre o campo com a cidade. (LAMAS, 2010, p.206).

31 *Todavia, as imperfeições da cidade do século XIX revelam inteiramente os defeitos deste esquema operativo; fica incluída nesta cidade apenas uma parte dos elementos que constituem a sociedade industrial, isto é, aqueles que interessam directamente à classe burguesa que detém o poder; uma outra parte conspícuo – em primeiro lugar as próprias instalações industriais e, em seguida, as habitações do proletariado urbano - é expulsa e colocada numa ‘periferia’ indeterminada.(...) As regras tradicionais do desenho urbano servem, na realidade, como instrumentos desta discriminação social; auxiliam as intervenções técnicas, mas impedem uma aplicação desinibida das potencialidades já existentes na tecnologia da época e nos seus rápidos progressos. Por isso, à medida que se vão notando as contradições do sistema, parece urgente abolir, antes de mais, a ostentação formal resultante da tradição.* (BENEVOLO,2007,pp.212,214).

URBANISMO

Na tentativa de encontrar alternativas e soluções para problemas da cidade burguesa e industrial, surge, no século XIX, a necessidade de desenvolver novos estudos (para compreender princípios estabelecidos pela realidade confusa e caótica da cidade industrial), procedimentos e serviços públicos, capazes de estruturar, organizar, planificar, projectar e intervir no espaço urbano, de modo a controlar a extensão acelerada e descontrolada das periferias e combater a desigualdade social. A cidade é agora um espaço de movimento que assume relações que ultrapassam a esfera local, exigindo que se tenha uma visão da cidade inserida num contexto político-económico mais abrangente. (DOMINGUES, 2009, p. 33) É importante aqui entender que espaço urbano é colocado como o que abrange todas as suas áreas de influência, inclusive o meio rural tangente, pois não se pode desprezar as relações sócio-económicas , culturais e espaciais, sobretudo de troca, então existentes. Surgem as mais variadas propostas e modelos de desenvolvimento urbano, adaptados às suas práticas, modos de pensar, intenções espaciais e estéticas, de estilo e gosto, de condicionantes preexistentes, topográficas ou territoriais das múltiplas cidades industriais. Nasce então, o urbanismo como campo autónomo de conhecimento, considerado como uma ciência, como uma arte e como uma técnica, que tem a cidade, como o seu principal objecto de estudo. (ASCHER, 2010, p. 26) O urbanismo passa a ser o suporte físico da organização de uma sociedade económica e socialmente urbana, tendo como ossatura a cartografia do solo e da edificação, das redes de infra-estruturas e dos sistemas de serviços de distribuição e transporte de pessoas, mercadorias, informação e energia. Encontra-se na atitude de confluência estratégica de todos os grandes problemas com que se debatia a sociedade oitocentista: circulação, saneamento básico, melhoria do ambiente e transformação estética das cidades.<sup>32</sup>

O sentido de urbanismo, para muitos autores, nasce com a civilização urbana, embora o termo não existisse desde o tempo em que o homem criou organização morfológica para o espaço das cidades, pois desde que surgiram as

32 É no contexto de crescimento demográfico, desenvolvimento tecnológico e industrial e forte mobilização científica e técnica, que emergem progressivamente novas concepções de cidade, adaptadas às novas exigências de crescimento, de funcionamento, da produção, do consumo e das trocas mercantis. (ASCHER, 2010, p. 28).

primeiras comunidades, há indícios de uma organização hierárquica de espaços de poder (a exemplo da Polis grega e a Civitas romana, na civilização antiga) , ou para a defesa do território, o que nos leva a crer que o Urbanismo já se praticava como acção de ordenamento do território, porém, sem carácter científico. *Existem várias versões para o surgimento do termo Urbanismo*<sup>33</sup>, contudo a sua essência de preocupação plástica de acordo com os valores dominantes da sociedade, que se colocava de maneira a favorecer o modo de vida colectivo na cidade, assim como controlo das instituições e organização ou ordenamento da ocupação do solo, das fachadas, da segurança e da circulação pode ser observado desde a Idade Média. (LAMAS, 2010, p. 231)

As cidades conheceram uma verdadeira revolução com novos pensadores especializados<sup>34</sup>, que reconciliam os aspectos jurídicos e as ideias da *estética edilícia* de École des Beaux Arts. Junto à presença muito forte da vertente francesa, como podemos verificar na grandeza da projeção de avenidas, diagonais e edificação pública, imposta em Paris pelo Barão Haussmann (1809-1891), plano que corrige os defeitos através dos conceitos higienistas, funcionalistas e de *arte urbana*, e na intervenção em Barcelona de Ildefonso

33 *Existem várias versões para o surgimento do termo ‘Urbanismo’, porém a mais difundida é de origem francesa. Segundo Bardet (1990) este termo surgiu por volta de 1910, na França, no Bulletin de la Société Géographique para denominar uma “nova ciência” que se diferenciava das artes urbanas anteriores por seu caráter crítico e reflexivo e, pela sua pretensão científica, sendo epistemologicamente o estudo da cidade (urbe, do latim significa cidade). Alfred Agache, um arquiteto (ou arquitecto-urbanista), auto-denomina-se como criador do termo (AGACHE,1931), e conceitua o Urbanismo como: ‘Uma ciência, e uma arte e, sobretudo uma filosofia social. Entende-se por urbanismo, o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento das edificações, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito, mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana, sem descurar as soluções financeiras’. No entanto, Segundo Bonet Correa (1989) o termo Urbanismo teria sido criado em 1868, quando Cerdá escreveu a Teoria General de la Urbanización e surge em 1910, apresentado no Congresso de Londres onde se reuniram vários dos estudiosos pioneiros no campo do Urbanismo. Neste ano seria utilizado pela primeira vez o termo ‘Urbanismo’ e se realizou a primeira exposição sobre o mesmo, que teve lugar em Berlim, na Alemanha. (SANTOS,2010, s.p.).*

34 Como Josef Stübben (1845 -1936), que se preocupa em isolar os problemas e resolvê-los através de modelos; como Heugene Henard (1849 - 1923) que adapta a cidade aos meios de transporte e novas infraestruturas, como Camillo Sitte (1843- 1903) que critica a rigidez e falta de imaginação nos traçados repetitivos dos planos de expansão alemães, que considera mais determinado por questões, como o tráfego e as infra-estruturas, e menos preocupados com os resultados paisagísticos, ambientais e morfológicos; como Undwin, cuja reflexão recai sobre a problemática do *irregular* e o *regular*, dando-se um dos primeiros passos na ruptura da cidade tradicional, pela reformulação das relações da rua com o lote e o edifício, procurando o equilíbrio entre as necessidades funcionais e os objectivos estéticos na cidade; como a escola francesa de urbanismo formal, que na construção de *cidades novas* baseadas na teoria de *‘cidade industrial’* (projecto utópico e ousado) de Tony Garnier (1869 – 1948), e a *‘Cidade Linear’* de Soria e Mata (1844-1920), aceitavam a *forma* como o produto final do urbanismo, privilegiando o desenho que não destruía as bases medievais, mantendo uma relação entre a expansão formal e a base histórica da cidade, como nos ensinava Marcel Poete (1866-1950). (LAMAS, 2010)

Cerdá (1815- 1876) que, com o *plano de entroncamentos*, desvirtua a trama da ampliação da cidade para lhe dar um *caráter nobre e monumental*; devemos também contabilizar os movimentos que se desenvolveram na Inglaterra nas últimas décadas do século XIX, originados entorno das ideias propostas dos grupos *Arts and Crafts*, como John Ruskin (1819-1900) e William Morris (1834 - 1896), como a Cidade Jardim, em 1899, de Ebenezer Howard (1850 - 1928), que realizava as utopias sociais, as preocupações higienistas e a vontade de juntar *o melhor da cidade e o melhor do campo*, tudo no mesmo cenário. Segundo *Garden City Association*, as superfícies das cidades densamente povoadas eram insuficientes para suprir a população de ar fresco e áreas livres desejáveis à recreação sadia (PEGORETTI & SANCHES, 2005, p.2) apelando à criação de novos bairros suburbanos especializadas de habitação, lazer e recreio, como resposta às necessidades das classes mais favorecidas, iniciativas que por vezes foram promovidas pelos industriais mais esclarecidos e sensíveis às condições de vida dos trabalhadores.<sup>35</sup>

Nos inícios do século XX, o sistema produtivo e capitalista financeiro já estão impostos como principais modos de desenvolvimento, fazendo dos órgãos de equipamento de serviço das redes infra-estruturais, dos meios de transportes e comunicação, os principais orientadores formais da cidade (LAMAS, 2010, p.204). Os interesses da industrialização, dos meios da produção e comercialização em larga escala, os interesses das grandes imobiliárias, das empresas construtoras, do mundo dos associados e incorporadores, etc., instalam-se como elementos de poder locativo e torna-se impossível a conciliação dos interesses económicos com a arte urbana<sup>36</sup>. E são as lutas constantes contra

35 Em Portugal poderemos citar exemplos do Fontismo em Portugal e do Almada no Porto (1703/1786). A segunda metade do século XIX é caracterizada por um período de grande desenvolvimento económico e de franca melhoria das condições de vida. Com o impulso de Fontes Pereira de Melo, as últimas décadas do século, denominadas por *Fontismo* assistem ao programa de melhoramentos materiais em meio urbano e à execução de grandes infra-estruturas de circulação no território português (como a rede de caminhos-de-ferro e as comunicações), promovendo uma maior capacidade de integração do espaço interno e esboçando as ligações internacionais, ferroviárias e marítimas na tentativa de recuperar do atraso imposto pelas invasões francesas e posterior guerras liberais. (SILVA & CARDOSO, 2000) Para consulta do ordenamento da cidade do Porto, as estratégias para a renovação da cidade existente e para a planificação do ordenamento das zonas que se estendiam para fora das muralhas (influenciada pelos planos pombalinos da reconstrução de Lisboa), nos finais do século XVIII, sob a orientação iniciada por João de Almada e Melo consultar o seguinte blog: <http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/08/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos.html>

36 *Emergem quase instantaneamente, grandes extensões de loteamentos que requerem quadriculas até a exaustão, sem preocupações urbanísticas e estéticas, passando a desenvolver-se cidade, por extensão de loteamento e não pela organização do espaço urbano. A oferta e procura de alojamento, abre caminho à sobreposição dos interesses económicos sobre o desenho urbano. Os processos de loteamento e edificação desligam-se da arte urbana e da arquitectura e vão-se tornando meros instrumentos de preparação do*

a especulação e limitação da propriedade privada, que motivaram o pensamento urbanista e higienista do séc. XX (ASCHER, 2010, p. 29)

Enfrentam-se batalhas renhidas entre ideologias políticas e sociais e, na convergência das forças vanguardistas num movimento unitário (BENEVOLO,2007, p.220), implanta-se o movimento moderno, que conduz, no rescaldo de pós-guerra, ao repúdio moral do *urbanismo formal* e sua burocracia conformista, que se preocupa mais com os resultados quantitativos do que qualitativos, contribuindo em larga escala para a destruição da vida urbana. Desenvolve-se um período de intensa actividade teórica (com o aparecimento de tratados, investigações e as primeiras revistas do urbanismo), institucional, (pela criação dos primeiros corpos legais que regulamentaram a gestão das cidades, com a obrigação da realização de planos), e construtiva (forte actividade de construção de edifícios e equipamentos, com novos assentamentos urbanos que a devastação das guerras mundiais, e a expansão das cidades exigia), e a cidade tradicional e sua morfologia torna-se a pouco e pouco obsoleta, antiquada e pejorativamente académica<sup>37</sup>. Teorias e Práticas que se dividem entre duas visões dicotómicas: a cidade bucólica de referência à cidade-jardim e a ville-radieuse de referência à cidade máquina (existindo no entanto quem defenda que a mistura entre as duas vertentes é que se sentia mais forte)<sup>38</sup>.

*solo para o investimento e construção. A especulação fundiária é desde logo incompatível com o desenho urbano.* (LAMAS, 2010, p.208).

37 Podemos referir o zonamento de Agache (1875 – 1959), a crítica ao quarteirão, as regras de afastamento de edifícios e as suas relações de altura com densidade populacional de Gropius (1883 -1969), a arquitectura orgânica de Lloyd Wright (1890-1978), a unidade de habitação e à cidade radiosa de Le Corbusier (1887 -1965), a cidade ideal da famosa sociedade dos CIAM e a sua carta de Atenas (1930), de onde sobressaltam tipologias de torre, banda e bloco, teorias e propostas de controlo do solo e a libertação máxima de espaço (planta livre), que influenciaram os urbanistas até a década de 70 (LAMAS, 2010).

38 *Os dois grandes ramos em que Françoise Choay reagrupou as tendências, opiniões e opções socio-ideológicas: o urbanismo culturalista, que privilegia os valores culturais e tradicionais; e o urbanismo progressista, que põe o acento no progresso, na eficácia e na técnica. No entanto, como defende David Man- gin, existe um processo muito mais complexo, de influência recíproca entre os dois modelos, que procura compatibilizar os valores da cidade-jardim e a generalização do automóvel* (SOLHEIRO, 2009/2010, p.29)



DICOTOMIA INDUSTRIAL

O sentido de espaço urbano, para muitos autores, nasce com a civilização, como por exemplo, com a Polis grega e a Civitas romana na civilização antiga. (LAMAS, 2010, p. 231) Mas o neologismo *urbanização* foi cunhado nesta época, por Ildfonso Cerdá (1815- 1876), nos seus escritos da Teoria General de la Urbanización (1868) designando, para além dos sentidos administrativos (de controlo e assistência) e culturais (de multifuncionalidade, pluriactividade, desenvolvimento pessoal e colectivo, resultantes da concentração de pessoas, infra-estruturas, equipamentos serviços e investimentos), a ideia geral dos meios e das formas construídas nas cidades (o planeamento, o desenho, etc.)<sup>39</sup>. A acção sobre a urbe (urbanismo) era por isso completamente diferente da acção sobre o espaço campestre (PORTAS, et. al. 2011, p. 21). Face a uma imagem de cidade infraestruturada, desenvolvida, planeada e projectada, que se modernizava e industrializava a olhos vistos, palco, por excelência, do urbanismo e do progresso, e face à contrastante falta de recursos e investimentos na ruralidade, mundo não infra-estruturado nem industrializado, de imagem não competitiva e incapaz de acompanhar as grandes evoluções modernas<sup>40</sup>, nascem vários pensadores políticos, que analisaram estes problemas de uma lógica referente à ordem, provocando grande discussão em diversas áreas do conhecimento, na busca de utopias sociais que apontavam alternativas à sociedade industrial e soluções para os seus problemas económicos, sociais, urbanos e rurais. (LAMAS, 2010, p.210)

Para Marx (1818-1883), e Engels (1820-1895) e, um século mais tarde por Weber (1864-1920), embora em sentidos mais ténues e indirectos, a fonte de acentuadas diferenças geográficas, económicas, sociais e culturais entre o meio citadino e campestre situava-se na divisão do trabalho, funcionalidade associada como base representativa de classes sociais a favor ou contra/re-

39 *Atalhando caminho, aquilo que se chama urbanização não é senão o modo de territorialização de uma sociedade económica e socialmente ‘urbana’, e o suporte físico da sua organização. A cartografia das redes de infra-estruturas e sistemas de serviços de distribuição e transporte – de pessoas, mercadorias, informação e energia – é a ossatura da cartografia da urbanização.* ( DOMINGUES, 2009, p.34).

40 *Na primeira metade do século, as consequências da revolução demográfica e económica, o aumento de população, as migrações do campo para as cidades, o desenvolvimento das instalações industriais e das infra-estruturas necessárias à nova economia - estradas, canais, caminhos-de-ferro - manifestam-se gradualmente e põem em oposição cidade e campo, sem que existam instrumentos eficazes para disciplinar a distribuição destes factos pelo território; é a época em que os primeiros teóricos do socialismo pensam em novas formas de convivência ditadas pela razão pura, contrárias às existentes.* (BENEVOLO,2007, p. 211).

sistentes ao desenvolvimento do capitalismo da Europa Ocidental. O urbano era associado à actividade industrial, comercial ou de *prestação de serviços pessoais e sociais* de apoio à qualidade de vida (infra-estruturas, equipamentos e serviços), espaço dinâmico e propício ao investimento e por isso mesmo mais desenvolvido e moderno; e, o rural ainda associado à função original de *produção de bens alimentares* (para abastecer mercados urbanos) espaço mais tradicional, resistente à industrialização e à urbanização e por isso tido como arcaico. João Ferrão (2000,p. 46) acrescenta ainda duas funções: à ruralidade, o *papel de refúgio e segurança que as áreas rurais sempre desempenharam em épocas de crise para as populações citadinas* e uma nova função-chave à ruralidade deste período, *a de fornecer mão-de-obra desqualificada e barata para as actividades económicas em acelerado crescimento, nas cidades*. Esta nova associação da cidade à modernização e à qualidade de vida (urbanismo e industrialização), e do campo à sua resistente e consequente perda progressiva *de centralidade económica, social e simbólica*, vai direccionar, segundo João Ferrão (2000,pp. 46-47) a dicotomia de natureza *(aparentemente) simbiótica para assimétrica*.<sup>41</sup>

*Como sugerimos anteriormente, associada aos modelos e políticas de desenvolvimento saídas do paradigma dominante, encontrava-se a delimitação de configurações territoriais dicotómicas, através da imposição de centros/polos de crescimento (geralmente urbanos e industriais, onde se concentravam os processos de tomada de decisão de natureza política, económica e social) e da definição em simultâneo de áreas subdesenvolvidas. Associada a esta dicotomia centros de crescimento/áreas subdesenvolvidas, encontrava-se uma outra dupla dualidade: a dicotomia rural-urbano e a dicotomia agricultura-indústria. Os referenciais desta (dupla) dicotomia (i.e. o urbano e a indústria) para além de condicionarem e determinarem a forma do desenvolvimento, definiam, por oposição, o rural, o agrícola e o subdesenvolvido. Neste sentido, os espaços rurais seriam integrados – ainda que de forma selectiva e de acordo com o interesse económico que representavam para o processo global de crescimento – no modelo de desenvolvimento de tipo urbano-industrial (e.g. Houé, 1989; Stöhr, 1989;Melo, 1992). (FIGUEIREDO, E. 2003, p. 5)*

41 *Diversificam-se, pois, as relações de complementaridade rural-urbano, ao mesmo tempo que a sua natureza tradicional (aparentemente) simbiótica vai dando lugar a interdependências cada vez mais reconhecidas como assimétricas. Em consequência, a cidade organicamente integrada em áreas rurais perde importância relativa face à emergência de aglomerações urbano-industriais mais ‘autónomas’ e com maior capacidade de polarizar, do ponto de vista funcional, as áreas envolventes.* (FERRÃO, 2000,pp. 46-47)



DICOTOMIA MODERNA

Na década de 40, com a ajuda da formação do Estado-Providência, inicia-se a generalização da indústria pelo mundo rural, (particularmente visível após a 2ª Guerra Mundial) determinando, 30 anos mais tarde, a falência da dicotomia urbano/rural, assente em pressupostos de modernização e industrialização<sup>42</sup>. Aos poucos, a indústria ocupa a maioria dos campos e o rural. Para além do rural que se transforma fugazmente/ferozmente pela jurisdição urbanística, pela cidade em constante crescimento, o rural que se encontra mais afastado do centro urbano, também vai partilhar, embora de forma mais lenta, dos mesmos objectivos de progresso e especialização. Introduzem-se progressivamente, os métodos de mecanização, adubos, pesticidas, que obrigam a novas aprendizagens e saberes, e vão reduzindo drasticamente o tempo e a mão-de-obra necessários para o cultivo e manutenção de produções cada vez maiores. O tractor, o motocultivador, a ceifeira-debulhadora, mais tarde o avião, o motor de rega, os adubos químicos, herbicidas e sementes melhoradas, para além de elevarem o rendimento agrícola (produtividade), permitiram uma maior liberdade e autonomia do agricultor em relação à natureza. Melhorando e controlando a manutenção da fertilidade da terra, o camponês deixa de depender apenas dos equilíbrios do ciclo natural, fazendo recuar o peso das crenças e superstições no combate às pragas e doenças. (BAPTISTA, et tal.,1996, pp. 38- 39)

O rural industrializa-se e moderniza-se e a imagem dicotómica e simplista entre mundo industrial e resistente ao capitalismo torna-se controversa e imprecisa e levanta graves problemas relativamente a sua utilização. Segundo Mingione e Pugliese (1987,p. 92) existem três obstáculos à clara leitura da dicotomia: **a proliferação das indústrias ao domicílio em urbanização difusa** (a realocização de novos empreendimentos industriais de forma não uniforme para zona de mão-de-obra abundante e barata e com fracos efeitos de urbanização), **a difusão das pequenas indústrias nas áreas rurais** (indústrias que aumentam a produção mas mantêm o tamanho reduzido devido ao avanço

42 Os destinatários dos serviços de bem estar social, sejam eles camponeses pobres, trabalhadores rurais ou pobres da cidade, estão submetidos a jogos e processos políticos em que tanto a dicotomia ou a divisão entre os diferentes sectores económicos se diluem para dar lugar a outras lógicas - contrariamente a um preconceito bastante difundido, nem sempre as áreas rurais são esquecidas e prejudicadas nos sistemas de bem-estar, como nem sempre as áreas urbanas são eficientes e privilegiadas. (MINGIONE & PUGLIESE, 1987, p.90)

da tecnologia, indústria ao domicílio) e **a crescente analogia do processo de trabalho da agricultura com o das outras indústrias**. A dupla presença da pequena dimensão, tanto na agricultura como na indústria, ajuda a conjugar os elementos de flexibilidade de ambas, representando um maior grau de interpenetração entre agrícola, rural e indústria.<sup>43</sup> (MINGIONE & PUGLIESE,1987,p. 92) A diminuição de dimensão em média das unidades fabris, a proliferação de indústria em meio rural e o desenvolvimento da agricultura capitalista são factores que tiveram um papel decisivo na caracterização das várias experiências de industrialização, experiências que levantam graves problemas na identificação clássica da indústria à cidade e ao urbano.

Polanyi (cit por MINGIONE & PUGLIESE, 1987 p.87) já em 1944, insiste nas *realidades complexas, nos limites imprecisos e nas ambivalências*, criticando a generalização de um rural contra-corrente e resistente à indústria, existindo rurais industrializados que se mantinham ainda tradicionais. Para o autor, *o capitalismo e a industrialização caracterizaram-se mais pelos obstáculos e resistências ao longo dos tempos do que pelos seus mecanismos endógenos de propulsão e difusão*. Segundo Mingione e Pugliese (1987, p.86) os autores que defendem a associação do rural à resistência, esquecem-se de reconhecer a importância da ruralidade, nos primórdios do capitalismo, quer no papel histórico dos senhores da terra e da pequena nobreza rural no modelo prussiano de industrialização, quer para a acumulação primitiva de capitais<sup>44</sup>.

O rural nem sempre se manifestava contra a industrialização e nem sempre se evidenciava como alvo de exploração do capitalismo. E o facto de se admitir uma íntima correlação entre industrialização e a cultura urbana, acaba por despromover as experiências em ambiente rural a um grau de importância extremamente baixo, esquecendo fenómenos de modo nenhum secundá-

43 A industrialização em meio rural é considerada por muito autores como um dos processos que melhor explica a metamorfose dos campos in situ e a falência da dicotomia convencional rural/urbano. Esta industrialização ‘sem fractura’ cidade/campo e, muitas vezes, em continuidade com os saberes e a produção artesanal tradicional, é mais comum do que se pensa e existiu sempre que se verifica: uma tradição artesanal para auto-consumo familiar como o fabrico do ‘bragal’ para o enxoval da noiva; uma classe especializada de artesãos produzindo artefactos e alfaias agrícolas; ferreiros, oleiros, carpinteiros, pedreiros, latoeiros, ferradores; a existência de matérias primas locais – resina, madeira, argila, caulino, minerais, carvão, etc., a disponibilidade de capital (o caso dos ‘brasileiros’ ou de alguns aristocratas rurais ricos), saberes comerciais e de conhecimento tecnológico directo ou por via de uma sociedade (com um inglês, por exemplo); a vinda de mediadores entre a esfera local e outros mercados: redes de compra e de sub-contratação para venda noutros mercados e produção ao domicílio em teares caseiros. (DOMINGUES,2010, s.p.)

44 cremos que a contradição está principalmente ligada à concepção que Marx tinha do campesinato, a quem acaba por atribuir sempre uma posição conservadora, ou uma falsa consciência, por não estar disposto a ser sacrificado no altar do desenvolvimento industrial. (MINGIONE & PUGLIESE, 1987, p.87)

rios, como a industrialização muitas vezes em continuidade com a produção artesanal e tradicional. (MINGIONE & PUGLIESE,1987,p. 86)

A reinterpretação sociológica do paradigma urbano da escola de Chicago (Park)<sup>45</sup>, segundo Mingione e Pugliese, é destruída apenas 30 anos mais tarde, com os estudos de Gans (1968), que para uma melhor compreensão dos vários estilos de vida nas cidades ou em zonas de diferentes áreas urbanas, advogam o regresso aos paradigmas clássicos da sociologia relativamente às classes, ciclos de vida e grupos étnicos. Estudos que comprovam a existência de *aldeões urbanos, de uma grande diversificação de estilos de vida suburbanos, de aldeias e de zonas rurais sujeitas a uma grande mobilidade social e formas de interação social anónima e heterogénea*. Para Gans, a natureza transitória e heterogénea das condições sociais não era apenas característica das cidades (nem de todas as cidades e áreas urbanas de igual modo) sendo fundamental para a obtenção de uma visão realista, embora especialmente difícil por não haver atalhos, suprimir a utilização do par dicotómico.

A constante falta de preocupação na simplificação destas duas realidades diversas de limites imprecisos entre ambas, em noções claramente antagónicas e estereotipadas, para facilitar os estudos, análises e propostas de desenvolvimento mais complexas, redundou na criação de preconceitos e de distorções cada vez maiores da realidade. E, por isso mesmo, no início dos anos 70, as ciências sociais, chegaram a conclusão, que, as fronteiras clássicas entre o rural e urbano, contribuem de facto, para ocultar fenómenos sociológico relevantes, chegando-se finalmente ao consenso de não se atribuir a esta dicotomia um valor qualitativo/interpretativo, podendo quando muito aceitar-se como uma forma convencional de agregar as questões. (MINGIONE & PUGLIESE, 1987 p.83, 84, 88, 89)

45 Sabemos que as características dominantes da cena social urbana variam conforme a área, a densidade e o diferente tipo funcional de cada cidade... Dum ponto de vista sociológico, pode definir-se cidade como um agregado relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogéneos. (WIRTH,1938,p.7-8, cit por MINGIONE & PUGLIESE, 1987, p.84)

*Começa assim a ganhar consistência uma nova ‘pós-rural/urbano’ em seu lugar que valoriza antes a oposição existente **entre um mundo moderno** (que pode ser urbano -industrial ou rural) e **um mundo arcaico** (predominantemente rural). É verdade que continua a persistir a ideia de que o mundo rural se encontra num processo estrutural de marginalização económica, social e simbólica. Mas a forte mercantilização da produção agrícola em massa vem deslocar a fronteira das grandes oposições, chamando a atenção para o fato de nem todas as áreas rurais estarem condenadas aos processos de agonia do ‘velho’ mundo tradicional. Neste novo contexto, a relação rural-urbano bifurca-se dando origem a uma partição das áreas rurais em função da sua proximidade (física mas também funcional e socio económica) aos principais centros urbanos. A diferenciação entre áreas rurais ‘centrais’, ‘periféricas’ e ‘marginais’ ou ainda a designação de ‘áreas rurais profundas’ evidenciam, com clareza, esta nova situação. Entre os centros urbanos e as áreas rurais ‘centrais’ ou ‘periféricas’ prossegue a tendência anterior de diversificação de relações de complementaridade desenvolvidas num quadro fortemente assimétrico. Pelo contrário, entre o mundo urbano e as áreas rurais “marginais” ou “profundas” as relações de complementaridade activa vão-se dissipando, já que estas últimas, alvo de uma sangria continuada de pessoas e recursos e com condições de acessibilidade particularmente desfavoráveis, pouco interesse despertam nos cidadãos.* (FERRÃO,2000,p.47)

ARQUITECTURA ASSIMÉTRICA DE BARCEL

Ao pretender abordar as questões associadas às industrialização e modernização de Barcel, o primeira evidência com que nos deparamos é a constatação da sua quase inexistência. Efectivamente, a ausência de preocupações institucionais com as áreas rurais, tem sido uma evidência, chegando a não conhecer realmente os impulsos importantes até meados do século XX. As regiões rurais portuguesas, a bem dizer, só a partir de 1960 começaram a beneficiar de investimentos para a expansão e melhoramento das infra estruturas, expansão de água canalizada, electricidade e estradas alcatroadas<sup>46</sup>, como também de educação/formação e valorização cultural da população (na Escola Primária e principalmente de formação profissional extra escolar ou pós-laboral, educação de adultos especializada- poda, extensão agrícola, tosquia mecânica, etc.- e visitas de estudo de jovens agricultores aos Estados Unidos...). Investimento na urbanização e industrialização em meio rural, que, embora de forma tardia, lenta e difícil, veio anular, como referido anteriormente a dicotomia assente em pressupostos de industrialização e modernização.

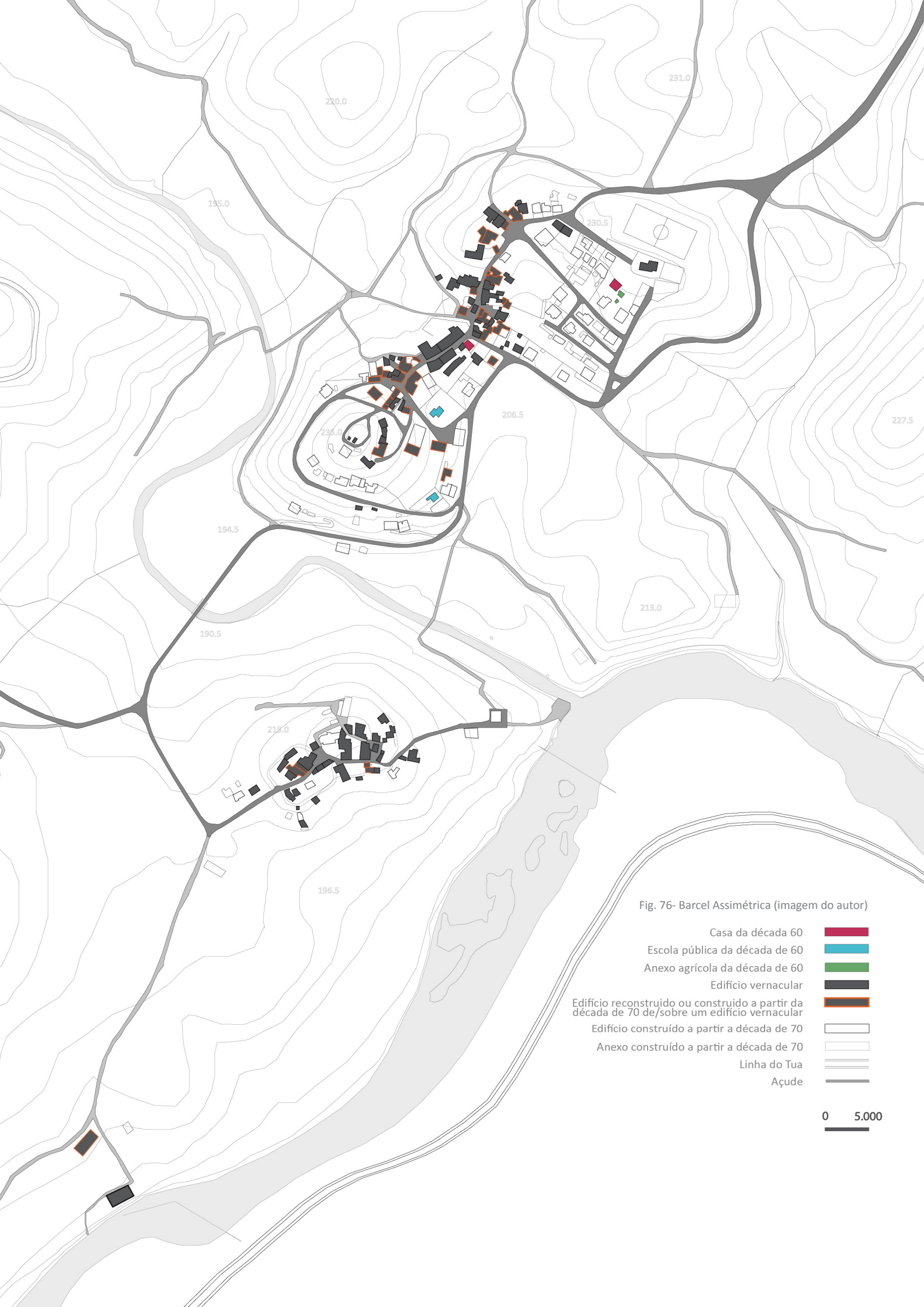


Fig. 76- Barcel Assimétrica (imagem do autor)

- Casa da década 60
- Escola pública da década de 60
- Anexo agrícola da década de 60
- Edifício vernacular
- Edifício reconstruído ou construído a partir da década de 70 de/sobre um edifício vernacular
- Edifício construído a partir a década de 70
- Anexo construído a partir a década de 70
- Linha do Tua
- Açude

0 5.000

46 O concelho de Mirandela inseria-se também nesta situação, tal como o concelho de Carrazeda de Ansiães, onde faltavam vias rodoviárias funcionais que permitissem acessos rápidos e imediato escoamento. O delicado problema da viação rural colidia, de algum modo, com a eficácia da acção municipalista e com a respectiva divisão administrativa. O governo central, para atender à premente situação de muitas aldeias, delineou, no plano Intercalar de Fomento (1965 a 1967) (...) Em 1964, Mirandela e a s aldeias deste estudo estavam melhor servidas pela via ferroviária do que pela rodoviária, o que acontecia com estas e com muitas povoações do distrito de Bragança, desde há longa data. As ligações ao mundo exterior eram abundantes e melhor estabelecidas através desta via de comunicação. O sucesso de novos empreendimentos ferroviários que surgiram, em 1967, na linha do Douro nos ramais do Tua e do Sabor, ficaram a dever-se aos inspectores Americo Costa e Leandro Cruz. (VISEU, 2007, pp.128,132) O Plano rodoviário para o distrito de Bragança, segundo Viseu (2007, p.128), plano a executar de 1965 a 1970 ( que abrangia o já citado Plano Intercalar de Fomento, em curso), teve um investimento de 61.660 contos e o encargo da comparticipação média anual de 10.270 contos.



A população e as condições de vida do distrito de Bragança em 1950				
Dados demográficos/estatísticos			Concelho de Mirandela	Distrito de Bragança
População	Actividades económicas	Agricultura e pecuária	68,5%	73,4%
		Actividades industriais	7,9%	6,9%
		Comércio e seguros		3%
		Serviços		12,3%
		População em centros de 5 mil e mais habitantes		3,6%
	Taxa emigratória		18,9%	
	Taxa de mortalidade		11,8%	
	Taxa de natalidade		29,4%.	
	Condições de vida	Estudantes dos 6 aos 12 anos, por professor primário		
Habitantes por receptor de TSF			179,7	
Espectadores em casa de espectáculos por habitantes			0,42	
Habitantes por cama, em estabelecimentos com internamento			955	
Habitantes por médico			2.928	
Habitantes por enfermeiro e auxiliar,			38.059	
Pessoas com 100 mil escudos e mais, de rendimento, por 10 mil habitantes			0,22	
Matéria colectável do imposto profissional por conta de outrem, por contribuinte (mil escudos)			18,5	
Energia eléctrica em Baixa Tensão, por consumidor particular (Kw)			115,7	
Habitantes por automóvel ligeiro			416,7	
Famílias com electricidade			4,4%	
Analfabetos, na população residente			38,1%	

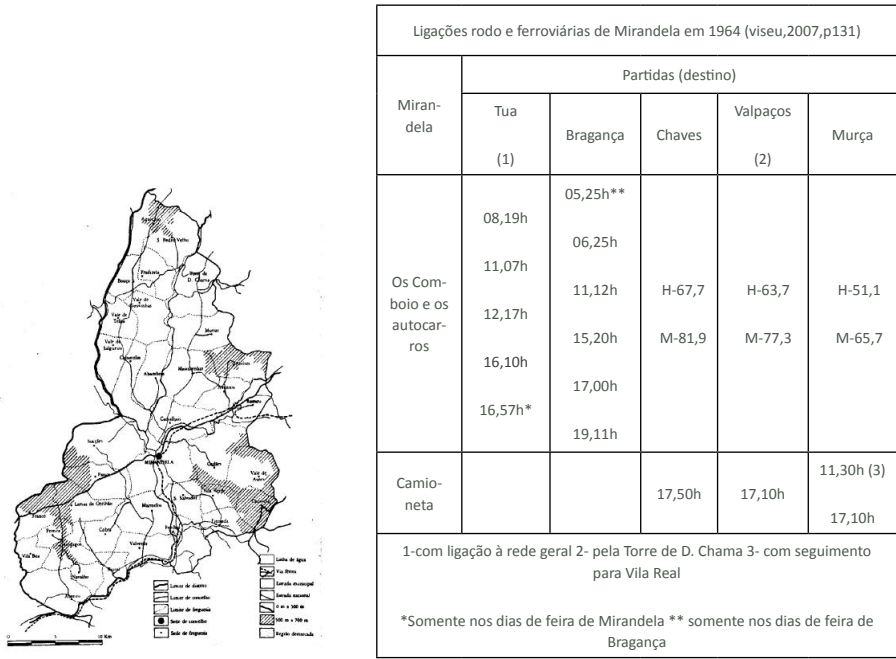
Fogos e equipamentos: distrito de Bragança em 1960							
Famílias	Fogos						
	Arrendados	Mais de 2 pessoas e 1 divisão	Com mais de 3 pessoas e 2 divisões	Equipados com			
				Água	Esgotos	Electricidade	Casa-de-banho
58 056	11794	6 559	7 932	6 334	4 936	6 366	2 792

Figs. 77 e 78 (de cima para baixo) - Tabela relativa à população e condições de vida do distrito de Bragança (REIS,1968, in VISEU, 2007, p.181.). Tabela relativa a o número de fogos e equipamentos: distrito de Bragança (Revista Análise Social. vol. IV, V, n° 11966, in VISEU, 2007, p.182)

Indicadores culturais e de educação, em % da população total						
	Nº de estudantes		Diplomados		Visitantes	
	Primário (crianças)	Superior	Primário (crianças)	Superior	Bibliotecas	Museus
1936-45	6,940	0,129	0,625	0,0142	6,61	4,46
1946-58	8,422	0,197	0,959	0,0198	10,11	9,18
1959-65	9,880	0,309	1,510	0,0257	17,89	17,27
1966-73	10,982	0,541	1,807	0,0397	31,27	29,59
1974-79	10,212	0,837	1,928	0,1042	41,06	27,04
1980-91	9,361	1,002	1,853	0,1086	-	46,80

Plano ferroviário da JAE para o distrito de Bragança,				
Concelhos	Povoações ainda isoladas		Povoações a ligar pelo presente plano até 31/12/70	
	em 31/12/64			
	Nº de povoações	Nº de habitantes	Nº de povoações	Nº de habitantes
Alfandega da fé	10	3 269	11	3 366
Bragança	35	6 168	29	5 539
Carrazeda de Ansiães	13	4 639	13	4 639
Freixo de Espada-à-Cinta	1	1 201	1	1 201
Macedo de Cavaleiros	21	4 191	13	4 261
Miranda	12	2 393	12	2 393
Mirandela	32	6 253	11	3 306
Mogadouro	23	6 459	18	5 816
Moncorvo	9	2 074	8	1 883
Vila Flor	6	1 306	6	1 306
Vimioso	10	4 182	10	4 182
Vinhais	45	10 224	29	7 472
Totais	219	52 359	163	45 364

Figs. 79 e 80 (de cima para baixo) - Tabela de indicadores culturais (NEVES, cit por VISEU,2007,p.353). Plano ferroviário da JAE para o distrito de Bragança (REIS, 1966, in VISEU,2007, p.129)



Figs. 81 e 82 (da dir. para a esq.) - Tabela de Ligações rodo e ferroviárias de Mirandela em 1964 (viseu,2007,p131)). Concelho de Mirandela: Região demarcada (SOUSA & PEREIRA, in VISEU,2007,p.311)

Ciclo Comemorativo: benefícios territoriais no concelho de Mirandela em 1966			
	Tesouro (contos)	Fundo do de- semprego (contos)	Câmara (contos)
Ensino primário	-	105.00	150,00
Abastecimento de água	666,25	743,25	459,50
Beneficiação de fontes Públicas	-	359,15	106,35
Estradas e caminhos municipais	889,40	-	253,60
Electrificação	-	-	644,00
Pavimentações dispersas	-	647,00	538,80
Arranjo à volta dos Paços do Concelho	-	344,00	530,00
Total	1 958,65	2 198,40	2 682,25

Fig. 83- Ciclo Comemorativo: benefícios territoriais no concelho de Mirandela em 1966 (REIS, 1966,ci por VISEU, 2007, p.193)

Ciclo comemorativo: benefícios territoriais no distrito de Bragança					
Benefícios		Tesouro (contos)	Fundo do de- sempre- go	Câma- ras (con- tos)	Total (contos)
Águas e saneamento	População rural	6 367,1	3 242,4	2 434,3	12 043,8
	População urbana	90	2 420,5	2 420,5	4 394
Viação rurais		16 347,3	812	812	21 767
Rede rodoviária		-	-	-	21 760
Electrificação rural		2 216	-	-	4 111
Beneficiação de povoações rurais		65	5 074	5 074	10 046,9
Bonificação de fontes públicas		-	1 657,25	1 657,25	2 192,3
Outros melho- ramentos	Construção de 7 lavadouros públicos	-	209	209	277
	Casa do Povo de Carrazeda de Ansiães	-	210,4	210,4	526
	Liceu de Bragança	-	-	-	11,500

Figs. 84 e 85 (de cima para baixo) - Tabela de indicadores dos benefícios territoriais no distrito de Bragança (REIS, 1966, in VISEU, 2007, p. 193). Tabela das Taxas de analfabetismo em Portugal e no distrito de Bragança de 1900-1970 (CORREIA, 1998, cit por, VISEU, 2007,p. 352.)

Taxas de analfabetismo em Portugal e no distrito de Bragança de 1900-1970							
Áreas territoriais	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960
Portugal *	74,5	70,3	66,2	61,8	49	40,4	30,3
Distrito de Bragança	H-71,3	H-69,9	H-67,7	H-63,7	H-51,1	H-39,3	H-31,5
	M-88,7	M-85,5	M-81,9	M-77,3	M-65,7	M-52,3	M-39,5

Albano Viseu dá o exemplo de duas aldeias *afortunadas*, do Distrito de Mirandela<sup>47</sup>, Cachão e Romeu, que sofreram grande renovação com os Planos de Fomento (1953 a 1973) e projectos regionais ajustados à época económica, que aproveitaram a instauração do sistema de previdência social e da assistência complementar na doença, na velhice, na invalidez para o mundo rural. Segundo o autor, houve no período de concretização de obras públicas na região (1957-74), o aproveitamento de recursos do turismo<sup>48</sup>, a imbricação de ideias plenamente encaixadas na História nacional, que proporcionaram uma melhoria de condição de vida e mobilidade<sup>49</sup>, investimentos *que foram vencendo o isolamento, em relação às sedes de concelho e à sede de distrito, que permitiam escoar os produtos e movimentar as localidades, trazendo novas pessoas, novas culturas, novas informações*. Segundo Viseu (2007), Mirandela, gozou de uma apreciável *hegemonia territorial*, devido à situação geográfica, praticamente equidistante de Bragança e de Vila Real, bem no coração da Terra Quente, assumindo uma importante posição económica, especialmente no sector agrícola, pela fertilidade do Vale do Tua e das suas ribeiras, na produção de azeite e de cereais. O dinamismo que adveio dessa riqueza económica fez de Mirandela uma localidade central, onde foram estabelecidos organismos ligados à agricultura e à pecuária e, já nos anos 60, à agro-indústria, tornando-se num elemento motor para o desenvolvimento de toda a região.

47 O concelho de Mirandela recebeu, durante o ano de 1966, ao abrigo do mesmo plano, 6.839,3 contos. (...) Os investimentos, no concelho de Mirandela, destinaram-se a concretizar as seguintes realizações: -Educação: 1 edifício com 2 salas de aula, em Mirandela, e a adaptação dos antigos Paços do Concelho, para neles funcionar uma secção da Escola Técnica; 1 Escola Primária em **Frechas**; -abastecimento de água ou melhoria do seu fornecimento, às freguesias de: Abreiro, Navalho, Torre de D.Chama, Avidagos, Mirandela, Passos e **Romeu**; -fontes públicas em: Assoreira, Vale de Lagoa, Caravelas, Freixedinha, Vila Verde, Aguierras, Cedões e Fradizela; -no domínio rodoviário (estradas ou caminhos municipais): Abreiro, Carvalhais, Lamas de Orelhão, Mirandela (CM 1.084) e Vale de Gouvinhas; -a electrificação de Freixeda e de Fradizela; a ampliação e remodelação da rede eléctrica da zona de Golfeiras; -a pavimentação das povoações rurais: Abambres, Avantos, Longra, Ferradosa, Cabanelas, Rego de Vide, **Romeu**, Franco, **Frechas**, Feixeda, S.Pedro de Vale do Conde, Mascarenhas, Pereira, S.Pedro Velho, S.Salvador, Vale de Asnes, Vale de Salgueiro, Vale de Telhas e Vila Boa. (REIS, citado por, VISEU, 2007, p. 193-194)

48 Portugal já dispunha das seguintes unidades hoteleiras: «181 hotéis de diversas classes; 431 pensões de várias categorias; 11 pousadas e 38 estalagens». Ao todo, havia «664 unidades», equipadas com: «19.971 quartos, tendo menos de metade casa-de-banho, e dispondo, no conjunto, de 38.812 camas». In REIS, R., Op. cit., (19/1/64), p. 1. (VISEU, 2007,p.135)

49 Mirandela pertence ao distrito de Bragança e localiza-se na parte mais central do nordeste, fazendo de transição entre o Alto Trás-os-Montes e o Alto Douro. Esta localização geográfica foi importante: representou um ponto de passagem obrigatório e transformou-se no cruzamento rodo e ferroviário mais importante da região.(VISEU, 2007,p.97)

Dos investimentos mais significativos podemos evidenciar: a abertura do troço entre o Tua e Mirandela, na Linha Férrea do Tua (1887); a reconstrução da estrada Mirandela -Vila Flor, EN 213, e da EN 15, que liga Porto a Bragança e a construção do complexo Agro-industrial do Cachão (CAICA de 1964-68) que, juntamente com um conjunto de factores atractivos (trabalho, habitação, serviços, assistência de saúde, educação, cultura<sup>50</sup>) e bons salários, permitiram a fixação da população e o combate à emigração (VISEU, 2007, pp.24-25).



Figs. 86 e 87 (da esq. para a dir.) - Estação de Vilarinho e escola primária de Barcel (fotos do autor)

Graças ao envolvimento do Estado central, do governo local e de alguns particulares, algumas das populações do interior, contaram com investimentos em Bairros Sociais, casas renovadas equipadas com electricidade e alguns móveis, ruas calcetadas e mais higiénicas, água em fontanários públicos, sistema de esgotos, água canalizada, casa-de-banho, etc., estruturas que lhe deram acesso à informação, à saúde (Posto médico e farmácia), à cultura (escolas, conferências, palestras, o teatro, o cinema, televisão e a rádio, Banda de Música e um grupo folclórico..), à aquisição de bens alimentares e domésticos (Cooperativa), à competitividade (concursos de gado ‘ovino badano’, cartazes de propaganda turística), fazendo com que os valores consideráveis de emigração dos anos 50 diminuíssem. Foram criadas novas infra-estruturas por todo o país, que ajudassem a produção e distribuição especializada de população activa (centros de aprendizagem e em institutos de formação profissional), e foram criados vários organismos para a resolução do problema da emigração (a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, a Junta de Emigração e o Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-obra)

50 Na região de Mirandela, impunha-se aproveitar os objectivos defendidos pelo Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, para que, ou em Mirandela ou no Cachão, viesse a funcionar um centro de preparação de pessoal. Havia facilidades de participação no estudo, planeamento e gestão de cursos, em que houvesse mais necessidades e «de tal instalação muito viria a beneficiar todo o Nordeste, onde a ânsia de progresso, devido ao abandono a que durante anos esteve sujeito, continua [continuar] a estar na ordem do dia» (VISEU, 2007,p.381)



e várias políticas de ajuda à permanência, como subsídios aos trabalhadores agrícolas (1969). (VISEU, 2007, pp. 186,187-188 381, 507)

Barcel, estando muito próximo do Cachão e com as primeiras remessas dos emigrantes de 50, vai evidenciar, a partir da década de 60 algumas melhorias de rendimentos e por consequência do habitat da sua gente. Não só são exemplos a chegada da electricidade, a escola pública, como a reconstrução de algumas casas populares e a construção de novas. Os grandes traços tipológicos da casa rural popular mantiveram-se quase intactos até meados de 70, visto as primeiras alterações serem reconstruções de cariz humilde, que seguiam uma linguagem similar às casas rurais anteriores (pois a capacidade financeira do emigrantes que se encontravam poucos anos no estrangeiro e dos locais não lhes permitia grandes projectos).

Existiram apenas dois exemplos de casas construídas até à década de 70 que evidenciam já uma certa urbanidade, não só nos materiais construtivos (tijolo e reboco pintado, telha cerâmica), como no volume e o recuo em relação à rua, dando espaço para o surgir de um pequeno jardim ou pátio de recepção virado para a mesma. Casas de meados da década de 60, de um ou dois pisos, cuja disposição interna se orienta ainda pela cozinha e sala (compartimento sobre o qual se faz a divisão para os quartos e casa de banho). Um destes exemplos situa-se no topo do Outeiro da igreja matriz, e o outro mesmo em frente à casa senhorial dos Moura, uma casa de férias para albergar a família numerosa.



Fig. 88 - Casa da Maria Olímpia - Barcel (fotos de autor)



Figs. 89 - Casa da família Mendonça - Barcel (fotos de autor)

Este último perto do Largo da Tarrincha, mesmo à entrada da aldeia, já aparece recuado dos limites do lote, mas encontra-se ainda em parte encostada a uma vizinha tradicional, enquanto o construído no topo da aldeia, o caso já é diferente. Este exemplo foi o primeiro a encontrar-se completamente isolado no monte, sendo, na altura, o único exemplo de ocupação dispersa dentro dos perímetros da aldeia. Segundo António (o construtor e o primeiro dono que nunca chegou a sair da localidade), a razão dava-se pela proibição por parte do presidente da junta de se construir face à estrada, implantação que foi seguida até meados da *década seguinte por mais três famílias*.

Embora se denotem melhorias de desenvolvimento, estas ainda não eram significativos para a maioria da população e a evidência de níveis de vida invejáveis que os emigrantes traziam com os retornos anuais levou a que grande parte dos jovens desta região e naturalmente de Barcel, não resignados com a velha e pesada vida do campo, decidissem partir em busca da melhor remuneração e deixem a aldeia em suspenso para um retorno próximo. Tomados como exemplo, os emigrantes das décadas de 40/50, foram seguidos pela maioria da população activa, deixando Barcel e arredores muito envelhecida. Só em meados do século 70 é que se avistam novos regressos, e investimentos. Barcel, assim como a maioria do espaço rural português, é exemplo de uma industrialização e modernização lenta e quase nula, situação que se manteve até ao regresso, definitivo ou temporário dos primeiros emigrantes, que trouxeram esperança e níveis de vida invejáveis.

Enquanto os investimentos não chegam, vai-se desenvolvendo uma cultura *simbiótica*, entre a indústria (maquinofacturas, as fábricas, as estradas e os



caminhos-de-ferro) e a tradição (a pequena agricultura, a produção familiar de auto-consumo ou mesmo de auto-subsistência, o agricultor e naturalmente o artesão, as hortas, estábulos e os corrais). Simbiose que se pode imaginar também ela na arquitectura popular com a adaptação às novas potencialidades industriais, fusões entre velhos e novos materiais (telha, xisto, vidro, chapa, tijolo, tintas, madeiras, etc. produzidos ou tratados industrialmente), novas e velhas funcionalidades e escalas (ampliação dos cabanais ou apenas dos vãos para a passagem e abrigo dos novas tecnologias industriais, como por exemplo o tractor, as ceifeiras debulhadoras, etc.) que desfazem a associação da indústria à arquitectura urbana e erudita.

Segundo Álvaro Domingues (2010, s.p.), esta *industrialização ‘sem fractura’ cidade/campo e, muitas vezes, em continuidade com os saberes e a produção artesanal tradicional, é mais comum do que se pensa.*



Figs. 90 a 92 - Nora - Barcel. Casa - Barcel. Casa, Longra. (fotos de autor)

DICOTOMIA DIFUSA

Em meados do século XX, o mundo entra numa nova fase de transformação, que se vai infiltrando na sociedade *como uma teia de geometria variável e intuitiva*, à medida que os utilizadores se apropriam das **novas tecnologias** e que o mundo se conecta e liga em **rede**. (CASTELLS, 2002, pp. 1, 23, 605, 607) Remodelam-se de forma profunda, rápida e acelerada, as principais bases materiais e imateriais da sociedade (temporais, espaciais e hierárquicas) e alteram-se substancialmente as operações e os resultados da experiência (a relação deixa de depender de factores locativos e de co-presença), produção (passa a ser descentralizada) e poder (redireccionado para os agentes dominantes dos espaços de fluxo, sendo cada vez menos evidente o poderio estatal), factores que, como dissemos anteriormente, são historicamente determinantes na origem de novas identidades culturais, territoriais e arquitectónicas. Vive-se num ambiente de desenvolvimento e de progresso tão marcante e distinto das eras anteriores que leva a que muitos autores se refiram a esta actualidade como um novo período histórico, uma nova ordem mundial, impulsionada pelo fenómeno da Globalização<sup>51</sup>.

Na base deste ambiente de mudança profunda e acelerada, encontram-se os novos meios (tecnologia e rede), escalas (global e local) e dimensões (física e virtual) de mobilidade. A mobilidade virtual e a mobilidade física sincronizam-se e orientam-se em rede, o espaço de fluxo correlaciona-se com os lugares (fixos ou também em fluxo, como comboio, aviões, autocarros, barcos, carros, etc.) e desenvolve-se um dinamismo frenético de bens, serviços, pessoas, pensamentos e informações à volta do globo, e a sua extensibilidade e acessibilidade ampliada. **Ritmos, complexidades e amplitudes** incriveis de deslocação que, dando asas ao poder criativo das relações e transacções de uma forma ilimitada, intuitiva, instantânea, imediata e em simultâneo em diversas áreas de estudo e geográficas (independentemente da distância e diversidade), que unidas por um mesmo propósito (artístico, estético, ético, religioso, tecnológico, científico, etc) aceleram e descentalizam o círcu-

51 Assim como no artigo *Destinos da ruralidade no processos de globalização* de Veiga (2004,p.64) *não importa aqui a idéia de ‘nova onda’ (a partir de 1980) ou de ‘globalização contemporânea’ (desde 1945). A primeira é do Banco Mundial (2002), que considera três ondas: 1870-1914, 1945-1980 e a ‘nova onda’ (desde 1980). A segunda é a de Held et al. , 1999, que separam o processo em quatro fases, das quais três “modernas”: 1500-1850, 1850-1945 e a contemporânea (desde 1945).* Ainda não existe um acordo académico sobre o real significado do termo globalização, para o qual ainda não há uma definição coerente e universal. Alguns autores se concentram nos aspectos económicos, outros nos efeitos políticos e legislativos, e assim por diante. Algumas das teorias da globalização, nomeadamente de Antonio Negri, Stuart Hall, Benjamin Barber, Daniele Conversi, Samuel P. Huntington, e de Antiglobalização, estão presentes em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Globaliza%C3%A7%C3%A3o>

lo cumulativo de **inovação, produção, distribuição e consumo**. Mobilidades que fazem com que a humanidade, mais informada e **reflexiva**, com gostos e especificidades cada vez mais **diversificados e individualizados** (ASCHER, 2010, p. 46), alcance patamares de desenvolvimento e de progresso exponencialmente mais rápidos e eficazes, (CASTELLS, 2002, p. 37) transformando radicalmente não só os hábitos e os modos de existir, de estar, de relacionar, de produzir, de consumir, de habitar e de lazer, segundo novas referências culturais, como também, e mais uma vez, o modo de reproduzir e reestruturar o território e a arquitectura.

O território, espaço socialmente apropriado, regulado e construído que perpetua as lógicas das sociedades que acolhe, vai reflectir, do mesmo modo que o fez no passado, as novas dinâmicas sociais e culturais. Como produto de uma relação de longa data, entre condições naturais e a acção do homem organizado em sociedade, vai espelhar as novas necessidades de mobilidade e relação entre nós e centros. As dinâmicas de fluxo e de relação (físicos e virtuais) são o novo imperativo de conquista (Maffesoli, 1997, cit por LEMOS, 2009, p. 30) fazendo das infra-estruturas de mobilidade factores estruturais no desenvolvimento do território. Apresentando vantagens para investimentos privados (como centros comerciais, hotéis, loteamentos residenciais densos, edifício-montra de apreciável dimensão, etc.,) e outros não privados, (públicos ou de capital misto, como novos hospitais, pavilhões multiusos, parques de estacionamento, escolas, centros coordenadores de transporte, etc), os espaços de fluxo ou os *não lugares*, transformam-se em factores de primordial importância na explicação de escolhas locativas de novos nós e centros (DOMINGUES, et al., 2006, p. 17), passando a ser considerados como os principais orientadores da nova geografia, e, por isso mesmo, segundo Teresa Sá Marques (2006, p. 88), passam a ter *um destaque crescente na teoria e prática do ordenamento* do território.

Rumo à variedade de escolhas e à contiguidade física do lugar, expandem-se as infra-estruturas de comunicação (redes eléctricas e viárias, nós de acesso, bombas de gasolina, portos, aeroportos, etc.), desenvolvem-se tecnologias de mobilidade e de consumo cada vez mais rápidas, seguras, cómodas e eficazes (meios de mobilidade física, como por exemplo o carro, o avião, TGV, etc. e virtual, como o computador, o portátil, o telemóvel, internet etc. que permitem a execução de actividades fixas ou em movimento, de trabalho ou lazer etc., a distâncias físicas antes impossíveis), encurtam-se as distân-

cias (facilitando os movimentos pendulares entre a habitação e o trabalho, o centro da cidade, a outros centros urbanos) e cria-se *uma nova proximidade em relação aos ambientes geográficos mais longínquos* e desenvolve-se *um novo conceito de vizinhança*. (MARQUES, 2006, p. 88).

Possibilita-se a urbanização em qualquer ponto do território (redes telefónicas, de abastecimento de água, gás, saneamento, etc., favorecendo-se a ocupação de áreas periurbanas distantes), fortemente influenciada pelas condições socioeconómicas (redução de custos de vida periurbana, o terreno é mais barato assim como a construção, levando a que as habitações apresentem melhores condições a menores custos, taxas mais baixas, os produtos mais económicos, etc.), disponibilidade do solo da periferia (condicionada por políticas fundiárias que dão preferência à ocupação do solo em alternativa à agricultura, fortemente influenciadas pela especulação imobiliária -sector de aplicação de poupanças e investimentos-, influência essa que baloiça entre as perspectivas de valorização do capital investido -fundamentadas pela polarização-, a quebra das taxas bancárias de remuneração das poupanças e a turbulência/estagnação do mercado bolsista que determina a explosão incerta, incontrolada e imprevisível do espaço urbano) qualidade de vida (ar puro, ambiente tranquilo, produtos alimentares frescos, etc.), e constrói-se um modelo territorial policêntrico.<sup>52</sup> (DOMINGUES, et al., 2006, pag 21) Modelo cuja a hierarquia entre lugares deixa de ser aureolar, sequencial e sólida e passa a ser rectilínea, livre e flexível como um *hipertexto* (DOMINGUES, 2008, p.15). Deixa de depender da proximidade aos centros urbanos e passa a depender da atracção aos serviços prestados, que depende dos desejos, vontades e objectivos de vida de cada indivíduo, que variam não só consoante a faixa etária como também com o contexto económico, social e cultural.

A arquitectura como forma de apropriação do espaço, também ela vai reflectir esta cultura de mobilidade, não só física como social e cultural. As modas arquitetónicas viajam em milésimos de segundo através dos média. Novidades e marcas de materiais, técnicas e estéticas são aplicadas em todo o mundo, dependentes apenas de custo de construção e deslocação. Uma arquitectura

<sup>52</sup> O policentrismo, presente a nível europeu no EDEC (Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário) e no ESPON, é conceptualmente uma nova forma de equacionar e perspectivar a organização do território. De um sistema hierárquico e aureolar do território está-se a passar para uma perspectiva mais reticular, onde os fluxos de pessoas, bens e informação associados a articulações institucionais, constroem uma nova organização territorial. (AZEVEDO, 2010, p. 8)



construída por adaptação, *repetição, reformulação, empréstimos ou transferências (duplicações e justaposições)* de vários autores de diferentes culturas e territórios (PORTAS, in, VILLANOVA, et.al, 1995, p. 64). Uma arquitectura de autor, cheia de tendências homogénias integradas de forma muito particular e especializada, consoante os objectivos, as possibilidades e sonhos de cada indivíduo. Indivíduo naturalmente envolto numa sociedade, numa cultura, com raízes em experiências físicas ou virtuais, cada vez mais globais/mundiais e individuais/locais. Talvez este seja o modelo da arquitectura de hoje, uma arquitectura de sonhos, sejam eles rurais e/ou urbanos, juntos ou separados, sonhos multiculturais e individuais, populares ou eruditos, intuitivos ou bem pensados pelo arquitecto. Arquitecto cujos traços também evoluem, não só consoante os desejos e valores do cliente e da municipalidade, como também e principalmente dos seus desejos, valores e objectivos próprios; consoante a sua marca que advém e se desenvolve de forma reflexiva, não só por formação académica mas pelas experiências nacionais ou internacionais, suas ou de outros autores.

(RE)NASCIMENTO DO RURAL

Com a industrialização do rural, entre 1940 e 1980<sup>53</sup>, o capitalismo torna-se a ordem social dominante e a utilização do par dicotómico industrial deixa de fazer sentido, passando a diversidade de meio rural a ser caracterizada por *oposições extremas de uma escala gradativa* (Sorokin e Zimmermann 1930, SIQUEIRA & OSÓRIO,1999, p.73), não em relação à industrialização, mas em relação ao grau de urbanização, por outras palavras, em relação à proximidade/influência aos principais centros urbanos (FERRÃO,2000,p.47), não só física e funcional (infra-estruturas e equipamentos) como socioeconómica e cultural. A urbanização, por sua vez, era traduzida por alguns autores, Friedman e Wolff (1982), Williams, Brunn e Darden (1983, p.5), como o processo definido pela *deslocação da população rural para espaços urbanos, onde se envolvem inicialmente em funções ou ocupações ‘não-rurais’*; e pela *mudança no estilo de vida de ‘rural’ para ‘urbano’, adoptando os inerentes valores, atitudes e comportamentos* (FERNANDES, 2008, p.72). Num panorama em que o desenvolvimento rural é fortemente associado à actividade agrícola, averiguar o desenvolvimento de actividades não *agrícolas* e sociedades não camponesas e culturas não tradicionais é afirmar a *urbanização do campo*. Sendo assim, um agricultor que tem como base económica, social e cultural o campo, mas que vive nas cidades, é considerado urbano. Neste ponto de vista, o processo de urbanização cresce desmesuradamente, chegando ao ponto máximo de, na década de 70, Henri Lefebvre lançar a hipótese da *urbanização completa* da sociedade.<sup>54</sup>

Mas esta hipótese, foi rapidamente contrariada pelo geógrafo e sociólogo Bernard Kayser (1972), que lança a hipótese do *renascimento rural*, e mais tarde, em de 1990, no seu livro *La renaissance rurale*, confirma-a como uma

53 A fatia rural do emprego fabril passou, nos Estados Unidos, de um quinto para mais de um quarto. (VEIGA, 2004,p.63)

54 Eli Veiga (2004,p.51), expõe a teoria do filósofo e sociólogo marxista francês Henri Lefebvre, que se reduzia na classificação histórica da evolução humana em três campos, épocas ou camadas: o rural, o industrial e o urbano. Esta trilogia é caracterizada por duas fases críticas: a primeira pela subordinação da agricultura à indústria e a segunda, pela subordinação da indústria à urbanização. O autor adverte que *denominará* a sociedade urbana, *hoje virtual, amanhã real*. Para o mesmo, o conceito de sociedade urbana é proposto para *aquela que nasce da industrialização e a sucede* e por *revolução urbana*, designa o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de industrialização, ao período no qual prevalecerá a *busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano* (Lefebvre, 1990, pp. 16-19, cit por VEIGA, 2004,p.51).



*situação.<sup>55</sup> Não era uma situação que se confirmasse em todo o espaço rural, mas recorrente o bastante para mostrar as potencialidades até ali escondidas pela predominância de visões pessimistas e ‘catastrofistas’ nas esferas mediáticas e tecnocráticas. Sinais que só podiam condenar os profetas da ‘desertificação’. (...) O repovoamento, os modos de vida, a recomposição da sociedade em vilarejos (villageoise), as atividades não-agrícolas, as políticas de ordenamento, as políticas de desenvolvimento local e as práticas culturais, estariam mostrando que a dimensão demográfica seria apenas um indicador do que já estava ocorrendo nos países desenvolvidos: um renascimento rural.* (VEIGA,2004, pp. 52,53)

A crítica ao ambiente pesado, confuso, impessoal e poluído das cidades industriais, locus primário da alienação, degeneração e corrupção humanas, já se encontrava ideologicamente presente, segundo a obra de Choay (1965, cit por PAIS & GOMES, p.6) referente ao anti-urbanismo americano (1920-1930), na obra de Thomas A. Jefferson no séc. XVIII, que continuou com R. Waldo Emerson, Thoreau, Henry Adam, Henry James e Louis Sullivan, autores que em nome da *democracia, da natureza ou das relações humanas, depositavam todas as esperanças de uma vida mais saudável num ‘estado rural’*, críticas que vão gerando tendências *para uma procura do rural em espaço urbano*, pois este oferece o *melhor de entre os dois mundos* (Holleman 1964, p.333,cit por FERNADES, 2008,p.73). As cidades e a sua característica de concentração humana e imobiliária, passa a ser vista como implicação negativa<sup>56</sup>, verificando-se nas últimas duas décadas do século XX, um aumento dos

<sup>55</sup> O argumento central de Kayser é de que a alteração da tendência demográfica não deveria ser vista como um fenómeno superficial ou passageiro. Para ele, algo que até poderia parecer accidental, ou localizado, se revelava um verdadeiro fenómeno ‘societal’. O repovoamento, os modos de vida, a recomposição da sociedade em vilarejo (villageoise), as atividades não-agrícolas, as políticas de ordenamento, a políticas de desenvolvimento local, e as práticas culturais estariam mostrando que a dimensão demográfica seria apenas um indicador do que já estava ocorrendo nos países desenvolvidos: um renascimento rural. (VEIGA,,2004,p52)

<sup>56</sup> As cidades, sobretudo as grandes metrópoles, tornaram-se progressivamente espaços de grande concentração imobiliária e humana, com todas as implicações de tal facto, para o melhor e para o pior. Se, por um lado, tendem a ser os locais privilegiados de oferta de oportunidades de trabalho e de melhor acesso a serviços e recursos, por exemplo nas áreas do comércio, saúde, educação, cultura e lazer, por outro são os espaços do caos no tráfego, da poluição sonora e do ar, dos bairros de lata, das rupturas no fornecimento de água ou na recolha de lixo, das escolas apinhadas. São também o palco de violências diversas, dos grupos de sem-abrigo vivendo debaixo de viadutos, em arcadas de prédios ou espalhados pelas ruas. São, frequentemente, locais onde é patente a vida precária, a concentração de desemprego e sub-emprego e a proliferação da delinquência e marginalidade, reveladoras de acutilantes desigualdades sociais e de processos de exclusão. Estes factos levam a que qualidade de vida geral nos grandes centros urbanos se tenha degradado. (CRISTOVÃO, et. al., 2002, p.3)

denominados **neo-rurais** <sup>57</sup>(CAVACO, 2009, cit por, AZEVEDO, 2010, p. 82). Esta tendência generaliza-se e, segundo Veiga (2004,p.63), as *regiões mais dinâmicas do Primeiro Mundo passam a não ser as essencialmente urbanas, nem as essencialmente rurais, mas sim ‘aquelas nas quais a adjacência entre espaços urbanos e rurais se faz mais intensa’*.

Na actual etapa da globalização, ocorrem transformações tão profundas que levam Eli Veiga (2004,p.58) a pressupor, não o renascimento (Kayser) nem um desaparecimento do rural (Lefebvre), mas o seu nascimento. Segundo o autor esta é a hipótese que parece decorrer, tanto de revisão da produção científica sobre o assunto, como da observação das mudanças institucionais – principalmente no âmbito das políticas públicas da União Europeia. Nos últimos vinte anos, tornou-se cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas. Mas esse é um fenómeno novo, pouco ou nada tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios. É uma atração que resulta basicamente do vertiginoso aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais. Como dizem Hervieu & Viard (2001), a cidade e o campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza.

<sup>57</sup> O termo Neo-rural designa uma nova classe de pessoas que, tendo nascido na cidade, optam por viver no campo, aproveitando o melhor de ambos os mundos. Esta realidade surgiu no final do século XX, não se tratando de um movimento formal e organizado. Estas pessoas procuram, nas zonas com menor concentração populacional e o contacto mais próximo com a natureza, uma maior qualidade de vida. (AZEVEDO ,2010, p. 82)

3ª REVOLUÇÃO URBANA<sup>58</sup>

A morfologia da cidade, quer tenha sido pensada de raiz, quer seja o resultado mais ou menos espontâneo de diversas dinâmicas, cristaliza e reflecte as lógicas das sociedades que acolhe, demonstrando a capacidade de sedimentar diferentes camadas históricas num mesmo lugar, funcionando uma vez mais, nesta nova época de modernização, como *palimpsestos*, ou *pergaminhos que não mudam mas acolhem sucessivamente escritos diferentes*. (Ascher 2010, p. 30) Para uma sociedade móvel, reflexiva, individualizada e diversificada, que procura as vantagens de um ambiente rural, a cidade histórica deixa de se adaptar às necessidades globais de fixação de centralidade (deixa de poder agregar funções e equipamentos dotadas de dimensão e especialização, deixa de ser propício à mobilidade, permeabilidade, fluidez, flexibilidade entre nós e centros) e conseqüentemente, baixa o poder de atractividade e referenciação. Nasce um novo carácter de cidade, de escala intra-urbana, onde as cargas se dissipam pelo espaço, polos/centros de desenvolvimento que apresentam para além de boa acessibilidade e conectividade, padrões e usos diversificados e específicos, mais capazes de se adaptar à variedade de circunstâncias e vontades sociais, económicas e políticas, assim como às suas disfunções e crises. A cidade global, alimenta-se, ao contrário dos tempos modernos, de inúmeras frentes de urbanização (policentrismo) apoiada em traçados rodoviários arteriais<sup>59</sup>, (DOMINGUES, et al.,2006,p. 34), substituindo o ideal centrípeto por um *centrífugo*. (Daniel Innerarity, cit por MARQUES, 2006,p. 340)

58 *As sociedades ocidentais estão de facto em mutação e entram numa nova fase de modernidade que vê evoluir profundamente as formas de pensar e de agir, as ciências e as técnicas, as relações sociais e a economia, as desigualdades sociais, as formas de democracia. Estas mutações implicam e tornam necessárias importantes mudanças na concepção, produção e gestão das cidades e dos territórios; elas colocam na ordem do dia uma nova revolução urbana moderna, a terceira, após a cidade clássica e a cidade industrial.* (ASCHER, 2010, p.20)

59 *O tempo é matéria-prima desta cidade em movimento. Não o tempo único do relógio da praça. Mais, proliferação de tempos diversos que permite habitar a cidade, uma cidade feita de distâncias. O sistema das estradas assegura uma medida-unidade de tempo que estabelece compatibilidades com as outras tantas medidas de uma cidade sem confins. Ainda hoje, sobretudo hoje, a estrada determina a mudança de sítio de formas de localização, quase sempre que estes efeitos sobre o território tenham sido programados. (...)O movimento, a relação, ou a acessibilidade, criam um intenso campo de forças – um espaço de fluxos – criador de geografias muito distintas daquelas a que nos tínhamos habituado. Uma via circular urbana ou variante e os seus nós, é o suficiente para despoletar uma urbanização fragmentar, aglomerando edifícios de grande porte ou pulverizando pequenas construções nas ramificações viárias que se ligam a esses nós e vias.* (DOMINGUES, 2009, pp.25, 34-35)

Durante muito tempo a cidade deteve sob sua asa o monopólio infra-estrutural, que favorecia a aglomeração populacional e concentração de edifícios e actividades dentro dos seus limites, onde era possível o cidadão-consumidor abastecer-se de uma quantidade máxima de bens e serviços banais ou especializados, a distâncias curtas, de mobilidade reduzida e de consumo limitado. (DOMINGUES,2006,p. 20).

Segundo Castells (1973, p.18), nos anos 70 a cidade ainda se poderia caracterizar pela *concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e densidade* e a *‘difusão de sistemas de valores, atitudes e comportamentos denominado de ‘cultura urbana’, sobre a base de uma dominação política*<sup>60</sup>, mas, nas décadas seguintes, a área urbana funcional, expande-se rapidamente de forma *indefinida* e *descontínua* pela periferia, dando início à conseqüente indefinição dos perímetros urbanos<sup>61</sup>. Constrói-se um modelo de cidade sob uma expansão *axial* ou em *mancha de óleo* (também conhecido por *sprawl*), que se caracteriza, por vezes, pela união dos subúrbios de outras cidades, perdendo definitivamente não só os seus limites virtuais, como os reais, físicos ou geográficos, passando a ser quase impossível delimitar a sua verdadeira dimensão (influência, força e poder que em casos capitais se verificam a nível regional, nacional ou até mundial)<sup>62</sup>.

A cidade, já há muito referida como a cidade continuada, genérica, extensiva ou fragmentada, caracteriza-se por reagrupar ou dispersar ao longo da via, variadas funções portadoras de centralidade<sup>63</sup> (DOMINGUES, et al.,2006, p.

60 *Isto quer dizer, se é claro que o processo de formação das cidades é a base das redes urbanas e condiciona a organização social do espaço, que quase sempre se detém na taxa de crescimento demográfico, ligando num mesmo discurso ideológico a evolução das formas espaciais de uma sociedade e a difusão de um modelo cultural sobre a base de uma dominação política* (CASTELLS, 1973, p. 18, cit por TRENTIN, 2008, p. 7)

61 *Contrariamente à imagem de cidade como ‘interior’, a urbanização é um ‘exterior’ desconfinado, que ora se organiza em novos e velhos coágulos intensamente construídos – extensões de antigos aglomerados ou novas aglomerações junto a nós de auto-estradas, por exemplo -, ora coloniza uma rede intrincada de asfalto que também é corredor técnico por onde vai a electricidade, o gás, a água, o saneamento, etc. Se a cidade perdeu o monopólio da infra estrutura, qualquer ponto do território que seja por ela servida pode viabilizar uma construção de uso simples como uma casa, ou de uso complexo como uma fábrica ou um centro comercial.* (DOMINGUES, 2009, p. 33)

62 *A antiga cidade já não coincide com o território da mancha urbana a que corresponde o mesmo nome. O burgo das vielas e praças medievais, com ou sem malha, ou a cidade que veio depois com as obras e os planos do Estado Novo, permanecem hoje como um pequeno território no meio da mancha extensa e fragmentada que cresceu depois.* (MARQUES,2006,pp.333,335)

63 *Algumas das variações principais do tema da dispersão, são : a dispersão por concentrações descontínuas; a dispersão linear ao longo de eixos preferenciais, a dispersão estruturada a partir de coalescências de antigos assentamentos periurbanos; o disperso por densificação e mistura funcional do território rural; a dispersão ex-novo Industrialização difusa ( elemento dominante – casa unifamiliar em lote próprio com*

30). Formam-se conurbações ou capilaridades (loteamentos que se apoiam em ligações pontuais, aglomerados antigos que cresceram e absorveram atravessamentos supralocais, fábricas e armazéns), na maioria dos casos, sem infraestruturação e ordenação prévia (zonamentos e regulamentos). Transformam-se profundamente e de forma incontrolável as novas tendências de localização dos centros de actividades (trabalho e lazer, normalmente para junto das vias principais e nós de acesso à rede viária arterial como circulares urbanas, radiais, nós de acesso a auto-estradas, etc,) e das habitações (normalmente para a periferia, pela proximidade a novos locais de trabalho como pela baixa densidade com especificidades ambientais e paisagísticas) (PORTAS et. al.,2003, 97). Multiplicam-se os centros dinâmicos (de produção, de distribuição, de habitação, trabalho e lazer), os seus modelos e tipologias (que podem varear da forte expansão da vivenda em lote próprio, aos grandes loteamentos de residência em banda ou bloco, contentores mono ou plurifuncionais de grande dimensão, centros ou parque empresariais, à diversificação de microempresas em instalações próprias, que podem misturar outras funções como a residência, etc) e cria-se uma nova morfologia policentral e poliformal de um padrão nada homogéneo entre novas formas de aglomeração/polaridade e dispersão<sup>64</sup>.

Nesta terceira fase de modernização, com a implantação do sistema capitalista global e a consequente perda de poder estatal, assenta-se uma *poeira urbana* que desfoca a clareza dos limites, das formas e traçados modernos. (DOMINGUES, et al.,2006,p. 36) Perde-se definitivamente a imagem de conjunto (do quarteirão, da praças do parque e do jardim), que constituiu, durante séculos, o suporte da urbanização das construções, do funcionamento e da vivência da cidade (F. Choay cit por Marques,2006,p. 351), sendo impossível de prever, planear e controlar a edificação com os mesmos métodos e conceitos rígidos e coerentes numa outra época.

ou sem loja no R/C) relações complexas entre a esfera privada e pública e explicação da nova forma de habitar o urbano (DOMINGUES, et al.,2006,p. 30)

64 A cidade não se dissolveu num espaço isotrópico (mesmo características em todas as direcções) e igualmente dotado de possibilidades tendências de concentração em novos locais distinguidas pela alta acessibilidade e pela facilidade de estacionamento. Verifica-se a tendência de urbanização da estrada-mercado, a criação de novas áreas de localização de empresas próximas dos eixos de maior acessibilidade, ou a fortíssima diferenciação nas áreas antigas entretanto reabilitadas. **Baixas e altas densidades alternadas com vazios de construção, especialização e misturas de actividades, traçados de infra-estruturas viárias de alta capacidade, convivendo com estradas urbanizadas e vias e caminhos municipais e rurais.** (DOMINGUES, et al.,2006,pp.20-21)

A cidade como quadro físico por excelência da prática da cidadania, como imagem de proximidade ou até contiguidade, de distâncias curtas e de mobilidade reduzida, de aglomeração e densidade, em torno de um mesmo centro, que exhibe características de complexidade e mistura funcional, dentro de limites e forma bem definidos, tem o seu fim. <sup>65</sup> *Os valores da polis já não se reproduziram fora do centro* (DOMINGUES, et al.,2006,p. 28), e o *mundo cívico foi abandonado porque se vive e se trabalha algures* (onde a ocupação é mais acessível, onde a acessibilidade é garantida e onde se conjuga o facto de estar perto do verde). O espaço público com a preocupação de continuidade e fluidez de mobilidade pedonal (os passeios, as árvores, as avenidas, as ruas, os espaçamentos entre o edificado) e como orientador do edificado, ambos bem desenhados, definidos e planeados, deram lugar morfologias labirínticas e descontínuas, a hortas urbanas e naturalmente de aldeões urbanos<sup>66</sup>, construindo-se uma espécie de negação da ideia de cidade. Perdem-se os limites e o paradigma da boa forma urbana e crescem incertezas e medos nos urbanistas que ainda se agarram à forma, função e limites modernos.

65 A natureza morfológica, deixa de ser o espaço público o ordenador do edificado, para a prevalência do seu inverso; os espaçamentos das suas urbanizações ou grandes unidades isoladas são sobras ou ilhotas aleatórias configuradas pelo parcelário de matriz rural (...) Quanto a tipologia dos assentamentos, alteram-se ou justapõem-se mosaicos de bairros-jardim, torres ou blocos colectivos, constituindo polígonos quase sempre desligados entre si e servidos por impasse ou vias mais ou menos tortuosas, incapazes de formarem futuras malhas. Quanto aos limites e perímetros urbanos, antes fechados, alargaram-se em favor da descontinuidade e dispersão, em desfavor da compactação tradicional. (...)O planeamento urbanístico tem tido dificuldades de as discutir ou de prever os efeitos. Mesmo com convénios e protocolos. A administração central pretende planos rígidos por um lado e por outro recusa-se o compromisso institucional em questões estruturantes para a cidade a tempo da definição ou da revisão dos planos vigentes. Dai o embracimento multidireccional das frentes de urbanização e o consequente desperdício de recursos evitável com a provisão atempada de espaço público, seja quem for que o construa. (PORTAS,N.,2006,p. 368) (PORTAS, 2006, pp.367-368)

66 Este conjunto de mosaicos urbanos mantém ainda com actividade agrícola uma relação de forte intensidade. Ora através do recurso a agricultura de tempo parcial como almofada de crises no mercado de trabalho, ora desenvolvendo actividades empresariais de elevada modernidade agrícola em estreita associação com a acumulação de capital industrial, este tipo de cidades não corta abruptamente os laços com o mundo agro-florestal. Porém, apresentam uma base funcional que tende a encontrar sucedâneos para a procura de serviços que a crise prolongada daquele sector implica. (FIGUEIREDO,A.,2006,p. 389)

(DES) RURALIZAÇÃO

Segundo Argan (1995, cit por PEGORETTI & SANCHES, 2005, p.1) *ao drama das cidades que se incham sem ter uma estrutura, acrescenta-se como está na lógica das coisas, a tragédia do interior que se esvazia, criando um problema rural não menos angustiante que o da cidade*. Realmente o campo que não se moderniza e não consegue entrar na rede de desenvolvimento, que não se industrializa e não consegue competir com a economia agora global, está praticamente extinto ou em vias de extinção, marcado por um círculo vicioso e acelerado de **despovoamento**, envelhecimento<sup>67</sup> e **rarefacção da economia**.

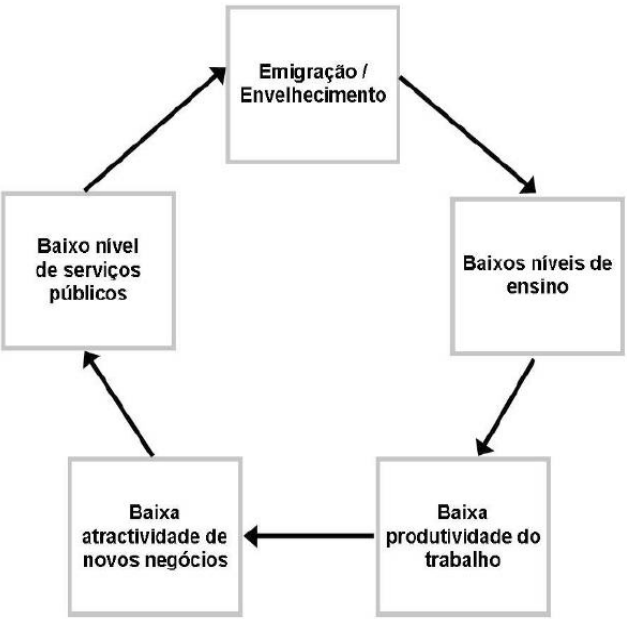


Fig. 93 - Círculo vicioso dos problemas do mercado de trabalho em áreas rurais (AZEVEDO, 2010, p. 49)  
Fonte: Adaptado de MANDL et al. (2007:18)

67 Os conceitos de despovoamento e envelhecimento abrangem um leque vasto de áreas e de temas no domínio da saúde e bem-estar, da família e residentes, da educação e mudança tecnológica, do mercado de trabalho e crescimento económico, que só a partir da década de 90 entraram em cogitação. Produzem-se análises sobre temas que abrangem, para além de indicadores denominados directos (variação da população, saldos naturais e migratório, taxa de fertilidade), vários indicadores estruturais dos aspectos demográficos são fundamentais para definir o grau ou nível de *esvaziamento* das regiões.

Mas hoje, o tema dominante no discurso sobre a *desruralização*<sup>68</sup>, deixa de ser o êxodo rural e o seu abandono desconfinado, (embora extremamente importante e associado ao novo campo de análise e progresso) e passa a ser a mudança profunda do rural<sup>69</sup>, não só das áreas tangentes à cidade, que cresce de forma desmedida, engolindo fugazmente os campos da periferia, abrangendo também as áreas mais distantes, o rural mais profundo e isolado. Mutação em sítio de um rural que luta para sobreviver num mercado internacional (uma profunda altera o na produ o, geralmente no sentido duma maior extensifica o, para minimizar as necessidades de investimentos, latifúndios e cooperativismo, ou o abandono da agricultura em prole de outros serviços) e exige novos padrões e modos de vida. (OTTONI, 1996, cit por PEGORETTI & SANCHES, 2005,p.1).

Existem **duas maneiras** de entender isto: uma, a mais correntemente usada,   **a da cidade que cresce** “em mancha de óleo”, processando e engolindo território rural como uma espécie de ceifeira-debulhadora-enfardadeira a lavour sobre seara limpa; outra   a **muta o in situ da ruralidade** que será também urbaniza o porque falta outro nome que escape do simplismo da dicotomia rural/urbano. (DOMINGUES, 2010, s.p.)

Com o processo de Moderniza o, a agricultura e a tecnologia tornam-se análogos (racionaliza o, mecaniza o, industrializa o, incorpora o de (bio)tecnologia...) para dar resposta aos mercados globais completamente subordinados por um complexo sistema de empresas competitivas (multinacionais e grandes produtores para produzirem produtos “brancos”, sem marca), redundando hoje num novo mapa geográfico da divisão mundial de produ o, distribui o e mercados agrícolas. A agricultura dita ‘produtiva’ (aquela que se insere no mercado), adapta-se   produ o mecânica e tor-

68 Ao fenómeno do abandono puro e simples do espaço rural, Immanuel Wallertstein (1998), chamou de “desruraliza o generalizada do globo”  
69 A transforma o do espaço rural foi promovida em grande parte pela ocorrência progressiva, a partir da década de 60, de grandes «linhas de transforma o»1:  
\_ **altera es de mercado**, uma vez que este já não se limita a pôr em conexão dois espaços produtivos, a cidade e o campo, envolvendo hoje todo o território (Baptista, 2001);  
\_ **altera es culturais**, desde simples mudanças de hábitos alimentares até novos tipos de procura do rural como essência da natureza por parte dos habitantes urbanos;  
\_ **altera es na agricultura**, nomeadamente o aparecimento de adubos, pesticidas e a motomecaniza o, engenhos que uniformizaram os padrões de trabalho (Baptista, 1993);  
\_ e por último a **difusão de um conjunto de inova es tecnológicas** como a vulgariza o do uso do automóvel, que vieram permitir um maior leque de opções de local de residência e fen menos como o teletrabalho, frequentes em espaço rural (Alves, 2001). (PAIS & GOMES, 2008, p. 3)



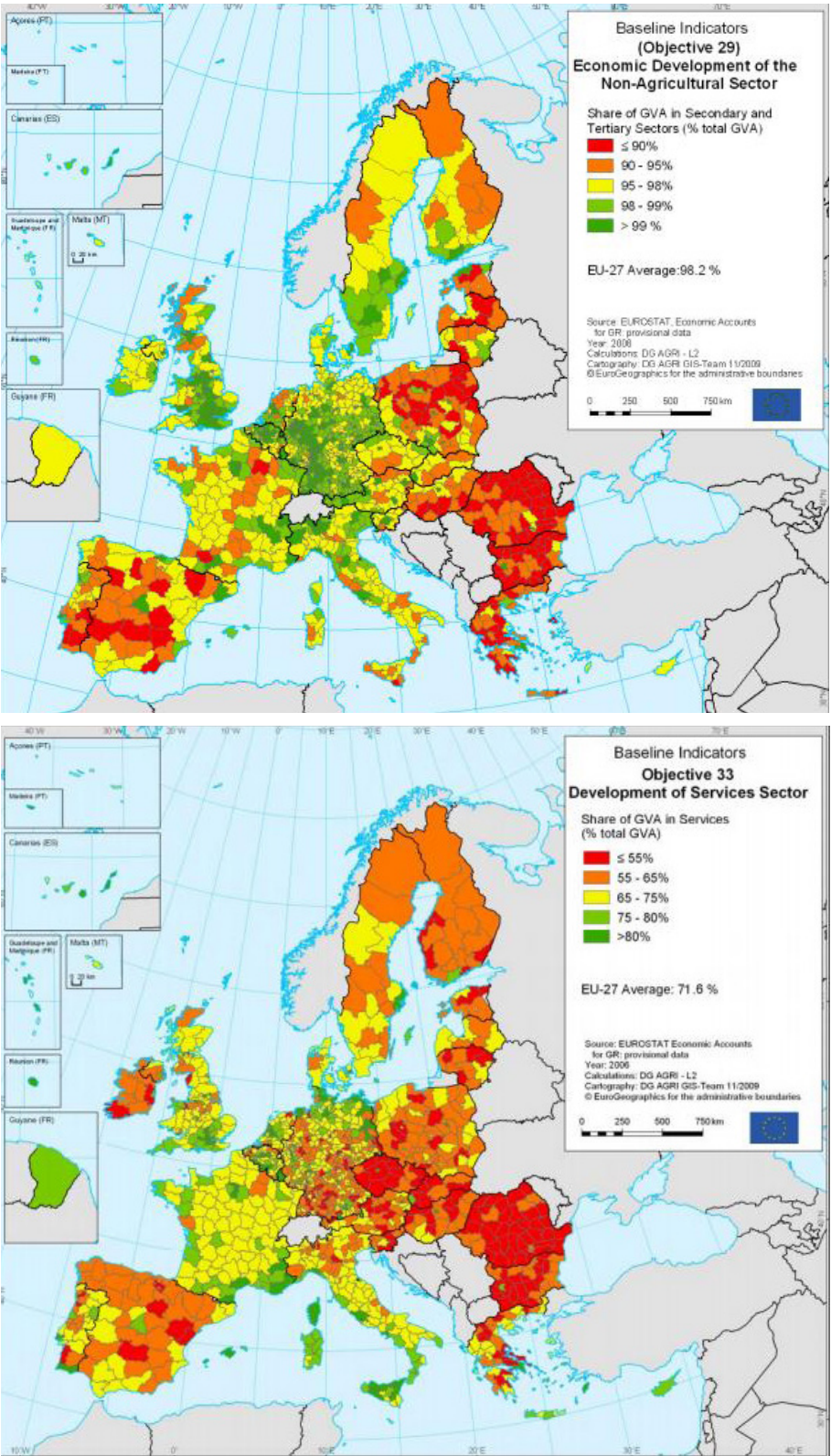
na-se um sector de actividade dentro do sistema industrial e empresarial, completamente **adaptando** às novas lógicas dimensionais e laborais flexíveis (como a actividade a *part-time*). Transforma-se radicalmente a produção para um sistema **descentralizado, dependente de inputs** (compra de bens e serviços exteriores a sua própria produção, que são consumidos no próprio processo produtivo como gasóleo, adubos, sementes, pesticidas, alimentos concentrados para animais, etc.), **dependente da rede de distribuição** (grandes distribuidores que contratam redes de pequenos) **das empresas de publicidade** (lógicas de marketing), sistema que **exige aos produtores uma constante actualização de conhecimentos** (conjunto de inovações da bio-tecnologia aplicada como sementes melhoradas, conservação, embalagem, certificação; tecnologias de controle produtivo e distributivo, de controle de assiduidade dos trabalhadores, etc.).

Mas segundo Teresa Marques (2004, p. 92, cit por AZEVEDO, 2010, p. 84) *a tendência parece orientar-se em dois sentidos: por um lado, a especialização e o reforço da competitividade em determinadas áreas e em certos produtos; por outro lado, a extensa marginalização e o abandono de algumas actividades e de grandes superfícies agrícolas.*

Na década de 70 a tendência de perda de peso da agricultura no prisma económico da maior parte dos países da Europa ocidental, principalmente nas zonas mediterrâneas, muito particularmente em Portugal, face à produção intensiva que se fazia sentir nos países mais desenvolvidos, era evidente e continuou a ser (FIGUEIREDO, E.,2003, p.8); mas só duas décadas depois é que as políticas de desenvolvimento rural acompanham esta mudança.

Crescimento da economia portuguesa: 1947-73 - taxas de crescimento entre anos de máximo em percentagem									
PIB		Agricultura		Indústria		Serviços		População	
1947-51	3,1	1947-51	4,6	1948-52	1,8	1948-52	4,2	1947-51	0,8
1951-57	4,2	1951-57	0,6	1952-56	5,8	1952-55	5,7	1951-57	0,4
1957-65	5,5	1957-65	1,3	1956-66	8,6	1955-64	4,9	1957-65	0,4
1965-73	7,2	1965-73	1,1	1966-73	8,6	1964-73	7,2	1965-73	-0,5
1947-73	5,4	1947-73	1,6	1948-73	7,0	1948-73	5,7	1947-73	0,2

Fig. 94 - Tabela relativa ao crescimento da economia portuguesa (BARDINI, et al., 1995. In VISEU,2007,p. 224).



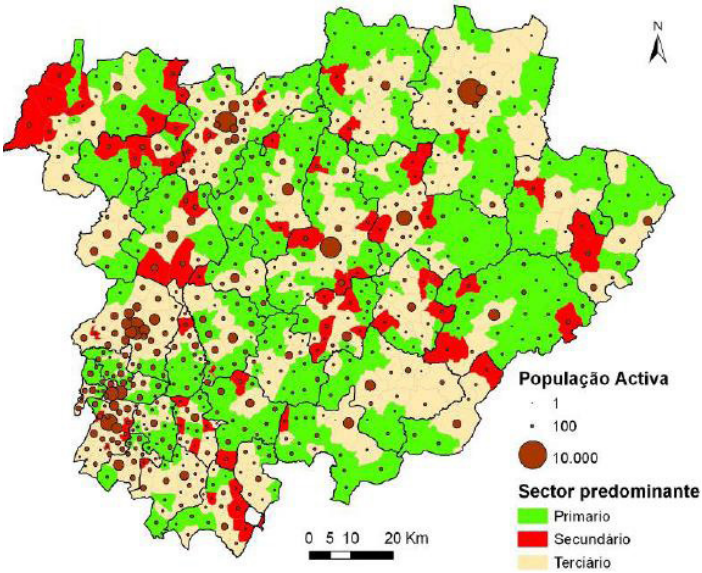
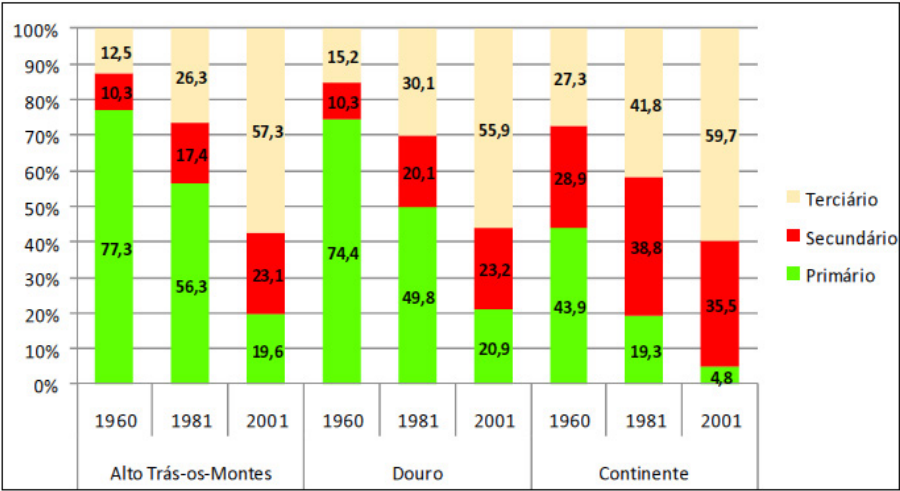
Figs.95 e 96 (esq. para a dir.) - Mapa do desenvolvimento da economia não agrícola. Mapa do desenvolvimento dos serviços na Europa (Agriculture Report 2009)

Em Portugal, nomeadamente Trás os Montes e Barcel, a agricultura e a indústria associada continuam a perder o seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, (MINGIONE & PUGLIESE, 1987, p.91); e os serviços (como o comércio, a construção, o turismo) a pouco e pouco vão ganhando terreno.<sup>70</sup> Hoje é claro que *os conceitos de rural e agrícola descolaram* (DOMINGUES, 2009,p.27), e que a cultura *tradicional* e *vernacular* da comunidade *agrícola* e *camponesa*, tem tendência a desaparecer. O contexto rural predominantemente agrícola e tradicional **transforma-se**, a resistência à modernização e industrialização diminui e vai-se generalizando uma homogeneização de valores sociais, económicos e naturalmente culturais. (VISEU,2007,pp. 85, 499-500)

Com a alteração da agricultura tradicional para um sistema empresarial<sup>71</sup> e com o assumir de um rural não-agrícola, em prole de outros serviços e actividades como fonte de rendimento, os diversos assentamentos rurais deixaram de se poder distinguir pelos pressupostos associados à produção agrícola e a toda uma cultura a ela associada. Talvez esta seja a grande revelação desta época: o rural não agrícola. *Rompe-se explicita e deliberadamente com dois dos elementos da tetralogia secularmente associada ao mundo rural: a sua função principal não tem de ser necessariamente a produção de alimentos e a actividade predominante pode não ser agrícola.* (FERRÃO, 2000,p.47)

70 Segundo evoca Teixeira & Lages (1997,14; In Vale 2005, 24), no espaço rural ocorrem cada vez mais estruturas agrárias e mais níveis tecnológicos, desde as formas de agricultura primitivas até às ligadas a novas técnicas. Os espaços rurais tornaram-se assim diversificados, dinâmicos e em mutação, contribuindo para que as paisagens e as populações rurais se transformem profundamente - sobretudo nos países mais industrializados, o rural torna-se polifuncional (rural polissémico), concorrendo para que *‘a actividade agrícola não mais reine soberana no meio rural.’* (FERNANDES, 2008, p. 93) Na ‘desruralização’ profunda, o cenário pós-crise tanto pode ser a **florestação artificial** ou natural do solo (incluindo a invasão por **espécies exóticas** que impedem a regeneração das formações vegetais climáticas), como o re-uso para finalidades turísticas ou de segunda residência que reciclará os edifícios mas não cultivará os campos. Noutros casos, a emergência dos produtos ditos biológicos e a re-valorização de produtos tradicionais (os DOC, Denominação de Origem Controlada), produzem algumas respostas interessantes e também novas paisagens. (DOMINGUES, 2009,p.27)

71 De tudo isto se deduz que, face à simplificação de senso comum que imagina a ruralidade como uma imagem sonhada, estereotipada de uma ideia romântica e pitoresca de Alentejo, Algarve ou Minho – a paisagem in visu -, a paisagem a que ainda se chama rural já não é cultural e antropológicamente rural, nem é forçoso que tenha actividade agroflorestal como principal suporte económico. Por outro lado, já não é tão fácil associar os adjectivos rural e agrícola. A agricultura que funciona e que compete nos mercados mais ou menos globais, é uma actividade organizada por empresários agrícolas, possuidoras de uma cultura técnica tão sofisticada e internacional como muitas outras apelidadas de urbanas. (DOMINGUES, 2009, p.30)



Figs. 97 e 98 (esq. para a dir.) - Gráfico relativo à distribuição da população activa por sector de actividade (1960, 1981 e 2001) (AZEVEDO,2010,p.142). Mapa relativo à População activa por freguesia e sector de actividade predominante (AZEVEDO, 2010 p.144).

O assumir de um rural não agrícola e a abertura da comunidade rural aos novos desejos de conforto e de liberdade de escolhas, movimentos e relações (que com a ajuda das novas tecnologias de informação, já não dependem da co-presença ou proximidade física) altera completamente os hábitos culturais característicos de uma **sociedade camponesa**. A sociedade rural transforma-se e **leva consigo** paisagens e arquitecturas, sotaques, tradições e gastronomias de uma comunidade *sábia* e camponesa que quase não tinham necessidade de leis e de aparelhos estatais, para os codificar e preservar. (ARCHER, 2010, p. 44)



A vivência colectiva, assente em fortes relações sociais dentro de uma mesma comunidade pequena e pouco móvel, vai desaparecendo com a expansão da rede de mobilidade (física e virtual). Vai-se perdendo a autossuficiência e relação de proximidade, multiplicam-se as relações e os laços tornam-se cada vez mais fracos, frágeis, fortuitos, fugazes.

Com a incessante divulgação do capitalismo globalizado e cultura associada de pluriactividade e multiculturalidade (para o qual as tecnologias, principalmente tecnologia de informação, nomeadamente a mass e multimédia, tem papel preponderante), sucede-se a generalização dos modos de estar e relacionar, de trabalho e lazer, de construir e habitar. A sociedade rural exige agora novos padrões de conforto, informação, segurança, eficiência, acessibilidade, diversidade, e apoia-se na especialização, diferenciação e reflexividade como forma de progressão, acumulação de riqueza e satisfação pessoal, factores que até agora eram símbolos de uma comunidade *urbana*. O território infra-estrutura-se (auto-estradas, etares, eólicas, portos, redes de electricidade), ramificam-se os transportes (carro, telemóvel), as tecnologias de informação (telecomunicações, tv, internet), homogenizam-se os assentamentos (betão armado, pvc, tijolo, telha), e acelera-se o processo antropização das paisagens.

DICOTOMIA DIFUSA

No início da década de 70, as ciências sociais, rejeitam a dicotomia entre tipos ideais de urbano e de rural e deixa de lhe atribuir um valor qualitativo e interpretativo, na diferenciação de estilos de vida e de comportamentos sociais, na medida em que se presta a uma utilização directa e pouco precisa<sup>72</sup>. Mas, apesar das reservas que a utilização de ambos acarreta, surgem posteriormente novas teorias resultantes das experiências feitas pela nova *sociologia urbana* (Sauders,1981; Migione,1986) e pelos *sociólogos rurais* (newby,1980; friedland, 1982), que demonstram que estava implícito que o mundo rural, (espaço de agricultores e explorações agrícolas, inseridas numa aldeia ou noutro agrupamento territorial), mesmo industrializado e moderno, tinha características de produção diferentes, porque os processos de trabalho e de produção obedeciam a uma lógica muito diferente, da que predominavam no contexto urbano. (MINGIONE & PUGLIESE, 1987, p.86) Aldo Solari enumera, em 1979, segundo a obra clássica de Sorokin e Zimmermann (1930), os traços que ainda caracterizariam a sociedade rural. Segundo o autor (1979, 6; In Vale, 2005, 29), ‘o homem rural depende numa proporção muito superior do que o homem da cidade, dos processos elementares da Natureza, o que muito influência o seu trabalho e mentalidade’. O rural caracteriza-se por um determinado tipo de actividade: a produção de alimentos através da criação de plantas e de animais, ainda sujeita às forças da natureza, não inteiramente controladas. Segundo o autor a ‘esta actividade económica estão vinculados todos os outros traços que caracterizariam o rural, como a diferença ambiental, já que no rural o contato com a natureza é directo e constante, e a própria actividade económica que lhe é peculiar é realizada ao ar livre.’ Para além do paradigma económico, o rural para Sorokin e Zimmermann seria reduzido a comunidades de pequenas dimensões, homogéneas, menos complexas e menos móveis, de relação directa e pessoal com o *interlocutor*.<sup>73</sup> Ideia parti-

72 A utilização clássica correcta do par dicotómico urbano/rural pretende representar o conflito entre duas realidades sociais diferentes (uma em declínio e outra em ascensão) como uma função do processo de desenvolvimento industrial e capitalista. É inegável que existiam, de facto, duas polarizações estereotipadas e que utiliza-las simplificava a explicação de processos sociais muito complexos e inter-relacionados. A constante simplificação e a falta de preocupação condicionadas por essas complexas realidades, para não falar de precaução condicionadas por essas complexas realidades, para não falar dos limites imprecisos entre ambas remudaram na criação de preconceitos e de distorções cada vez maiores dos paradigmas de interpretação. (MINGIONE,& PUGLIESE, 1987 ,p.88)

73 Outra diferença, colocada por Sorokin e Zimmermann (apud Solari, 1979) diz respeito ao **tamanho das comunidades**, já que as comunidades rurais seriam menores (embora o termo menores já traga consigo

lhada por vários autores do final do século XX e inícios do século XXI, como Kayser (1990), Schmitz (2002), Kageyama (1998) e Wanderley (1997), que segundo Rute Vale (2005, p. 21-22, cit por FERNANDES,2008,p.92) ainda caracterizam o rural por:

- a) baixas densidades da população, da habitação e das demais edificações, prevalecendo uma paisagem natural;
- b) uso económico predominantemente agrícola e pastoril;
- c) congregação dos habitantes em pequenas comunidades;
- d) cultura que reflecte o meio rural;
- e) relação específica dos habitantes com a natureza;
- f) vivência colectiva assente em fortes relações sociais;
- g) menor diferenciação social;
- h) baixa mobilidade social e espacial; e
- i) posse da terra.

Com o processo de globalização e perante a admissão da existência de um rural não agrícola, com uma sociedade e território desenvolvidos e de um urbano disperso, agrícola e, por vezes, subdesenvolvido e natural, a diferenciação do urbano e do rural pelas características formais e produtivas, desapareceram por completo.<sup>74</sup> Segundo Ray (1999, cit por AZEVEDO, 2010, p.26), abordar o rural como *uma categoria comum e um destino partilhado* é cada vez mais questionável, no entanto, continuava-se a caracterizar globalmente as áreas rurais como *partes do território menos afectadas pelos processos de urbanização e desenvolvimento industrial e que, por isso mesmo, são menos densamente povoadas, sofrendo diversos níveis de marginalização*’ (GRIMES, 2000:13, cit por AZEVEDO, 2010, p.26).

problemas novos de definição), sua **população seria mais homogénea** que a urbana cultural e socialmente. No rural haveria também **menos mobilidade social**. A **interação** entre os indivíduos no mundo rural, devido a restrição do tamanho do grupo, é **mais directa e concreta**, as pessoas conhecem mais “intimamente” seus interlocutores. Existe uma personalidade nas relações em oposição à impessoalidade que reina nas relações urbanas. Finalmente, há a questão da **complexidade**: o rural seria menos complexo que o urbano. (SIQUEIRA e OSÓRIO ,1999, p.73)

74 Os modelos territoriais tradicionais partiam duma diferenciação entre as áreas urbanas e as áreas rurais. As primeiras surgem associadas às actividades industriais e de serviços, e as segundas, às actividades primárias (sobretudo agricultura). Considerava-se além disso que o progresso e a inovação eram privilégio das áreas urbanas, enquanto no meio rural os processos de **desenvolvimento** eram mais morosos. Este ponto de vista foi defendido até final dos anos 1970. **As evoluções recentes forçam a uma revisão fundamental e tornam obsoleta a oposição de forma e de função entre o meio rural e o meio urbano** (OCDE, 2001; DAX, 2002; RAMOS et al., 2007; MANDL et al., 2007).(AZEVEDO,2010, p.21)

Segundo Hewitt, já em 1989, a caracterização do rural apresentava-se não como uma ‘*categoria única*’, mas como um complexo ‘*continuum*’ [...], do mais rural para o menos rural e variava extensivamente com base em factores, tais como a proximidade a um lugar central, a dimensão da comunidade, a densidade populacional, a população total, e factores económicos e sócio-económicos. (FERNANDES, 2008 p. 72) Desenvolve-se assim um conceito difuso, entre o território mais agrícola e multifuncional, o mais tradicional e internacional, o mais natural e humanizado, o mais dinâmico e estático, o mais desenvolvido e subdesenvolvido...enfim, entre o rural mais urbano ou menos urbano. *Afinal, não pode haver nada de mais rural do que ecossistemas quase inalterados (ou ‘intocados’), e nada de mais urbano do que os ecossistemas dos mais artificializados.* (VEIGA, 2004,p.54)

A arquitectura, como natural construtor dos espaços, também foi, durante séculos, identificada como um factor altamente diferenciador do rural e do urbano. Apresentando características essenciais bem delineadas por outros tempos, este critério de classificação e qualificação da construção perdura até hoje no vocabulário comum dos arquitectos. Mas com o processo de globalização do rural, a evolução sócio-económica e naturalmente cultural, a arquitectura também ela vai levantar as questões de indefinição. Com a perda de importância agrícola, com o processo de desindustrialização e a divulgação dos novos modos de vida (mobilidade, conforto, segurança nas actividades e habitações, etc), a arquitectura transforma-se para corresponder às novas necessidades práticas e estéticas e encontra-se hoje também ela num estado difuso, entre as construções mais ou menos integradas na envolvente, mais ou menos naturais, mais ou menos desenhadas e planeadas, entre as construções mais ou menos tradicionais e vernaculares, urbanas e eruditas.



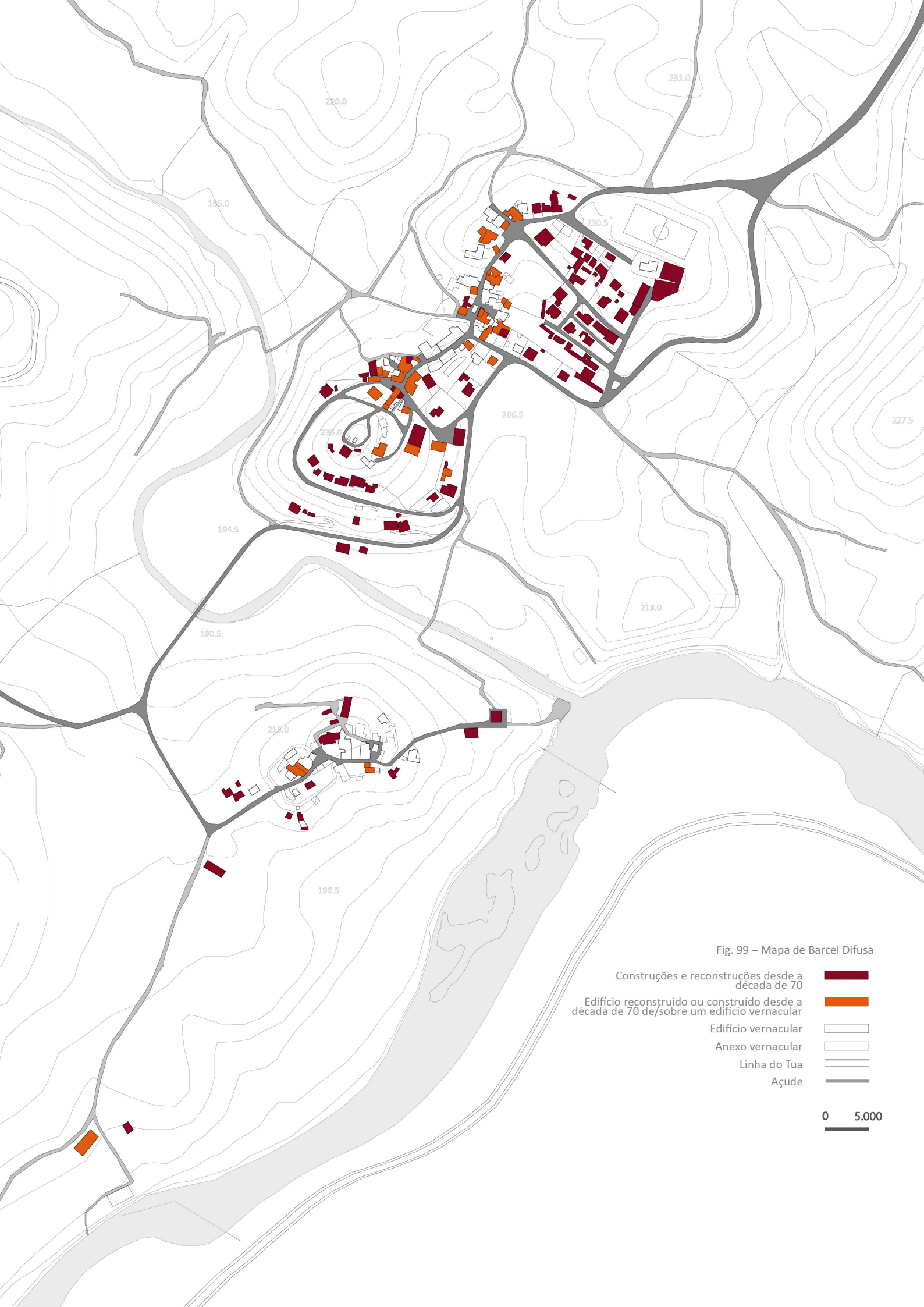


Fig. 99 – Mapa de Barcel Difusa

- Construções e reconstruções desde a década de 70
  - Edifício reconstruído ou construído desde a década de 70 de/sobre um edifício vernacular
  - Edifício vernacular
  - Anexo vernacular
  - Linha do Tua
  - Açude
- 0 5.000

ARQUITECTURA DIFUSA DE BARCEL

A arquitectura de Barcel, é um bom exemplo dessa *difusão* arquitectural, evidenciando hoje uma mistura completa de temas e de formas, de funções e expectativas, de experiências e de culturas longínquas, *casas de sonho* de locais, mas maioritariamente emigrantes que, com ou sem a ajuda do Estado e do arquitecto, buscam as raízes natais ou a tranquilidade e a beleza que não se encontram em assentamentos de grande densidade. Desde as novas potencialidades construtivas até à nova imagem de urbanidade (construção maiores e mais altas, com *estranhas* figuras), desde as construções intuitivas ao longo da rua, passando pela implantação central no lote, pelo anexo não planeado ou pela garagem inteiramente planeada e às vezes enterrada para protecção dos novos meios de transporte (o carro, a moto-quatro, ou a carriinha comercial), para a cozinha tradicional ou para o regresso dos filhos (temporário ou definitivo), até à disponibilização *do andar de baixo*, para os utensílios e prática agro-pastoril, ou armazenamento de bens e serviços; desde a estrutura de betão armado, ao isolamento *wallmate*, às paredes internas de tijolo mas revestidas exteriormente por xisto, até aos vidros duplos e temperados, às madeiras das portas, portadas e varandas supostamente naturais (que mesmo locais advém de uma produção industrial com tratamentos químicos para melhorar e prolongar a sua serventia), ao sistema integrado de ar condicionado ou aquecimento, à piscina e instalações de internet sem fio... tudo isto contribui para a (in)definição da sua nova arquitectura.

Com a abertura aos mercados externos, com a incapacidade de competitividade da agricultura, com os abandonos maciços dos anos 60 e como do complexo CAICA desde a revolução de Abril<sup>75</sup>, a actividade industrial em Barcel é praticamente inexistente e, paralelamente, nenhum outro

75 Em 1974, o Movimento das Forças Armadas tomou conta da gestão do Complexo Agro-industrial do Cachão, mantendo-o por dois anos, e só em 1976 a sua propriedade passa a empresa pública. Em 1980 o complexo perdeu a identidade própria e no espaço de um ano, passa a Sociedade Anónima CAICA - Complexo Agro-Industrial do Cachão, S.A. Em 1983 é alvo do primeiro processo de recuperação, mas sem futuro, pois passado 13 anos, em Setembro de 1992, depois de um lento enfraquecimento económico e financeiro, é dado como falido e encerra as suas portas. Em 1993 as Câmaras de Mirandela e de Vila Flor recuperam o projecto e ficam responsáveis pelos imóveis, tornando-se detentoras de 97% do seu capital, tendo-se constituído a A.I.N. - Agro-Industrial do Nordeste, S.A. Em 1998 a maioria das unidades é reactivada e instalam-se 25 empresas no complexo, empregando actualmente cerca de 200 pessoas, mas parte dos antigos funcionários do CAIC viram-se obrigados a emigrar ou procurar trabalho noutros locais da região. (VISEU, 2007, pp.24-25)





Fig. 100 - Complexo Agro-industrial do Cachão (foto do autor)

sector de actividade encontrou aqui terreno propício ao desenvolvimento, sendo por isso escassa a oferta de emprego. Situação que dificulta não só a integração dos mais novos que continuam assim a preferir a emigração, como também contribui para prolongar o afastamento dos emigrantes da primeira geração, atraídos ainda pela ideia de regresso a Portugal.

Neste contexto de alternativas reduzidas, os emigrantes decidem apenas pelo retorno ao atingirem a idade ou a situação de reforma e quando a garantia desse rendimento lhes dá meios suficientes de subsistência que combinam, por vezes com a actividade agrícola, a tempo parcial, ou com rendimentos imobiliários. O retorno definitivo de outros, implícito à partida, fica pendente do desenrolar dos acontecimentos e das escolhas dos filhos, que intervêm na complexidade dos critérios que definem as escolhas de sedentarização. A mobilidade social, fora do quadro da emigração, é apenas possível pelo acesso dos mais jovens a uma escolaridade mais prolongada que permite obter uma melhor situação profissional, em geral ligada ao sector de serviços (público ou outros) nos centros urbanos mais próximos.

Com a melhoria de padrões de vida dos jovens locais e o regresso dos *franceses* que partem na década de 50, a aldeia transforma-se e urbaniza-se. Depois do período de recessão seguinte ao 25 de Abril e com a vinda dos que se viram obrigados a retornar, (que com as poupanças arrecadadas, ajudas de familiares ou empréstimos, também realizaram o seu sonho de casa), segue-

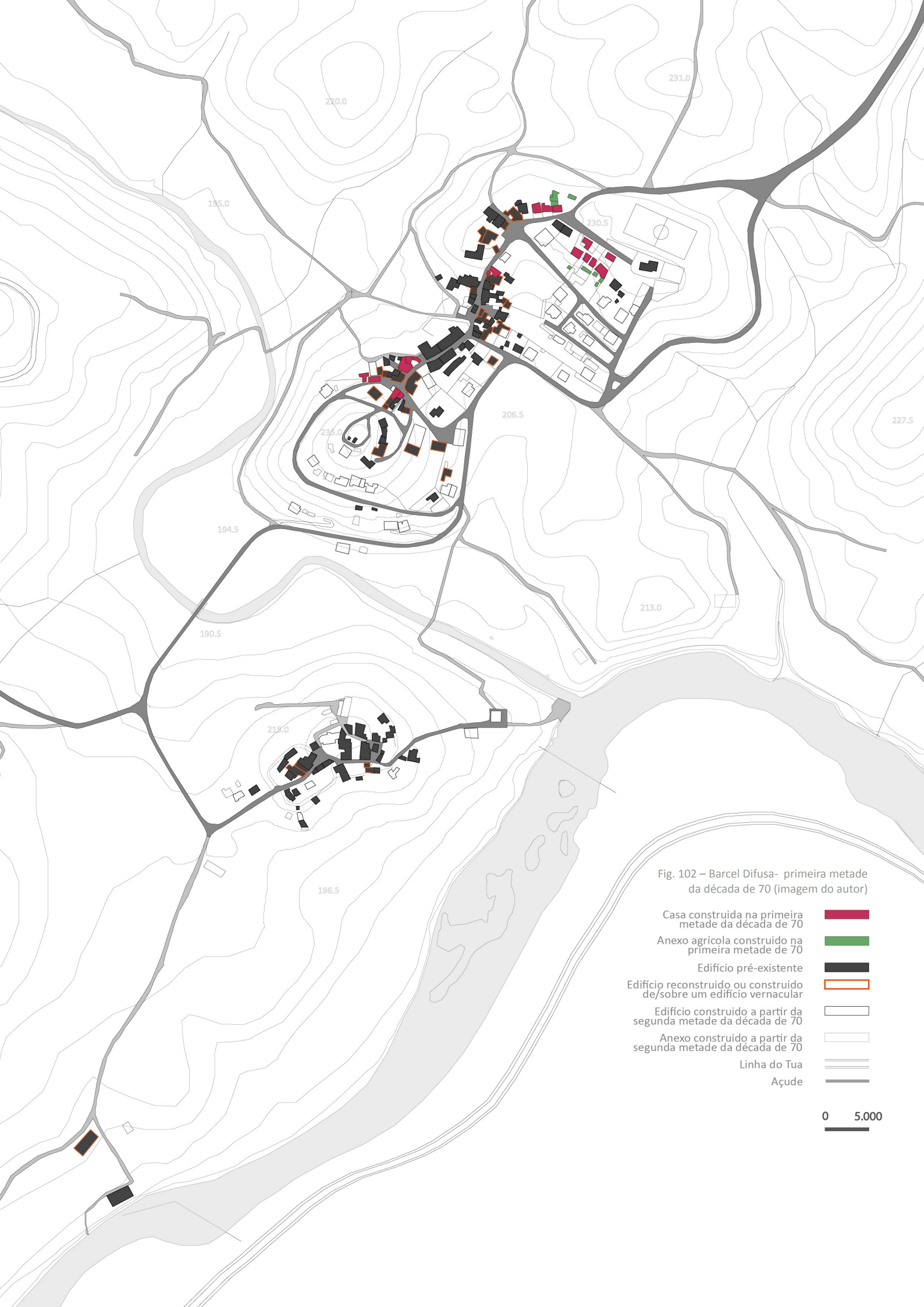
se a euforia construtiva da década de 70 e principalmente 80, cuja *influência local no que respeita às formas retringe-se em grande medida ao vocabulário iconográfico moderno. O emigrante, e o natural de Barcel, não quer construir uma casa que formalmente lhe recorda casinha rural, 'bem integrada na natureza', onde nasceu e viveu na miséria*. (VILLANOVA, et. al, 1995, p. 165)

Para uma melhor compreensão da explosão construtiva do habitat da população de Barcel, dos seus desejos e sonhos, agora também urbanos, tornou-se querente a separação do estudo em duas metades distintas da década de 70, sendo na segunda ainda pertinente referir duas gerações. Embora não haja margem temporal que as distinga, visto a grande maioria ter regressado na mesma década, as evidências de uma diferença a nível cultural são claras, mesmo para os agricultores que nunca saíram da aldeia, mas cuja relação com a sede de concelho é muito próxima. Embora a grande maioria tenha regressado nas décadas de 70 e 80, a arquitectura da primeira geração de retornados, de franceses e da população local, mais ligados à actividade agrícola, é bem diferente da sonhada pelos seus irmãos mais novos, filhos e netos que adoptaram, na sua maioria, outros tipos de actividades, e tiveram outro tipo de formação, no local ou no estrangeiro. Sendo ainda mais evidente o salto para a actual geração, não só com o retorno de familiares como também de imigrantes, que sem qualquer ligação com a terra, decidem construir um porto seguro, para desfrutar em férias ou fins de semana, do ambiente pouco denso, harmonioso, tranquilo, seguro e saudável, e, por isso, relaxante e propício a várias actividades de lazer e de descanso.



Fig. 101 - Nevão de 1977 (foto de Maria Areias)





### . Explosão construtiva da década de 70 e 80

Começando pelas tendências de implantação da primeira metade da década de 70, podemos refrisar uma continuação com as tendências do final da década anterior, para uma implantações no cimo do Outeiro, junto à igreja. Com a impossibilidade de construir à face da rua e contra a vontade dos respectivos donos, quatro edifícios maioritariamente de 2 pisos, surgem a seguir ao exemplo de António (único edifício da década anterior que se encontra completamente isolado) e, mais tarde ,com a permissão da autarquia, nasce mais um conjunto de duas casas, (em frente das anteriores) que marcam o desejo antigo de delinear o espaço público (sendo uma delas a mesma dona de uma das anteriores, a casa da Maria Hortência, emigrante durante algum tempo em França).

Para além deste novo conjunto, surgem ainda três casas ligeiramente afastadas da rua, como é o caso da casa de Isaura, dando espaço para o surgir de um pequeno de cariz mais humilde, jardim ou pátio de recepção, de cariz mais humilde, virado para a mesma, que, juntamente com a nova forma mais regular e os novos materiais construtivos utilizados (características pertencentes a todas elas) evidenciam já uma assumida modernidade/urbanidade. A todo o conjunto se demarca a constante entrada pela cozinha e sala, com distribuição interna feita pelo corredor central.

*Identificamos uma diferença nas características das casas construídas até meados da década de 70 e das construídas posteriormente. Não se trata de tipos distintos, como sugere Clara de Souza (1989) mas de um mesmo tipo e da gestão natural no tempo. Nos anos 60 e 70, corporiza-se a primeira fase do tipo, ainda com muitos elementos do rural. Os traços distintivos deste período são retomados e acentuados no período seguinte, em que o novo tipo de casa ganha uma forma mais elaborada.* (VILLANOVA, et. al, 1995, p. 159)



Fig. 103 - Casa desabitada de Isaura, ex-residente de Barcel que se encontra num lar - Barcel ( foto do autor)





Figs. 104 a 106 - Primeira (central aolote) e segunda (face à rua) casas de Maria Hortência - Barcel .  
(fotos do autor)

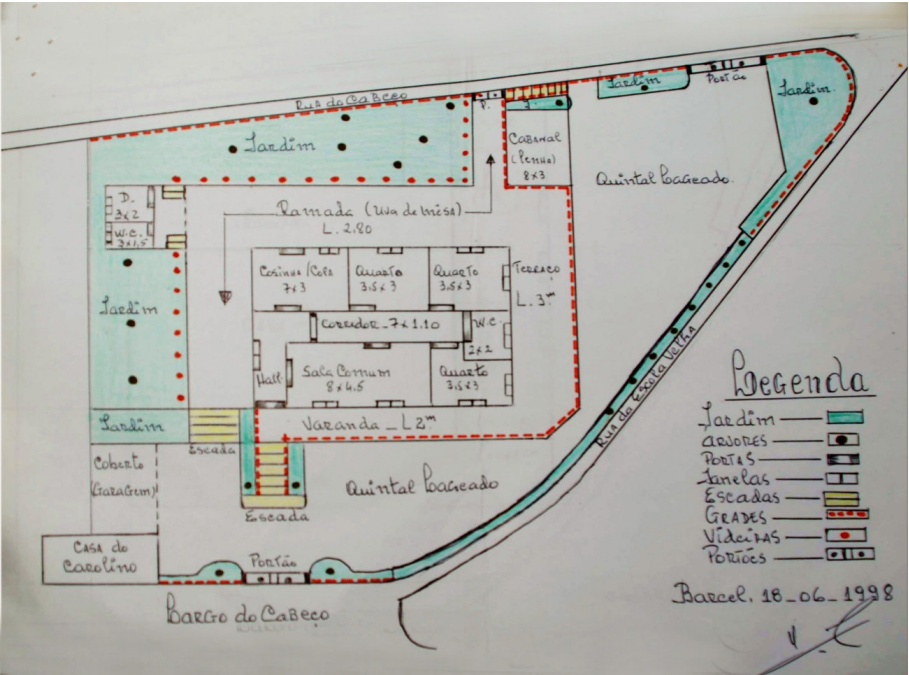
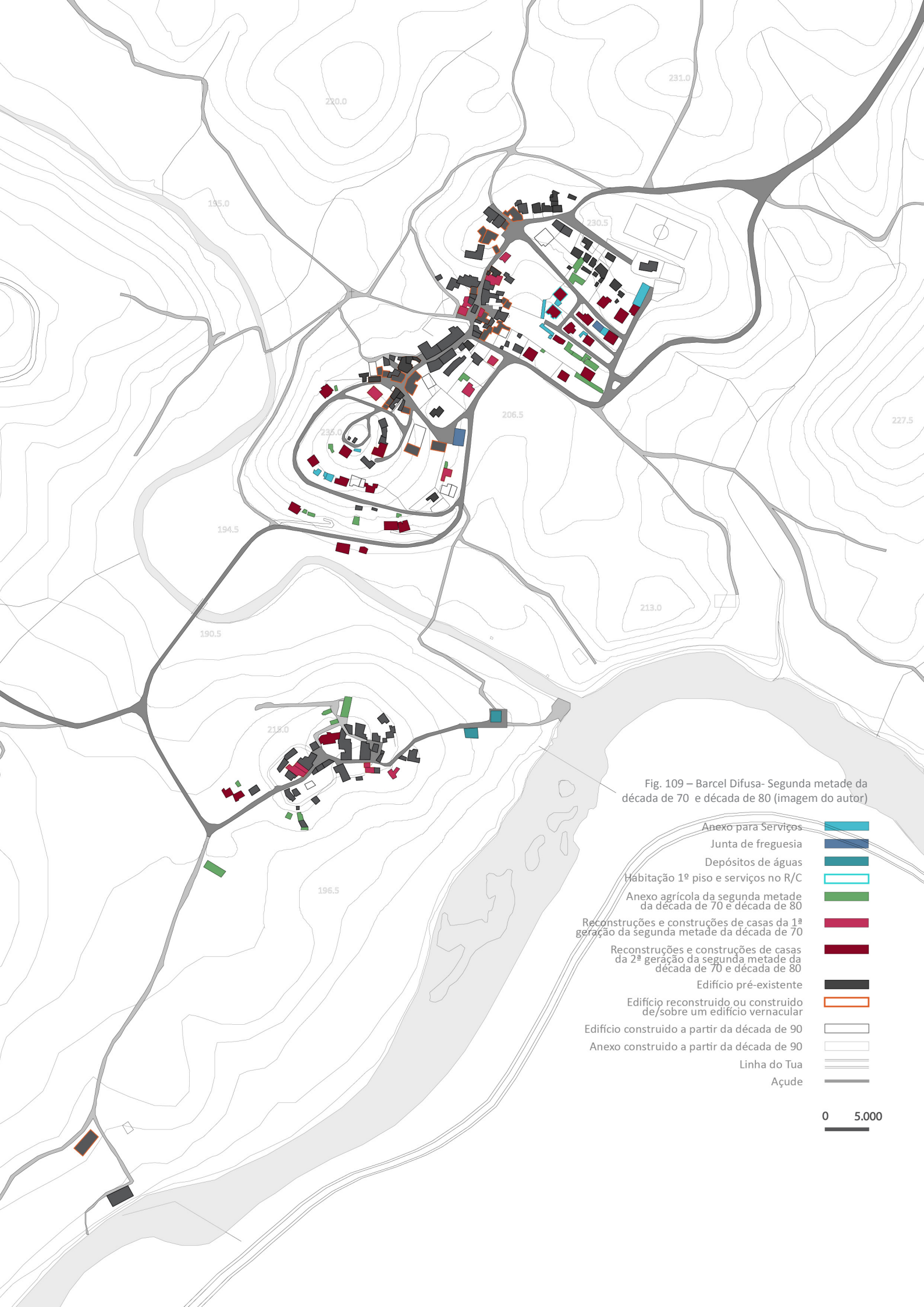
Na segunda metade da década de 70 e década seguinte, a grande maioria desta geração opta por construir a sua habitação nos terrenos limítrofes do aglomerado antigo (terrenos herdados ou comprados), existindo poucos exemplos de famílias cuja casa denote uma relação estreita com o aglomerado. A não ser a reconstrução da casa de Alice e de seu irmão Hermínio, mesmo em frente à velha casa de sua mãe, existem apenas mais dois exemplos de casas que se localizam em núcleo antigo. Um deles é a reconstrução de uma casa antiga herdada de Lourenço e Isabel e, por isso, mantém o afastamento face a rua da casa original. Reconstrução e ampliação já muito diferente de muitos dos seus vizinhos que nunca chegaram a sair da aldeia, mas que ainda demonstram características acentuadamente rurais, como a entrada pela cozinha/sala e a forma intuitiva de crescimento.

O outro exemplo é a casa de Mário e Helena, construção de raiz de uma nova casa em núcleo antigo, que vai contra a tendência das novas casas que, na sua maioria, se afastam completamente da rua e constroem um novo e cada vez mais amplo espaço de transição entre a rua (espaço público) e a casa (espaço privado), como é o exemplo da casa de Viriato e Lurdes.



Figs. 38, 107 e 108- Casa de Alice e seu irmão Hermínio, comerciantes (sendo ele comerciante ambulante), que nunca chegaram a habitar fora da aldeia. Edifício que engloba uma mercearia e o *Café Central* que veio na década de 2000, substituir uma das mais antigas tabernas da freguesia - Barcel (foto do autor)





Figs. 110 a 112 (de cima para baixo) - Casa de António e Isabel - Barcel . Alçado frontal da casa de António eng. Agrónomo e Isabel doméstica, e planta feita pelos mesmos, casal que parte para Moçambique em 1958 e retornam em 75 e actualmente estão reformados. - Barcel. Alçado frontal e lateral da casa de Mário e Helena (irmã de António), casal de agricultores actualmente reformados que também partem para Angola em 55 e retornam a 75 mas começam a construir a sua nova casa apenas 2 anos mais tarde. - Barcel (fotos do autor)





Fig. 113 - Alçado Frontal da casa de Viriato e Lurdes, casal que partiu para Angola em 1955, regressaram em 75 e começaram a construir a casa no mesmo ano. Actualmente estão reformados. - Barcel (foto do autor)

É bem explícita a vontade de um novo espaço de recepção, com jardim e pátio com flores, indicativo do nível económico e cultural dos seus habitantes, (testemunha de uma nova urbanidade), reservando a horta e o pomar, (reminiscências rurais), para a lateral e traseiras da casa.

A agricultura de subsistência para esta geração ainda está viva e, em alguns casos, encontra-se desvinculada da casa por falta de espaço, mas existe, e é ainda aprimorada. Mais um elemento divisório entre o espaço público (rua) e o privado (parcela) é a vedação, muros que se mantem baixos como a tradição manda, mas agora de tijolo estucado e, em regra geral, pintado em tons claros ou pastéis, para não destoar da tonalidade da casa. Muros normalmente gradeados em alumínio ou ferro a condizer com o portão e a vedação das varandas e escadas de acesso ao piso habitacional. A escada e a varanda, *são mais um exemplo da mudança em continuidade*. Elementos identificativos destas novas casas rurais, embora a sua concepção espacial e decorativa esteja em metamorfose pelas novas referências urbanas e pelo acesso a um novo estatuto económico. Elementos que valorizam no conjunto, ganhando com isso uma nova expressão simbólica. A escada apresenta formas mais ou menos clássicas do seu lançamento e do material, desenho, cor e guarda. O seu posicionamento, quantidade, dimensão e forma pode variar (perpendicular à fachada, paralela ou curva, incluídas ou não no re-

tângulo da casa, maiores dimensões para vencer maiores alturas, por vezes mais de uma) mas mantem-se estreitas e não senhoriais (1m). A varanda, normalmente resguardada do sol, chuva e vento, mas aberta e exposta aos olhares do transeunte, passa a ser um elemento visual dominante que pode percorrer toda a fachada frontal e por vezes contorna ainda parte da fachada lateral. Quase sempre ligada à escada exterior, serve de antecâmara, ou hall e, quando existe mais do que uma (normalmente nos quartos), procura a melhor exposição solar (quadrante sul). Embora de usos menos frequentes do que na antiga casa rural, esta continua a servir como prolongamento do espaço de estar e até de convívio quando em comunicação com outras varandas, de outras famílias.

A porta (elemento de transição entre o exterior e o interior da casa) e a janela (outro elemento de transição mais subtil) *já nada se relacionam com as pequenas e escassas entradas de luz do modelo tradicional. Os vãos, para além de evidenciarem, novas materialidades e gostos, são agora de maiores dimensões.*

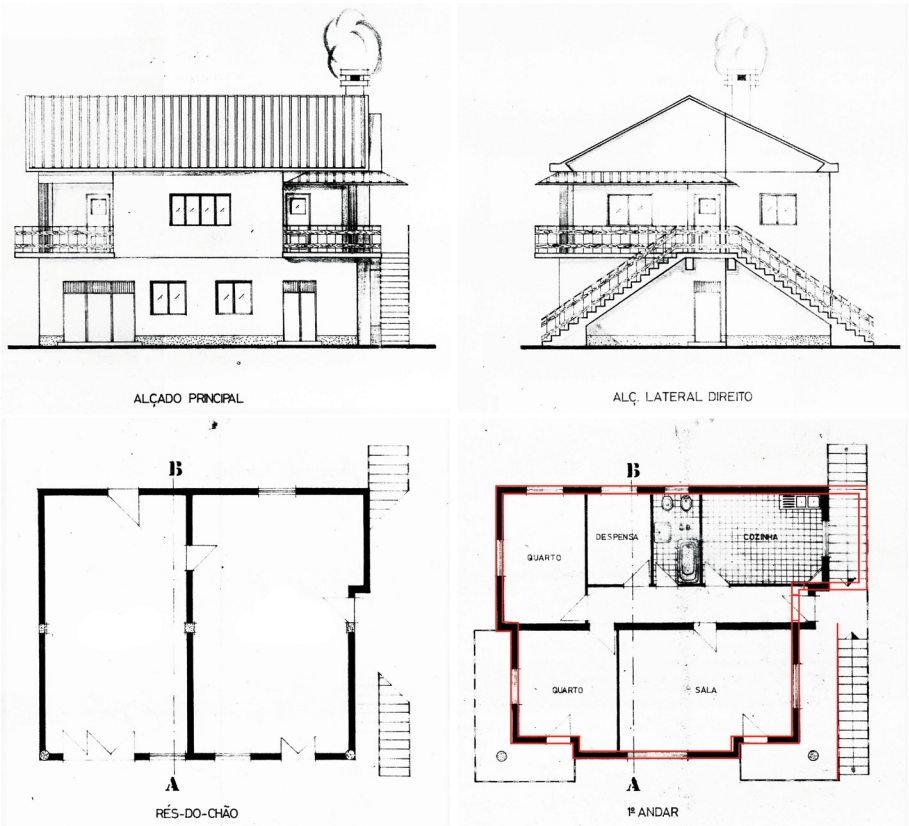


Fig. 114- Plantas e alçados de Viriato e Lurdes com a sinalização a vermelho da s modificações actuais.





Figs. 115 e 116 - Casa da Laurinda e do Albertino - na periferia de Barcel (fotos do autor)

*O novo espaço* quer-se iluminado e arejado e, por isso, os vãos encontram-se espalhados pelos diferentes compartimentos, existindo divisões, normalmente a sala, onde se podem encontrar mais de uma. A maioria dos caixilhos são de alumínio de forma regular, mas existem casos que se apresentam com o vão em arco, e casos com caixilharia e portadas de madeira, como o exemplo da casa de Celestino Rodrigues e Laurinda Ferro (casal emigrante de França, também eles agricultores), que embora só tenham regressado definitivamente em 91, começaram a construir em meados da década de 70.

*É sobretudo nos espaços de transição do interior e exterior que o emigrante projecta todo o seu desejo de distinção e procura expressar a sua ascensão e a sua nova urbanidade. Mas a casa não reflecte apenas a sua necessidade de afirmação, ela é sobretudo o lugar onde se conjuga a falta de informação nesta matéria e a decisão dos outros actores no processo (desenhadores locais, empreiteiros, comerciantes de materiais de construção e técnicos das autarquias)* VILLANOVA, et. al, 1995, p. 122)

Nos telhados, denota-se a remanescência cultural do passado, com a persistência do modelo de duas águas e inclinações nacionais, telha industrial cerâmica, lusa ou marselha, sendo caso único a telha de cimento preta, a realização de mansardas e a chaminé decorativa que desenha o volume da casa. As paredes exteriores, *são maioritariamente em tijolo, rebocadas e*, quando pintadas, são da mesma cor dos muros, sendo raros os tons exuberantes e os azulejos. Esta primeira geração apresenta assim transformações ainda bem módicas e contidas, com vários exemplos significativos de permanência e transformação a nível externo.

*O emigrante sabe em geral, que alterações deseja introduzir em relação ao interior da casa rural onde vivia antes de partir. Ele quer uma habitação espaçosa, confortável e uma casa nova, onde possa introduzir alterações funcionais ao modelo de casa rural, que garantam a sua inserção na dimensão urbana. O piso térreo, característico da casa rural do norte do país, é conservado agora com novas funções, onde se inclui o espaço para a garagem ampla. A entrada no piso habitacional deve abrir para um vestíbulo ou corredor, distribuindo para as restantes divisões. O emigrante sonha com uma sala ampla e resplandecente, com canto para a lareira e sofás de recepção e outro para refeições onde possa dispor a mobília de cerimónia da sala de jantar; uma cozinha grande, bem iluminada e modernamente equipada; vários quartos também espaçosos e bem iluminados; e uma casa de banho moderna.* VILLANOVA, et. al, 1995, p. 141)

Olhando para os espaços internos, para as planta e cortes, podemos nos aperceber de uma lógica ampliação do volume. Visto que a maioria das casas em geral tem dois pisos, à semelhança com o modelo tradicional, o segredo desta ampliação encontra-se não só na ampliação de área e pé direito do compartimentos, como na inserção de novos espaços personalizados (quartos por casal e filhos que não cumprem só a função de dormitório) e de usos domésticos e higiene (como o wc, a lavandaria), existindo por vezes uma duplicação/*justaposição*, espaços que servem à mesma função (cozinha interna



para os dias de festa e externa para o dia a dia, entradas pela cozinha e hall, as salas e os salões, o tanque e a máquina de lavar a roupa), mas associadas à clara hierarquia de usos (actividades sujas e limpas), ligadas a um novo conceito de bem-estar.



Figs. 117 e 118- Cave de Lurdes e Viriato - Barcel (fotos do autor)

Assim como no modelo de arquitectura tradicional serrana, o uso do piso térreo apresenta-se nesta primeira fase, embora não em exclusividade, muito associado às actividades socioeconómicas dominantes da aldeia, a agricultura; e o segundo piso reservado para área habitacional, sendo o acesso ainda feito exteriormente, o que reforça a separação entre áreas limpas e sujas, existindo ainda casos de reconstruções, em que embora a casa original tenha tido acesso interno ao piso térreo, a nova geração decide fechar, reforçando ainda mais esta separação.



Fig. 119 - Cave da casa de Fernanda e Carolino, técnicos de saúde reformados, naturais de Barcel e residentes no Porto - Barcel (foto do autor)

A entrada no segundo piso é normalmente duplicada, existindo frequentemente entradas duplas, como na habitação burguesa urbana: uma principal, usada maioritariamente por visitas, que pode abrir para corredor e vestíbulos, e outra de serviço, normalmente na cozinha usada diariamente. O corredor, quase sempre central e ocupante de grande área, veio duplicar o serviço da varanda que ainda se mantem muitas vezes (embora a nível simbólico) como espaço de circulação entre os vários compartimentos.

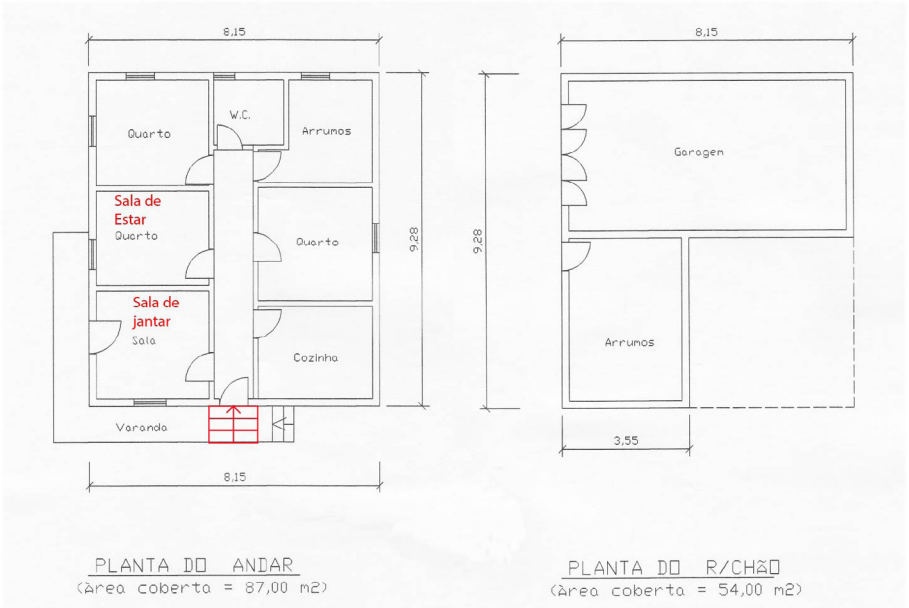


Fig. 120 - Planta da casa de Mário e Helena com a sinalização- a vermelho- das alterações actuais - Barcel

Por vezes a sala apresenta-se virada para o pátio, mantendo o cunho rural, mas é mais frequente a extensão do seu espaço para a rua (cunho urbano). Desde tempos antigos que esta divisão se mantém privilegiada, costume mais uma vez ampliado, existindo por vezes a duplicação de compartimentos (sala do dia-a-dia e a sala de jantar que serve exclusivamente para receber as visitas). Na existência de um único espaço, este divide-se numa zona de estar e outra para as refeições, mais perto da cozinha (que se encontra num mesmo compartimento ou separadas normalmente pelo corredor). As salas são espaços completamente mobilados e decorados, sendo típico, em substituição da lareira antiga assente na pedra, o fogão de sala também em pedra e bem decorado, mas que não se usa com tanta frequência, *uma reprodução em miniatura do salão da casa senhorial ou, melhor, a cópia das salas nas casas urbanas tipo standard* (VILLANOVA, et. al, 1995, p. 149)





Fig. 121 - Sala de estar e cozinha de Lourenço e Isabel- Barcel (foto do autor)

A cozinha, deixa de ser a divisão central, sem lareira nem fogão a lenha, mas continua a ser um lugar dinâmico, agora equipado com novas tecnologias, sendo muito usual a construção posterior de uma outra cozinha, no anexo, menos moderna e mais tradicional, mais prática e mais suja, a cozinha do fumeiro, que por vezes mantém as características das lareiras e do tecto vazado, por causa dos enchidos. É aí que se fazem a maior parte das refeições e se passa parte das noites frias de Inverno, recolhendo a casa apenas para dormir e onde a mulher passa a maior parte do tempo e desempenha as suas lides domésticas mais sujas.



Figs. 122 a 124 - Cozinha-anexo de Viriato e Lurdes - Barcel (fotos do autor)

Além de cozinhas com fogões, fornos do pão e fogão a lenha, os anexos podem albergar ainda o lagar e alambique, a cuba tradicional e a industrial, arrumos de alfaías, oficinas ou veículos, sendo assim mais um sinal de persistência de um modelo cultural rural, muito embora o veículo seja com muito mais cavalos e cilindrada. Respondem apenas a necessidades funcionais, *não são espaços de representação e por isso* distinguem-se do modelo formal da casa. São espaços com funcionalidades normalmente esquecidas no projecto inicial e posteriormente incorporados lateralmente ou nas traseiras da parcela. Arquitecturas normalmente clandestinas e por isso escondidas dos olhares de possíveis fiscais.

Um processo construtivo evolutivo normalmente desfasado da planta original, acrescentos e mudanças à última hora, como o alargamento de espaços, ou mudanças de direção das escadas ou das varandas (como por exemplo na Casa de Viriato e Lurdes e de Mário e Helena), mudanças muitas vezes induzidas pelos desenhadores e construtores locais, legalizados muito posteriormente. No caso dos emigrantes que não estão presentes no processo construtivo, pode-se ainda denotar um maior desfasamento entre o plano da casa e o que realmente foi construído, exemplos claros da falta de comunicação ou de capacidade, competência ou mesmo seriedade do técnico, que não soube dar forma ao sonho do cliente.



Fig. 125 - Escada externa da casa de José Gomes e Fernanda, casa construída em 1987, quebrada por sujestão do empreiteiro como podemos ver também na planta original da fig. 140 (foto do autor)

*Esta ruptura traduz, igualmente, o próprio nível sócio-cultural e os interesses dos particulares dos actores neste processo (nos quais se incluem os emigrantes), a sua falta de domínio tecnológico, urbanístico e artístico, e em paralelo, ela é o testemunho da demissão das entidades oficiais responsáveis e dos especialistas neste processo. O saber tradicional já não é respeitado e ainda não foi devidamente estruturado um novo saber que a estes compete.* (VILLANOVA, et. al, 1995, p. 158)

Os emigrantes ou locais da segunda geração que exercem agora novas actividades mais ligadas aos serviços (apreendidas muitas vezes no estrangeiro), vão reflectir, na implantação e no modelo da nova casa, tendências associadas às cada vez mais fortes influências de urbanidade e mobilidade. Deixam definitivamente o velho aglomerado e o território da comunidade, para se instalarem nos campos periféricos à beira das estradas, ganhando a freguesia, progressivamente, novas zonas de expansão de menor densidades.

Esta tendência de implantação no cimo de pequenas elevações, pode ser justificada pela falta de terrenos na aldeia, pela herança, pela dádiva (como é o caso do bairro construído sobre terrenos doados, face à situação de aperto de alguns retornados pós o 25 de Abril), pela dificuldade de integração, ou o desejo de adquirir um terreno fora do povoado, desejo que advem, não propriamente da vontade de relevância e destaque na sociedade, por ostentação ou por ambição de poder, mas pela disponibilidade, qualidade, amplitude e acessibilidades do espaço, necessário não só às novas necessidades práticas como também estéticas, pois por ser um sítio alto, no qual se avistam os arredores, torna-se perfeito para usufruir da melhor paisagem panorâmica.

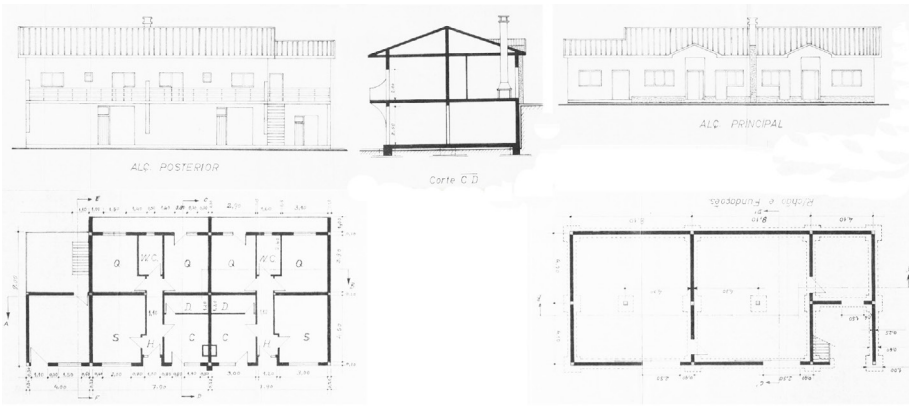


Fig. 126 - Projecto de vivendas germinadas para o bairro - Barcel (cedido e realizado por Francisco Pereira)

Podemos ainda evidenciar, como forte influência urbana, a implantação do *bairro* em traçado perpendicular perfeitamente dividido em lotes, sobre os quais as casas se apresentam centrais, e a existência, nos inícios dos anos 80, de um sonho de casas geminadas em módulo de acesso directo, com corredor bem central que, assim como o resto dos compartimentos, se apresenta com as áreas mínimas aconselhadas. Pensamento que reflecte a imagem de muitos bairros sociais de muitas cidades, mas com adaptações nítidas ao ambiente rural. Para além da varanda corrida a todo o comprimento dos quartos, e do fogão se sala na cozinha, as garagens apresentam-se sem acesso interno, projecto que nunca foi realizado por falta de pessoas interessadas no aluguer.

Assim como o jardim, a vedação, a escada e a varanda, continuam a ser um elemento identificativo, embora a escala e o revestimento a condizer com a fachada, seja por vezes outro. O mesmo não se pode dizer da horta que, em alguns casos, perde a sua dimensão e se divide entre um jardim maior, depósito de materiais de construção civil, e patamares para as carrinhas de distribuição.



Figs. 127 e 128 (da esq. para a dir.) - Casa e comércio de Alumínios de João Igrejas e Beatriz. Casa de José e Fernanda Gomes, casal retornado de Angola e actuais comerciantes ambulantes de peixe (fotos do autor)

As paredes exteriores mantêm-se maioritariamente em tijolo, rebocadas e pintadas em tons claros sendo raras as formas e feitios estranhos. A entrada ganha uma marcação cada vez mais especial e central à fachada. Os telhados das novas casas complicam-se, as águas por vezes desencontram-se e atravessam-se, mas a chaminé decorativa, como parte integrante da volumetria da casa perde destaque. O exemplo da telha de cimento preto é repetido mas *não vira moda* e a inclinação aumenta para ampliar o terceiro piso em mansarda, mas também não representa a maioria dos projectos desta geração.





Figs. 129 e 130 (de cima para baixo) - Vista dos novos feitos de telhados - Barcel- Bairro - Exemplo de telhado preto com mansarda da casa de Francisco (retornado de Angola)

Olhando agora para o espaço interno, apercebemos dos motivos de mais uma lógica ampliação de volumes. Para além do número de pisos ser superior e a área dos quartos e das casas de banho aumentarem, a sala, na maioria dos casos, ganha quase um pé direito duplo. Ligadas ao corredor (na maior parte das vezes ainda central duplicando a sua área), estão agora escadas internas, direitas ou quebradas, que ligam ao terceiro piso, mas mantém-se a nítida separação entre áreas limpas e sujas.



Fig. 131 - Fachada Frontal da casa da família Gomes - Barcel (foto do autor)

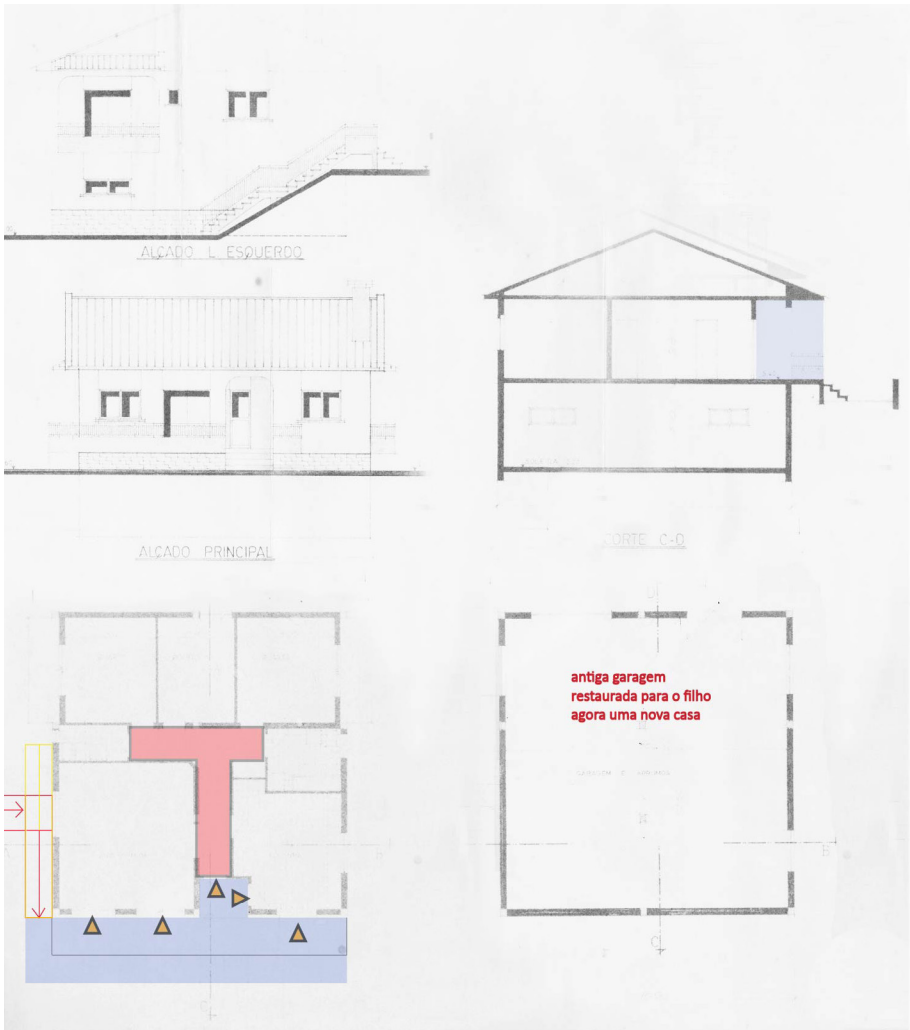


Fig. 132- Cortes, plantas e alçados da casa da família Gomes, que assinalam o corredor - a vermelho- o pátio de entrada - a azul -com entrada principal pelo corredor e a secundária pela cozinha e pela sala - Barcel (imagem do autor)

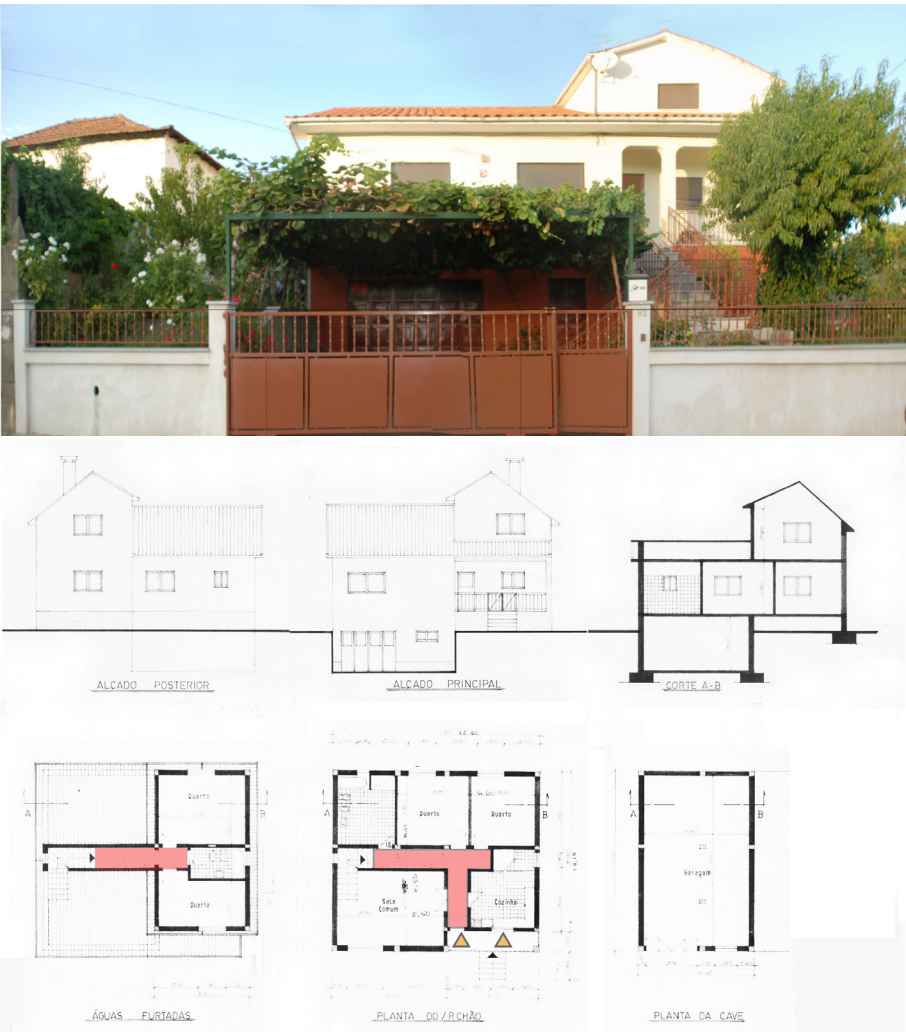
A cave permanece sem acesso interno, e a construção posterior de uma segunda cozinha mantem-se, mas os anexos e a garagem (que aparece enterada em alguns exemplos da década 80) passam a albergar maioritariamente a oficina ou a arrecadação, associada a actividades industriais ou comerciais (matérias de construção, arcas frigoríficas para a distribuição de alimentos, mercearias). Há ainda um terceiro uso do piso térreo que, *não pensado de raiz*, foi motivo para novas reformulações. Constrói-se um anexo para os carros e para as oficinas, e disponibiliza-se o espaço para o albergue dos filhos, que agora casados e com filhos, precisam de mais espaço quando vem visitar os pais, e, segundo José e Fernanda Gomes, *é ideal para o verão, é mais fresquinho*.



Neste caso, o piso térreo é completamente reconstruído na década de 2000, para dar lugar a uma segunda casa, que já não se orienta em torno de um corredor, mas tem entrada pela cozinha e sala, compartimentos interligados que se estendem a todo o comprimento da casa, e redireccionam para os quartos, sem qualquer tipo de antecâmara, para maior aproveitamento do espaço. Tudo isto são indícios de uma nova urbanidade cada vez mais sobreposta pelos elementos funcionais de uma prática rural que vai alastrando pelas décadas seguintes.



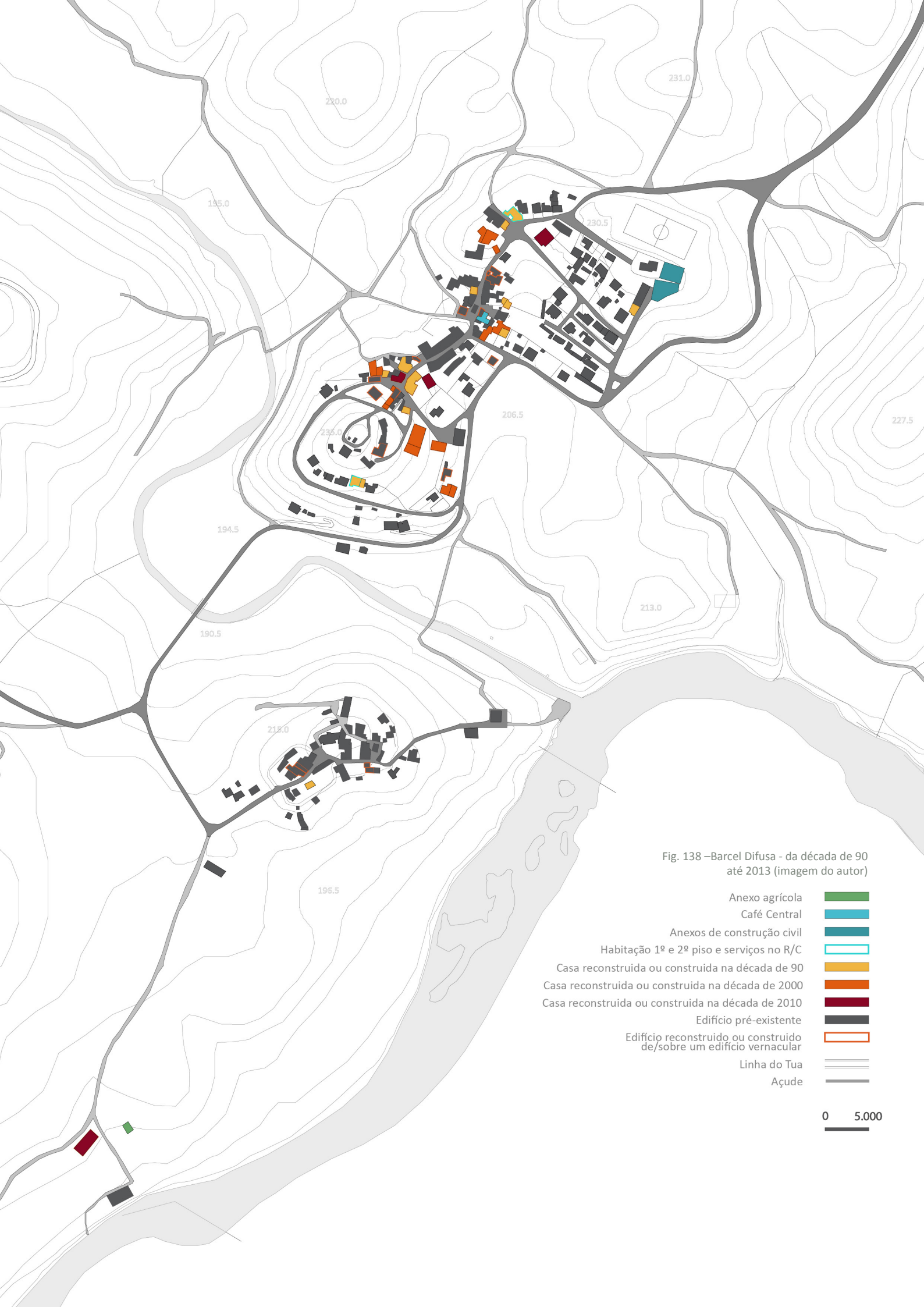
Figs. 133 a 135 (de cima para baixo) - cozinha e sala do 1º piso da casa da família Gomes, divisões separadas pelo corredor e sala com kitchenette e entrada directa para os quartos sem corredor do R/C (fotos do autor)



Figs. 136 e 137 - Foto da fachada frontal e corte, alçados e Plantas da casa de João (construtor civil) e Maria Areias, casal natural e sempre residente na aldeia, que constrói a sua casa de sonho em 1984 - Barcel

Na década de 80, a casa tende a ser maior e de estilo mais exuberante. O tempo de estadia do emigrante no estrangeiro é em geral, mais longo, a sua capacidade financeira é maior, tal como a sua pertença à cultura urbana e o seu desejo de demonstrar a sua ascensão. A sociedade Portuguesa democratiza-se e a diversificação dos modelos construídos oferece um maior reportório de referências. A euforia que caracteriza as casas dos emigrantes, a partir de finais da década de 70 e, sobretudo, nos primeiros anos da década de 80, terá, também, a ver com a expansão e o alargamento do mercado de construção, depois do período de recessão sequente ao 25 de Abril. É sobretudo e, a partir dos anos 80, que se torna mais visível e, mesmo, espectacular, a amálgama que caracteriza a casa do emigrante. Com a extensão da construção de casas por emigrantes, o fenómeno assume, pela sua amplitude, uma maior notoriedade (Villanova, et. al, 1995, p. 164)





. Inversão construtiva de 90/2000/2010 - Novo Paradigma

Nesta nova fase de construção menos intensa e de tendência claramente invertida, podemos denotar duas correntes distintas, uma representativa da evolução natural da construção da década anterior, com uma *imagem* cada vez mais afastada da casa popular tradicional, e outra representativa da nova tendência de *fetichização* do rural, imagem produzida e divulgada em força a partir da década de 90 pelos meios de comunicação. Tendência de conservação e manutenção do património rural, exemplificativa das preocupações, não só ambientais, como também culturais, antropológicas e arquitectónicas, de manter vivo um mundo secular cheio de razões sábias. O (re)nascimento em força do rural como símbolo da identidade dos portugueses, está bem visível na reapropriação decorativa ou estrutural e até funcional das novas arquitecturas que, não abdicando do que as comodidades urbanas têm de melhor, reforçam a simbiose cada vez mais difusa entre o rural e o urbano, o erudito e o popular, turvando os seus limites outrora bem vinculados.



Fig. 139 e 140 - Casa restaurada de Casemira (irmã de Lurdes, Helena, António) e Jorge (casal de jardim traseiro bancários reformados), naturais de Barcel mas residentes na Maia ( fotos do autor)





Fig. 141 e 142 (da esq. para a dir.) - Prensa do azeite: Escultura Industrial, à entrada da aldeia. Piso térreo da Casa de Isabel-Barcel.

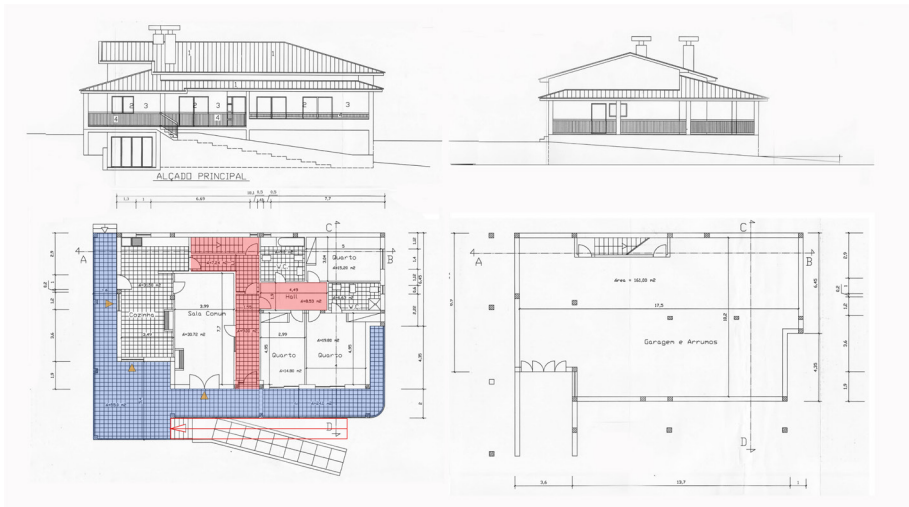


Fig. 143 e 144 (e cima para baixo)- Foto, plantas e alçados da Casa construída em 2013 de José Lourenço (irmão de Lurdes, António, Helena e Casemira) e Teresa, casal de retornados de Angola (comercial e técnica de saúde), ex-residentes no Porto e actualmente em Barcel.(Fotos do autor)

Embora o volume de algumas casas novas se mantenha em crescimento, a maioria dos novos construtores tende a cingir-se à reconstrução da casa tradicional, quer por motivos económicos, numa altura em que as políticas bancárias vão no sentido da contenção de regalias à construção de raiz e ajudas externas de reconstrução do património rural existente, ou por gosto e respeito pela traça original, .

O jardim fronteiro perde a importância e a horta (lateral ou nas traseiras da casa) por vezes é substituída por um jardim bem tratado, delineado com muros altos para manter a privacidade. Embora a horta seja cada vez mais reduzida, a cozinha, a garrafeira e os anexos externos pensados ou não de raiz, mantêm-se necessários na maioria das casas de sonho, e a decoração entre o novo estandardizado e o velho restaurado, peças individuais de decoração que se tornam cada vez mais evidentes e em destaque.



Figs. 145 a 147- Casa da Fernanda e Carolino construída por aglotinação. Pátio de entrada. Patim de passagem da sala de estar para a cozinha. - Barcel (fotos do autor)



Sendo cada vez mais frequente a tendência para a reconstrução e o restauro, em vez da construção de raiz, os espaços mantêm a divisão marcada pelos compartimentos antigos, havendo muitos exemplos onde se apresentam necessários vários patins e escadas de poucos degraus, para a coligação não só externa como também interna, tanto entre os velhos como os novos compartimentos, da cozinha para a sala, da sala para os quartos, como é o exemplo da casa de Amélia e António.

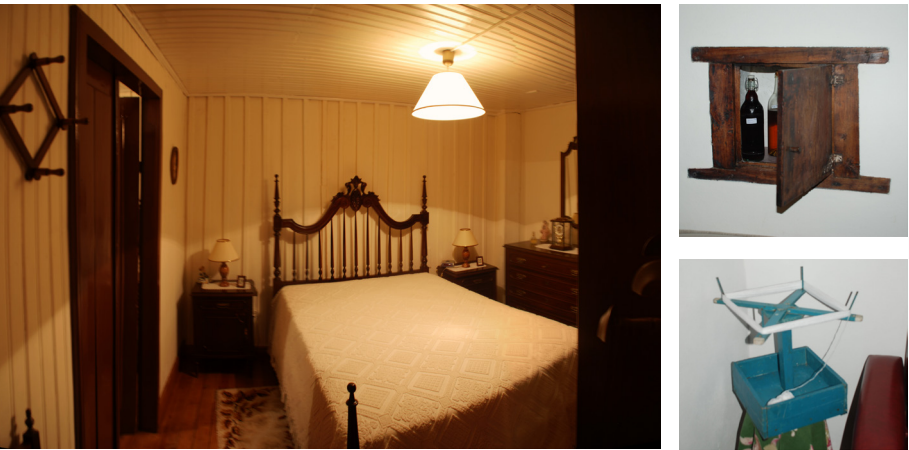


Figs. 148 e 149 - Fachada frontal e Sala de jantar, de estar e cozinha da casa de Maria Amália e José Carvalho, actual presidente da junta, casal reformado de serviços bancários e industriais. Casal não natural de Barcel mas a habitar permanentemente em Barcel (fotos do autor)

O xisto volta a ser base de revestimento, mas de uma forma mais restrita, limitando-se por vezes ao 1º piso. Quando não empilhado à imagem da boa moda antiga, é aplicado de modo mais descuidado ou apenas decorativo, com juntas de cimento e à vista, nas novas paredes e pátios.

A entrada pela sala e pela cozinha (persistência do modelo rural) volta a ser frequente. Os vãos e o corredor, pelo mesmo motivo de conservação de um legado antigo, apresentam-se na maior parte das vezes mais moderados, embora haja exemplos da clara simbiose com vãos maiores e em maior número, havendo casos de aplicação de portas até ao chão corridas, separadas apenas

por uma coluna estrutural, para uma boa ampliação do espaço interno ao externo. A sala percorre mais facilmente as duas frentes e o corredor, embora haja exemplos de áreas de circulação muito alta, é normalmente um espaço reduzido, sinal não só de respeito e gosto pela antiga tradição, como pela clara razão de rentabilizar o espaço.



Figs. 150 a 152 (da dir. para a esq.) - quarto e pormenores decorativos vernaculares e agrícolas da casa de Fernanda e Carolino.- Barcel (fotos do autor)

As divisões internas de tabique são agora restauradas e apresentadas como um elemento de clara distinção. As cores continuam a ser claras, tanto externa como internamente, e os artefactos rurais e os móveis à antiga portuguesa, escuros e rebuscado, são agora restaurados e tornados verdadeiras peças de *museu*.

Esta tendência muito urbana de (re)nascimento do rural, é bem visível na reconstrução da casa do moleiro, feita pelo casal António e Conceição que, com a supervisão de um arquitecto da Câmara, realizam o desejo de distanciamento completo da aldeia, aproveitando ao máximo a tranquilidade e a paisagem menos artificializada que a freguesia pode proporcionar, as margens doria Tua, protegido ambientalmente e com regras específicas de reconstrução, em que a construção de raiz está proibida.<sup>76</sup>

76 Parentes de Maria Amália e José Carvalho, actual presidente da junta, casal natural do Porto , também reformados, que assim como António e Conceição reconstruíram uma casa em Barcel, mas no aglomerado.



Fig. 153 - Foto da Fachada frontal da antiga casa do moleiro. Casal de professores reformados, António José e Conceição, naturais de Braga e do Porto, com residência permanente no Porto, mas com passagem de grandes temporadas na freguesia - Barcel (fotos do autor)

Num primeiro olhar sobre o edifício e a envolvente, podemos evidenciar uma clara vontade de manter a traça do edifício antigo, casa baixa, sobre o comprido e em plena simbiose com a envolvente. Mas num olhar mais atento, ressaltam pormenores, pensados ou não à partida pelo cliente e pelos técnicos, que nos indicam uma clara e continua adaptação às necessidades contemporâneas, não só urbanas como rurais.



Figs. 154 e 155 (da dir. para a esq.) - Implantação e imagem da fachada lateral e traseiras da antiga casa do moleiro - Barcel (fotos do autor)

A implantação do volume encontra-se ligeiramente recuada da rua (imposição da câmara municipal) e a horta original foi trocada por um pequeno jardim virado para a paisagem do Tua e um pequeno pátio lajeado a xisto, que circunda quase todo o perímetro da casa. A vedação sem guarda delineia o perímetro original e apresenta-se tripartida entre um muro de xisto empilhado, um muro de tijolo revestido a placas também de xisto (escolha feita por motivos financeiros, visto o tijolo ser de mais rápida e económica execução e a sobreposição do xisto ser cada vez mais dispendiosa, não só pelo preço da pedra devidamente cortada e tratada, como da necessidade de um perito especializado, também ele mais dispendioso), e os portões de ferro (de pessoas e para os carros), a imitar o feitio e cor originais.

O volume apresenta um ligeiro aumento da altura (duas fileira de tijolo) e da inclinação original da cobertura (inclinação nacional), para ser possível a vivência num segundo piso. À excepção de apenas um acrescento para a zona do churrasco (feito à posteriori), o telhado mantém as duas águas, e os vãos com a dimensão e posição original, sem portadas nem persianas (à excepção da abertura de janelas na fachada traseira agora recuada da rua, num dos quartos, casa de banho e sala/cozinha, de uma porta para a rua na fachada lateral, e da substituição de uma porta por uma janela correspondente a um dos quartos), mas a caixilharia já se apresenta em pvc a imitar madeira (material de grande resistência e sem necessidade de conservação) e os vidros temperados e resistentes, visto a casa estar completamente isolada e sem possibilidade de protecção de olhares vizinhos.



Fig.156- Fachada Frontal e lateral da casa de António e Conceição - Barcel (foto do autor)

Analisando agora o espaço interno, ressalta num primeiro momento a entrada pela sala, espaço tripartido pela kitchenette (onde se situava o forno, separada por um muro, a meia altura, lajeado a xisto e outro mais baixo de xisto empilhado), pela zona de estar e de jantar sem lareira, e o seu alargamento para o exterior pelas duas portas envidraçadas e viradas para o rio (e não para a rua), pela continuidade da tijoleira cerâmica a imitar o barro (escolha mais uma vez feita por motivos económicos), para um pequeno pátio sobrelevado e coberto pelo telhado estendido. Nesta divisão, ainda se encontra uma escada interna de acesso ao segundo piso (área completamente nova, onde se podem encontrar dois quartos) ligada a uma varandim, ambos de madeira e com guarda do mesmo material e feitio típico da região, elemento em que se dispõe mais um espaço de estar, diferentemente iluminado por focos embutidos.

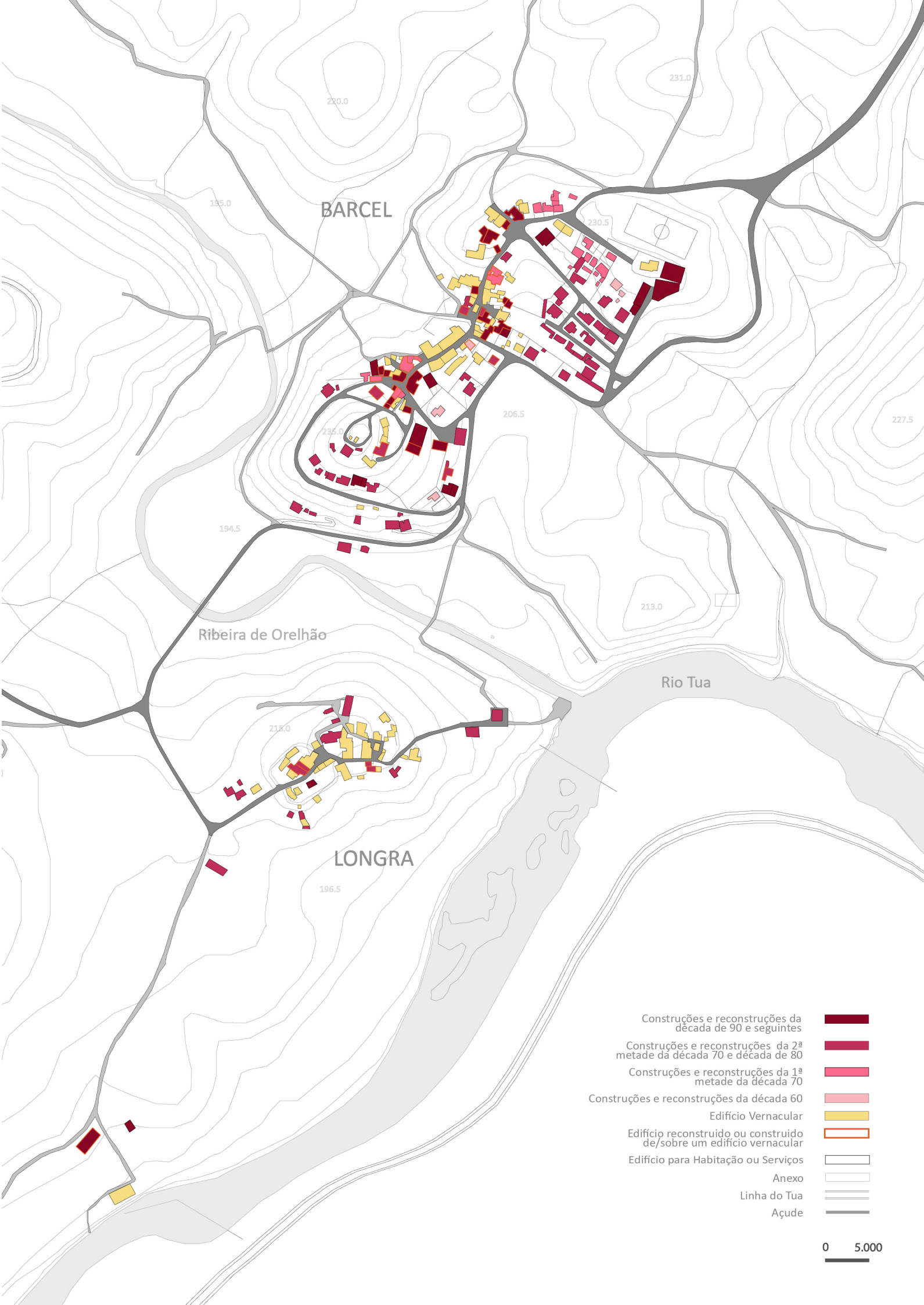




Figs. 157 a 159 - (da esq. para a dir. e de cima para baixo) fotografia do forno antigo situado no local da actual kitchenette(foto cedida por Maria e Antonio). Fotografia do interior da Sala (foto do autor) Planta, corte e alçado da Casa do moleiro - Barcel

A repartição do piso térreo é feita em parte pela disposição original, embora em tijolo para aumentar consideravelmente a área (anteriormente em xisto) e com a introdução de um pequeno corredor de ligação aos quartos (sendo a ligação entre os diversos compartimentos originais feita externamente). É ainda de referenciar que, embora não seja prevista garagem e exista mais um espaço externo da altura de dois pisos e sem ligação interna (onde antigamente se encontrava a corte de madeira), inteiramente planeado para uma segunda cozinha e arrumos, este não foi suficiente, sentindo os donos necessidade de, mais tarde, adquirir terreno do outro lado do caminho, para espaço de estacionamento e construção de um anexo, para arrecadação de materiais, alfaías e novas tecnologias, não só para cuidar do jardim, como do pomar e da horta de pequenas dimensões, tecnologias de restauro e corte de madeiras, piscinas e barcos insufláveis, garrafeira e produtos agrícolas. Construção não tão bem planeada e executada, que se alaga em anos de enxurradas. Também aqui os donos sentiram dificuldade, embora se situassem a uma distância mais curta (no Porto), de controlar a obra com o rigor esperado.

Nesta última fase, a construção de casas em Barcel está sempre associada ao retorno de população não activa e à permanência de férias ou fim-de-semana de população activa noutras cidades. Esta tendência, bem visível nas últimas quatro décadas, atinge o ponto máximo, o que significa um crescimento progressivo do espaço construído na freguesia, que não corresponde ao crescimento populacional, pois, para além das áreas das novas vivendas serem muito superiores à das antigas casas populares, algumas das casas são utilizadas ocasionalmente, o que não corresponde a uma população residente e de contribuição permanente para o desenvolvimento da freguesia.



NOVO PARADIGMA DA ARQUITECTURA  
RURAL\_CONSIDERAÇÕES FINAIS



Em Portugal, as políticas de urbanismo e do habitat, quer durante o Estado Novo, quer durante as duas décadas posteriores de regime democrático, mantiveram-se sem alterações significativas. Durante este período as duas regiões metropolitanas, Lisboa e Porto, cresceram rapidamente pelo litoral. As populações urbanizaram-se de forma espontânea e por vezes clandestina, em condições deploráveis do bairros de lata ou em quartos alugados, mas a grande maioria, instalou-se pelos loteamentos sem-infra-estruturas dos arredores da cidade, que constituem hoje grande parte das periferias, sem que a iniciativa pública ou privada pudesse educar, intervir e dar resposta de forma consequente, a esta transladação em massa.

*O Estado, num tal contexto, não estava à altura de fazer aplicar com legitimidade regulamentos urbanísticos ou códigos de estética. E quando se esperava que, com a democracia e o poder local emergente, o Estado poderia enfim assumir esse papel, a ‘crise fiscal’ atingia o auge: a política da habitação seria a vítima mais longamente atingida pelas restrições orçamentais, que os monetarismos dominantes impunham. E isto até hoje.* (PORTAS, in, VILLANOVA, et.al, 1995, p. 8)

A periferia das grandes e médias cidades ou vilas, onde os municípios recebiam com agrado as novas economias e investimentos, era o único lugar onde os autoconstrutores, migrantes do interior ou exterior, podiam investir e realizar o seu sonho sem serem rejeitados à partida pela sua condição social e pelo o exotismo de suas construções, rejeição essa que, com a progressiva integração social das classes de menor rendimento, obriga as políticas urbanas a estender às classes emergentes o que antes era privilégio dos ricos: a manifestação de individualidade dos proprietários, por vezes o exotismo dos elementos decorativos, senão mesmo o contraste estético desejado com os valores do património herdado, (PORTAS, in, VILLANOVA, et.al, 1995, p. 10) é cada vez mais difícil de justificar.

*É preciso dizer que, no meio das extensões urbanas portuguesas do último quarto de século, é difícil distinguir à primeira vista quais são as casas dos emigrantes e quais são aquelas da pequena burguesia ou mesmo de certas camadas populares que não emigraram, de tal modo são fortes as semelhanças de tipologia e até de sinais exteriores de ‘riqueza’ e, conforme as zonas onde aparecem, a distância que evidenciam em relação às tradições locais.* (PORTAS, in, VILLANOVA, et.al, 1995, p. 10)



Figs. 161 e 162 - Casa de Perafitas retornado de Angola - Barcel. Casa de Fernando Santos, emigrante em França, - Barcel que retorna este ano a Barcel (fotos do autor)

Clandestinos ou não, emigrantes ou não, rurais ou não, a crítica assenta a sua base na má qualidade arquitectónica destas formas sem arquitecto, onde a vontade de ruptura é manifesta, talvez mais ao nível de elementos decorativos ou sinais exteriores de riqueza do que do próprio modelo da casa. Segundo Portas (VILLANOVA, et.al, 1995), o problema do modelo considerado resultado de reajustes entre experiência de vida e referências locais ou estrangeiras, uma mistura de modelos e modos de vida contraditórios à partida (rurais e urbanos, populares e eruditas), não é tanto do mau gosto mas do

contexto e do sistema em que é construído. *A complexidade do seu programa e das suas funções e a inexistência ou insuficiência de um apoio técnico e institucional à sua realização determinam uma realidade que é muitas vezes insatisfatória. O necessário investimento no plano formal e cultural (informação, comunicação e nova regulamentação) só terá impacto decisivo se for acompanhado por estas medidas contextuais e pelo incentivo ao investimento dos emigrantes no seu país. Só uma acção integrada poderá garantir a transformação concertada da paisagem rural.*

Esta transformação, em espaço rural, embora já se faça sentir em Portugal em inícios de 60, quando se apressa o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (1961)<sup>77</sup>, cujo o objectivo era documentar e proteger a diversidade de arquitectura rural tradicional, foi nas décadas seguintes, 70 e 80, que se fez rápida e descontrolada.

Esta transformação construtiva, leva a que nos anos 90 vá surgindo um sentimento de descontentamento geral quanto ao modo como é feita. Surgem críticas dos mais eruditos, mas principalmente dos média, sobre a má qualidade arquitectónica, o que acabaria por arrastar consequências a nível institucional. Discurso urbano assente no conceito de património/identidade que leva a que algumas câmaras, confrontadas com a pressão das críticas e ausência de legislação urbanística adequada, se sentiram forçadas a produzir os seus próprios instrumentos de regulação da construção.

A classificação social deste grupo de *autoconstrutores*, emigrantes ou locais, construída em torno da casa, define a situação em que se movem *actores* e *detractores*, proprietários e objectos construídos, que aparecem frequentemente confundidos em críticas legitimadas por critérios de ordem estética. Embora centradas na casa, esta reprovação dirigia-se, de facto, aos seus proprietários, que se tornam assim alvo de uma visibilidade social negativa. Este estigma faz deles os responsáveis, tendo como dominante a ordem estética, construtiva e/ ou urbanística. *Enquanto que noutros contextos se identifica a obra com o autor, aqui confunde-se pela negativa, a obra com o seu proprietário.* ( VILLANOVA, et.al, 1995, p. 159)

<sup>77</sup> O Inquérito à arquitectura regional portuguesa revelou a existência de numerosos valores mais ou menos humildes do nosso espaço antigo; mas mais do que a sua existência, impressionou os inquiridores a rapidez com que, ao longo da realização do inquérito, tal espaço se ia adulterando e haverá que convir em que mais não se tem alterado e destruído por efeito puro e simples de uma carência económica que não permite estragar mais depressa e com maior intensidade. (TÁVORA, 1996, p. 59)

Mas este juízo estereotipado de falta de qualidade e mau gosto, (manchas de telhados pretos rasgados com mansardas, vãos em arco, janelas e portadas de madeira ou de alumínio, revestimentos de pedras, azulejos ou estuque pintado de forma gritante, anexos ilegais) para além de não ser uma caracterização geral (como vimos em Barcel onde os telhados pretos, as arcadas e as cores berrantes não são nada dominantes), segundo Portas (in, VILLANOVA, et.al, 1995, pp.9-11), *é completamente injusto e objectivamente ilusório: a oferta imobiliária e a construção legal, feita por profissionais e conforme o bom gosto, também não é o que poderia esperar da responsabilidade dos profissionais e dos diplomas. À imagem das sociedades duais, onde os contrastes económicos e culturais permanecem importantes, a urbanização dominante recente do país é, em geral, muito banal e de má qualidade; as excepções devem-se a alguns autores cujo sucesso foi reconhecido, mas não foram generalizadamente adoptadas pelos promotores públicos ou privados.*

*Três ideias fundamentais estruturam a produção discursiva dos actuais detractores: são elas as cópia de modelos importados, a incapacidade de edificar adequadamente e a incompetência na apropriação dos espaços construídos. Todas acentuam a ideia de ilegalidade, presente nas diversas fases do processo de construção: da concepção à realização, do produto final à sua utilização.* ( VILLANOVA, et.al, 1995, p. 187)

Segundo Villanova et al., não nos podemos esquecer que o resultado final da obra não é de todo somente da responsabilidade do cliente. Para além de referir a responsabilidade estatal, visto que estes projectos para pedido de licenciamento da obra, passam obrigatoriamente por técnicos e instituição nacionais, os autores referem ainda a responsabilidade do desenhador ou do técnico que participaram no processo construtivo, sugestões no desenho e na adequação do desenho ao terreno ou ainda nas exigências do cliente (alterações que se irão multiplicar durante toda a construção). A escolha de modelos e o seu tratamento, ficam muitas vezes dependentes da acção destes técnicos, não habilitados no campo da produção legítima da arquitectura e afastados dos circuitos e das linguagens eruditas. Por outro lado, a falta de formação dos técnicos limita a sua capacidade de interpretação (do desejo do cliente) e de intervenção, uma vez que manuseiam com dificuldade os instrumentos projectuais. Autores ou reprodutores de projectos, estes técnicos movem-se num contexto informal e de auto-produção, situado à margem dos circuitos académicos autorizados.

A circulação dos tipos arquitectónicos parece ter sido, ao longo do tempo, uma prática constante. A seu modo, os emigrantes participam também nesse movimento, através dos projectos que importam e que servem de suporte à produção dos desenhadores nacionais. A divulgação dos projectos trazidos pelos emigrantes estendeu-se a sectores da população socialmente próximos e que, de igual modo, recorrem aos mesmo técnicos não especializados, para a construção de residência própria. Assim, este circuito de influências complexiza-se, exercendo-se simultaneamente em múltiplos sentidos. É nesta rede de permeabilidade recíproca, entre emigrantes, técnicos e residentes, que se vai reproduzindo aquilo que em determinado momento é considerado moda, ao nível deste grupo social, imbrincando-se, em definitivo, a origem das influências.

Mas a circulação e adopção de modelos e materiais estrangeiros em projectos nacionais rurais ou urbanos que obedecem a exigências comuns de consumismo é frequente, não só nos emigrantes mas em toda uma população rural e urbana, inclusive nos arquitectos, que transporta consigo uma identidade projectual própria, individual, advinda não de um estilo, de uma escola, ou de restrições políticas, mas de vários estilos, de várias experiências vividas e sentidas, abstractas ou construídas, de vários autores, territórios e culturas. Segundo Cristina Leite (1989, p.68), *os próprios arquitectos utilizam modelos igualmente estrangeiros, o que não constitui qualquer obstáculo ao mérito que o seu trabalho possa merecer.*

*É fácil fazer o processo das ‘casas dos emigrantes’ apontando as mais extravagantes e denunciando as suas evidentes incoerências face à morfologia local; como é fácil, por outro lado, fazer o elogio deste exotismo, considerando-o como um novo vernacular, tão ao gosto do ecletismo pós-moderno, que tudo legitima em nome das diferenças. Lembremos que na metade deste século, Portugal foi invadido por casas, não menos exóticas ou ecléticas, ditas dos brasileiros, igualmente criticadas pelos intelectuais bem pensantes, o que não evitou que hoje tentemos conservá-las.* (Portas in, VILLANOVA, et.al, 1995, pp.10 -11

Algumas alterações de ordem funcional que o emigrante introduziu na casa rural popular correspondem a dispositivos da casa rural senhorial e podem ser facilmente confundidas com o desejo de ascensão social. Mas o emigrante ou local que já não pertencem à sua classe de origem (camponês pobre ou assalariado agrícola) também não ascendem ao estatuto económico e sócio-



cultural das classes privilegiadas. Por isso a *imitação em cimento das antigas balaustradas em pedra, jardim fronteiro entre a fachada principal da casa e a rua, três pisos, sendo o terceiro um sótão, escada interior entre o primeiro e o segundo piso, duas salas, quartos amplos, casa de banho... serão certamente evidências de modernidade que as casa senhoriais sempre demonstraram.* (VILLANOVA, et.al, 1995,, p. 168)

Em nenhum dos casos se trata de transferência pura. As casas rurais com projecto importado recebem sempre interferências formais ou funcionais locais. A influência do estrangeiro e urbana nunca é total. A importação de elementos não é uma característica essencial dos novos modelos de casa popular rural. Ao contrário, justaposição de elementos é uma constante, as importações combinam-se com as influências locais, uma verdadeira difusão entre características rurais e urbanas, o que leva a que a arquitectura se caracterize entre a mais vernacular e em desuso e a mais urbana, urbanização que por vezes tem vindo a ser classificada pela maior parte da crítica contemporânea como de má qualidade e de mau gosto. À parte das críticas negativas (não só da responsabilidade dos clientes, sejam eles emigrantes ou locais), estes modelos que ainda hoje crescem em território rural, são um reflexo puro do novo período de globalização e uma nova tendência de anulação de fronteiras.



Figs. 163 e 164 (da esq. para a dir.) - Paisagem do Tua, (ponte da Vilarinho). Construção ilegal - (fotos do autor).

Embora Távora, já em meados de 60, reconheça a urgência de uma preocupação com os impactos paisagísticos que surgem com a intensidade súbita de construção individualizada, aconselhando não só a revisão do conceito de monumento, de maneira a abarcar ambientes mais vastos e edifícios mais humildes, como a procura do essencial desse passado, que recordamos com saudade, essencialidade a que o autor chama de unidade, coesão, equilíbrio

e integração, reconhecendo que um mau enquadramento, quer seja numa rua ou numa praça, mas principalmente num ambiente menos humanizado, significa todo um trecho de território e de paisagem destruídos e, principalmente, toda uma oportunidade perdida , defende uma abordagem mais equilibrada e não tão extremista na defesa de uma imagem, que não se vê favorável ao desenvolvimento da humanidade. Segundo o autor (TÁVORA, 1996, p. 58), há que defender, teimosamente, a todo o custo, os valores do passado mas há que defendê-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua actualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas. O conceito puro de arquitectura rural vernacular, já há muito que não se encontra próprio e capaz de abrigar modos e qualidades de vida minimamente dignos e atractivos.

*E ainda um último ponto: a relação de um edifício com o sítio é de importância capital e embora normalmente, e sob o ponto de vista da dimensão, o sítio predomine sobre o edifício a verdade é que este embora pequeno, pode destruir totalmente aquele, quando o que seria de desejar era a obtenção de um equilíbrio harmónico entre dois elementos em presença.’* (TÁVORA, 1996, p. 59)

Com o processo de (des)ruralização, o conceito de rural (assim como o de urbano) perde os limites das suas características essenciais e a insistência na sua utilização como parâmetro qualitativo e interpretativo tem vindo a ser conotada como prejudicial, produzindo políticas de cariz determinista, comparativo, estático. Barreiras desactualizadas e desajustadas das reais necessidades podem ser a causa (assim como os muitos outros factores de bloqueamento resultantes da aplicação da concepção moderna do paradigma de desenvolvimento) , de efeitos perversos, discriminativos, nada desejáveis, a uma população e um território que se quer cada vez mais relacional. Perante os novos modos de desenvolvimento rural, um território coeso, equilibrado, sustentável, que apela a um ordenamento integrado e participativo, sob uma perspectiva de liberdade de escolha, multifuncionalidade<sup>78</sup> e dinamismo sem barreiras, a clara delimitação entre rural e urbano, passa a ser vista como prejudicial à leitura contínua e em rede do território, uma verdadeira contradição à tendência, agora desejada, de percolação.

78 Dada a diversidade de áreas rurais em termos de potencialidades e de problemas que apresentam, não nos parece evidente que todas elas possam desempenhar o mesmo tipo de funções. (FIGUEIREDO, E., 2003, p.7)

*Não se pode ao mesmo tempo aceitar que o espaço seja de natureza relacional (e isso não quer dizer que tenha acabado a geografia dos lugares) e não se tirem consequências disso. Relacional, significa que se estrutura por tensões e forças (como um campo magnético), coisa que tanto pode explicar que o que está fisicamente perto interage mais intensamente, ou o contrário. Basta pensar a questão em termos estritamente económico e tentar uma cartografia de fluxos dos processos globais de produção de bens e serviços. (VELTZ, 2007). (...) A sociedade em rede de que fala M. Castells (CASTELLS, 2002) produz necessariamente territorialidades e espacialidades múltiplas e funcionalmente ligadas. Propomos então que não se insista tanto no uso da palavra “cidade”; muito menos na dicotomia cidade/campo; igualmente para o entendimento do urbano como um referencial ou modelo único. Aquilo que chamamos urbano é polissémico, multi-escalar e responde simplesmente a modos dominantes da territorialização contemporânea da sociedade. (DOMINGUES, 2008, p.14)*

As dinâmicas, as tendências e os desafios territoriais, não devem ser estudadas com base em estereótipos antagónicos, rígidos e estáticos, que já não se avistam, nem se vêem necessários. Hoje, estes limites, apresentam-se dinâmicos e difusos e pretendem-se contornáveis, flexíveis e modificáveis, personalizados o mais possível, consoante o espaço e o indivíduo em questão, sendo por isso necessário, segundo Álvaro Domingues (2008, p. 15), fazer o luto, perder o medo e desbloquear o debate para compreender as mudanças. Segundo o autor, *persistindo na inércia de velhos conceitos e quadros teóricos de análise, podemos estar a correr o risco de nem entendermos o que se passa, nem, muito menos, dominarmos as questões consideradas fundamentais para planear ou regular o que queremos regular.*

*Se a arquitectura, como todo o acontecimento organizador do espaço, cria circunstâncias, como já tivemos oportunidade de afirmar, ela não poderá colocar-se numa posição de vítima, mas deverá agir para melhoria da circunstância pré-existente. (TÁVORA, 1996 p.55)*

O mesmo discurso se deve aplicar à arquitectura. Sendo o edifício, segundo Fernando Távora (1962, p. 55), parte de um todo, a arquitectura, é muitas das vezes pensada como chave de ignição de um processo de desenvolvimento e de progresso, criando circunstâncias favoráveis quando querentes na satisfação de múltiplos aspectos, programáticos, técnicos, urbanísticos, plásticos, económicos, ecológicos, etc., que um edifício tem de respeitar. Sendo o critério de gosto muitas vezes considerado relativo, a verdadeira di-

menção da crítica, *resulta de um jogo de valores, como aliás acontece com muitos outros factores que se refletem na arquitectura* (TÁVORA, 1962, p.57).

O real papel do arquitecto, não será determinar o futuro das populações consoante imagens fetichizadas de um rural que nada tem a ver com a população local (população que dá vida a estes espaços 365 dias por ano e não só nas férias), imagens de marca construídas por noções predefinidas sem fundamento nem futuro, apenas vivas por motivos pessoais ou sociais de complexos de perda. É necessário alto conhecimento e investigação com a máxima profundidade sobre as potencialidades e fragilidades, que se podem apresentar como *pequenas forças*, tendências novas ou antigas que necessitam ser ajustadas a uma proposta de sustentabilidade e flexibilidade, essenciais perante a imprevisibilidade de tendências futuras. (TÁVORA, 1962, p. 56)

*Estamos perante realidades e dinâmicas locais que revelam a diversidade e a riqueza dos espaços rurais. Não existe um rural, mas vários construídos ao longo da história e onde existe também um conjunto de escolhas, de ‘pequenas forças’, por vezes ainda pouco visíveis, que estão a construir e reconstruir novas oportunidades e dinâmicas de desenvolvimento dos espaços rurais, contribuindo para uma grande diversidade do rural. (Azevedo, 2010,p.8)*

O papel do arquitecto, por criar circunstâncias de desenvolvimento (maléficas ou benéficas) determina o futuro de uma pessoa ou população (de desenvolvimento ou marginalização) e, por isso, as suas decisões não podem ser tomadas de ânimo leve, em prole de uma *visão parcial dos problemas ou por atitude egoísta de pura e simples satisfação pessoal*. (TÁVORA, 1962, p. 74) O arquitecto deverá ter presente um desejo permanente de servir. A sua profissão tem de ser colocada em benefício dos outros e da sociedade a que pertence, desde o planeamento do simples mobiliário ou da cor de um determinado compartimento, até ao ordenamento do território a várias escalas, desde o simples edifício até ao planeamento de uma zona com influência regional ou até internacional, deixando os caprichos de lado, sejam eles de moda ou de outra natureza qualquer.

A sua criação deverá ser resultado de um *equilíbrio sábio* e difícil, entre a visão pessoal e a circunstância que o envolve, equilíbrio este que só advém de um conhecimento intenso, tão intenso que conhecer e ser se confundem. (TÁVORA, 1962, p. 74). Não sendo possível desfazer o que está feito, o ar-

quitecto, assim como os responsáveis políticos e os técnicos, precisa fazer um esforço para compreender o fenómeno, de forma a ser possível realizar acções concertadas.

*Para ele, porém, projectar, planejar, desenhar, devem significar, apenas, encontrar a forma justa, a forma correcta, a forma que realiza, com eficiência e beleza, a síntese entre o necessário e o possível, tendo em atenção que essa forma vai ter uma vida, vai constituir circunstância.* (TÁVORA, 1996, p. 74)

A arquitectura dos espaço deve corresponder às reais necessidades das populações, mesmo que elas não saibam o que realmente necessitam, sendo assim o arquitecto também visto, não só como consultor, como também aluno e educador, que colaborará, aprenderá e educará com a sua obra realizada. Para servir, é necessário aprender a ouvir, estudar, considerar e escolher, sem egocentrismo próprios de um artista. *É preciso conhecer, não apenas os problemas dos seus directos colaboradores, mas os do homem em geral, é preciso que, a par de um intenso e necessário especialismo, ele coloque um profundo e indispensável humanismo. Que seja assim o arquitecto - o homem entre os homens - organizador do espaço - criador da felicidade.* (TÁVORA, 1962, p. 75)

Quando o gosto se desliga do local e se liga a convenções, surgem imagens nada realistas do que deveria ser um espaço, sendo susceptível mais facilmente a críticas negativas. Quando a arquitectura se liga a conceitos estáticos e preconceituosos, torna-se fútil e egoísta, sendo necessário para uma arquitectura saudável, constituir um processo, não de imposição de conceitos, mas antes de troca de conceitos, um dar e receber que não destrua mas que valorize, tendo como intenção uma sociedade unida, embora diversificada, uma cultura una e não uniforme, em que o individuo seja livre e integrado numa comunidade de interesses e desenvolvimentos plurais<sup>79</sup>.

<sup>79</sup> Já tivemos oportunidade de referir que a organização do espaço é sempre obra comum de participação e só poderá possuir significado quando essa participação se transforme em activa colaboração; ora a colaboração só poderá existir se existirem plataformas de pensamentos e de acção, se existir uma unidade de interesses, se existires compreensão e respeito mútuos, se existir, numa palavra e num sentido amplo, uma cultura comum ou pelo menos, bases culturais comuns. (TÁVORA, 1996, p. 68)

*Diríamos que a arquitectura popular nunca foi imutável. A deterioração das condições de vida e de habitação, nas aldeias, nos anos que precederam a emigração, são disso exemplo. Hoje, essa transformação acelera-se, como o testemunham as variações tipológicas, ao longo dos últimos anos, das próprias casas dos emigrantes. As formas de habitação vão continuar a mudar, consoante novos ventos e tendências, dependendo sobretudo do empenho em melhorar as condições de vida no campo, novos postos e oportunidades de trabalho, na modernização da agricultura, na urbanização das aldeias e na extensão dos benefícios sociais ao mundo rural.* VILLANOVA, et.al, 1995, p. 109)

Em conclusão, podemos sublinhar que a não veracidade e a inutilidade dos limites de rural e urbano se verifica, não só a nível de ordenamento do território, como também na prática da arquitectura, visto que a intervenção no local, não tem só a ver com a condição pré-estabelecida, mas também com as condições da pessoa e do envolvente. A postura do arquitecto deve variar consoante o sítio e a população, a economia e cultura em particular, consoante os seus problemas a resolver e as suas virtudes e potencialidades a desabrochar, e não consoante as convenções. Seja numa paisagem natural em meio citadino ou uma paisagem urbana em meio rural, seja um emigrante ou um erudito, a qualidade e sustentabilidade da intervenção, analisa-se principalmente pela integração com o lugar, a sua população e principalmente, o cliente, a realização de um sonho de hoje e o de amanhã, que ele ainda não sabe.

Perante o facto consumado e a impossibilidade de aplicar imposições formais e estéticas ao conjunto do país, é necessário um esforço para compreender o fenómeno, por parte dos responsáveis políticos e dos técnicos, mas particularmente do arquitecto que tem em suas mão a possibilidade de realizar acções concertadas ou verdadeiros polos de desenvolvimento; mas para isso teremos de *conhecer os efeitos das interferências culturais dos modelos de casa, sem se deixar levar por pré-juízos de estilo e de gosto, conhecer as causas das rejeições de certos padrões culturais e encontrar as estratégias adequadas, a fim de limitar os efeitos mais predadores, não impedindo as legítimas manifestações individuais, ainda que discordantes, conhecer, não só o lugar de intervenção como também as pessoas ou grupos sociais que irão usufruir do espaço (re)construído, entender as suas verdadeiras razões e sonhos que se escondem sob as aparências...sendo esta, segundo Nuno Portas, a verdadeira causa para a crise dos modelos que hoje se reconhece ao*



*urbanismo e à arquitectura contemporânea, estando a solução, no entendimento (dos sonhos) das pessoas - sejam eles das cidades ou não. (Portas in, VILLANOVA, et.al, 1995,pp.9-11),*

Hoje, o que se pretende é construir uma sociedade que responda aos anseios das pessoas e o bem comum e o individual sejam encarados em complemento e não em oposição, em que os indivíduos se sintam integrados no seu meio e se promova o bem-estar de todos no seu ambiente humano e natural, em que reine a liberdade do indivíduo sem comprometer a sociedade em que vive, em que cada um se sinta promovido e promova os outros e a sociedade em que está integrado, construa o seu meio humano e natural, o que envolve certamente a convivência do urbano e do rural, sem oposição mas com integração e complementaridade. Isso envolve, concretamente, todos os aspectos humanos sociais, morais, religiosos, ambientais... e, certamente, arquitectónicos. O novo paradigma da arquitectura rural, em consonância com os novos modos de desenvolvimento, requer a comunhão com valores e modos de vida urbanos. A sua (in)definição requer hoje a permeabilidade e complementariedade entre os dois mundos, de preferência no melhor que podem oferecer. Não deve ser rural nem urbano, deve ser as duas coisas ao mesmo tempo sem os confundir.

*O homem do futuro, do século XXI (que está próximo...) não será rural nem urbano: será as duas coisas ao mesmo tempo sem as confundir. Na cidade do futuro deve ser reintegrada a ruralidade e a agricultura, a tempo parcial e complementar, ou mesmo de determinadas especialidades. Uma cidade / região, onde a ruralidade e a urbanidade estejam interligadas é fundamental para encarar o futuro (TELLES, 1996, pp.14-19, cit por, XAVIER, 2007, p.169).*

BIBLIOGRAFIA

**ALVES**, Francisco Manuel (1938) - Memórias Arqueológicas-Históricas de distrito de Bragança. Tomo IX - Arqueologia, etnografia e arte, Porto

**APP (1961)** - Arquitectura Popular em Portugal, Sindicato nacional dos arquitectos. – Lisboa

**ASCHER**, François (2005) - Los nuevos principios del urbanismo : el fin de las ciudades no está a la orden del día , prólogo de Jordi Borja ; version esp. María Hernández Días, Madrid : Alianza editorial,

**AZEVEDO**, Nuno Miguel Fernandes (2010) - Tempos de Mudança nos Territórios de Baixa Densidade, As dinâmicas em Trás-os-Montes e Alto Douro. Tese de doutoramento, FLUP, Porto. Recuperado em 1 Janeiro 2012, Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/51026>

**BARATA**, André (2006) - Crença, Corroboração e Verdade Científica, revista lusosofia, biblioteca on-line de filosofia e cultura. Recuperado em 24 de Abril. Disponível em [http://www.lusosofia.net/textos/barata\\_andre\\_crenca\\_corroboracao\\_verdade\\_cientifica.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/barata_andre_crenca_corroboracao_verdade_cientifica.pdf)

**BENEVOLO**, Leonardo (2007) - Introdução à arquitectura, 1ª ed 1960, traduzida por Maria Manuel Ribeiro, edições 70, Lisboa.

**CASTELLS**, Manuel (2002) - A sociedade em rede; trad. Alexandra Lemos, Catarina Lorga, Tânia Soares. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

**CRISTOVÃO** et.al. (2002) - Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais)”. In Riedl, Mário; Almeida, Joaquim e Viana, Andyara (Organizadores), Turismo Rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. Recuperado em 25 de junho 2011. Disponível em [http://home.utad.pt/~des/acervo\\_des/](http://home.utad.pt/~des/acervo_des/)

**DOMINGUES**, Álvaro (2001), A paisagem revisitada, [versão eletrónica] Revista Finisterra, Vol.XXXVI, nº 72, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 55-66, Recuperado em 6 de Julho de 2012. Disponível em <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/>

**DOMINGUES**, Álvaro (2006) - Cidade e Democracia : 30 anos de transformação urbana em Portugal. Ciudad y Democracia : 30 años de transformación



urbana em Portugal ; coord. DOMINGUES, Álvaro ; colab. PORTAS, Nuno; Lisboa , Argumentum, 2006.

**DOMINGUES**, Álvaro (2008) - Urbanização Extensiva – uma nova escala para o planeamento, CITTA 1st Annual Conference on Planning Research. FEUP, 30 May; Porto. Recuperado em 13 de Janeiro de 2012. Disponível em [https://www.ua.pt/ii/ocupacao\\_dispersa/ReadObject.aspx?obj=12820](https://www.ua.pt/ii/ocupacao_dispersa/ReadObject.aspx?obj=12820)

**DOMINGUES**, Álvaro (2009) - Paisagem e identidade: à Beira de Um Ataque de Nervos, in COSTA & LOURO (org), Duas Linhas, Edição dos autores, 2009.

**DOMINGUES**, Álvaro (2011) - Vida no campo, documento cedido pelo autor

**FERNANDES**, José Luís dos Santos (2008) - Requalificação da periferia urbana. Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia de Coimbra. Tese de mestrado, ISCTE, Lisboa. Recuperado em 20 de Maio de 2012. Disponível em <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1304>

**FERRÃO**, João (2000) - Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. [versão electrónica], EURE (Santiago), vol.26, n.78 pp. 123-130. Recuperado em 06 de Julho de 2012. Disponível em [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612000007800006](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007800006)

**FIGUEIREDO**, António Manuel (2006) - Uma Abordagem Económica das Dinâmicas e Formas Urbanas do Portugal Recente; in Cidade e Democracia : 30 anos de transformação urbana em Portugal, DOMINGUES, Álvaro (coord).; PORTAS, Nuno (colab) et al., Lisboa, Argumentum.

**FIGUEIREDO**, Elisabete (2003) - Sol na Eira e Chuva no Nabal, Que rural propõem as políticas de desenvolvimento? As Políticas de Desenvolvimento Rural e os Novos Modelos de Utilização do Espaço. V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais, Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada. Recuperado em 20 de Maio de 2012. Disponível em [http://www.sper.pt/VCHER/Pdfs/E\\_Figueiredo.pdf](http://www.sper.pt/VCHER/Pdfs/E_Figueiredo.pdf)

**HESSEN**, Johannes (1926) - Teoria do Conhecimento, tradução Joao Vergilio GalleraniCuter,2000.[http://xa.yimg.com/kq/groups/19399396/1735040101/name/JOHANNES\\_HESSEN\\_-\\_teoria\\_do\\_conhecimento.pdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/19399396/1735040101/name/JOHANNES_HESSEN_-_teoria_do_conhecimento.pdf) , retirado a 11 de

Abril

**LAMAS**, José M. Ressano Garcia (2010) - Morfologia urbana e desenho da cidade, 5ª ed, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

**MACHADO**, José, (1952) - Dicionário Epistemológico da Língua Portuguesa, livros horizonte, Lisboa.

**MARQUES**, Teresa Sá (2006) - Portugal Urbano: mosaicos, polaridades, relacionamentos e governança, in DOMINGUES, Álvaro (coord.), in Cidade e Democracia - 30 anos de transformação urbana em Portugal, Lisboa, Ed. Argumentum.

**MINGIONE**, Enzo e PUGLIESE, Enrico, (1987) - A difícil delimitação do ‘urbano’ e do ‘rural: alguns exemplos e aplicações teóricas, Revista Critica de Ciências sociais, nº22, Abril. Recuperado em 05 de Setembro, 2012. Disponível em [http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/22/\\_Enzo%20Mingione,%20Enrico%20Pugliese%20-%20A%20Difícil%20Delimitacao%20do%20Urbano%20e%20do%20Rural.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/22/_Enzo%20Mingione,%20Enrico%20Pugliese%20-%20A%20Difícil%20Delimitacao%20do%20Urbano%20e%20do%20Rural.pdf)

**PAIS**, Carina e GOMES, Bruno (2008) - O Espaço Rural no Âmbito das Políticas de Desenvolvimento – O Caso do Pinhal Interior, Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, Coimbra, Portugal, Outubro. Recuperado em 05 de Maio, 2012. Disponível em [http://www.sper.pt/actas7cier/PFD/Tema%20VI/6\\_2.pdf](http://www.sper.pt/actas7cier/PFD/Tema%20VI/6_2.pdf)

**PEGORETTI**, Michela Sagrillo e SANCHES, Suely da Penha (2005) - Dicotomia Rural x Urbano e Segregação Sócio-espacial: uma análise da acessibilidade ligada à problemática do transporte dos estudantes do campo, XI Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, ANPPUR, Brasil. Recuperado em 02 de Abril, 2012. Disponível em <http://www.xienanpur.ufba.br/221.pdf>

**PORTAS** , Nuno (2004) - A Bolha Imobiliária: Causa ou Efeito? Jornal O Público, 17 de Novembro. Recuperado em 22 de Abril, 2012. Disponível em <http://www.cidadeimaginaria.org/eu/NPBolhaimobiliaria.pdf>

**SANTOS**, José Lázaro de Carvalho, (2009) - Reflexões por um conceito contemporâneo de urbanismo, Malha Urbana - Revista Lusófona de Urbanismo, América do Norte, 3, Mai., Recuperado em 05 de Maio, 2012. Disponível em <http://www.fag.edu.br/professores/cmsonda/2010.1/PUR%20II/TEXTOS/>

texto%201%20-%20Reflex%E3o%20por%20um%20conceito%20cont%EAm-  
poraneo%20de%20urbanismo.pdf

**SANTOS**, Milton (2002) - O DINHEIRO E O TERRITÓRIO, Transcrição da Conferência de Inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense e Abertura do Ano Letivo de 1999, proferida em 15/3. In: Geographia, Ano 1, nº 1. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Recuperado em 21 de outubro, 2012. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/2/2>

**SILVA**, Álvaro e **CARDOSO**, Ana (2000) - Urbanismo e Modernização das Cidades: o “embellezamento” como ideal, Lisboa, 1858-1891, Revista Electrónica: Scripta Nova, Geografía y Ciencias Sociales Nº 69 (30), Agosto. Recuperado em 27 de Março, 2012. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-30.htm>

**SIQUEIRA**, Deis e **OSÓRIO**, Rafael (1999) - O conceito de Rural. Recuperado em 27 de Março, 2012. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/osorio.pdf>

**SOLHEIRO**, Hermenegildo ( 2009/2010) - A cidade indefinida, economia, infraestrutura e política na definição do urbano, dissertação de mestrado, FAUP.

**TÁVORA**, Fernando (1996) - Da organização do espaço, pref. Nuno Portas. - 3ª ed. - Porto : Faup Publicações, 1996.

**TRENTIN**, Graciele,(2008) - O Façonismo no espaço urbano de Americana - SP, Holos, Ano 24, Vol. 2. Recuperado em 5 de fevereiro, 2012. Disponível em [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&cad=rja&ved=0CGUQFjAG&url=http%3A%2F%2Fwww2.ifrn.edu.br%2Ffojs%2Findex.php%2FHOLOS%2Farticle%2Fdownload%2F144%-2F142&ei=yzC4UbLuDcO07QbusYDoBQ&usg=AFQjCNFThZpdaLK8wG26yjqIJJaTuFZTYtg&sig2=TLs\\_VjRdTr3xsArukzRIqA&bvm=bv.47810305,d.ZGU](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&cad=rja&ved=0CGUQFjAG&url=http%3A%2F%2Fwww2.ifrn.edu.br%2Ffojs%2Findex.php%2FHOLOS%2Farticle%2Fdownload%2F144%-2F142&ei=yzC4UbLuDcO07QbusYDoBQ&usg=AFQjCNFThZpdaLK8wG26yjqIJJaTuFZTYtg&sig2=TLs_VjRdTr3xsArukzRIqA&bvm=bv.47810305,d.ZGU)

**TRINDADE**, Maria beatriz Rocha (1989) - A presença dos ausentes, in Revista Sociedade e Território. Especial sobre a emigração e retorno, nº8, Fevereiro, pp.8-16

**VEIGA**, José Eli (2004) - Destinos da ruralidade nos processos de globalização.

Estudos Avançados, vol.18, nº.51 São Paulo Mai/Agos. - Recuperado em 01 de Agosto, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200003)

**VILLANOVA**, Roselyne, **CAROLINA**, Leite, **RAPOSO**, Isabel (1995) - Casas de Sonho: emigrantes constructores no Norte de Portugal , pref. de Nuno Portas. - Ed. portuguesa revista e aumentada. Lisboa : Salamandra, 1995.

**WISEU**, Albano Augusto Veiga (2007) - Memórias histórica de um espaço rural: três aldeias de Trás-os-Montes (Coleja, Cachão e Romeu), ao tempo do Estado Novo. Tese de doutoramento, FLUP, Porto, Portugal. Recuperado em 05 de Maio, 2012. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/16143>

**XIMENES**, Julia Maurmann (2007) - Reflexões sobre o conteúdo do Estado Democrático de Direito, Rev. Cient. Eletrônica ATENA, v.2, p.14. Recuperado em 10 Setembro de 2012. Disponível em: <http://www.acsmce.com.br/wp-content/uploads/2012/10/ESTADO-DE-DIREITO-E-ESTADO-DEMOCR%C3%81TICO-DE-DIREIT.pdf>

#### Referências Web:

<http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/08/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos.html>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Globaliza%C3%A7%C3%A3o>

[http://ec.europa.eu/agriculture/agrista/rurdev2009/RD\\_Report\\_2009\\_Chapter3-5.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/agrista/rurdev2009/RD_Report_2009_Chapter3-5.pdf)

[http://ec.europa.eu/agriculture/agrista/rurdev2009/RD\\_Report\\_2009\\_Chapter3-5.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/agrista/rurdev2009/RD_Report_2009_Chapter3-5.pdf)

[http://ec.europa.eu/agriculture/agrista/rurdev2009/RD\\_Report\\_2009\\_Chapter3-2.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/agrista/rurdev2009/RD_Report_2009_Chapter3-2.pdf)

ANEXOS



POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO  
DO RURAL PORTUGUÊS E  
EUROPEU

PORTUGAL ÚLTIMO PAÍS RURAL

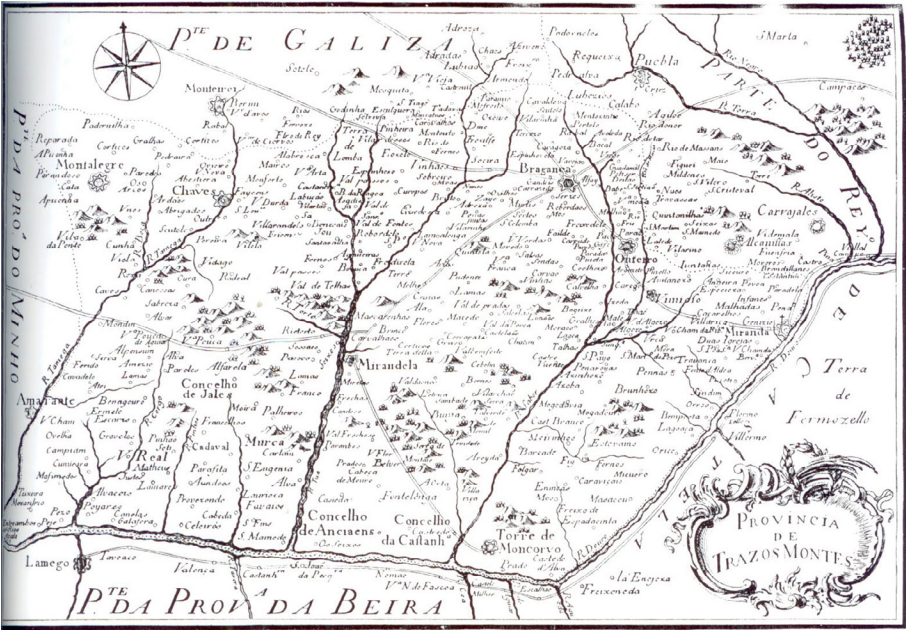


Fig. 142 - Província de Trás-os-Montes (documento cedido por Álvaro Domingues)

A industrialização e modernização em Portugal, principalmente nas suas áreas rurais, foi um processo muito tímido, havendo quem considere a sua inexistência, muito devido à fraca infra-estruturação. Processo iniciado, de uma forma centralista<sup>1</sup> pelo Marques de Pombal, seguida pela reforma administrativa liberal de Mouzinho da Silveira, (subdividivisão do país em **provín-**

1 Mas ao contrario do que é sugerido por Jorge Gaspar e Chris Jensen-Butler que assume que as reformas administrativas que se sucederam ao longo do liberalismo português, após 1836, revolucionaram o sistema urbano, afirmando que *as capitais de distrito receberam importantes funções administrativas, formando a base para o planeamento das redes de infra-estruturas* Álvaro silva contrapõe as repercussões as observações criadas sobre a nova hierarquia do sistema urbano quanto à dimensão das capitais de distrito. (SILVA, 1997, p. 812) E com análise demográfica, prova que entre o período de 1801 a 1911 se vive numa organização de poder a-regional, que tinha sido característico do Antigo Regime. E conclui, portanto, que, ao longo do século XIX o sistema urbano português tenha sido praticamente insensível aos efeitos da reforma administrativa liberal na redistribuição territorial do poder, ao contrário do que sucedera em França após a modificação napoleónica do mosaico administrativo, em que a criação dos *départements* e a redistribuição do poder administrativo que se sucedeu, possibilitaram que as cidades médias de província assumissem uma maior importância no sistema urbano. Em Portugal era notória a dificuldade na afirmação de cidades provinciais. Em quinze capitais de distrito (exceptuando os casos de Lisboa e do Porto), entre 1801 e 1911, dez pioraram a sua posição no escalonamento dos centros urbanos, uma manteve o lugar que ocupava e apenas quatro melhoraram a sua classificação. (SILVA, A.,1997, p. 813-814) Segundo o autor, o *traçado convexo-côncavo assumido pela distribuição rank-size a partir de 1864 é um sinal desta incapacidade de forte polarização das correntes migratórias por parte dos centros urbanos portugueses, com excepção de Lisboa e do Porto.* (SILVA, 1997, p. 813)

**cias**, comarcas e concelhos), a que se segue a de Rodrigo Fonseca (substituição da província por distritos com as respectivas capitais, pela carta de lei de 25 de Abril de 1835<sup>2</sup>) e continuada mais tarde por Fontes Pereira de Melo. A segunda metade do século XIX em Portugal é caracterizada por um período de grande desenvolvimento económico e de franca melhoria das condições de vida, impulso do programa de melhoramentos materiais em meio urbano e símbolo da ostentação burguesa, a par do ainda presente Romantismo, do desenvolvimento ecletista e da Arquitectura do Ferro, (mercados e salas de exposição), assim como a execução de grandes infra-estruturas de circulação no território português, como a rede de caminhos-de-ferro e as comunicações, promovendo uma maior capacidade de integração do espaço interno e esboçando as ligações internacionais (ferroviárias e marítimas) na tentativa de recuperar do atraso imposto pelas invasões francesas e posterior guerras liberais. Já se sentiam, algumas alterações de sentido industrial, mas nada comparado com as grandes potências europeias e por isso alguns autores denominam o ‘fontismo’<sup>3</sup> de oitocentos como um *impulso tímido e incompleto*. (DOMINGUES, A., 2011, s.p.).

*O principal revelador da quebra de 1937, que demarca as dificuldades surgidas com a aquisição de matérias-primas ao estrangeiro, essenciais à alimentação da indústria pesada portuguesa. O segundo é que o crescimento industrial das décadas de 20 e 30 foi de substituição de importações, o que o limitou, dada a dimensão do mercado interno português. Acresce a estes problemas o facto de a partir de 1934 — também em virtude do provável esgotamento do mercado interno — a agricultura ter entrado em recessão, deixando de absorver mão-de-obra, que aparece, assim, em expansão no sector industrial. Foi sobre tudo este tipo de debilidades internas que agiam os condicionalismos bloqueadores de carácter externo. Isto é, estando reunidas as condições estruturais, internas à economia portuguesa, para a industrialização, esta poderia ter avançado, à semelhança de outras da Europa, com mercado interno, mesmo contra as pressões decorrentes da dependência externa. Ou seja: faltava um mercado nacional viabilizador do arranque, em resumo, as condições de base que só a reforma agrária podia fornecer a um crescimento industrial sustentado e viável.* (ROSAS, 1994, p. 884).

2 informação recuperada em 09 de Setembro, de 2011 de [http://pt.wikipedia.org/wiki/Subdivis%C3%B5es\\_de\\_Portugal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Subdivis%C3%B5es_de_Portugal))

3 Período de Fontes Pereira de Melo, espírito empreendedor, racional e modernizador (DOMINGUES, 2010, s.p.).

Portugal chega assim ao século XX com uma enorme debilidade do sistema industrial, pouco competitivo e difundido, que irá repercutir-se pela primeira metade do século. Apesar da criação da previdência social em 1935, pela reforma aparentemente descentralizadora de Salazar e traduzida pelo principais investimentos da Lei de Reconstituição Económica (NEVES,1994, p. 1007) que colmatou a insuficiência de infra-estruturas, (estradas, barragens, portos, electrificação, hidráulica agrícola, colonização interna, povoamento florestal, etc) (DOMINGUES, 2010, s.p.), o crescimento da produtividade do trabalho na indústria foi quase nulo no período entre 1937 e 1948 e negativo entre 1948 e 1952 (LAINS, 1994, pp.923-958) devido a falta do apoio de uma reforma (falta de modernização tecnológica, cultura empresarial<sup>4</sup>, formação profissional, produtividade e capacidade concorrência) e pelas sucessivas e crescentes protecções aduaneiras aos mercados nacional e colonial. (ROSAS,1994, p. 884).

*O Estado é a protecção, o árbitro, a polícia, o banqueiro omnipresente como autoridade supletiva das debilidades endémicas da indústria e dos industriais, substituindo-se às suas carências de capital, de conhecimentos, de tecnologia e até de imaginação e iniciativas criadoras.*(ROSAS, 1994, pp. 871-887)

Nestes termos, segundo Fernando Rosas, durante a primeira metade do século XX, a indústria foi-se desenvolvendo débil e lentamente, à sombra de uma multiforme e vital dependência do Estado, uma industrialização *por surtos, dependente dos espaços abertos pelas grandes crises mundiais*<sup>5</sup> (...) *historicamente assente na sobreexploração da força de trabalho, ou, em grande medida, semicamponesa, com largo peso de mulheres e crianças, analfabetas, sem formação técnica de qualquer espécie e privada de liberdade de as-*

4 Segundo Álvaro Domingues (2010, s.p.) dizia-se no *Inquérito Industrial de 1890* que “talvez cause estranheza a quantidade de pequenos fabricantes que existem na parte nascente do concelho (Vila Nova de Famalicão) e que não haja quem os organize em grandes fábricas, onde possam aperfeiçoar o fabrico. É contudo um facto. A falta de capital, e também de iniciativa, tem conduzido a este resultado. Agentes dos comerciantes do Porto e Braga, mediante uma comissão por peça de cotim, fornecem ao fabricante o algodão, e uma vez feito o tecido pagam um tanto por metro’

5 Na realidade, pode-se considerar que a indústria portuguesa cresceu, até ao final dos anos 40, como que por sacudidelas, à sombra dos efeitos internos de quatro grandes momentos internacionalmente favoráveis à substituição das importações: a crise geral e nacional de 1890-1891; a Primeira Guerra Mundial e o imediato pós-guerra; a grande depressão de 1929, e a Segunda Guerra Mundial. Em todos estes casos, e ainda que obedecendo a razões e a mecanismos distintos, a retracção do investimento externo, o abrandamento ou desaparecimento da concorrência ou do abastecimento estrangeiro e a impossibilidade material ou financeira de importar vão criar as condições e a necessidade de um fomento industrial substitutivo das importações. (ROSAS, 1994, pp. 871-884)



*sociação e expressão sindicais.* (ROSAS, 1994, p. 884-885). Segundo o autor, o tecido industrial português, até meados dos anos 30, constituía-se por *empresas descapitalizadas, subdimensionadas, de tecnologia rudimentar e com índices geralmente muito baixos de produção e de produtividade, em que os sectores de ponta, até aos anos 30, estão quase todos nas mãos do capital estrangeiro (transportes urbanos e ferroviários, telefones, telégrafos, electricidade, gás, construção naval, etc).*

Não existindo uma numerosa e próspera classe média rural, capaz de funcionar como principal pilar da procura sustentadora das indústrias de bens intermédios ou de equipamento, ou uma população rural com poder de compra para viabilizar as indústrias de bens e consumo gerais, ou uma produção agrícola apta, em termos culturais, de produtividade e de preços a sustentar o seu desenvolvimento; desenvolvia-se uma indústria que se baseava, apesar do seu sentido de estado-social, em lógicas de baixos salários e jornadas longas de trabalho, obrigando o operariado a ir a terra buscar o complemento do salário que o empresário não pagava. (ROSAS, 1994, pp. 884-887). Segundo Fernando Rosas, *o bisonho industrial médio dos anos 30, fruto típico da sobreprotecção estatal e da sobre-exploração do trabalho assalariado*, mesmo quando prosperava, não sentia a necessidade de investimento, de modernização ou de formação de pessoal, *sabe que pode aplicar tranquilamente os seus lucros, quando chegam para tanto, a imitar as classes ricas tradicionais: comprando quintas, gastando em luxo ostentatório, adquirindo títulos e outros valores na bolsa de Londres, comprando prédios de rendimento no Brasil ou em Lisboa*”. (ROSAS, 1994, p. 86) Alguns dos seus sectores tradicionais de maior peso da história da indústria portuguesa mantinham-se ironicamente à sombra dos «modos de produção» pré-capitalistas da agricultura, contribuindo assim para o conservadorismo rural e para o bloqueio da reforma agrária.

Apartir dos anos 40, desenvolve-se uma economia industrial aparentemente paradoxal, uma política **dualista**, entre algumas indústrias de tecnologia leve, mais recentes de capital estrangeiro, que tinham uma estratégia ligada às exportações e que competiam no mercado mundial (têxteis e alguns produtos agrícolas como Vinhos, cortiça, azeite e lã), e a maioria das outras, que se mantinham com padrões proteccionistas, (protegido interna e externamente pelo estado, como é o caso da produção de cereais e do trigo), muito dependentes, da natureza e dos salários baixos, e por isso proclamadores da falta

de condições de vida (ROSAS, 1994, pp. 871-887) Dualidade que se reflecte num desequilíbrio entre mundos rurais industrializados e os resistentes à industrialização (como é o exemplo entre Trás-os-Montes e alentejo).

*Assim, por exemplo, em 1949, na II Conferência da União Nacional, três altos dirigentes do Estado Novo defendiam com nitidez posições divergentes. A. Sousa da Câmara, que fora chefe de gabinete do ministro da Agricultura na época da campanha do trigo, afirmava: «Defender a agricultura tem-se como uma necessidade inadiável. É que a comunidade agrícola se caracteriza pela força, pela permanência e unidade dos laços de família e pela relativa raridade da sua dissolução. Enquanto as sociedades industriais — afirmou-se numa conferência da National Catholic Rural Life sob inspiração da Sua Santidade Leão XIII — trabalham contra a família e em favor do divórcio, da deserção e das missões temporárias, as sociedades agrícolas são um elemento de fixidez, de estabilidade e de tranquilidade familiar. Declara-se que o destino dos povos está nas massas rurais, que são as virtudes simples da vida rústica que constroem os impérios e lhes asseguram resistência e duração.» Castro Fernandes, à época ministro da Economia, tinha uma posição conciliatória: ‘Reside, em grande parte, na característica agrícola o segredo da nossa magnífica unidade moral!’ Mas, a par disto, admitia: «Nesta fase transitória, e dentro dos limites que se ajustam ao condicionalismo actual, fica larga margem para um esforço de industrialização, porque aquilo que interessa é criar elementos de uma indústria a valer, os técnicos e a técnica.* (BATISTA, 1994, p. 911)

Na economia Portuguesa era ‘*constante a realidade de baixa capitação do produto nacional e de um grande desequilíbrio na sua distribuição, quer do ponto de vista humano, quer do ponto de vista geográfico, o que equivale ao reconhecimento de uma realidade genérica de atraso na economia Portuguesa, comportando todavia, uma ampla gama de estágios de subdesenvolvimento e de potencialidades de crescimento*’ (MOURA, 1956, p. 137, citado por TAVORA, 1962, p. 62) O rural português, mesmo industrializado, permanecia caracterizado pelos defeituosos povoamentos e condições de desenvolvimento, em comparação com a cidade e a sua capacidade da constituição de polos atractivos e desenvolvidos. As políticas e preocupações territoriais, embora ditas liberais ou sociais, tendiam para a centralização dos investimentos nos centros urbanos, principalmente os das áreas metropolitanas, que no caso português se situam mais no litoral, embora comparando com outros países, esses investimentos também seja ainda ténue.

Com a rarefacção da economia veio o aumento da emigração, fazendo, da

maior parte do rural Português, nomeadamente Trás-os-Montes, um exemplo claro de região subdesenvolvida , que se pode caracterizar nesta época por centros pouco urbanizados, com carências de infra-estruturas (estradas, electricidade, água, saneamento) e serviços (como por exemplo saúde, educação), onde a população, maioritariamente ligada à agricultura e à pecuária, se encontra, com um fraco poder de compra, no limiar da pobreza e com grau de analfabetismo preocupante, e por isso se vê obrigada a emigrar.

A população e o fenómeno da emigração em Portugal: 1950-60 <sup>2</sup>		
População na década de 1950-60		
Diminuiu (nos distritos de)	Aumentou (nos distritos de)	
	Muito	20% (em relação à população metropolitana)
Guarda, Viseu, Viana do Castelo, Coimbra, Castelo Branco, Portalegre, Beja, Évora e Faro	Vila Real e Bragança	Lisboa, Porto e Setúbal
Maior produtividade agrícola		Maior índice de industrialização
-êxodo rural;  -emigração para o estrangeiro superior ao crescimento demográfico;  -abandono, devido a um desejo de melhoria de vida;  -os outros sectores de actividade da economia nacional não conseguiram satisfazer as populações.		-atração demográfica; -problemas de habitação e de salubridade públicas.

Fig. 143- A população e o fenómeno da emigração em Portugal de 1950 a 60 (VISEU,2007, p.462)

A opção industrialista foi-se impondo na dinâmica da estrutura produtiva e foi fazendo o seu caminho na formulação das propostas de política agrária. No final da década de 50 os defensores da adaptação da agricultura às proclamadas necessidades do processo de industrialização defendiam com clareza as suas posições, Baptista Fernando ressalta a opinião de Ulisses Cortês, que viria a ser ministro da Economia nos anos 50:

*A industrialização é hoje considerada como lei fundamental do nosso tempo, o sentido para que encaminha toda a evolução económica moderna»; «não podemos evidentemente ficar à margem deste movimento, renunciando aos seus benefícios e conservando-nos criminosamente entre os países de economia retardatária»; «disponemos de condições excepcionais para nos lançarmos na realização desta obra, aliás já em curso, e que apenas carece de ser ampliada e intensificada [...]».* (CORTÊS, in BATISTA, 1994, p. 911)

E a posição de Castro Caldas, em 1957, que defendia a nova função agrícola:

*À luz do conceito moderno, a finalidade de auto-suficiência total não tem defesa, visto que ofende o propósito político (no domínio da política económica) de estimular os elos de ‘interdependência’ da agricultura e da indústria, necessários para desencadear o progresso económico. As empresas agrícolas resultantes das obras de colonização devem ser o mais possível mecanizadas e motorizadas (as de Pegões já o são um pouco) e têm de estar em grande dependência do sector industrial da nação, para constituírem centros polarizadores do consumo de produtos industrializados.* (BATISTA, 1994, p. 912)

Poderá deduzir-se do texto de Castro Caldas, a seguir citado (1957), que **a modernização era o caminho do progresso e o grande desafio para mecanizar, especializar, aumentar a produtividade, principalmente das explorações agro-florestais, visto Portugal ser economicamente dominado por estas actividades.** Na sequência de um referente aos anos 1953-1958, nasce um plano de Fomento (1959-1964) que, criando fileiras agro-industriais e aniquilando os sistemas tradicionais da pequena agricultura familiar de auto-subsistência ou os grandes domínios agrários do latifúndio apegados a velhas tradições de culturas e práticas de reduzida rendibilidade, tem por fim básico incrementar o desenvolvimento económico nacional. E a partir dos anos 60, a incontornável hora da integração europeia, deixou de poder ser adiada. (ROSAS, 1994, p. 871-887) O período pós-guerra, de 1958 a 1973 é considerado como a *descolagem* (take-off) da industrialização portuguesa. Foi criada a nova estrutura económica e as indústrias abrem-se de modo competitivo ao mercado externo, quase triplicando no país nestes quinze anos<sup>6</sup>.

A agricultura e a sociedade rural alcançam com a industrialização a sua maior expressão demográfica, e a vida das aldeias e lugares assentava-se agora numa produção agrícola, que se havia apropriado de todo o espaço disponível (BATISTA, et al.,1996, p. 36), não havendo mais *incultos* por aproveitar. (BRANCO, 2009, p. 45). Até meados dos anos 70, a mecanização, o incremento do consumo de adubos químicos, de sementes seleccionadas e de pesticidas, nomeadamente herbicidas, já se encontrava largamente generalizado. (BATISTA, 1994, p. 913) A agricultura, a indústria, a sociedade e o espaço rural trilhavam destinos coincidentes. O cultivo e florestação extensiva

<sup>6</sup> E em Portugal só em meados de sessenta, é que o país se industrializou de modo competitivo e a produção agrícola que passa de 6%, em 1950, para 45%, em 1990. (BRITO, et al,1996, p. 40)

e intensiva impõe-se com o objectivo de abolir de modo definitivo a lógica de pequena parcela, levando à largada de grandes quantidades de agricultores para outras cidades ou países, **emigração** que, ao diminuir a oferta de mão-de-obra, obrigou ao aumento das jornas, melhorando a situação dos trabalhadores rurais. A acentuada transformação tecnológica, a adaptação das explorações agrícolas, o crescente alargamento do mercado, o aumento dos salários e a partida de muitos filhos das explorações familiares, provocaram grandes consequências no panorama das unidades de produção agrícola (BATISTA, 1994, p. 913)

A emigração foi sentida, entre 1955 e 1974, nos 12 concelhos do distrito de Bragança, tendo atingido os seguintes valores percentuais: Bragança (16,3%), Macedo de Cavaleiros (10,6%), Mogadouro (10%), Vimioso (9,3%), **Mirandela** (9,1%), Vinhais (8,7%), Moncorvo (8,6%), Miranda do Douro (8,3%), Vila Flor (6,6%), **Carrazeda de Ansiães** (6,5%), Alfândega da Fé (3,5%) e Freixo de Espada-à-Cinta (2,5%). (VISEU, 2007, p.510)

Produção agrícola e o rendimento tirado da terra, em 1964 (Mirandela, Carrazeda de Ansiães, distrito de Bragança e III Região Agrícola)					
Produto		III Região Agrícola	Bragança (distrito)	Mirandela (concelho)	Carrazeda de Ansiães
Trigo	Produção	44.877.500	42.609.500	5.670.000	747.500
	Rendimento/ha	-	-	7,83	6,02
Milho	Produção	20.229.800	1.596.300	243.700	166.500
	Rendimento/ha	-	-	9,27	6,66
Centeio	Produção	63.680.500	34.979.000	2.403.000	1.205.000
	Rendimento/ha	-	-	4,16	6,84
Cevada	Produção	2.430.600	1.773.300	90.000	24.300
	Rendimento/ha	-	-	2,46	6,75
Fava	Produção	82.200	16.000	3.600	1.300
	Rendimento/ha	-	-	1,8	2,6
Feijão	Produção	2.387.900	714.100	133.800	35.000
	Rendimento/ha	-	-	4,61	2,26
Batata	Produção	327.596.000	85.973.500	3.039.500	3.815.000
	Rendimento/ha	-	-	94,39	100,13
Vinho	Produção	127.091.300	25.492.900	1.658.200	5.288.600
Azeite	Produção	7.428.600	5.403.400	1.303.900	308.900

Fig. 144 - Produção agrícola e o seu rendimento em 1964 (VISEU, 2007, p. 245)

Em particular a sua agricultura e regiões rurais atravessaram, a partir do início dos anos sessenta, profundas e sucessivas mudanças: significativo crescimento económico, acompanhado de industrialização e de forte aumento das transacções económicas com o exterior; intensos êxodos agrícola e rural, associados à explosão da emigração e ao grande crescimento das áreas metropolitanas; alteração rápida dos níveis e dos modelos de consumo; envelhecimento demográfico; transição de um regime ditatorial para uma democracia representativa; descolonização; retorno e imigração; forte diversificação de redes e meios de comunicação e de circulação de pessoas e bens; elevação das aspirações sociais e culturais e maior democratização da escola; extensão e mudança da intervenção administrativa do Estado (DGDR, 1997, p. 17-18, citado por FIGUEIREDO, 2003, p.8)

População Activa Agrícola na População Activa total (%)						
Distritos	1950	1960	1970	Decréscimos (valores pontuais)		
				1950-60	1960-70	1950-70
Aveiro	44.5	35.0	24.6	9.5	10.4	19.9
Beja	73.2	71.1	63.4	2.1	7.7	9.8
Braga	46.4	40.7	31.4	5.7	9.3	15.0
<b>Bragança</b>	<b>73.4</b>	<b>75.0</b>	<b>70.3</b>	<b>-1.6</b>	<b>4.7</b>	<b>3.1</b>
Castelo Branco	59.1	56.9	48.3	2.2	8.6	10.8
Coimbra	56.3	50.6	39.2	5.7	11.4	17.1
Évora	66.6	61.2	50.0	5.4	11.2	16.6
Faro	54.2	50.1	36.8	4.1	13.3	17.4
Guarda	70.0	67.8	59.4	2.2	8.4	10.6
Leiria	59.6	54.5	39.7	5.1	14.8	19.9
Lisboa	17.4	13.2	7.3	4.2	5.9	10.1
Portalegre	67.9	65.1	47.4	2.8	17.7	20.5
Porto	21.7	16.4	10.0	5.3	6.4	11.7
Santarém	62.9	55.4	41.8	7.5	1.6	21.1
Setúbal	38.0	29.9	17.1	8.1	12.8	20.9
Viana do Castelo	63.4	60.3	62.1	3.1	-1.8	1.3
<b>Vila Real</b>	<b>72.7</b>	<b>74.8</b>	<b>66.8</b>	<b>-2.1</b>	<b>8.0</b>	<b>5.9</b>
Viseu	70.5	69.7	63.5	0.8	6.2	7.0
CONTINENTE	47.0	41.5	30,0	5.5	11.5	17.0

Fig. 145- População activa agrícola na população activa total (%) (VISEU, 2007, p. 154)



EPOGEU E DECLINIO

*Aos que não conseguiram reunir condições para a reconversão tecnológica, restou, geralmente, uma de três vias: abandono da agricultura; uma profunda alteração na produção, geralmente no sentido duma maior extensificação, para minimizar as necessidades de investimentos: a resistência em que, com o sacrifício da remuneração do trabalho familiar, se refugiaram largos milhares de explorações, mas que só foi possível para as que estavam mais abrigadas das dinâmicas dos mercados.* (BATISTA, et al,1996, p. 40)

Os anos 60 foram demarcados por duas tendências cruciais no rumo da ruralidade portuguesa: é a altura em que a agricultura se industrializa e eleva a produção agrícola ao seu expoente máximo, mas também é o ponto de partida para o declínio do seu peso relativo na economia do país. Em termos globais, o saldo da balança comercial agrícola torna-se, na década de 60, moderadamente negativo, agravando-se decisivamente, nos anos 70 (BATISTA, 1994, p. 914). Ao aproveitamento do território, ao fim dos ‘incultos’ sucedeu a sobra de terra para a produção agrícola. (LOURENÇO,2001,p. 3) Ou seja, passou-se duma perspectiva em que se defendia o máximo aproveitamento do território para outra em que se apresenta, como inevitável abandono de parte dele pela agricultura (VISEU,2007,p.155), declinando por consequência os ranchos migratórios que vinham das regiões da agricultura familiar (BATISTA, 1994, p. 915).

Infraestrutura-se o território, abrem-se os mercados ao mundo, a agricultura perde o equilíbrio interno, os serviços<sup>7</sup> e a emigração ganham terreno (BATISTA, et al,1996, p. 65), excedendo nos anos 70 todas as previsões<sup>8</sup> e pondo em risco valores de ordem social, política e económica de certas regiões, nomea-

7 Com a introdução da economia de mercado nas aldeias da região transmontana, os trabalhadores, para além dos rendimentos que tiravam da agricultura, passaram a dedicar-se também a outras actividades, obtendo, assim, rendimentos complementares. (VISEU,2007,pp. 499-500)  
8 Em meados do século a agricultura e a sociedade rural alcançaram a sua maior expressão demográfica. A população activa agrícola atingiu, em 1950, mais de 1,5 milhões de pessoas, o que correspondia a um acréscimo de 300 000 nos últimos vinte anos e de cerca de 100 000 na década de 40. O declínio foi mais rápido: em 1970 a quebra era já de um terço em relação ao número de 1950 e, onze anos depois, de mais de metade (...). De 1960 para 1970 a população activa agrícola diminuiu 30%. Em 1970 a parte da agricultura na população activa baixara para 30% e a sua contribuição para o produto interno bruto caíra para 17% (...). No continente, em 1970-1974, a área semeada anualmente já caíra 23% em relação a 1960-1964”. (CORDOVIL, et tal. 2004 in BATISTA et. al,1996, p. 40)

damente Trás-os-Montes.<sup>9</sup>

Assiste-se a uma debandada contínua da sua população activa mais jovem, resvalando perigosamente para um processo evolutivo de *desertificação humana* de certas regiões. As cidades da metrópole cresceram imenso e nelas passaram a viver milhares de indivíduos rurais, amontoados e em péssimas condições (VISEU, 2007, p. 481). Em muitas aldeias, as casas ficaram desabitadas, faltaram braços para assegurar o trabalho, a produção e a conservação da produção, e gerações capazes de renovar e de manter a estrutura social. A motivação do fenómeno assentou sobretudo em condicionantes económicas (fome, miséria, desumanas condições de vida e de trabalho, insegurança), estando a emigração em relação directa com a estagnação e o retrocesso das estruturas económicas e sociais da região. Paralelamente a esta situação, os países europeus mais desenvolvidos<sup>10</sup> atravessavam um período de grande progresso económico, necessitando de recrutar mão-de-obra estrangeira com vista à manutenção das altas produções, pagando salários relativamente elevados que eram um grande incentivo à entrada de novos trabalhadores estrangeiros. E assim partiram muitos milhares, novos e velhos, homens e mulheres, prontos para (re)começar a vida noutras paragens, cidadãos de uma Pátria em Viagem, elementos activos, no dizer de Oliveira Martins (1956, citado por José Simões et al., 1996:91) *desta quase única e em todo o caso principalíssima indústria portuguesa de exportação: a cria de gado humano.*

Emigração (legal e ilegal) em Portugal(1950/74)						
Período	Brasil	EUA	França	Outros	Total	Indivíduos/ano
1950 a 1962	279.406	27.667	55.477	104.140	466.690	35.899
1963 a 1974	36.105	89.499	813.462	328.777	1.267.843	105.654

Fig. 146 - Emigração (legal e ilegal) em Portugal de 1950 a 74 (VISEU, 2007,p.468)

9 As crises contínuas da agricultura transmontana não foram solucionadas, acabando, em 1965, por atingir o sector agro-senhorial, devido a : escassez de mão de obra, com a consequente carestia da mesma; baixa cotação dos produtos agrícolas; más condições climáticas; determinando más colheita; pobreza do solo, aliada à quase ausência de indústria na terra transmontana; propriedade rural muito dividida e dispersa e difícil de mecanizar; a comercialização dos produtos não era feita a preços compensadores e o lucro ia para os intermediários. (VEIGA,2007,p.344)

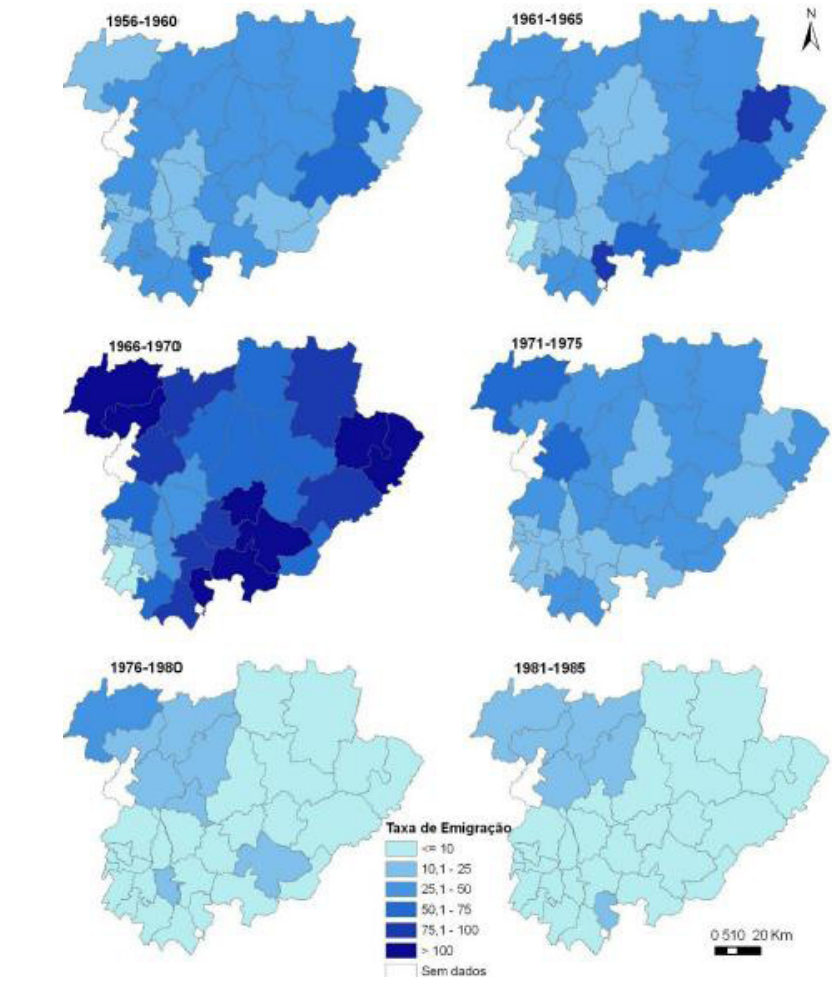
10 Numa primeira fase, até ao final da década de 70, sobretudo a França mas também a Alemanha eram os principais países de acolhimento, surgindo durante a década de 80 e na década de 90 a Suíça, O Luxemburgo, mas também a Espanha, como destinos preferenciais dos emigrantes da região. Mais recentemente, a emigração existente tem diversificado os países de acolhimento, surgindo países como Andorra, Holanda, Bélgica, Inglaterra, entre outros. (AZEVEDO, 2010,p. 134)

Emigração legal por distritos					
Distritos	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1950-1979	1980-1988
Bragança	21.673	24.451	7.096	53.220	947
Vila Real	18.990	25.122	15.633	59.745	3.775
Continente	268.899	537.760	292.475	1.099.134	68.517

Taxas (%) de crescimento migratório anual médio, por distritos (1940-1980)				
Distritos	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Aveiro	-0,27	-0,77	-1,10	0,37
Beja	-0,56	-1,44	-3,49	-0,97
Braga	-0,44	-1,10	-1,76	-0,19
Bragança	-0,62	-1,32	-3,54	-0,33
Castelo Branco	-0,60	-1,33	-2,73	-0,86
Coimbra	-0,24	-0,98	-1,53	-0,20
Évora	-0,41	-0,89	-2,56	-0,20
Faro	-0,47	-1,04	-1,92	1,61
Guarda	-0,80	-1,93	-3,46	-0,30
Leiria	-0,26	-1,02	-1,64	0,54
Lisboa	1,25	0,62	0,37	1,51
Portalegre	-0,34	-1,37	-2,92	-0,36
Porto	0,01	-0,38	-0,74	0,39
Santarém	-0,25	-0,94	-1,39	0,31
Setúbal	0,86	0,50	1,40	2,81
Viana do Castelo	-0,46	-1,33	-2,06	-0,54
Vila Real	-0,42	-1,39	-3,30	-0,85
Viseu	-0,71	-1,53	-2,66	0,47
Continente	-0,16	-0,74	-1,36	0,44

Emigração por sectores de actividade (1964/70)							
	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Sector primário	36,9	47	45,4	45,3	29,6	42,5	45,5
Sector secundário	11,3	13,9	9,5	5	3	5	11,2
Sector terciário	4,1	3,8	2,9	1,7	1,2	1,4	3
Outros <sup>53</sup>	32,5	22,4	27,3	31,2	45	36,3	32

Fig. 147 a 149 ( de cima para baixo) Tabela relativa à emigração legal por districtos (VISEU, 2007, p. 465). Tabela relativa às taxas (%) de crescimento migratório anual médio de 1989 a 1940 (VISEU, 2007, p. 466). Tabela relativa à e migração por sectores de actividade de 1964 a70 (VISEU ,2007,p. 475)



População activa agrícola, na população activa total (1950 e 1970)										
Área	Anos	Patrões		Trabalhadores						Total
				Isolados		Conta de ou-trem		Não remun-nerados		
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Bragan-ça	1950	6317	11,5	11758	21,5	29 164	53,3	7 522	13,7	54 761
	1960	2 800	4,5	15 863	25,6	30 840	49,7	12 495	20,1	62 021
	1970	640	1,6	17 420	44,4	15 310	39,0	5 330	13,6	39 260
Portugal conti-nental	1950	136 541	9,7	268 742	19,1	842 019	59,7	162 149	11,5	1413 200
	1960	76 270	5,9	275 168	21,2	770 447	59,4	174 584	13,5	1297 283
	1970	17 100	1,9	328 985	36,7	444 750	49,7	99 555	11,1	895 260

Figs. 150 e 151 (de cima para baixo) - Imagem relativa à taxas de emigração no período de 1956 a 1985 (%), por município (AZEVEDO, 2010, p.127). Tabela relativa à população activa agrícola sobre a população activa total de 1950 e 1970 (VISEU,2007,p. 234)

A área semeada anualmente decai (BATISTA,1994,p. 914) e a perda demográfica acentua-se, mantendo-se com vitalidade e sem grandes perdas demográficas nas regiões, sobretudo no **Norte Litoral**, em que a presença da indústria e serviços permitiram uma articulação, através do mercado de trabalho, entre a agricultura e estes sectores, ou seja, os membros das famílias agricultoras trabalham nas fábricas, armazéns e oficinas, dispersos pelos campos ou localizados nas povoações próximas das suas casas. **O Alentejo e o Norte Interior**, afastados desta dinâmica, acusaram uma contínua quebra demográfica, pois o rendimento da agricultura tornava-se marginal. (BATISTA, 1994,p. 914)

Em Abril de 1974 iniciou-se uma nova época. O levantamento militar derubou o Estado Novo e abriram-se, de imediato, as vias da democratização do país. Liquidou-se a censura e a repressão policial, acabaram-se as guerras coloniais, tornou-se legal a constituição e actuação pública de partidos políticos, reconheceu-se o direito de associação e lançaram-se os medidas e mecanismos que levariam à edificação de um Estado democrático.

*No período de 1974-1976 o poder de Estado aprovou um amplo leque de medidas destinadas a concretizar a reforma agrária e a apoiar os agricultores familiares, mas a sua concretização dependia sobretudo das relações de forças que se estabeleciam regionalmente, pois, como já antes se notou, a capacidade de exercício do poder de Estado era relativamente débil face, no caso da agricultura e da sociedade rural, às dinâmicas regionais.* (BATISTA, 1994, p. 916)

Mas, a crise do mercado internacional (petrolífera no início dos anos 70) e o intenso confronto social e económico até 1976<sup>11</sup> (os efeitos do fim do acesso privilegiado aos mercados das antigas colónias, da desmobilização dos militares devido ao termo das guerras coloniais, de luta pela segurança do emprego, melhores condições de trabalho e salários mais elevados e da retracção do grande patronato) (BATISTA, 1994, p. 915) , fizeram com que Portugal, com uma história de ausência de investimentos públicos bem patente nos vários Planos de Fomento (1953 a 1973), quando finalmente se abre ao mercado global, com hipótese à modernização, não conseguisse integrar-se

11 As zonas em que prevalecia a ordem dos senhores dos patrimónios fundiários e dos párocos, a população mobilizou-se activamente contra os novos ventos, fomentando um clima de violência e instabilidade (fogos, atentados bombistas, incêndio de sedes do Partido Comunista, etc.).

e vingar.

Em 1976 a questão da terra estava, no primeiro plano do debate político e ideológico. Na reforma agrária previa-se o apoio aos pequenos e médios agricultores e às cooperativas e formas de exploração colectiva, modificando as condições de vida e de trabalho precários, que durante décadas os latifúndios e as grandes empresas haviam imposto (BATISTA, 1994, p. 916-917). Sucede-se a contra-reforma agrária, de 1977- 80, que viria a liquidar as unidades de produção da reforma, geridas por colectivos de trabalhadores e cuja lógica de funcionamento económico se pautava, pelo menos tendencialmente, pela maximização do emprego, procurando que todos tivessem direito a trabalhar e a viver nas suas aldeias. A consagração deste processo político foi a adesão, em 1986, de Portugal à Comunidade Europeia (CE), que teve, segundo Batista (1994, p. 918) , *duas grandes consequências para a agricultura portuguesa: a entrada de somas avultadas de dinheiro e o início da queda das protecções alfandegárias, embora os efeitos desta venham sendo atenuados por um largo período de transição.*

A entrada da Europa aos processos de globalização, encaminha para o *abandono do conceito tradicional de Estado-nação, encaminhando-o para um terceiro estágio de **estado-providência**. Um novo conceito, mais virado para o futuro, de uma União sempre mais integrada (ever closer Union).* (ESPADA, 1997, p.444). Surgem naturalmente, perante uma realidade desconhecida, questões e conflitos entre os estados membros que entram em desacordo: *entre nacionalismo fora de moda e regionalismo supranacional de mentalidade aberta*<sup>12</sup> (ESPADA, 1997, p.444) Discussões que se prolongam até hoje, dada a novidade de todo o sistema político e económico, faltando anos de história para o poder aperfeiçoar, apresentando ainda muitas lacunas entre a ideal teoria e prática, intrincada do conceito dos *estados-nações-unidos*.<sup>13</sup>

12 Modelo único de crescimento que apresenta três áreas principais de desacordo: o conhecido debate entre partidários do alargamento e partidários do aprofundamento da União; o problema do proteccionismo; a opção entre uma Europa supranacional ou uma Europa dos Estados-nações. (ESPADA, 1997, p.444)

13 *O argumento será encerrado com a afirmação de que,embora o Estado-nação possa realmente estar a atravessar sérias e profundas metamorfoses, esse mesmo Estado-nação, na sua versão liberal e democrática, continua a ser o melhor instrumento de que temos conhecimento para capturar a fidelidade, ou lealdade, ou obediência (allegiance), das populações e garantir os direitos de cidadania (...)***Como recorda Ralf Dahrendorf, «o Estado-nação heterogéneo, que oferece direitos comuns de cidadania a grupos diversos, é uma das grandes realizações da civilização, dignas de serem preservadas».** (ESPADA,1997, p.444)



POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

A questão do desenvolvimento rural, ainda que numa perspectiva meramente agrícola, foi introduzida na europa, desde o início do projecto europeu, no final da década de 50, com a criação da Política Agrícola Comum (PAC). Na sua génese, a PAC visa a maximização e o lucro, disponibilizando um sistema de ajudas comunitárias que, para além de incentivar os *jardineiros da natureza* (BATISTA, 1993, p.91), a intensificar a produção em unidades ainda maiores e mais competitivas (agricultores e empresários, proprietários de explorações de grande dimensão), desvaloriza as unidades produtivas de pequenas explorações, atribuindo subsídios a quem cultiva para manter a terra fértil, e a quem se aproxima da reforma e obtém um rendimento complementar através da agricultura (um complemento e nunca num incentivo à modernização da exploração, na medida em que se trata de um grupo envelhecido e de marginalização económica e social).

Até aos anos 90, a agricultura manteve-se numa espécie de *estado de graça*. Apesar da crescente consciencialização dos problemas ambientais, até então, não tinham sido reconhecidos os problemas ou os efeitos adversos da agricultura produtiva, para o ambiente. Daqui se conclui que a filosofia produtivista da PAC, que marcou o período 1957-1992, de modernização das explorações agrícolas, para além de produzir um saldo de aumento de produtividade, também foi responsável pelos efeitos da poluição. Uma vez que incentivou o recurso à utilização massiva de produtos químicos e a prática do regime de monocultura para intensificar a produção, estas políticas despoletam problemas ambientais tais como, o esgotamento dos solos, contaminação de águas subterrâneas e degradação da paisagem como efeito da monocultura.(LOURENÇO, 2001, p.1-2)

Num regime de agricultura intensiva, de máxima produção, estas medidas incorporavam apenas respostas relativas a problemas de organização e estabilização dos mercados, que consoante Cavaco (2005), se podem resumir pela fixação de preços razoáveis para os consumidores, aproximando-os do nível baixo do mercado mundial, o controle dos excedentes agrícolas e a garantia dos abastecimentos. Constrói-se uma ideologia política agro-comercial, assente no paradigma económico de concentração e intensificação de capital de produção, que não renova ou revitaliza a pequena agricultura e o espaço rural, nem mede os impactos agro-ambientais, despoletando a consciência

que *as áreas rurais não são apenas locais onde as pessoas vivem e trabalham, mas desempenham funções vitais para a sociedade entendida como um todo* (CCE, 1988,p.2, citado por FIGUEIREDO,2003, p.7).

Face ao reconhecido insucesso das políticas e programas de desenvolvimento rural, que **sem impedir a desertificação social<sup>14</sup> eram altamente prejudiciais ao meio ambiente**, (sobretudo após a II Guerra Mundial associada ao aumento da produtividade do sector agrícola), despoleta na década de 90, a emergência do paradigma do desenvolvimento sustentável. Com a noção comprovada da agricultura produtiva extensiva como um dos principais factores de impacto ambiental, (efeitos de estufa, alterações climáticas, poluição por nitratos e pesticidas dos solos e das águas) chega-se assim à conclusão, que seria necessário, para reverter o processo de degradação, introduzir objectivos de ordem ambiental (como a protecção do solo, a gestão das águas, conservação da biodiversidade) e assim promover uma *ambientalização do Rural* e uma *ambientalização da Agricultura, o reencontro entre natureza e rural, por um lado, e por outro, entre natureza e sociedade*. (LOURENÇO, 2001, p. 2)

*Podemos dizer de um modo simplista, que passámos de um contexto em que o ambiente era contra o rural (Cadoret, 1989) para um contexto institucional que coloca o ambiente a favor do rural, e coloca o rural como espaço natural por excelência. Constata-se que nos programas e medidas comunitárias de pretensa política, o ambiente aparece como um factor-chave, em conjunto com a sempre eterna questão agrícola, na perspectiva do ajustamento. A questão ambiental nas políticas, programas e medidas de desenvolvimento rural europeu e nacional, ainda que não exclusivamente, assentam em grande medida no entendimento das áreas rurais e do seu ambiente como amenidades, que devem ser salvaguardadas e preservadas essencialmente para a implementação de actividades associadas ao turismo, ao recreio e ao lazer. (FIGUEIREDO,E. 2003 p.15).*

A nova PAC (1992) divide a ruralidade europeia entre espaços com função predominantemente agrícola (reservada para países do Norte e do Centro) e espaços de lazer ou de reserva natural (reservada para países periféricos),

14 *O défice em produtos alimentares tenderá, ainda, a aumentar, assim como a sobra de mais homens da produção agrícola, que poderão continuar nas suas aldeias, mas largamente dependentes dos subsídios da PAC, ou serão tentados pelas cidades ou pelos mercados de trabalho de outros países da EU, ainda dependentes dos subsídio de desemprego ou de algum expediente ocasional, pois já não têm qualquer alternativa ao trabalho da terra.* (BATISTA, et al,1996, p. 52)

beneficiando claramente os primeiros, na medida em que os apoiava em explorações competitivas e sistemas de produção extensivos, em detrimento dos mediterrânicos que vêem os seus esforços de desenvolvimento e modernização das explorações agrícolas travados pelas políticas comunitárias<sup>15</sup>, cuja remuneração recaía na prestação de serviços ambientais e na utilização de práticas agrícolas compatíveis com o ambiente.<sup>16</sup>(LOURENÇO, 2001, p.7)

Embora esta nova reforma, represente uma importante viragem, ao reconhecer ao agricultor *o desempenho de outras funções fundamentais cumulativamente às da produção agrícola, como funções de desenvolvimento rural, de ordenamento do território e de protecção ambiental* (PAIS & GOMES, p.8), a agricultura continuasse a ser referida como aspecto central das preocupações do mundo rural entre os vários países membros, pilar de toda uma cultura e paisagem mítica em desaparecimento. Esta actividade ainda se apresentava como *vantagem essencial num espaço rural em que a conservação da natureza, resultante de sistemas de produção agrícola em geral pouco intensivos por comparação com os espaços rurais do Norte Europeu, sobressai agora como ponto de partida para a sua renovação*. Para além de ser atribuída a agricultura, uma função produtivas de alimentos, esta actividade ganhava uma nova função não produtiva de preservação e fruição dos espaços e das paisagens, *potenciando saberes e ‘artes’ tradicionais, neste caso associados ao mundo rural mediterrânico* (REIS & LIMA, 1998, p. 336, citado por, FIGUEIREDO, E. 2003, p.9) Nestes casos a agricultura é protegida e preservada por motivos de natureza cultural ou simplesmente estético, assegurando seus significados e amenidades, criando *a ilusão de que o rural e o agrícola continuariam a trilhar caminhos coincidentes (e.g. Oliveira Baptista, 1996; Mansinho e Schmidt, 1997) e que aquele sector poderia assegurar por si só a vitalidade das áreas rurais*. (FIGUEIREDO, E., 2003, p.9)

Segundo Elisabete Figueiredo (2003, p.6) ***nas políticas para as áreas rurais, o bem-estar rural foi amplamente identificado com o bem-estar agrícola***

15 A posição residual em que muitas áreas rurais (sobretudo as do Sul da Europa e muito particularmente as portuguesas) foram colocadas significou a ausência de políticas, programas e medidas de desenvolvimento o que acentuou a sua fragilidade face ao sistema económico global. Por outro lado, nas áreas rurais que foram integradas no processo de crescimento, as políticas tenderam a ser sectoriais, centradas nos aspectos produtivos e económicos (basicamente na agricultura) negligenciando ao mesmo tempo os problemas, as carências e desvantagens de outro tipo que essas áreas também possuíam. (FIGUEIREDO, E. 2003 p.6).

16 Como podemos verificar com o Regulamento CEE, nº 2078/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992

(e.g. Cloke, 1988; Houé, 1989; O’Cinneide, 1991a e 1991b). Neste sentido, tenderam até muito tarde *a ser sectoriais, centradas nos aspectos produtivos e económicos (basicamente na agricultura,)* negligenciando ao mesmo tempo os problemas, as carências e as vantagens de outras qualidades e potencialidades que essas áreas possuíam. Mas o bem-estar agrícola, nem sempre significava o bem estar rural. A sobrevivência da agricultura em alguns Países do sul da Europa<sup>17</sup>, como Portugal, face a concorrência desleal dos países desenvolvidos e a atracção dos espaços ‘globalizados’, dependia de mecanismos de concessão de subsídios<sup>18</sup>. Portugal, segundo Batista Oliveira (BATISTA, et tal. ,1996, p. 52) e Filipa Lourenço (2001, p.7), pela *debilidade das suas estruturas produtivas, pela fragilidade nos circuitos de comercialização, pela reduzida mão-de-obra disponível, pelo nível de formação de mão-de-obra que não facilita reconversões tecnológicas, pelo aumento progressivo do défice em produtos alimentares* e consequente *importação dos mesmos para consumo nacional*, insere-se neste quadro não competitivo, sendo fácil prever o destino da maior parte do seu espaço rural. Segundo Varela (1995,p. 431, citado por, FIGUEIREDO, E.2003, p.9), *no nosso caso, a realidade mostra que, sem agricultura, não há desenvolvimento rural e sem este a agricultura fica perdida*.

*As orientações da PAC não são favoráveis à agricultura portuguesa pois continuam a privilegiar os produtos mais relevantes do Centro e Norte da Europa em detrimento dos mediterrânicos que marcam numerosos sistemas de produção dos países do Sul. Privilegiam-se também as explorações agrícolas tidas como mais competitivas no mercado mundial, e pretende-se orientar as áreas dos sectores considerados não concorrenciais para a florestação e para sistemas de produções extensivos em que a defesa do ambiente é enunciada como uma preocupação central. Como é evidente, são sobretudo as agriculturas do Centro e Norte da UE que, agora, se encontram em melhores condições para preencher as enunciadas condições de competitividade.* (BATISTA, et al,1996, p. 51)

17 (...) as orientações em vigor no âmbito da PAC têm um impacto negativo sobre a sustentabilidade económica das actividades e sistemas de produção agrícola em meio rural da UE em geral e dos Estados Membros mediterrâneos em particular”. ( AVILLEZ, 1999, citado por LOURENÇO, 2001, p. 6)

18 Num quadro como este ‘é como dificuldade que se lida com os ‘não-produtivos’, cuja subsistência tem de ser suportada pelos produtivos (pela via do enquadramento familiar, das solidariedades organizadas ou espontâneas na sociedade, ou do Estado-Providência, à custa de impostos e transferências de rendimentos), uma vez que áqueles não é reconhecida qualquer função produtiva que justifique um rendimento’ (AMARO, 1996: 223, citado por, FIGUEIREDO,2003, p.5)

A economia agrícola portuguesa, com uma história de **ausência de políticas de desenvolvimento rural**, e com uma política agrícola comum nada favorável, enfrenta com dificuldade e sem sucesso as políticas da CE, continuando a demonstrar, algumas tendências nítidas:

- Acentuou-se a monetarização da agricultura, multiplicou-se a produtividade por hectare de superfície cultivada e consequentemente, o índice de *abertura ao mercado*, mas o seu peso na economia perdeu importância, pois não se conseguiu tornar competitiva face aos mercados externos. (BATISTA, et al,1996, p. 51)

- Reforçou-se a mecanização (de investimento definitivo ou temporário para externalização), a dependência de produtos *input*, e acentua-se a retracção da área cultivada, os trabalhadores familiares são, agora, a maior parte desta população e cultivam mais de metade da superfície agrícola útil.

- Diminuiu a percentagem dos que trabalhavam na agricultura e alterou-se o movimento migratório dos ranchos<sup>19</sup>, que se constituem hoje nas proximidades do local de trabalho entre estudantes, domésticas, desempregados e trabalhadores que, em situações muito diversas vão “ganhar uns dinheiros” (entre as Beiras, do Norte da Estremadura e da Serra do Algarve acudiam ao Alentejo e Ribatejo, e da Terra Fria e da Beira Alta iam ao Douro). Diminuíram os assalariados , mas aumentaram os salários, de modo a compensar a possibilidade de emigração (BATISTA, et al,1996, pp. 46- 51)

- Acentuou-se a tendência a part-time, a importância dos rendimentos exteriores na economia das famílias agrícolas (previdência, remessas da emigração, pequenos negócios, etc.) e o aumento de profissões liberais, comerciantes, serviços, que reflecte a sociedade que encontrou um novo equilíbrio na vida local.<sup>20</sup> (BATISTA, 1994, pp. 46, 914)

19 O que num estudo de 1956 se avaliava entre setenta e cem mil pessoas por ano, declinou fortemente nos anos sessenta e, actualmente, apenas têm alguma expressão significativa no Douro. Outros destes trabalhos mantêm-se (por exemplo, vindima, apanha da azeitona e do figo) e, nalguns casos, persiste a entreaajuda, ou ainda se formam ranchos, mas estes têm, agora, uma composição diferente dos que se constituíam antes dos anos da emigração. ( BATISTA, et al,1996, p. 47)

20 Se, no período anterior à década de sessenta, a agricultura unificava o território e a sociedade rural (e.g. Oliveira Baptista, 1993, 1996), actualmente aquela actividade já não é dominante, nem em termos económicos, nem em termos sociais. (FIGUEIREDO, E., 2003,p.8)

- Diminuiu a contribuição da agricultura para a produção do país, a emigração e imigração aumentaram e o envelhecimento acentuou-se nas áreas rurais. (BATISTA, et al,1996, p. 49)

- Continuaram os défices elevados da balança comercial agrícola e, como era de esperar, a agricultura continuou a perder peso no conjunto da economia; no entanto aumentou o valor acrescentado bruto, mas ficando muito aquém do registado nos países mais desenvolvidos. (BATISTA, et al,1996, p. 49)

Com a entrada na CE, e total exposição da agricultura aos mercados globais de produtos alimentares (completamente dominados pelas grandes cadeias de produção e distribuição), alterou substancialmente o referencial de apreciação do lugar da agricultura no sistema económico<sup>21</sup> (ROLO, 1996 citado por FIGUEIREDO, E., 2003, p.8) Fica tudo nas mãos do consumidor, que, na sua maioria, detêm um poder de compra baixo e, por isso, compra-se *o mais barato, normalizado, brilhante, limpo e praticamente sem sabor* (DOMINGEUS, 2010,s.p) O mais barato não vem de Portugal e por isso deixa-se de comer o que o país produz. A terra portuguesa perde relevância económica (assim como a de muitos países do sul da europa), a agricultura continua em regressão, enfraquecendo gradualmente as áreas rurais com a perda de população activa agrícola e dos assalariados neste sector, visto que, mesmo com a ascensão de agricultura produtiva, a par do crescente envolvimento com os mercados globais, simbolizam o declínio de mão-de-obra necessária e, por consequência, a expulsão de grandes quantidades de agricultores, que, sem emprego, são obrigados a **emigrar** e a deixar para trás toda a ruralidade que não proporciona um padrão de qualidade de vida incessantemente transmitido pelos meios de comunicação.

Com a possibilidade de circulação livre de trabalhadores no contexto da União Europeia, com a facilidade de destacamento de trabalhadores para tarefas de carácter temporário (construção civil ou a agricultura), e de manutenção de fortes redes sociais e familiares entre alguns destinos tradicionais, quer na Europa, quer na América, surge, na década de 80, uma nova onda de emigração que se manteria na década de 90, embora com uma intensidade ligeiramente inferior. Este novo surto de migrações definitivas ou temporárias,

21 O peso do produto na agricultura estava acima dos 38% no imediato pós-guerra e está abaixo dos 12% hoje. (NEVES, 1994, p 1007)



para destinos preferenciais como a Suíça e Luxemburgo, mas também, num período mais recente, Reino Unido, a Espanha e Holanda, traduz , segundo Nuno Azevedo (2010, p.,130), na sua maioria, *a associação aos processos de recrutamento colectivo de trabalho, desenvolvidos por algumas empresas desses países de acolhimento, em colaboração com os angariadores nacionais, mas também directamente por empresas nacionais que prestam serviços no exterior, nomeadamente no sector das obras públicas.*

**A perda de importância da actividade agrícola (agro-florestal e criação de gado) e o consequente abandono do solo agrícola<sup>22</sup>, o despovoamento e o recuo demográfico<sup>23</sup>,** são alguns dos factos mais insistentemente analisados, chegando-se assim à conclusão, que os vários programas e medidas elaboradas e implementadas nas áreas rurais, na sequência da integração na UE, continuaram a não permitir que se falasse de uma política de desenvolvimento rural.

*Assim a tradicional questão da terra está apagada e a agricultura asfixia-se no confronto com as outras economias da CE. E reforça-se a tendência para Portugal se transformar num espaço não produtivo, económica e socialmente assistido por Bruxelas, com uma crescente dependência alimentar, pesando cada vez menos no quadro negocial europeu e, simultaneamente, empurrando uma parte da sua população para os mercados de trabalho de outros países da CE, onde vai aumentar as já numerosas colónias de portugueses que aí vivem um estatuto cívico e social de segunda classe, numa Europa que é apenas um grande mercado.* (BATISTA, 1994, p. 919)

O PAC não assegurava a vitalidade da maioria dos seus espaços e populações rurais, por um lado devido à ausência de articulação entre os diversos mecanismos administrativos e, por outro lado, devido à continuada concentração das preocupações no sector agrícola, incentivando a crescente procura de outros meios (serviços) e espaços de rendimento (cidade), resultando, o *re-*

22 No Continente, entre 1989 e 1999, a população agrícola familiar teve uma diminuição drástica de -37,34%, passando de 19% da população residente para cerca de 12%. Em termos de densidade de população agrícola, os valores diminuíram, entre 1989 e 1999, de 20,1 para 12,6 indivíduos por km2. Também os produtores a tempo inteiro diminuíram 46%, o que significa que passaram para quase metade (MARQUES, 2004, citado por AZEVEDO, 2010, p. 78)

23 De acordo com Teresa Sá Marques (2004:94), ‘em 1999, só 4% dos produtores tinham menos de 35 anos (6% em 1989), enquanto 66% possuía mais de 55 anos (58% em 1989). Relativamente à população agrícola familiar, em 1999, 33% tinham menos de 35 anos (42% em 1989) enquanto 43% possuíam mais de 55 anos (34% em 1989). O comportamento espacial destes indicadores demonstra que os processos de envelhecimento e rejuvenescimento não são homogéneos, demonstrando, em parte, as diferentes perspectivas que o sector agrícola pode representar para a base económica local/regional. (AZEVEDO, 2010, p. 85)

*forço mesmo, da sua estrutura dualista<sup>24</sup>.* (REIS & LIMA, 1998,p. 353, citado por, FIGUEIREDO, E., 2003, p.11). O défice em produtos alimentares tenderá, ainda, a aumentar, assim como a sobra de mais homens da produção agrícola, que poderão continuar nas suas aldeias, mas largamente dependentes dos subsídios da PAC, ou serão tentados pelas cidades ou pelos mercados de trabalho de outros países da EU, ainda dependentes dos subsídio de desemprego ou de algum expediente ocasional, pois já não têm qualquer alternativa ao trabalho da terra. (BATISTA, et al,1996, p. 52)

*Ao falar do interior, Ferreira de Almeida et al. (1993: 125) apontam um conjunto de traços gerais, característicos da crise rural, nomeadamente: a situação periférica; a baixa densidade populacional; o envelhecimento da população; a estrutura produtiva débil e desequilibrada; o predomínio do sector agrário e dos serviços; uma indústria incipiente e pouco diversificada; a existência de poucas infraestruturas organizativas do tecido industrial; o fraco nível de investimento; a carência de infraestruturas sociais.* (CRISTOVAO, et.al.1999, p.4)

Perante a tendência do *rural* (de alguns países como Portugal) se transformar num espaço despovoado e não produtivo, que vive da assistência económica e social da União Europeia, porque não tem capacidade de travar a dependência alimentar de produtos importados e a emigração para países e cidades mais desenvolvidos, chega-se à conclusão que a mudança era incontornável. Era necessário enfrentar a evidência de um *rural* cada vez menos agrícola e encontrar outras alternativas para dinamizar a nova realidade campestre. Para além do *paradigma económico e ecológico*, eram ainda necessárias novas preocupações sociológicas, psicológicas e culturais.

24 Vários autores têm destacado o fenómeno da **litoralização** do país, definido como ‘o processos que consiste na progressiva concentração de actividades e de pessoas ao longo da faixa litoral, sem que o interior acompanhe esse ritmo, ou mesmo com o recuo deste em termos absolutos ‘(Lopes et al., 1989: 30). Num ensaio de definição de uma tipologia sócio-económica dos concelhos da região Norte, Gomes et al. (1994) referem a existência de uma dicotomia litoral/interior, caracterizada pelos seguintes aspectos: maior dinamismo de base industrial dos concelhos do litoral; maior ruralidade dos concelhos do interior; e maior vitalidade demográfica e dimensão populacional dos concelhos do litoral. Contudo, estes autores destacam a existência, no espaço interior, de concelhos, como Vila Real, Peso da Régua, Lamego, Chaves, Mirandela e Bragança, que são centros reais ou potenciais de dinamização e estruturação do território. (...)Na verdade, os estudos sobre o interior, nomeadamente para o caso de Trás-os-Montes, destacam a ‘tendência forte e constante para a diminuição da população’, caracterizada por rarefacção demográfica concelhia generalizada; decréscimo acentuado da densidade populacional concelhia; desequilíbrio na estrutura etária e sex ratio; queda da natalidade e fecundidade; intensa saída para o exterior; e grande fluxo para as áreas urbanas (CEDRU 1992:43-68).(CRISTOVAO, et.al.1999, pp.4,5)

*Esta sociedade rural sofre hoje duros processos de declínio demográfico e encontra-se cada vez mais distante de uma possível industrialização como aquela que ocorreu em Itália, capaz de revitalizar os meios rurais. A crença cega nas virtudes do mercado como se apresentou a PAC, é responsável por um esquecimento ou descaramento das necessidades das populações. “Urge, de facto, na esfera política, uma regulação dos mercados e dos circuitos comerciais que não ignore a sobrevivência das populações e contribua para uma ordem económica mundial mais solidária. Também esta perspectiva questiona a legitimidade da PAC”* (BATISTA, 1993, LOURENÇO, 2001, p.6)

Esta consciência de que a viabilidade dos espaços rurais não pode depender apenas da actividade agrícola marcou decisivamente a nova reforma da PAC proposta no âmbito da Agenda 2000 (Berlim, 1999)<sup>25</sup>, precedida pela divulgação do documento Europa 2000 (1995)<sup>26</sup> e pela Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural (CORK, 1996), *que estabeleceu alguns princípios sobre uma futura política rural europeia que fazem apelo à **diversificação das actividades em meio rural como a principal componente das políticas de desenvolvimento***. (FIGUEIREDO, E.,2003, p.13) Comprova-se o *efectivo ‘divórcio’ entre agricultura e rural* (LOURENÇO, 2001, p.2) e surgem novas filosofias e posteriormente novas política de desenvolvimento rural, que impõem novos paradigmas que valorizam as potencialidades **endógenas**, (sociais e físicas) dos lugares, conservando-as e protegendo-as, ao mesmo tempo que incentivam as actividades *pluriactivas* e de *plurirendimento* das populações (FERRÃO, 2000, p. 4). Com particular ênfase para as suas funções ambientais, as políticas europeias reconhecem cada vez mais a promoção das localidades, como forma de agir sobre os **problemas** das áreas rurais e de promover individualmente as suas **potencialidades**, pois as áreas rurais possuem situações socioeconómicas diferenciadas que merecem um tratamento específico e especializado.

25 *Os objetivos da Agenda 2000 foram: maior orientação de mercado e maior competitividade, segurança e qualidade alimentar, estabilização dos rendimentos agrícolas, integração das preocupações ambientais na política agrícola, desenvolver a vitalidade das zonas rurais, simplificação e descentralização fortalecida. A nova política de desenvolvimento rural foi introduzido como um segundo pilar da PAC. Esta nova política incentivou muitas iniciativas rurais, ajudando os agricultores a diversificar, a melhorar o seu produto de mercado e areestrukturar seus negócios de outra maneira.* Visível em [http://ec.europa.eu/agriculture/cap-history/agenda-2000/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/cap-history/agenda-2000/index_en.htm).. Site visitado em 22 Fevereiro de 2013.

26 *Em 1995, a divulgação do documento Europa 2000: ‘a agricultura desempenha um papel cada vez menos relevante na evolução do emprego local e no desenvolvimento rural. Certos espaços pouco povoados voltam a ter vantagens comparativas devido ao desenvolvimento de novas actividades sociais ligadas à evolução económica e social (turismo verde, actividades de lazer e de saúde, residências secundárias...).* As mudanças observáveis nos espaços rurais têm provocado uma cada vez maior diferenciação’. (FIGUEIREDO, E.,2003, p.13)

Para Franz Fischler (Membro da Comissão Europeia, responsável pela Agricultura e Desenvolvimento Rural), em 1996 , o desenvolvimento local deixa de ser *uma espécie de anexo à Política Agrícola Comum ou à política social*, sendo preciso pelo contrário, *considerá-lo como uma política global, construída sobre os pilares da modernidade, igualdade de oportunidades e abordagem integrada*. Trata-se, segundo a **óptica** do autor, *de uma nova política, que é válida para todas as zonas rurais e à qual a população local deve estar estreitamente associada*, uma política *integrada que abranja todas as dimensões do desenvolvimento rural, desde o campo à internet, sendo o principal desafio a necessidade de modernizar a imagem das nossas zonas rurais*.<sup>27</sup>

As políticas ambientais e de desenvolvimento rural nacionais estão fortemente dependentes das políticas e financiamentos da União Europeia. Ao longo da construção da União Europeia foram criados quatro tipos de fundos estruturais<sup>28</sup> que favorecem os espaços rurais: o FEDER<sup>29</sup> (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), o FSE (Fundo Social Europeu), o FEOGA<sup>30</sup> (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola) e o IFOP (Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca), mas com o Regulamento de 21 de Junho de 1999, criam-se novas iniciativas (para o período 2000-2006) que visam, para além de promover a revitalização económica e social das cidades e dos subúrbios em crise (URBAN II), o desenvolvimento rural, através da **cooperação trans-fronteiriça, transnacional e inter-regional** (INTERREG III) , da promoção da diversificação das actividades económicas (LEADER<sup>31</sup>), e da luta contra as dis-

27 Visível em <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/defis/art01.htm>. Site visitado em 22 Fevereiro de 2013.

28 Visível em [http://europa.eu/legislation\\_summaries/regional\\_policy/provisions\\_and\\_instruments/l60014\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/provisions_and_instruments/l60014_pt.htm) Site visitado em 22 Fevereiro de 2013.

29 Regulamento (CE) N. 1260/1999 do conselho de 21 de Junho de 1999, que estabelece disposições gerais sobre os Fundos estruturais, visível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1999:161:0001:0042:PT:PDF>, Site visitado em 22 Fevereiro de 2013, e Regulamento (CE) N.o 1783/1999 do parlamento europeu e do conselho de 12 de Julho de 1999 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional visível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1999:213:0001:0004:PT:PDF> Site visitado em 22 Fevereiro de 2013.

30 Regulamento (CE) N. 1257/1999 DO CONSELHO de 17 de Maio de 1999, relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural e que altera e revoga determinados regulamentos visível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1999:160:0080:0080:PT:PDF> Site visitado em 22 Fevereiro de 2013.

31 *Financeiramente, o desenvolvimento local operacionaliza-se através de Planos de Acção Local (PAL) e Planos de Desenvolvimento Local (PDL) realizados no âmbito do Programa LEADER. O LEADER marcou, em 1991, o início de uma nova abordagem política de desenvolvimento rural (UE, 2004). Tendo como objectivo diversificar as actividades económicas em territórios rurais, permitiu definir e melhorar abordagens territoriais no sentido de as tornar mais integradas e participadas. Das características desta iniciativa salienta-se, mais uma vez, a importância dada aos Grupos de Acção Local (GAL) que foram os principais beneficiários dos apoios financeiros, sendo também eles os responsáveis pela elaboração e execução de*

criminações e desigualdades de qualquer natureza no acesso ao mercado do trabalho (EQUAL).

*O potencial humano é um factor essencial para a diversificação produtiva e para o desenvolvimento das zonas rurais, sendo fundamental o dinamismo da população e sua vontade de ser actor do desenvolvimento. Este envolvimento tem tido sucesso em iniciativas como as acções LEADER que abrangem mais de 50% da população das zonas rurais da UE-15.*(AZEVEDO,2010,p.48)

No Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) definem-se as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural no período 2007-2013. O QREN contempla a articulação com as entidades responsáveis por importantes instrumentos de concepção, de programação ou de financiamento de políticas públicas. No âmbito destes instrumentos encontra-se a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), e respectivo Plano de Implementação (PIENDS). A ENDS é um instrumento operativamente transversal, concretiza-se nos diversos programas das políticas públicas, com maior relevância para o PNPOT (Plano Nacional de Planeamento e ordenamento do território), PEN (Plano Estratégico Nacional), PDR (programas de desenvolvimento rural) como PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente) e PRORURAL e PRODEAM (Planos de Desenvolvimento Rural dos Açores e da Madeira respectivamente). Para o período 2007-2013 a PRODER define vários eixos de intervenção, entre eles a Implementação de Estratégias de Desenvolvimento Local, a Cooperação LEADER para o Desenvolvimento e o Funcionamento dos Grupos de Acção Local (AZEVEDO,2010,p.323), Aquisição de Competências e Animação, instituições que envolvem os *Municípios (ou associações municipais), escolas (profissionais e superiores), associações culturais e sociais, associações*

---

*uma estratégia de desenvolvimento obrigatoriamente baseada na valorização dos recursos naturais e culturais dos lugares e na valorização de produtos e saberes locais (UE, 2004). De acordo com o relatório do Programa Nacional LEADER+, aprovado em 2003, os resultados dos programas LEADER I e LEADER II tiveram um efeito catalisador, induzindo o desenvolvimento e o aparecimento de outras iniciativas locais financiadas exclusivamente com fundos privados, para além de terem fortalecido bastante o papel das ADL, alargando de forma notável o âmbito das suas intervenções. (...) Conclui-se portanto que as políticas de desenvolvimento estão cada vez mais associadas a questões de sustentabilidade ambiental, e que tanto o processo A21L como os PAL e PDL incidem crescentemente em intervenções integradas que visam não só a valorização do potencial humano local, como também acções não agressoras dos sistemas ambientais. Além disso, ao estarem centradas na especificidade das pessoas e dos lugares para impulsionar o tecido económico, é garantido que geram dinâmicas internas que se prolongam no tempo.*(PAIS&GOMES,2008, p. 18)

*ou cooperativas de produtores, associações industriais e comerciais, e outras instituições públicas ou para-públicas.* (AZEVEDO,2010,p.323) . No âmbito da nova política de desenvolvimento rural da UE10 foi criado, em Setembro de 2005, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) que concentra em si todo o apoio comunitário ao desenvolvimento rural. Assim, e após sucessivas reformas, a PAC assenta hoje em dois pilares: as políticas de mercados e as políticas de desenvolvimento rural. Para o período de 2007-2013 é dada particular atenção ao segundo pilar.

*No passado, estes grupos de desenvolvimento rural (Grupos de Acção Local) foram fundamentais da dinâmica de desenvolvimento das áreas rurais, funcionando como entidades de referência e de liderança nos territórios locais, sobretudo ao nível da promoção da cooperação inter-municipal, no âmbito da valorização dos produtos endógenos. Todavia, nos últimos anos, com a diminuição dos recursos financeiros e a perda de autonomia, estes grupos e redes perderam importância e capacidade de funcionarem como espaços de articulação e integração de estratégias e projectos, limitando a sua acção na conciliação de interesses individuais com estratégias colectivas de desenvolvimento territorial.* (AZEVEDO, 2010 ,p.323)



NOVO PARADIGMA DE  
DESENVOLVIMENTO

NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO

O processo de modernização é caracterizado desde a ascensão da burguesia no mundo ocidental, pela *obsessão do crescimento* económico. Modelo de desenvolvimento que, segundo Roque Amaro (2001, cit por, FIGUEIREDO, E.,2003, pp.3-4), entendido, pelo *aumento da produtividade*<sup>1</sup>, pela *crença cega e ilimitada na ciência e na tecnologia*, pelo *mito do modo de vida urbano*, pela *exploração dos recursos naturais* e pela *centralização de toda a acção e iniciativas de desenvolvimento*, sinónimo de progresso *economicista, industrialista, produtivista, tecnologista, funcionalista e centralista*, propício ao agravamento de desigualdades e assimetrias na sociedade e naturalmente no território. Modelo de progresso *materialista e utilitarista*, que não olhava a meios para atingir os fins, e por isso não se fez sem custos, deixando marcas bem negativas que põem em risco a qualidade de vida de toda a humanidade e das gerações futuras.

Paralelamente ao processo de modernização foi-se ganhando a consciência que o *paradigma económico* (Silva 1982, cit por, FIGUEIREDO, E., 2003, pp.3-4) e os seus *métodos implacáveis* (K. Thomas, cit por BATISTA, et al,1996, p. 57), traziam consequências devastadoras, não só a níveis ambientais<sup>2</sup> (degradação e escassez dos recursos naturais, que conduziram à chamada crise ecológica mundial), como também sociais, culturais e políticas, como o desaparecimento de subculturas, *o aumento do desemprego, o agravamento e extensão das formas de pobreza e exclusão social, a acentuação da percepção da insegurança, o aumento do número de dependentes e de não-produ-*

1 Segundo Castells (2002,p.19), os modos de desenvolvimento do século XX são os *processos através dos quais os trabalhadores actuam sobre a matéria para gerar o produto, determinando, o nível e a qualidade do excedente. Cada modo de desenvolvimento é definido pelo elemento fundamental para fomentar a produção da produtividade no processo produtivo.*

2 Do ponto de vista ambiental, os primeiros indícios de uma percepção da fragilidade da natureza conheceram-se desde o séc. XVIII; contudo, é no período Romântico (até meados do séc. XIX) que os problemas ambientais ganham algum destaque. É neste período que o termo *poluição* ganha o seu significado actual, e datam também desta altura as primeiras considerações sobre a extinção de espécies animais e vegetais. Só mais tarde, quando se conhecem os seus efeitos negativos do modelo químico-mecânico da agricultura e da pecuária, (o consumo excessivo de água, contaminação das água superficiais e subterrâneas, erosão do solo, a emissão pela pecuária de amoníaco e metano, utilização de adubos e pesticidas que geram maus cheiros e menos sabor, etc.) é que a agricultura produtiva e industrial entra na discussão(Baptista, 2001,p.41, cit por PAIS&GOMES, p.6) *Esta nova relação de intimidade com os motores mecânicos e eléctricos, com uma extensa gama de produtos para controlar pragas e doenças e à familiaridade, com adubos e alimentos concentrados para animais, decorre das possibilidades abertas pelas tecnologias. No entanto, a sua utilização sem prudência, tem originado, nalguns casos, consequências graves para os ecossistemas e para os consumidores.* ( BATISTA, et al,1996, p. 45)

*tivos nas sociedades modernas, a crise dos sistemas políticos de democracia representativa* (Moreno,1999, p.37, cit por, FIGUEIREDO, E., 2003, p.3), efeitos preversos aos quais Roque Amaro chama de *factores de bloqueamento* (1996: 225, FIGUEIREDO, E., 2003, p.4)

Durante as décadas de 50 e 60 a concepção de desenvolvimento evoluiu, mas sempre numa visão economicista, prevalecendo o entendimento de que um crescimento económico rápido traria níveis de desenvolvimento mais elevados (CASTELLS,2002,p.19). No entanto, a realidade veio demonstrar que quanto maior e mais rápido fosse o crescimento económico mundial, mais acentuando era o fosso entre países e regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas e entre espaços naturais e artificiais, o que não representava de modo algum a saúde e a felicidade da humanidade. Segundo Elisabete Figueiredo (2003,p.4), *este mesmo paradigma pode ainda caracterizar-se pela proposição de uma visão dicotómica do espaço que essencialmente opunha o espaço desenvolvido ao espaço subdesenvolvido. As abordagens e estratégias políticas e de desenvolvimento, decorrentes deste paradigma são sobretudo estáticas, comparativas e determinísticas, características que, segundo diversos autores (e.g. Silva, 1982; Houé, 1989; Stöhr, 1989; Figueiredo, 1993,1995), contrariam a própria natureza do conceito de desenvolvimento.*(FIGUEIREDO, E.,2003,p.4)

Na sequência das perversidades ou paradoxos da concepção e sobretudo da materialização, decorrentes do modelo de desenvolvimento assente exclusivamente no paradigma económico, nasce um duplo sentido de ameaça e risco (tecnológico, social, Natural, etc.), que despoleta a *busca de um novo conceito de desenvolvimento nos últimos cerca de trinta anos* (AMARO, 2001, p. 200, cit por FIGUEIREDO, E.,2003,p.4).Decorrente da crescente consciencialização da população relativamente à escassez dos recursos e aos problemas ambientais, nasce um sentimento de medo, que influenciam o nascimento do que Lima denomina de o novo *paradigma ecológico* (2006, cit por PAIS & GOMES, 2008, p. 6). As riquezas naturais valorizam-se e tornam-se um dos maiores trunfos do meio rural, segundo Veiga (2003, p. 95 cit por FERNANDES,2008,p. 94) *mais valorizadas do que o minério, o solo fértil ou a madeira (antes determinantes na economia rural)* e por isso mesmo, *a possibilidade de participar integralmente dessa terceira geração do desenvolvimento rural é diminuta, para localidades que antes se tenham comprometido com sistemas produtivos primário-industriais de negativo impacto ambiental* (VEIGA,

2004,p.63)

*É frequente a confusão entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento, mas explica-se em parte, pela História que sempre os associou. Para uma distinção clara entre ambos, Nunes (1969:258) cita François Perroux (1963): ‘(...) sendo o crescimento definido como o aumento sustentado, durante um ou mais períodos longos, de um indicador de dimensão económica, que é o produto global bruto ou líquido da Nação, em termos reais, e o desenvolvimento, como toda a combinação de transformações mentais e sociais de uma população que precisamente a tornam apta a fazer crescer cumulativamente e duravelmente, digamos irreversivelmente, no longo prazo, o seu produto real.’ Todavia, o equívoco entre crescimento e desenvolvimento explica-se, em parte, pela História. O conceito de desenvolvimento, além de ser relativamente recente, ganhou o seu significado moderno durante e após a 2ª Guerra Mundial, como a ideia do «New Deal», expressão por que ficou conhecida a política interna americana do Presidente Roosevelt, desenhada para combater a recessão dos anos 30 ‘(Moreira, 2001). (PAIS & GOMES, 2008, p. 7-8)*

Nos anos 70, surgem as primeiras críticas à concepção tradicional de desenvolvimento. As vantagens comparativas do rural voltaram-se para os encantos do contexto mais isolado, ligado à qualidade do ambiente natural mais profundo, aludindo ao espaço rural como mais do que *simples produtor e fornecedor de limentos, matérias-primas, mão-de-obra para as sociedades industriais*. Mas segundo Veiga (2004, p.62), *foi somente no período mais recente da globalização que o alcance das responsabilidades cívicas sobre as condições naturais do desenvolvimento humano passou a fazer parte da agenda das relações internacionais*, englobando segundo Pais e Gomes (2008, pp. 7-8), *a boa governação e os direitos humanos, bem como vertentes políticas, económicas, sociais e ambientais*. Segundo Elisabete Figueiredo (2003,p.3), *efectivamente, de acordo com Villaverde Cabral (1997:17) ‘se é certo que a economia enquanto actividade humana surge, por assim dizer, como um facto natural próprio a qualquer sociedade, já aquilo a que se dá habitualmente o nome de desenvolvimento aparece como uma construção relativamente recente, característica de um determinado tipo de constelação sociocultural’, o que remete para a complexidade da sua definição, por um lado e para a variabilidade das suas concepções, por outro.*

Apartir da década de 80/90, o rural (re)nasce não só como simbolo de pureza, beleza, segurança, tranquilidade, silêncio, saúde... como forma de escapar aos problemas urbanos (congestionamento, violência, falta de habitação, de-



gradação ambiental) como também como símbolo identário, como guardião e reforço da individualidade.

*A terra como espaço recuperou parte da função de lazer que tinha tido até ao século XIX em exclusivo para as elites, e depois com alguns intervalos no século XX, quando foi utilizada intensivamente para uma agricultura que não conseguiu sustentar.* (AL-MEDINA, 2007, p. 311, cit por AZEVEDO, 2010,p.86)

O conceito de desenvolvimento foi progressivamente sendo alterado com a emergência de novos conceitos, dando especial atenção ao que *satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades* (ENDS, 2005-2015, p.6). Surge uma nova filosofia de desenvolvimento, *a que Ferreira de Almeida, Amaral, Borrego, Capucha e Ferrão (1994) chamam de ‘quarta geração de paradigmas de desenvolvimento regional’*, que, segundo Elisabete Figueiredo (2003, p. 4), se centra na substituição de desenvolvimento por desenvolvimentos: *desenvolvimento endógeno, o eco-desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento participado e o desenvolvimento integrado*. A autora (FIGUEIREDO, E., 2003 p.5) resume a filosofia emergente de desenvolvimento em quatro pontos:

- **multidimensionalidade** dos processos de mudança social, o que implica uma abordagem interdisciplinar e uma actuação inter-institucional;

- **‘empowerment’** dos agentes locais, ou seja, a noção de desenvolvimento remete actualmente para a realização das capacidades das populações, através do reforço e valorização das suas competências e não apenas para a satisfação das suas necessidades materiais;

- **Participação** das populações a quem o desenvolvimento se dirige e de novos protagonistas, para além das empresas e do Estado;

- **sustentabilidade** e solidariedade inter-geracional, integrando uma nova relação com o ambiente;

Assim, e após sucessivas reformas Portugêsas e Europeias, a nova política de desenvolvimento do território e da paisagem contemporâneos, que ruma à **equidade/coesão** territorial, assenta hoje em dois pilares: as políticas de mercados e as políticas de desenvolvimento rural.

NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO DO RURAL

A Ruralidade, foi sempre tida como algo estático e intocável que guarda religiosamente todos os valores, costumes e paisagens tradicionais, que pela sua permanência e estabilidade, nos devolviam a segurança de saberes ancestrais, firmes, sólidos e coerentes. Segundo *Roupnel em 1932, ‘tudo o que é humano tem vida precária e caduca. Apenas os campos que o homem criou se mantêm como uma obra que dura para sempre’*. (BATISTA, et. tal.,1996, p. 57) Mas esta imagem estática de ruralidade, vai-se perdendo com o processo de modernização e globalização, processo que induz a alterações profundas em espaço urbano, mas de forma exponencialmente mais notória no espaço rural. Mudam-se os tempos, mudam-se as sociedades e, com elas, (DOMINGUES,2001, p. 65) as regiões harmónica e historicamente divididas pelas marcas do tempo (tensões, confronto, conflitos e de usos físicos ou simbólicos), habitadas por comunidades, que outrora vangloriavam a riqueza e pluralidades de expressões culturais duradouras e diversificadas (engenhos, práticas, técnicas, valores e simbologias, ferramentas e construções, etc.), fica em riscos de se perder. (DOMINGUES, 2011, s.p.)

Segundo Álvaro Domingues (2009, p. 24), *boa parte da construção da fisionomia e das identidades representadas nas paisagens regionais, possui um fundamento ruralista*, e Portugal, como último país rural da Europa, ainda sofre de *mau viver* pelo despovoamento, pelo recuo demográfico, pelo abandono do solo agrícola, lamentando o amontoar de ruínas e a perda de práticas e tradições ancestrais, costumes, ofícios e outras manifestações culturais, ou, noutro registo, *pela profunda metamorfose que vai lavrando pelo país dos (ex)agricultores*.<sup>3</sup> (DOMINGEUS,A., 2010, s.p.) Transformações que em Portugal se podem resumir, nomeadamente Trás-os-Montes, pelo **abandono de uma economia maioritariamente assente na agricultura, e pelo abandono paisagens e culturas** próprias das *sociedades camponesas*, não só do rural adjacente às cidades como no rural distante e profundo. (BATISTA, et al.,1996, p. 40-45)

3 É por isso que é tão frequente dizer-se do ‘estrago’ que se está a produzir, da ‘descaracterização’, da perda de supostas ‘autenticidades’ que de tanto mistificadas parecem ter pertencido a um tempo primordial, sem história, e sem outro referente que não seja um passado mais que perfeito onde a ‘vida no campo’ era a imagem do Paraíso e do ‘bom povo’ sábio, pobre mas honesto que vivia na sua simplicidade, alegria e comunhão com a Natureza e oração com os deuses. (DOMINGUES, 2011, s.p.)

*Percebe-se agora melhor a natureza do trauma da perda quando todos os dias somos confrontados com imagens de um Portugal ‘profundo’ decadente e despovoado, junto com o discurso habitual sobre a excepcionalidade daquelas paisagens, a riqueza cultural perdida, a identidade desfigurada pelo que desaparece ou pela dissonância do que vem de novo. Esta consciência da perda agudiza o impulso para a patrimonialização da paisagem como último recurso de guardar, encapsular, parar o tempo.* (DOMINGUES, 2009, p.30)

Havendo pouco espaço e tempo para compreender e digerir todas estas mudanças, a sociedade tende a *reanimar o presente através da atribuição de uma segunda vida a um passado inerte e supostamente longínquo*. (DOMINGUES, 2011, s.p.). O porto seguro das grandes crises e inseguranças vai-se modificando, provocando reacções extremas para sua protecção e manutenção. A associação da agricultura às *autenticidades* do mundo rural, e a associação da perda de peso da agricultura à desertificação/esvaziamento rural e à *perda* de significados e significantes rurais paisagísticos, arquitectónicos e culturais, levou a que se despertassem consciências ecológicas, antropológicas e arquitectónica que fundamentam os novos conceitos de desenvolvimento.

Desenvolvem-se uma *efervescência patrimonial* dos recursos rurais<sup>4</sup> (Peixoto, 2002, cit por FIGUEIREDO, E., 2003, p.15). Tendências de sacralização dos espaços, das construções, das paisagens naturais<sup>5</sup> e das actividades tradicionais herdadas. Tendências de **renaturalização e patrimonialização** que dominaram os discursos políticos e planeamentos futuros.<sup>6</sup>

4 *Quando hoje falamos de recursos rurais, falamos de um amplo espectro de elementos, que inclui antigos, actuais e novos produtos agrícolas e agro-industriais (...), paisagem, fauna, flora, rios e albufeiras, montanhas e vales, caça e pesca, rochas e minerais, património arqueológico e histórico, arquitectura popular, tradições culturais, artesanato, gastronomia, linhas férreas, solares e casas rurais, parques e reservas naturais, feiras, festas eromarias (...).* (Cristovão, 2002, p. 82, cit por FIGUEIREDO, E., 2003, p.7)  
5 *‘Paisagem Natural’ é uma legenda frequente de muita pintura e fotografia onde rios, montanhas, mares, desertos ou florestas se representam sem que haja muito espaço para se saber ao certo quanto da paisagem é ‘natural’ ou não. Hoje, a braços com a relação de culpabilidade que existe sobre a predação dos recursos naturais não renováveis, sobre as mudanças climáticas, o efeito de estufa, o buraco do ozono, a destruição das florestas tropicais, as emissões de gases tóxicos, os desastres atómicos, etc., a ‘Natureza’ voltou com todas as mitologias que a humanidade foi produzindo a seu respeito.* (DOMINGUES, 2009, p.37)

6 Tendências bem visíveis no glossário da Direcção Geral de Organização do Território e no centro de estatísticas INE Áreas protegidas, gestão ambiental, paisagem cultural, paisagem protegida, reserva agrícola nacional (RAN), reserva ecológica nacional (REN), reserva natural e marinha, parque natural, parque nacional, reserva natural, reserva geológica, monumento natura, itinerários/ caminhos culturais, património ambiental, arqueológico, arquitectónico, cultural, de vizinhança, integral, sítio classificado, etc.)

*Verifica-se, de facto, a ocorrência de três tendências que, por motivos parciais, convergem num mesmo sentido:*

*- pelo movimento de renaturalização, centrado na conservação e protecção da natureza, aspectos agora hipervalorizados no âmbito do debate sobre os processos de desenvolvimento sustentável*

*- pela procura de autenticidade, que leva a encarar a conservação e a protecção dos patrimónios históricos e culturais como vias privilegiadas para valorizar memórias e identidades capazes de enfrentar as tendências uniformizadoras desencadeadas pelos processos de globalização*

*- pela mercantilização das paisagens, como resposta à rápida expansão de novas práticas de consumo decorrentes do aumento dos tempos livres, da melhoria do nível de vida de importantes segmentos da população e, como consequência, da valorização das actividades de turismo e lazer.* (FERRÃO, 2000, p. 48)

Sobre esta forte tendência patrimonialista recriam-se espaços e paisagens esteticamente idílicos, *museus da ruralidade* (MORENO, 1999, p.411) que reflectem uma imagem comercial perfeita para consumo, uma espécie de *parque de diversões* a que muitos autores comparam à ideia de *Disneyland* (resortes turísticos, campos de golfe, lagoas artificiais, piscinas naturais, etc.) (FIGUEIREDO, E., 2003, p.14-16) Uma imagem estereotipada e irreal, que se pretende relativamente imóvel e conservada para consolo de uma sociedade insegura e com *complexos de perda*, que segundo Álvaro Domingues (2011, s.p.), estão longe de se apaziguar, espalhando pelo território e sua paisagem, tanto a *apatia* como o *delírio* e a *mistificação*, mais vocacionados para a fruição dos cidadãos do que para a apropriação dos habitantes locais.

*Podem-se quase musealizar ‘aldeias de xisto’, ‘aldeias serranas’ e outras aldeias, mas todos sabemos que são simulacros reais e falsos ao mesmo tempo e que caminharão inexoravelmente para uma nova condição de parques temáticos rodeados de antigos campos onde agora crescerão outras coisas.(...) Quando a paisagem ‘descola’ de certos limites óbvios da funcionalidade que a produziu, só vale a pena esteticizar se houver novos ‘jardineiros da paisagem’ que a cuidem e mantenham como quem mantém os jardins de Versalhes. Se o turismo pagar isso, não se poderá chamar rural ou agrícola a essa paisagem; chamar-se-á cenário.* (DOMINGUES, 2009, p.30)

Nasce uma nova procura do rural, uma nova relação rural-urbano sobretudo, *relacionada com preocupações de qualidade e segurança* (CRISTOVÃO et.al., 2002,p.3), e uma nova legitimidade identitária desta vez apenas simbólicas, que dependente não de uma economia agrícola, mas de uma *economia de memória e de paisagem* (Pérez 2001, cit por, FIGUEIREDO, E.,2003, p.15); não em benefício dos industriais, mas dos urbanos. Segundo Cristovão (2002,pp. 81-82, cit por, FIGUEIREDO, E., 2003,p.7), *‘esta nova legitimidade’ é ‘fundada na representação do campo (sobretudo para os urbanos) como símbolo de liberdade, paisagem, beleza e saúde’.*



Fig. 152 - Principais fluxos de pessoas e materiais entre as zonas urbanas e rurais (AZEVEDO, 2010, p. 93)

Os espaços rurais estão associados ao abandono, ao envelhecimento, ao declínio da agricultura, às fracas oportunidades de emprego e a uma oferta escassa de serviços de educação e de cultura. Estudos recentes mostram os níveis de exclusão que por vezes estas áreas escondem, designadamente na população envelhecida. No entanto, em termos simbólicos, e trabalhando o espaço das representações e das identidades das populações sobretudo urbanas, o ‘campo’ integra uma força, um potencial simbólico e uma noção de bem-estar que é fundamental valorizar e promover em termos de desenvolvimento. Os espaços rurais estão associados a qualidade ambiental, tranquilidade e a sensações de liberdade e de segurança.(PROTE-NORTE, 2008,p.20)

Com o assumir de um rural não agrícola, e com o apoio à diversificação do espaço *rural*, dá-se o desenvolvimento de *novas actividades*<sup>7</sup>, um novo mercado que deixa a exclusividade de produção de alimentos e retorna a função de lazer de outrora. Mas algumas das novas actividades e políticas, porque altamente dependentes de subsídios Nacionais e Europeus, e porque demasiado comprometidas com interesses e **necessidades urbanas**, podem ter efeitos perversos. Para além dos efeitos positivos, que são reabilitação do edificado e do espaço público, melhoria das acessibilidades e construção de equipamentos e infra-estruturas, por outro lado dá-se *a perda de autenticidade do rural, a sua museificação e a perda das suas dinâmicas socioeconómicas próprias* (FIGUEIREDO, E., 2003, p.14). Provocam assim a ilusão de duas realidades, quando na verdade só existe uma, alimentando aquilo que João Ferrão chama de *visões descoincidentes*, geradoras de conflitos de interesses, que fragmentam o espaço entre produção e consumo<sup>8</sup>, entre os habitantes de *visão utilitarista*, que *tendem a dar importância aos recursos como suporte da actividade humana*, e, os fruidores ocasionais, *que tendem a uma atitude conservadora face a esses mesmos recursos, muitas vezes procurando um rural puro, encenado, esvaziado do seu conteúdo social*. (PAIS&-GOMES,2008,p.7)

Por esta via, desenvolver o rural deveria ser sinónimo de atenuação das assimetrias regionais e locais existentes e do desequilíbrio territorial dos espaços agrícolas e rurais. No entanto, as actividades que se apelam para este mundo rural tendem a torná-lo mais uma cena complementar à vida urbana, sendo valorizado pelas suas qualidades estéticas e pelos seus recursos físicos, e lugar procurado para espacializar as formas de lazer emergentes na cultura urbana.(LOURENÇO,2001, p.2)

Embora se assista a uma diversificação da base produtiva, que permita fazer face à crise e declínio dos sectores tradicionais, atenuando a dependência do emprego e dos subsídios públicos (sendo o sector dos serviços aquele que mais se evidencia) estas medidas e actividades por si só, continuam a

7 Actividades que, segundo Baptista (2001), vão desde a revitalização das agriculturas locais, tradições e venda de produtos típicos/artesanais de qualidade/certificados (vinho, gastronomia, construtivos, decorativos, etc) até a actividades de recreio e lazer, como desporto (como a caça), o contacto com a natureza e fruição das paisagens, até as actividades de protecção dos recursos naturais e ordenamento da floresta.  
8 O rural é, desta forma, crescentemente entendido, por grupos cada vez mais alargados de **cidadãos**, como ‘objecto de consumo’ de conteúdo simbólico e como antídoto do ‘excesso de civilização’ resultante da vida nas áreas urbanas (LOURENÇO, 2000, cit por CRISTOVÃO, et. al., 2002,p.4)



ser incipientes para a sustentabilidade dos territórios rurais. A crise dos sectores tradicionais (*produtividade e de escala*) não é acompanhada por uma clara diversificação do sistema produtivo, mantendo-se a fragmentação do mercado interno e a forte dependência relativamente *ao assistencialismo estatal e europeu*. (PROT-NORTE,2007b, p.5) Assim sendo o desenvolvimento de algumas das novas actividades (muito dependente das necessidades e organizações urbanas) e políticas (dependentes de transferências monetárias externas -subsídios, prestações sociais, etc), muito associadas ao património e à imagem renaturalizada e mercantil da paisagem, desadequadas das necessidades e potencialidades locais, não se traduzem na atenuação das assimetrias; continuando a verificar-se a acentuação das dualidades já existentes, tanto a nível europeu como nacional. (policentrismo assimétrico).

*O mundo rural exterior às ‘regiões urbanas’ defronta-se com uma contradição evidente: a valorização simbólica e política que lhe é hoje atribuída no contexto dos discursos patrimonialistas contrasta com a fragilidade de meios efectivamente mobilizáveis nesse sentido, com a escassez de resultados entretanto obtidos (a mero título de exemplo, veja-se o impacto reduzido das iniciativas de turismo rural, tanto em termos de criação de emprego, como de geração de rendimentos adicionais para as famílias) e com a estreita dependência de práticas de consumo urbanas cuja durabilidade está longe de corresponder a uma realidade incontroversa.* (FERRÃO, 2000,p.49)

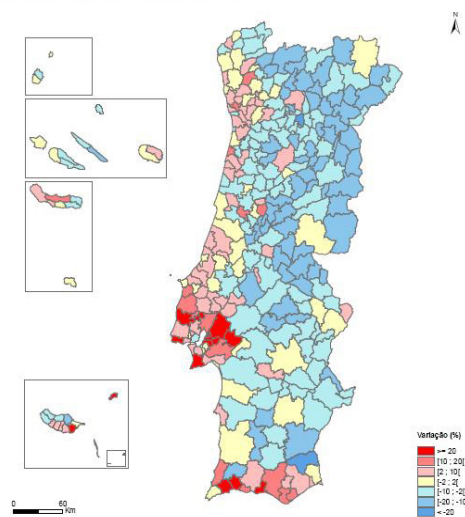


Fig. 153 - Imagem referente à variação da população residente por município, censos preliminares 2001-2011 (INE)

Assim como se critica a leitura negativa dos *urbanistas* que olham para a cidade extensiva como risco de se perder a leitura da cidade, outrora densa e delimitada, do mesmo modo se pode criticar a dos *ruralistas* que olham para o campo e sua paisagem como algo estático e imutável.

*É melhor não cultivar tantas ansiedades face à paisagem e ao que nela muda. Se a paisagem é registo da transformação da sociedade, será normal que se a sociedade mudar, mude com ela a paisagem. Não sejamos como Noé, encarregue por quem sabemos de guardar um exemplar de tudo porque vinha o Dilúvio e tudo se ia perder. Hoje há tais mudanças e tão rápidas que é como se fora um Dilúvio permanente e a paisagem é tão grande e as arcas tão pequenas..* (DOMINGUES, 2009, p.22)

O tempo não pára e o território e a sua paisagem *desconfinada, de muitas mãos e muitos donos*, (DOMINGUES, 2009, p. 30) serão sempre registo da sociedade que se encontra em constante mudança, sendo preciso, segundo Álvaro Domingues (2011, s.p.), fazer o **luto** e superar o trauma, enterrar esta identidade irreal e mítica divulgada pela média, e olhar mais para a realidade local de necessidades globais. Faz-se então necessário encontrar outros modos de preservar as **autenticidades** e promover o progresso em vez de o tentar *congelar*, alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural e suas paisagens mais integradas e diversificadas, que não menosprezem e sim valorizem a população aí instalada, que fixem os jovens e que atraiam a instalação de outros residentes. (novo paradigma de desenvolvimento rural)

*O resultado é uma espécie de ‘luto crónico’ em que a incapacidade do esquecimento origina uma enorme diversidade e contradição de atitudes: tristeza, raiva, culpa, ansiedade, solidão, fadiga, choque, entorpecimento, inquietude, choro, auto-punição obsessiva, mania, distanciamento social, incredulidade, confusão, preocupação, alucinação, ansiedade, amnésia, recordação, melancolia, angústia, remorsos, fantasias, recalcamientos, delírios, fantasmagorias, e um sem fim de patologias mais ou menos graves que, no fim de contas, nos impedem de ter a disponibilidade para encarar e realidade e a extensão da ausência, organizar os rituais de perda, separação ou ruptura, e avançar para outros imaginários e vivências que não incluam o “morto”. Completar o luto, portanto, e pôr tudo num museu/ mausoléu.* (DOMINGUES, 2011, s.p.)

	Paradigma Tradicional	Novo Paradigma
Objectivos	Equidade e assistência; valorização do rendimento agrícola; aumento da competitividade da agricultura.	Aumento da competitividade das áreas rurais; valorização dos recursos, características e potencialidades locais; rentabilização de recursos e potencialidades habitualmente não consideradas.
Sectores-chave	Agricultura	Vários sectores ligados à economia rural (turismo rural, artesanato, indústria, tecnologia de informação, etc).
Principais instrumentos	Subsídios	Investimentos
Principais actores	Governos nacionais e agricultores	Todos os níveis de governo (supra-nacional, nacional, regional e local) e vários <i>stakeholders</i> do sector público e do sector privado.

Fig. 154- O Novo Paradigma do Desenvolvimento Rural (NETO & NOTÁRIO 2009, p.4)

Para a nova política de desenvolvimento do território e da paisagem contemporâneos, que rumam à **equidade/coesão** territorial, o desenvolvimento rural passa a ter papel determinante. A grande aposta é virada para as **Intervenções à escala local, pois é** à escala local que as estratégias e políticas de ordenamento e de desenvolvimento se concretizam, consoante as suas fragilidades e potencialidades (swot). Esta ideia não é nova. Segundo Elisabete Figueiredo (2003, pp.6-7), alguns autores, como Henrichsmeyer (1992, p. 83) que defende, já na década de 90, que *uma abordagem realista ao potencial de desenvolvimento rural deve basear-se na identificação das **oportunidades** de cada área e na consideração das suas **fragilidades***, como Kayser (1990,p. 222) que igualmente defende que os projectos indutores de progresso, deveriam basear-se em incentivos externos, mas também em iniciativas locais, já que *o desenvolvimento local não pode funcionar sem intervenções exteriores, embora não possa progredir sem a vontade e as iniciativas locais*, sendo necessário, segundo Reis e Lima (1998,p. 349), *através de programas de animação específicos procurar o envolvimento, a participação e o compromisso com os actores locais, para que estes, por vontade colectiva, definam ou venham a aceitar estratégias de reorganização do espaço rural*.

FRAGILIDADES, POTENCIALIDADES E DESAFIOS DO RURAL DE BAIXA DENSIDADE

<b>Pontos Fortes</b>	<b>S</b>	<b>W</b>	<b>Pontos Fracos</b>
Crescimento da população pela imigração Base de estrutura familiar na agricultura Pluriactividade da população agrícola nas zonas com maior diversificação do emprego Existência de património com valor nas zonas rurais Evolução positiva de alojamento turístico nas zonas rurais Evolução positiva da actividade artesanal Existência de dinâmicas locais			Baixa densidade populacional nas zonas rurais População rural envelhecida Elevadas disparidades no nível de rendimento e de desenvolvimento social entre zonas urbanas e rurais Baixo nível de adesão à internet nas zonas rurais Fraco nível de instrução e qualificação Serviços não adequados às necessidades do meio rural
<b>Oportunidades</b>	<b>O</b>	<b>T</b>	<b>Ameaças</b>
Potencialidades associadas à multifuncionalidade e diversificação para actividades e serviços complementares à agricultura Crescente procura urbana pelas zonas rurais enquanto espaço de descanso e lazer Valorização pela população urbana da característica tradição e genuinidade associada aos produtos rurais			Abandono dos espaços rurais Fracas sustentabilidade social e económica das zonas rurais

Fig. 155 - Análise SWOT Dimensão socio-económica (PEN, 2009, p. 61)

. Desertificação

As preocupações territoriais e as políticas, embora ditas liberais ou sociais, na grande maioria dos países europeus, tenderam até muito tarde para a centralização dos centros *urbanos*, quer pelas acções de urbanismo que apuram cada vez mais a atracção de investimento citadino, quer pela falta de políticas de desenvolvimento rural que não sejam vocacionado para a produção intensiva ou protecção ambiental ou patrimonial de alguns países e regiões, medidas que como vimos anteriormente são altamente dependentes de subsídios e dos desejos urbanos. A associação secular do desenvolvimento rural à actividade agrícola<sup>9</sup>, a regressão deste sector e a falta de uma real revitalização/modernização da economia *rural*, leva a perdas crescentes de população activa e dos assalariados, enfraquecendo gradualmente a maioria dos espaços *rurais*.

9 Durante muitos anos as preocupações relativas ao mundo rural (...) manifestaram-se numa perspectiva e num enquadramento de correspondência com os problemas específicos da actividade agrícola. A política rural e a política agrícola eram uma e a mesma componente do desenvolvimento económico-social (DGDR, 1997, p. 14, cit por FIGUEIREDO, E. , 2003, p.10)

O envelhecimento encontra-se não só relacionado com a diminuição da fecundidade e o aumento da esperança de vida sentido a nível global, como especialmente com a emigração intra-nacional ou internacional<sup>10</sup> para centros urbanos de média ou grande dimensão. (AZEVEDO, 2010, p.38) Sendo evidente que quanto mais intensos e volumosos forem os fluxos emigratórios (muitas vezes dos jovens e/ou activos mais qualificados) mais se terão feito sentir os seus efeitos e consequências, vários autores argumentam que a emigração é a principal causa das transformações demográficas e socioeconómicas ocorridas na maior parte das áreas rurais, substituindo a urbanização e industrialização (AMARO, 1985; CAVACO et al., 1994; FERRÃO, 1996, cit por AZEVEDO, 2010, p.78).

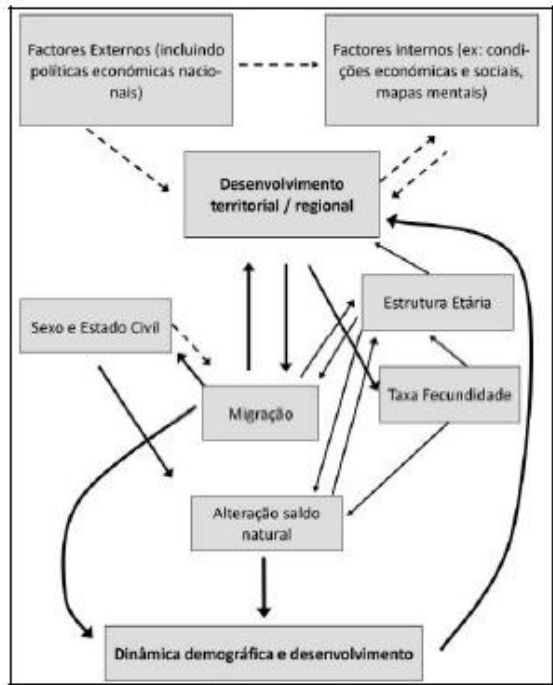


Fig. 156 -Dinâmica demográfica e desenvolvimento territorial-regional. (ESPON, 2005a, p.12, adaptado por AZEVEDO, 2010, p. 38)

10 Com a possibilidade de circulação livre de trabalhadores no contexto da União Europeia, com a facilidade de destacamento de trabalhadores para tarefas de carácter temporário (construção civil ou a agricultura), e de manutenção de fortes redes sociais e familiares entre alguns destinos tradicionais, quer na Europa, quer na América, surge, na década de 80, uma nova onda de emigração que se manteria na década de 90, embora com uma intensidade ligeiramente inferior. Este novo surto de migrações definitivas ou temporárias, para destinos preferenciais como a Suíça e Luxemburgo, mas também, num período mais recente, Reino Unido, a Espanha e Holanda, traduz, segundo Nuno Azevedo (2010, p.,130), na sua maioria, a associação aos processos de recrutamento colectivo de trabalho, desenvolvidos por algumas empresas desses países de acolhimento, em colaboração com os angariadores nacionais, mas também directamente por empresas nacionais que prestam serviços no exterior, nomeadamente no sector das obras públicas.

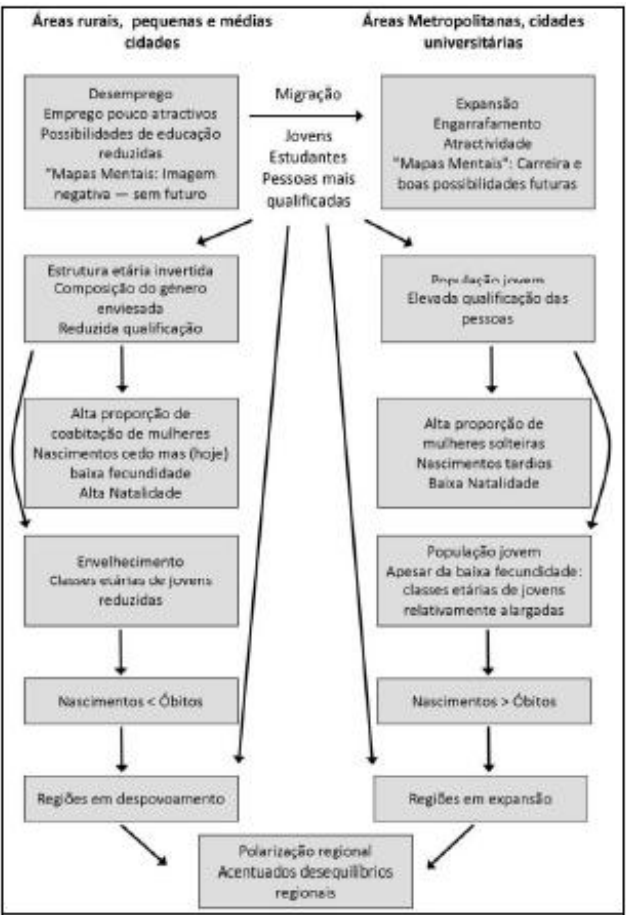


Fig. 157 - Visão esquemática dos problemas regionais em termos de desenvolvimento económico, valores e dinâmicas demográficas (ESPON, 2005, p.38, adaptado por AZEVEDO, 2010, p. 40)

Embora os tradicionais padrões migratórios se alterem assumindo agora maior importância os aglomerados sede de concelho/distrito<sup>11</sup>, atenuando-se as disparidades a nível nacional, têm-se vindo a agravar as disparidades a nível intermunicipal. Continua-se a verificar-se a tendência crescente de centralidade nalgumas das mais importantes áreas urbanas<sup>12</sup>, enquanto que a maior parte do mundo que até então se domina de rural, continua com tendências crescentes de abandono.

11 O ensino superior existente em alguns concelhos tem permitido fixar jovens nos quadros (quer ao nível de emprego público quer privado), induzindo a possibilidade de reforço e rejuvenescimento do tecido empresarial, com reflexos positivos no comércio e serviços, com particular incidência nos principais centros urbanos, procurando contrariar os estrangulamentos que o mercado de trabalho tem apresentado na região (AZEVEDO,2010,p.154)

12 Este dinamismo pode encontrar-se associado à presença do ensino superior que permite sustentar as tendências regressivas das áreas envolventes (MARQUES, 2005, p. 200, cit por AZEVEDO, 2010, p.94)



Segundo Carminda Cavaco (2009), os jovens dos territórios de baixa densidade são muitas vezes confrontados com modos de vida, escolaridade, formação, cultura, oportunidades de trabalho e de estudo, redes sociais e espaços de vida tidos como desfavorecidos, restritos, monótonos, em lugares isolados, rotineiros, tradicionais e pobres relativamente aos lugares urbanos. Tudo isto contribuiu, segundo a autora, para a desvalorização dos lugares de vida e continua a favorecer o abandono dos mais jovens e menos passivos, muito embora haja o esforço das famílias, das associações e dos eleitos locais para os reter, através da disponibilização de condições de vida e bem-estar. (AZEVEDO, 2010, p.55)

Os jovens, atraídos, pelos modos de vida urbanos e pelos empregos de tarefas mais leves e melhor remuneradas, partem em direcção à cidade deixando o campo com uma estrutura etária demasiado envelhecida e sem instrução/qualificação para o dinamizar<sup>13</sup> (AZEVEDO, 2010,p.183) . Os poucos que vão ficando (que vivem na sua maioria de uma economia assistida), os poucos turistas, os pouco que vão voltando à terra natal (normalmente ao concelho de origem<sup>14</sup>) e os poucos que sem qualquer raiz se apropriam do espaço rural (normalmente em férias e em fim de semana) contribuem para minimizar as perdas demográficas e económicas, mas não são suficientes para que a maioria das áreas rurais se tornem dinâmicas. (DOMINGUES, 2011, s.p.) Segundo Nuno Azevedo (2010, p. 50) a maioria do *rural* Português, em consonância com o *rural* europeu, caracteriza-se pelo **esvaziamento demográfico**, envelhecimento e consequente rarefacção da economia.

13 Segundo Cristovão, em relação à região de Trás-os-Montes e Alto Douro quanto à **qualificação** dos recursos humanos, verifica-se: um afastamento ainda significativo face à região como um todo e, particularmente, face ao continente; o incremento do número dos que acederam a um nível de instrução acima do ensino secundário unificado; a instalação de uma nova capacidade de qualificação, representada pelas Escolas Profissionais; a realização de um baixo número de acções de formação profissional, que tendem a concentrar-se nas áreas de Bragança e Vila Real; uma elevada adesão aos programas de emprego (ILE, ACPE), geradores de 1143 novos postos de trabalho entre 1991 e 1993 e melhor disseminados na região; a tendência para a migração dos mais qualificados (CRISTOVAO, et.al.1999, p7),  
14 Até ao final da década de 80, o regresso dos emigrantes era essencialmente para os locais de origem, porém nos últimos anos tem-se verificado a sua instalação na sede de concelho e alguns mesmo em aglomerados de maior dimensão, sobretudo dos emigrantes ainda em idade activa que regressam para se empregarem na cidade ou vila por conta de outrem ou instalando-se com o seu próprio negócio. Tal situação é também determinada pelo facto dos emigrantes adquirirem as suas residências na sede de concelho (apartamento). Salienta-se ainda a formação dos filhos que é, cada vez mais, um factor determinante para a instalação dos emigrantes regressados nas sedes de concelho em virtude da maior proximidade dos estabelecimentos de ensino. (AZEVEDO, 2010, p.133)

ZONA	POPULAÇÃO	RESIDEN-	FAMÍLIAS		ALOJAMENTOS		EDIFÍCIOS	
GEOGRAFICA	TE	TE						
	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001
PORTUGAL	10562178	10356117	4 048559	3650757	5 878 756	5054 922	3544389	3160043
CONTINENTE	10047621	9869343	3 873767	3508953	5639257	486673	3538656	2997659
NORTE	3689682	3 687 293	1 332127	1211590	1848979	1613 781	1208433	1100329
T R A S - O S - MONTES	204381	223 333	81381	81918	150758	137967	127220	120 285
MIRANDELA	23850	25 819	9322	9211	1516	14129	11515	11369
BARCEL	126	171	58	65	82	84	78	83

ZONA GEOGRAFICA	2001			2011		
	TAXA DE ACTIVIDADE	TAXA DE DESEMPREGO	TAXA DE ANALFABETISMO	TAXA DE ACTIVIDADE	TAXA DE DESEMPREGO	TAXA DE ANALFABETISMO
PORTUGAL	48,2	6,8	9	5,23	13,83	5,23
CONTINENTE	48,4	6,9	8,9	5,2	13,92	5,2
NORTE	48,1	6,7	8,3	5,01	14,47	5,01
T R A S - O S - MONTES	37,4	8,6	15,8	10,23	11,87	10,23
MIRANDELA	39,0	9,2	14,0	8,98	12,16	8,98
BARCEL	32.7	25	18.13	29.4	5.4	16

ZONA GEOGRAFICA	65 ANOS OU MAIS		ENTRE 0 A 14 ANOS		ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
PORTUGAL	1693493	2010064	1656602	1572329	102,2	127,84
CONTINENTE	1628596	1937788	1557934	1484120	104.5	130.5
NORTE	514758	631439	644948	557233	79,81	113,32
T R A S - O S - MONTES	50 802	56 966	30 721	22 863	165.4	249.2
MIRANDELA	5 170	6 016	3 952	2 896	130.8	207.7
BARCEL	46	52	21	7	219,1	742,9

Figs. 158 a 160 (de cima para baixo) - Tabela de Evolução Demográfica . Tabela de taxa de actividade, taxa de emprego, taxa de analfabetismo. Tabela de índice de envelhecimento de 2001-2011 (INE)

Associado às baixas densidades populacionais e às tendências regressivas (devido ao esvaziamento e envelhecimento demográfico que envolve factores como a elevação da esperança média de vida (AZEVEDO, 2010, p.122) , emigração da maioria dos jovem activos e qualificados, o regresso ou fixação dos emigrantes/imigrantes reformados (AZEVEDO, 2010,p.133), sem qualificação<sup>15</sup> e aos intensos êxodos agrícolas e rurais) o tecido empresarial e especialização produtiva, encontra-se muito fragmentado, pouco coeso, frágil e sem grande imagem de conjunto. (AZEVEDO, 2010, p.145).

15 Segundo Nuno Azevedo, os emigrantes regressados na década 60 e 80, tinham ‘poucas habilitações escolares, idênticas, na maioria dos casos, àquelas que possuíam quando partiram’. (AZEVEDO, 2010, p. 129)

*Em virtude do perfil das empresas, Francisco Cepeda e Luís Ramos (2002:46) consideram que a ‘empresa típica’ de Trás-os-Montes e Alto Douro apresenta os seguintes traços básicos: baixas dimensões em termos de emprego (predominância de microempresas, com menos de 10 trabalhadores); volume de vendas por empresa inferior a 125.000 euros/ano; comercialização regional e local de outputs nos mercados finais e intermédios; mínima internacionalização de transacções, quer a montante quer a jusante; investimentos particularmente incidentes na substituição da tecnologia existente, sendo a utilização de tecnologia de ponta relativamente baixa; investimento realizado preferencialmente nos ramos de fabricação de alimentos e bebidas, carpintaria e metalomecânica para a construção civil e primeira transformação de ferro e aço, e para a construção/modernização das instalações comerciais/industriais; baixo recurso ao investimento subsidiado.* (AZEVEDO,2010, p. 163-164)

O aumento do desemprego; a elevada e crescente dependência das pensões<sup>16</sup>, reformas e remessas de familiares, bem como do emprego público (AZEVEDO, 2010,p.146); a base produtiva assente na baixa produtividade (unidades de pequena dimensão, com fracos investimentos tecnológicos e educacionais, tradicionalmente pouco exigentes em qualificações e remunerações, e por isso com pouco rendimento e empregabilidade<sup>17</sup>); os serviços públicos tendencialmente reduzidos e baixos níveis de actividade no sector privado<sup>18</sup> ...resumem a perda de escala/ dimensão da maioria das regiões rurais, que muitas vezes traduz aumentos indirectos das distâncias (dado que vão diminuindo os serviços e equipamentos em virtude dos baixos valores de procura), aos principais centros de negócios, de empregos, e dos circuitos de informação e formação, o que se reflete na pouca cultura empresarial e de *assunção de risco* e na incapacidade de participar no principais canais/ mercados/ redes económicas.

16 Segundo Nuno Azevedo (2010, pp.155-156) *nas áreas rurais, a parte da população envelhecida que vive de pensões e reformas, sem actividade económica, é bem superior à média do país* (BAPTISTA, 2006).

17 Segundo Cristovão, em relação à região de Trás-os-Montes e Alto Douro, *quanto ao emprego, verifica-se: a crescente libertação de mão de obra da agricultura, embora este sector continue a dominar; o incremento da população jovem com níveis de escolaridade mais elevados; o previsível aumento (considerável) da pressão de procura de emprego; oscilação sazonal acentuada da taxa de desemprego; a tendência para o aumento da taxa de desemprego, que é sobretudo feminino e de indivíduos com baixo nível de escolarização; o elevado peso do desemprego de longa duração; a dificuldade de integração dos desempregados, dada a reduzida oferta de emprego; a previsível dificuldade do sector terciário em manter a capacidade demonstrada para a absorção de mão de obra; e a fraca possibilidade da indústria atrair investimento e ganhar outra dimensão.* (CRISTOVÃO, 1999, p. 7)

18 *A quase totalidade das grandes empresas ou grupos económicos a operar na região- UNICER, Sogrape, EDP, etc.- estão sediadas no Porto ou em Lisboa, não podendo estas assumir o papel de verdadeiras âncoras de desenvolvimento.* (AZEVEDO, 2010, p.164)

Sendo visível, a acentuação da marginalização, fragilidade e distância económica e social da maioria das áreas rurais, chega-se assim à conclusão que as políticas de desenvolvimento, embora já vocacionadas para a pluriactividade, não induzem a sustentabilidade, e, acima de tudo, não evitam o fenómeno de desertificação, sendo necessário uma nova reflexão.

Cristovão (et. al. 2002, p. 21-22) lança alguns desafios para o futuro, tarefas difíceis, já que o equilíbrio entre ambiente, economia e sociedade se encontra cada vez mais sob uma rede instável de dinâmicas e interesses:

- **A sustentabilidade das iniciativas de valorização dos produtos locais de qualidade**, hoje muito dependentes dos mecanismos de financiamento do Estado e da União Europeia.

- **A vitalidade das agriculturas locais**, pois *não é com agriculturas virtuais e/ou “folclóricas” que se asseguram a produção e a conservação de bens ambientais, nem, por maioria de razão, dos que neles se baseiam* (RIBEIRO, 2000, p. 40, cit por, CRISTOVÃO et. al. 2002, p. 21)

- **A retenção e distribuição local/regional de mais valias**, vinculada ao poder económico, de negócio perante a concorrência das grandes multinacionais.

- **A promoção de uma “memória cultural crítica” do rural**, como contraponto à ruralidade recriada, “nomeadamente mostrando o rural complexo e vivo, com a sua história, os seus conflitos e rupturas, a suas riquezas e misérias, os seus problemas e lutas’, e não apenas o rural bonito, equilibrado, reinventado, que revela determinados estereótipos e se encontra vazio de pessoas e actividades

-**A participação activa de uma ampla gama de actores locais**, com lógicas que incluam a população local nos projectos e iniciativas

- **O combate ao despovoamento das áreas rurais** com iniciativas que atraiam e fixem a população e as actividades

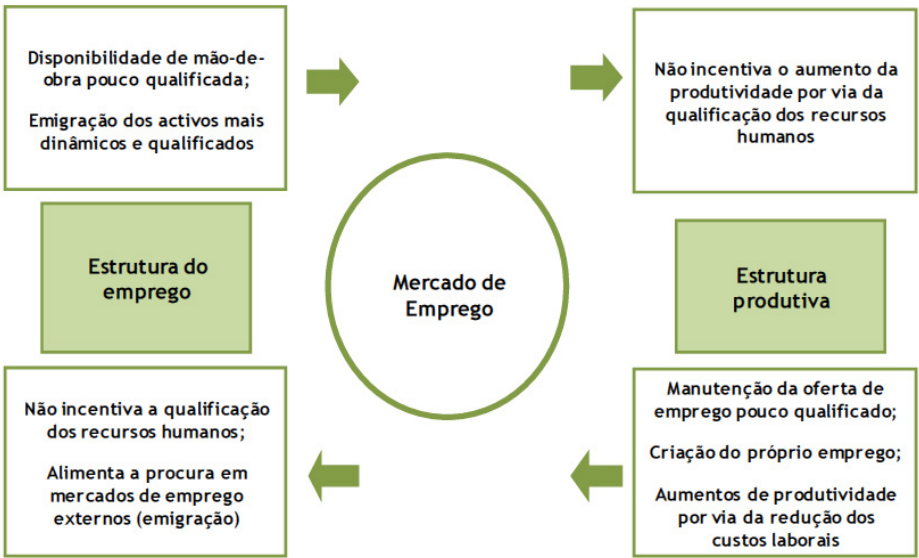
*Em algumas áreas, existe mesmo o risco do abandono em massa de pessoas do campo, deixando para trás virtuais aglomerados fantasma. Em algumas outras áreas diferentes dinâmicas populacionais podem-se encontrar, com os recém-chegados a esses territórios, trazendo com eles uma grande variedade de valores e objectivos. Embora em muitos casos isso possa ser positivo, com o incremento crescente de serviços e novas fontes de rendimento para a região, também pode ser perturbador e originar potenciais conflitos e tensões entre os “recém-chegados” e a população existente;* (AZEVEDO, 2010, p.50)

Um dos principais desafios das zonas rurais europeias de baixa densidade, é inverter ou pelo menos estancar o círculo vicioso e acelerado de declínio de várias especificidades interdependentes que se influenciam entre si, processo que já no século passado Giulio Carlo Argan (1909-1992), chama de *drama*, e que ainda hoje se sente nas áreas rurais profundas de alguns países, havendo exemplos, nomeadamente em Portugal, especificamente em Trás-os-Montes, de aldeias *fantasma*<sup>19</sup>, praticamente extintas e outras em vias de extinção, bastante confinadas a territórios remotos<sup>20</sup>. Segundo Nuno Azevedo (2010, p.102), num contexto de baixa densidade, *o despovoamento é um dado, não forçosamente uma fatalidade*. Uma região pode encontrar o seu ponto de equilíbrio a um nível baixo de densidade populacional mas é necessário uma massa crítica mínima de população para criar comunidades sustentáveis, assim como será necessário promover modelos adequados com condições de vida que sejam minimamente dignas, para tornar os espaços rurais atractivos e capazes de fixar velhos e novos residentes. Segundo Oliveira Baptista (2010, cit por AZEVEDO, 2010, p. 81) seriam os jovens que mais poderiam contribuir para gerar uma oferta moderna e adaptada à reorientação da economia rural. A estes, poderemos acrescentar os que se instalariam como consumidores, os que viriam residir e usufruir das suas reformas no campo, os que aí teriam permanências duradouras em residências secundárias, ou os que viriam por períodos mais curtos ou mesmo em breves passagens. Segundo MANDL (et al., 2007, AZEVEDO, 2010,p.49) torna-se assim evidente que deve ser dada especial atenção ao mercado de trabalho e, mais genericamente, às políticas económicas dirigidas as zonas rurais, de modo a manter a sua competitividade e qualidade de vida que atraia e que fixe os jovens qualificados.<sup>21</sup>

19 Em poucos anos, muitas aldeias transmontanas poderão tornar-se autênticos povoados fantasma. É o que revela um estudo sobre abandono rural no Interior Norte do país e que foi apresentado em Bragança, no âmbito do 14º Encontro Nacional de Ecologia que decorreu no Instituto Politécnico de Bragança. Visível em <http://www.diariodetrasmontes.com/noticias/complecta.php3?id=20586>. Site visitado em 17 de Março 2013

20 Segundo Nuno Azevedo (2010, p. 134), comparando as taxas de saldo migratório internas de 1989-1991 com as de 1999-2001, verificamos que, tal como aconteceu quando comparando 1985-1991 com 1995-2001, apenas seis municípios não viram as taxas diminuir, sendo eles Ribeira de Pena, Tarouca, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Bragança.

21 A OCDE (2006b) refere que, numa época de rápido envelhecimento da população, se nada for feito para promover melhores perspectivas de emprego para os trabalhadores mais velhos, o número de aposentados por trabalhador nos países da OCDE irá duplicar nas próximas cinco décadas. Isto irá ameaçar os padrões de vida e uma enorme pressão sobre o financiamento dos sistemas de protecção social. (AZEVEDO, 2010,p.41)



Figs. 161 - Estrangulamentos do mercado de emprego na região (AZEVEDO, 2010, p.155)

Segundo Neto e Notário (2009,p.3) *o combate à desertificação nos territórios de baixa densidade, de acordo com o relatório PROVERE (DPP, 2008,p. 15-16), só pode ser sustentável se assentar numa dinâmica produtiva de mercado, baseada:*

- i) *Na multiplicação de actividades e iniciativas com conteúdo de conhecimento relevante;*
- ii) *Na criatividade e ou na valorização do património cultural, plasmada num outro tipo de actividades económicas geradoras de emprego mais qualificado;*
- iii) *Na singularidade de características, susceptível de gerar uma imagem atractiva e distintiva dessas regiões.*

Na opinião destes autores, *sem estes factores é impossível atrair novos residentes com qualificação e consumidores de níveis de rendimento elevados. Com os primeiros consegue-se criar capital humano necessário para a fixação de actividades mais avançadas. Com ambos criam-se procuras locais mais sofisticadas, capazes de gerar actividades produtivas, também, mais sofisticadas e com maiores conteúdos de valor acrescentado.*



. Polos de Desenvolvimento Rural

A implementação da Rede Natura 2000 impõe restrições à utilização do solo das áreas naturais e protegidas, áreas estas que abrangem uma grande parte do território de vários Estados-Membros<sup>22</sup>, nomeadamente nos países do Mediterrâneo, nas Ilhas Britânicas e na Escandinávia. Reconhecendo a importância que a agricultura (não intensiva) e a floresta desempenham para a preservação do ambiente e das paisagens da europa, e a dificuldade de se manter esta actividade em *zonas desfavorecidas* ou com *condicionantes ambientais (zonas de montanha, zonas desfavoracidas intermédias, zonas afectadas por desvantagens específicas)*, a Agenda 2000 (Berlim, 1999) dirige os apoios e incentivos comunitários aos agricultores abrangidos por estas áreas restritivas e de condições naturais difíceis (de onde resultam baixas produtividades agrícolas), através de indemnizações compensatórias e ajudas ao investimento em condições favoráveis, de forma a compensar as despesas ou perdas resultantes. (AZEVEDO, 2010, p.58)

*As leis de protecção ambiental podem ter impacto sobre o ‘capital’ de desenvolvimento regional, como na melhoria das infra-estruturas de transportes, na habitação ou nos novos regimes comerciais, aumentando os custos imobiliários.(...) Estas directivas apresentem alguns constrangimentos físicos, no entanto existe apoio para o desenvolvimento agrícola no âmbito da política de desenvolvimento rural europeia. No âmbito desta política existem apoios aos agricultores dessas zonas desfavorecidas através dos pagamentos de compensações pelos custos e perdas incorridas pela aplicação das medidas de protecção do ambiente (COMISSÃO EUROPEIA, 2003b), o que permite a valorização e desenvolvimento destes territórios.* (AZEVEDO, 2010, p.50)

Ao mesmo tempo que restringe a actividade agro-florestal e verifica a diminuição crescente da sua relevância na evolução do emprego local<sup>23</sup>, reconhece a qualidade dos produtos locais tradicionais, o seu património natural<sup>24</sup>,

22 Os sítios da Rede Natura 2000 abrangem mais de 11% da superfície agrícola da UE-27 (superior a 20% em três Estados-Membros) e 25% da área florestal (superior a 50% em vários Estados-Membros). (AZEVEDO,2010,p. 47)

23 Particularmente evidente nas zonas de baixa densidade, onde, em 2001, mais de um quarto da população activa trabalha fora do concelho onde reside (BAPTISTA, 2010) (AZEVEDO, Nuno, 2010, p.58)

24 O património natural é caracterizado, essencialmente, pelos vales e montes escarpados, onde se observa a vinha, os amendoais, olivais e locais onde a natureza se expressa na riqueza da fauna e da flora. Referimo-nos às paisagem do Douro Internacional, às áreas protegidas, à majestade das serras ou à serenidade do Planalto Mirandês; a praia fluvial da Paisagem Protegida do Azibo com areia fina e umas das mas bem equipadas de Portugal, contrasta com as paisagens anteriores é o melhor recurso físico para

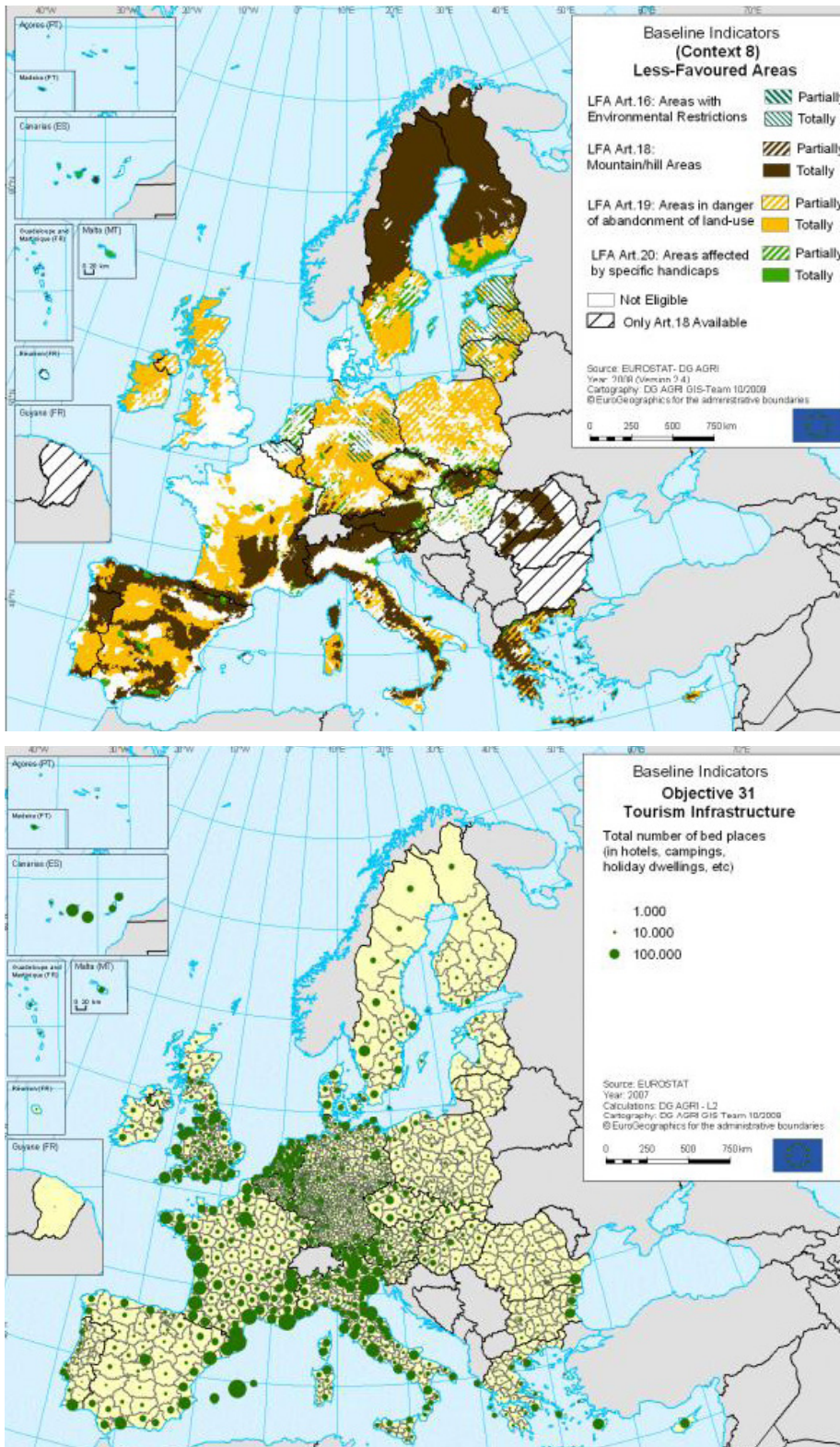
o património arquitectónico<sup>25</sup>, as tradições<sup>26</sup>, entre outros, potenciando novas tendências de desenvolvimento económico assente na diversificação. De modo a contribuir para a melhoria generalizada da economia das áreas rurais capazes de criarem emprego e fixarem população, desenvolvem-se actividades segundo um programa articulado com as mais globais orientações regionais, nacionais e internacionais, que apelam ao entendimento do desenvolvimento rural que extravasa em muito a componente agrícola e florestal. Ao fomentar uma maior diferenciação entre espaços rurais, consoante a sua localização geográfica e a sua funcionalidade, vão-se revestindo os espaços rurais de novos usos como sejam as novas actividades e habitações secundárias, que repõe vantagens comparativas aos espaços pouco povoados. Pais & Gomes (2008, p.15) destacam três eixos básicos para a intervenção em espaços rurais, principalmente os de baixa densidade: o turismo (nas suas várias formas alternativas: turismo verde, agro-turismo, turismo rural, turismo de natureza, turismo cinegético etc.), o Mercado Social de Emprego, e os Ofícios e Microempresas Artesanais (CRISTOVÃO, et.al.1999,pp.15-16).

*Neste quadro, as expectativas de revitalização sócio-económica das áreas rurais apontam para estratégias de promoção e valorização destes recursos, fomentando novas oportunidades de negócio (de iniciativa individual e colectiva, pública, privada e associativa) e de criação de emprego, potenciando a retenção de mais valias e a distribuição de riqueza, aspectos vitais para fixar a população e dar vida aos territórios. Os estudos a este propósito apresentam, contudo, dados algo contraditórios. No caso de Trás-os-Montes, região nordeste de Portugal, parecem promissoras algumas apostas, entre outros, no turismo e na produção de produtos agroalimentares de qualidade, com os enchidos e fumeiro tradicional, ou os queijos.* (CRISTOVÃO, 2002, p.2)

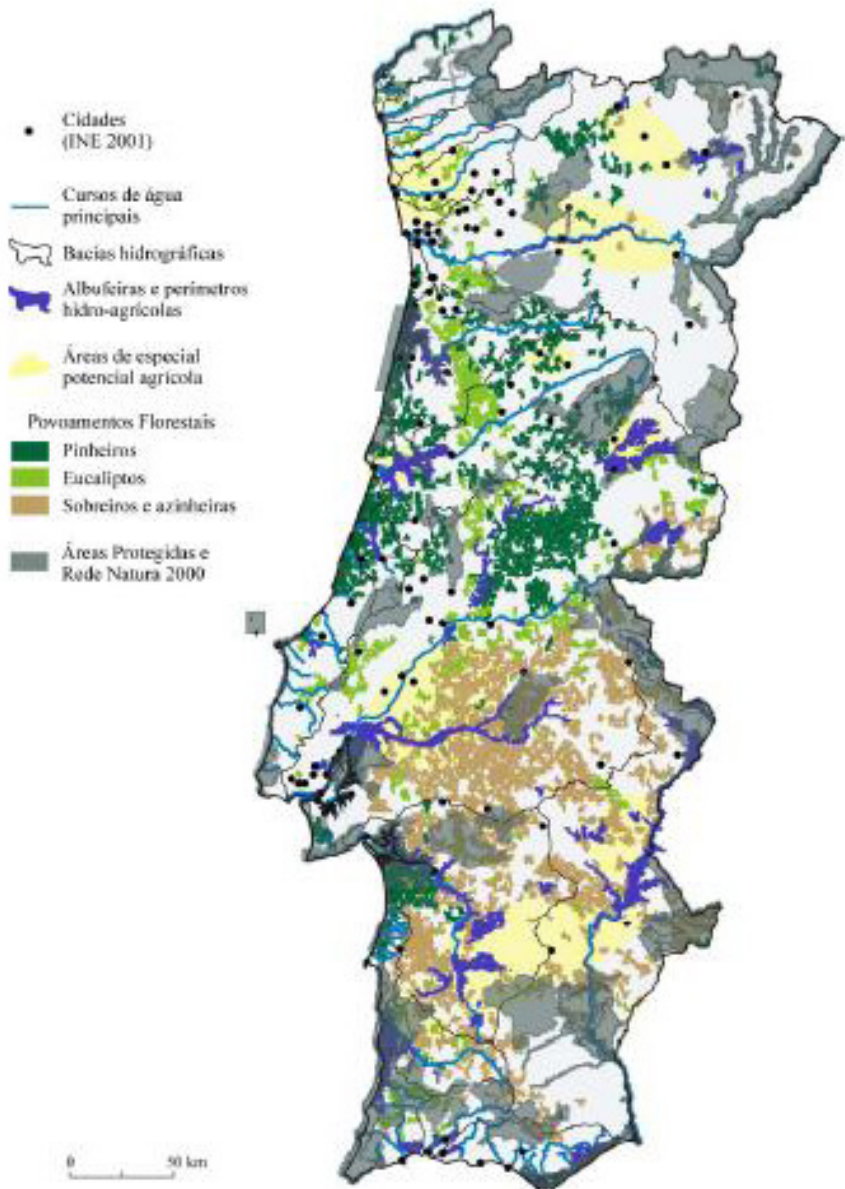
o lazer balnear, sobretudo o familiar. (AZEVEDO,2010,p. 193)

25 O património arquitectónico, nas suas vertentes erudita e popular, é bastante diversificado, destrancandose em três categorias: arquitectura militar (Castelo de Bragança, Castelo de Chaves, etc); arquitectura religiosa (Igrejas, capelas); arquitectura civil (Pelourinhos, as casas rurais, as fontes, as pontes medievais, os pombais, os moinhos de água, as forjas, os pisões etc.). Nota-se, ainda, uma arquitectura rural no edificado destinado à habitação. (AZEVEDO,2010,p. 193)

26 Nessas tradições incluem-se, entre outros os Caretos de Podence; os Pauliteiros de Miranda; a Língua Mirandesa; o Artesanato; a gastronomia – Posta à Mirandesa, Cabrito de Montesinho, Fumeiro e Fumados (alheira, presuntos, enchidos), Falar, Castanha e outros frutos secos, Doçaria regional. (AZEVEDO,2010,p. 193)



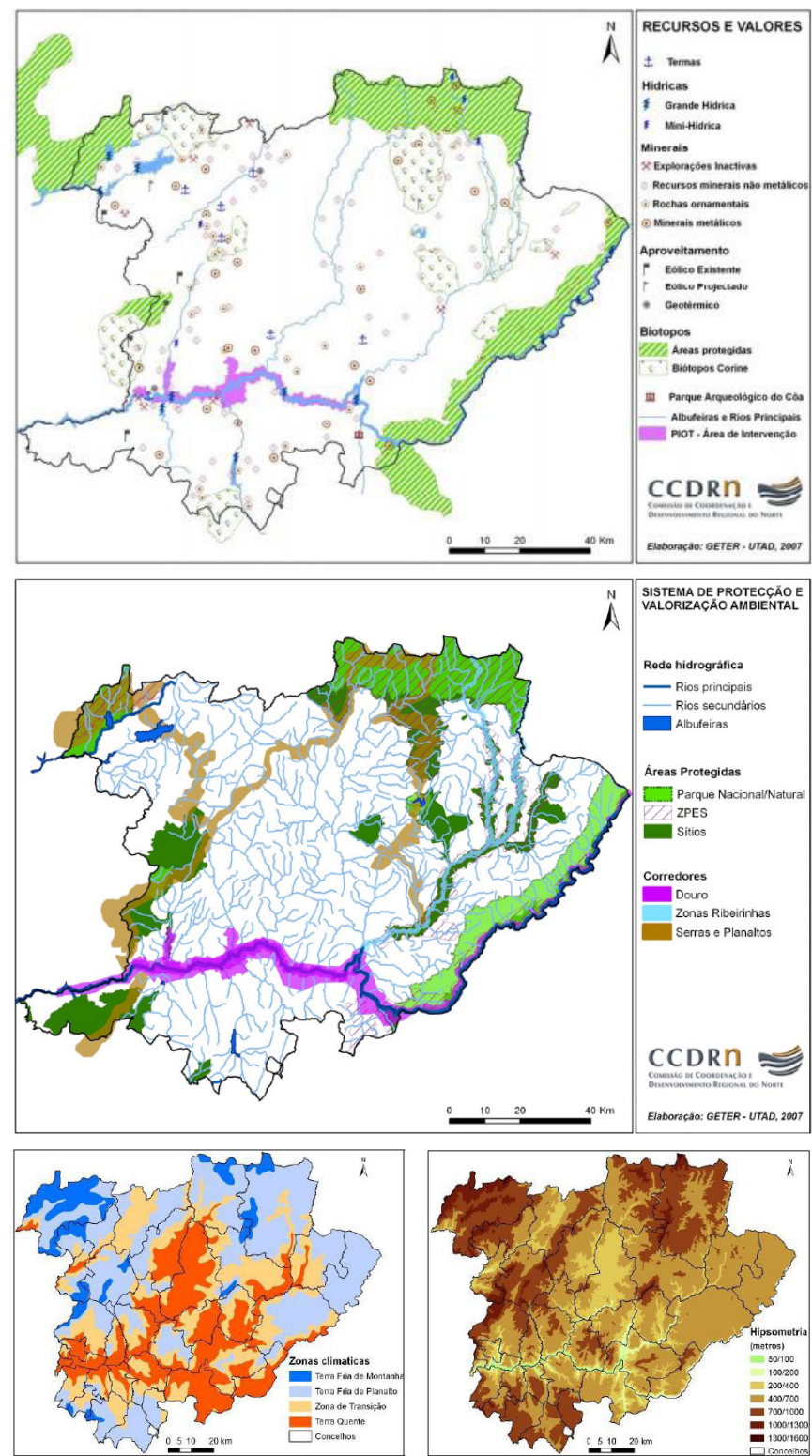
Figs. 162 e 163 (de cima para baixo) - Zonas desfavorecidas ou com condicionantes ambientais ([http://ec.europa.eu/agriculture/agrista/rurdev2009/RD\\_Report\\_2009\\_Chapter3-4.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/agrista/rurdev2009/RD_Report_2009_Chapter3-4.pdf)). Infraestruturas de turismo ([http://ec.europa.eu/agriculture/agrista/rurdev2009/RD\\_Report\\_2009\\_Chapter3-2.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/agrista/rurdev2009/RD_Report_2009_Chapter3-2.pdf))



Figs. 164- Sistemas Naturais e agro- florestais em Portugal Continental (PNPOT, 2007a, p.146)

Algumas das áreas protegidas da região encontram-se enquadradas por Planos Especiais de Ordenamento do Território. Os usos do solo nestas áreas estão sujeitos a várias restrições em conformidade com o nível de importância dos recursos e dos valores naturais existentes. Assim, surgem áreas classificadas como sendo de protecção (total ou parcial), áreas sujeitas a intervenções específicas e áreas não submetidas a um regime especial de protecção. Para cada uma destas tipologias são definidas actividades e usos permitidos que devem ser respeitados pelas entidades públicas e privadas.(AZEVEDO,2010,p.176)





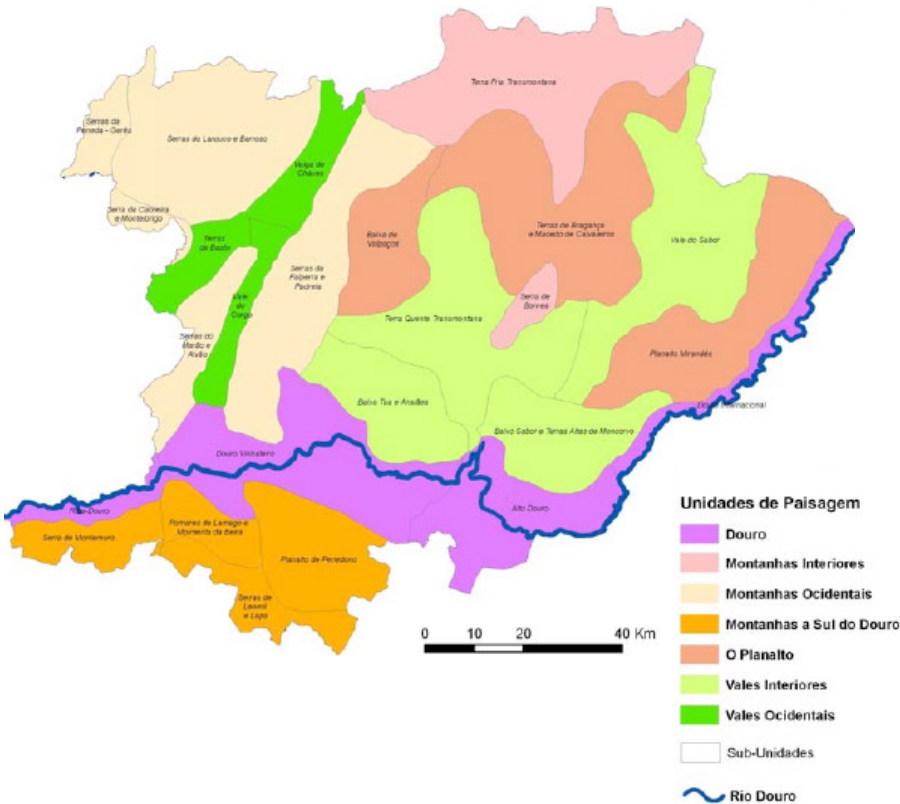
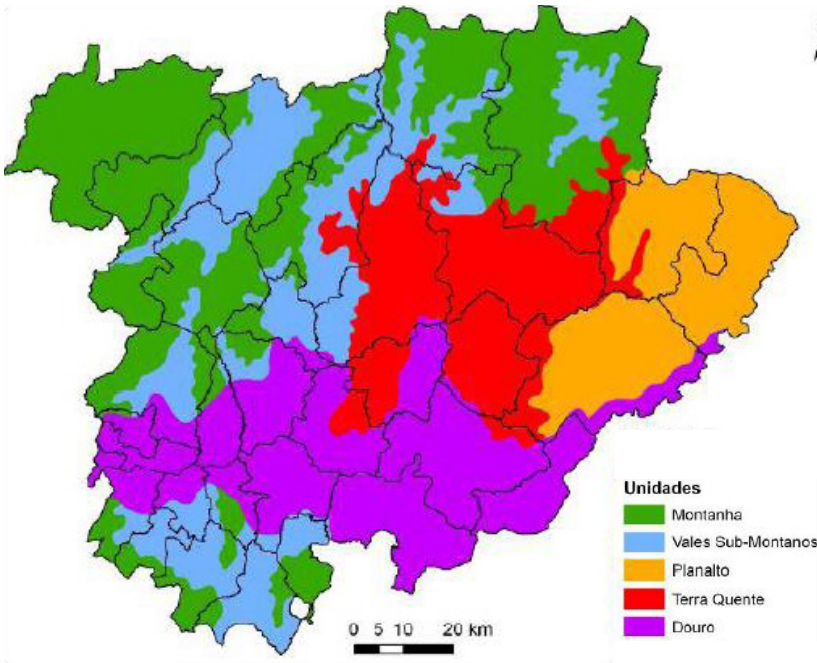
Figs. 165 a 167 - (de cima para baixo)- Recursos e valores de TMAD (PROT-NORTE, 2007b, p.20) Opções Estratégias de Base Territorial, 1ª Proposta de Modelo Territorial,Sistema de Protecção e Valorização Ambiental de TMAD (PROT-NORTE, 2007b, p.22). O regime climático versus mapa hipsométrico da região (AZEVEDO, 2010, p.178).

A distribuição das áreas protegidas em Portugal, especificamente na região de TMAD é bastante representativa, existindo vários concelhos que contribuem significativamente para a preservação da biodiversidade. Os usos do solo nestas áreas estão sujeitos a várias restrições, em conformidade com o nível de importância dos recursos e dos valores naturais existentes, sendo bem elucidativo o baixo nível de contaminação/poluição/antropização e a riqueza que a região detém em matéria de valores ambientais e humanos<sup>27</sup>. Trás-os-Montes é uma região montanhosa e tradicionalmente isolada em termos geográficos e culturais, e apresenta alguns riscos naturais de carácter geológico , geomorfológico, ambiental, riscos tecnológicos (sendo os mais notórios os incêndios, as cheias progressivas, as cheias repentinas os movimentos de vertente e os sismos e as Potenciais Rupturas de Barragens) e várias condicionantes (como as baixas densidades, população envelhecida, clima, altitudes, o relevo, a qualidade do solo, etc.) historicamente determinadas como difíceis e desfavoráveis à prática agrícola e florestal e sua comercialização.<sup>28</sup>

Estas condicionantes que impuseram, durante séculos, costumes de aproveitamento e optimização dos recursos disponíveis para garantir a sobrevivência humana, que se traduzem, não só pelo predomínio da pequena agricultura familiar e fracas relações de mercado, como também, pela grande diversidade agro-cultural que configura um mosaico socioeconómico e paisagístico diversificado e particular.<sup>29</sup> Características que embora tenham sido vistas como causa de desertificação e envelhecimento da região, se tornam agora a principal chave para a criação de **polos de desenvolvimento rural**.

27 Na região de TMAD,cerca de 14% da área territorial está integrada em áreas protegidas e 27% está incluída na Rede de Sítios (Rede Natura 2000) (AZEVEDO, 2010,p.174)  
28 Entre os recursos e potencialidades a considerar no desenvolvimento da região, articulados ou não com a actividade turística, os actores locais e regionais salientam também a relevância da promoção dos recursos endógenos, nomeadamente os que apresentem maior capacidade de criação de riqueza e de emprego. Entre os recursos referenciados destacam-se: o património natural (refira-se a existência de 3 Parques Naturais e um Parque Nacional) e o património cultural (património da humanidade); a cultura e as identidades locais e regionais; as fileiras do sector agrícola, nomeadamente do vinho e do azeite, com maior capacidade competitiva e orientadas para a exportação<sup>29</sup>; os produtos de agricultura biológica e de qualidade reconhecida (ex: produtos com Denominação de Origem Protegida); os produtos locais e a gastronomia tradicional; os recursos energéticos (com produção de energia renovável).  
29 A territorialização das áreas DOP e IGP existentes na região evidencia a correspondência directa com os territórios de montanha, as áreas protegidas e classificadas e os sistemas tradicionais agro-florestais e pecuários e respectivo regime de exploração extensiva ou multifuncional, associando assim preferencialmente as sub-regiões de TMAD, Douro, Alvão-Marão, Barroso e Alto Minho às produções de excelência. (PROT-NORTE,2009e,p.24)





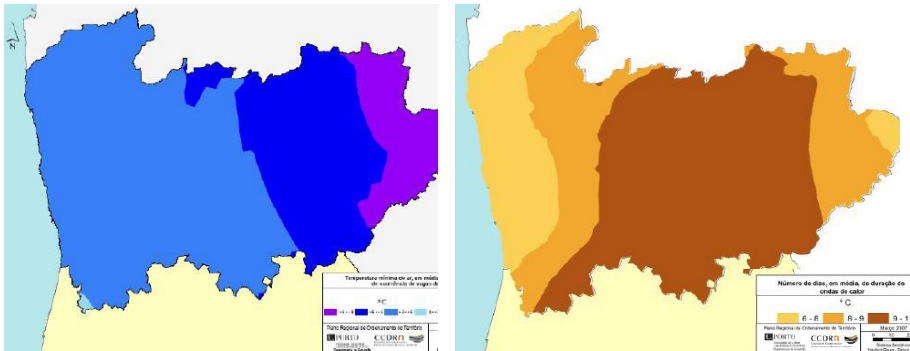
Figs. 168 e 169 - (de cima para baixo) - Espaços agrícolas homogêneos de TMAD(AZEVEDO, 2010, p.179) Unidades de paisagem na região de TMAD (PROT-NORTE, 2007b, p.21).

Características específicas capazes de estimular uma imagem de especialização (do lugar e seus produtos, paisagens e culturas) dentro de um conjunto, imagem atractiva capaz de a relacionar prioridades e potencialidades de cada lugar, perante uma proximidade/unidade sub-regional ou até regional. Segundo Nuno Azevedo (2010, p. 176), a região TMAD, apresenta algumas potencialidade como: *a elevada diversidade de condições ambientais e de recursos naturais e paisagísticos; a experiência empírica dos agricultores sobre as condições específicas de produção; o aumento das hipóteses de emprego fora da exploração (pluriactividade), o que permite aumentar os rendimentos familiares; áreas significativas que possibilitam a produção extensiva de carne de qualidade a partir das raças autóctones; aumento do valor acrescentado do leite dos ovinos e caprinos, a partir do fabrico artesanal de queijo; valorização da produção artesanal e dos recursos endógenos.*

Em virtude das condições naturais, a generalidade dos autores considera que a região TMAD apresenta condições desfavoráveis para a prática da agricultura (AGROCONSULTORES e COBA, 1991), sobretudo quando comparadas com outras regiões: apenas 23% da área é considerada com boa aptidão agrícola, as altitudes médias são elevadas; o relevo é acidentado; o clima tem amplitudes térmicas acentuadas e geadas tardias; os solos são delgados, de baixa fertilidade e ácidos; as áreas de regadio são reduzidas (RAMOS, 2003). Mesmo assim, todos consideram que uma das suas maiores potencialidades é a grande diversidade paisagística e agro-cultural, fruto da acção do homem na adaptação às condições edafo-climáticas pouco favoráveis. (AZEVEDO, 2010, pp.177, 195)



Fig. 170 - Rota turística do Douro – proposta (PROT-NORTE,2009b,p.72)



Figs. 171 e 172 - ( da esq. para a dir.) - Temperatura mínima do ar, em média, nos períodos de ocorrência de vagas de frio na Região Norte (PROT-NORTE, 2009b, p.133). Número de dias em média de duração de ondas de calor na Região Norte (PROT-NORTE, 2009b, p.133).

A região TMAD, divide-se em duas grandes regiões agrícolas, a que a linguagem popular aplica os nomes de Terra Fria e Terra Quente<sup>30</sup> (GIRÃO in PATRÍCIO, 1991), a que correspondem não só características climáticas diferentes, como em termos de altitudes (*predomina a classe 400-700m, estando as principais elevações, grosso modo, na periferia.*) e naturalmente culturais. Tomando em consideração um conjunto de critérios físicos, agronómicos, sociais e económicos, é possível identificar cinco grandes unidades em termos agrícolas (RAMOS, 2003): A Terra Fria/Montanha<sup>31</sup>, os Vales Submontanos<sup>32</sup>,

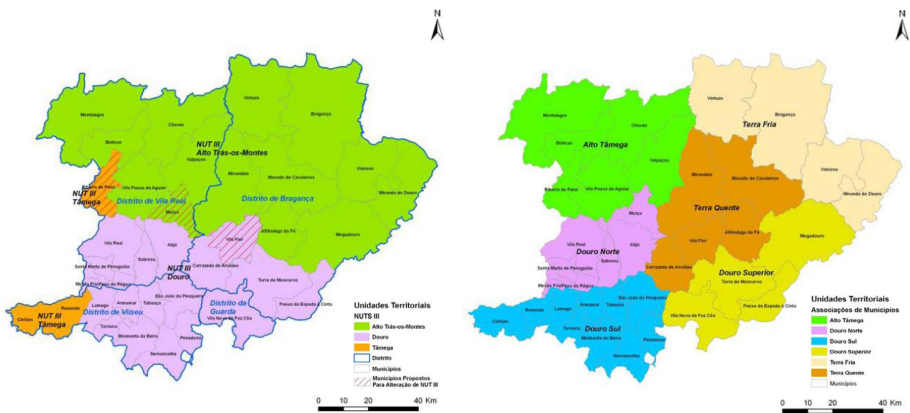
30 Aristides de Amorim Girão (1933), *quando de A Divisão Provincial do Novo Código Administrativo, diferenciou esta antiga província devido ao sentimento de independência local ser mais pronunciado, precisamente pela maior variedade das suas condições de produção, com a sua Terra Quente e sua Terra Fria, de tão variadas aptidões. Já o facto de constituir fronteira e a maior parte ser integrada em zona de montanha, explica o relativo isolamento e as frouxas relações sociais e económicas* (TABORDA, 1987, citado por, AZEVEDO, 2010, p.177) Os concelhos da Terra Fria incluem os concelhos raianos de Vinhais, Bragança, Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro. *Abrange as terras altas e montanhosas, acima dos 500m, caracterizada pelos lameiros e criação de gado, e ainda pela cultura do castanheiro, centeio e batata. O seu clima é rigoroso, justificando-se desta forma o aforismo popular das Terras de Miranda que as define terra de nove meses de Inverno e três meses de inferno.* (AZEVEDO, 2010, p.178) Os concelhos da Terra Quente são os de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor e Valpaços. *Integra as encostas abrigadas do Douro e seus afluentes (Corgo, Pinhão, Tua e Sabor), abaixo dos 500m, com um clima de Invernos menos rigorosos e Verões secos e ardentes, caracterizada pela cultura da oliveira, amendoeira, vinha, figueira e de primícias agrícolas, que exporta de preferência para a Terra Fria.* (AZEVEDO, 2010, p.178)

31 *Situada a uma cota superior a 700 m, abrange as áreas do Barroso e da Terra Fria Transmontana. Apresenta temperaturas médias anuais entre 9°C e 11 °C, sendo inferior em locais de maior altitude. As precipitações variam entre os 800l/m2/ano e os 1400l/m2/ano e o número de dias de geada por ano entre 60 e 80 dias. Predominam os baldios, com vocação florestal e pastoril, e os prados permanentes* (AZEVEDO, 2010, p.178)

32 *As teraturas médias anuais são inferiores a 13°C, a precipitação varia entre os 900l/m2/ano e os 1200l/m2/ano e apresenta 70 a 80 dias de geada ano. Predomina a policultura associada à pecuária, em terras de sequeiro, regadio, oliveira, vinha e soutos. Os lameiros têm também alguma importância.* (AZEVEDO, 2010, p.178)

o Planalto<sup>33</sup>, a Terra Quente<sup>34</sup> e o Douro<sup>35</sup>. (AZEVEDO, 2010, p.178) Esta divisão, muito embora não seja inexorável, sendo frequente que as populações locais adoptem as culturas mais convenientes, é propícia ao desenvolvimento de especializações regionais que podem resultar num ciclo crescente de atractividade e investimento.

Assim como os exemplos citados por Viseu (2007, pp. 90-91), Barcel é um típico exemplo de assentamento em Terra Quente, caracterizado pelo clima *acentuadamente seco*, temperado de inverno e verões ardentes, de paisagem e cultura agrícola mistos, freguesia cheia de potencialidades específicas, à espera de serem desvendadas e partilhadas.<sup>36</sup>



Figs. 173 e 174 (da esq. para a dir.) - Delimitação de unidades territoriais na região de TMAD segundo a lógica administrativa(PROT-NORTE,2007b,p.35). Delimitação de unidades territoriais na região de TMAD segundo a lógica intermunicipal(PROT-NORTE,2007b,p.36)

33 *Compreende o planalto mirandês, com uma altitude a rondar os 700/750 m. Apresenta uma temperatura média inferior a 12,5°C, e uma precipitação que pode variar entre 600 e 700l/m2/ano, tendo menos de 31 dias de geada ano. Predomina a cultura extensiva de cereais de sequeiro, designadamente trigo, mas a pecuária tem também um peso importante.* (AZEVEDO, 2010, p.178)

34 *Zona de transição entre o Alto Douro e a Terra Fria, abrange a depressão de Mirandela, os vales da Vilarica e do Sabor, não ultrapassando 500 m de altitude. Apresenta temperaturas médias superiores a 14/15°C, uma precipitação de 600 l/m2/ano e menos de 70 dias de geada por ano. Predomina o olival, a vinha e o sobreiral.* (AZEVEDO, 2010, p.178)

35 *Abrange a Região Demarcada do Douro, com altitudes médias inferiores a 450 m, temperaturas médias anuais superiores a 15°C, uma precipitação entre 400 e 900l/m2/ano e menos de 50 dias de geada por ano. Predomina a vinha, embora o amendoal e o olival tenham expressão em algumas zonas (Douro Superior).* (AZEVEDO, 2010, p.179)

36 Existem várias propostas para a divisão regional desta região, no entanto, pela impossibilidade de os aplicar em simultâneo, continua-se a julgar preferencial, privilegiar os relacionados com a lógica administrativa, a lógica intermunicipal preexistente e a lógica funcional (estruturas e dinâmicas territoriais). (PROT-NORTE,2007b,p.35)

*As sociedades europeias enquanto vêem a sua identidade obscurecida, ao tornarem-se numa abstracção, ao mesmo tempo descobrem em si próprias a existência dura-doura de minorias étnicas.* (CASTELLS, 2002,p. 28)

A noção de polo de crescimento, como instrumento político que permite ao estado relacionar objectivos macro-económicos com o desenvolvimento regional e local, popularizou-se, nos anos 60/ 70. Segundo Patrício (1991, p. 9) a base desta noção, *que se desenvolveu a partir do trabalho teórico de Perroux, indicava a utilidade do conceito na superação do subdesenvolvimento numa região ou área, através do planeamento e investimento industrial concentrado.* Com o evoluir do conceito de desenvolvimento, a necessidade de centralizar as actividades rurais, torná-las específicas/atractivas dentro de um contexto regional ou até nacional e internacional, vai de encontro com a necessidade de preservação e patrimonialização da *natureza* e das identidades culturais. Para a centralidade de um nó, a especialização empresarial torna-se importantíssima, assim como a integração das actividades consoante uma imagem de conjunto.

*A política pública para os territórios rurais não deve forçar a integração ou a intensificação que simplificam ou excluem modos de produção. O lema da política pública deve ser antes ‘aumentar a diversificação, reduzir a disparidade’. Neste sentido, a política pública deve reconhecer todos os modos de produção, a sua multifuncionalidade e as consequentes estratégias de pluriactividade familiar. A pluralidade dos modos de produção é condição indispensável para o desenvolvimento rural* (Covas, 2004: 88) ( NETO & NOTÁRIO, 2009, p.5)

A Europa, mas mais especificamente Portugal, como último país rural, apresenta regiões de baixa densidade, como a Região de Trás-os-Montes, que apresentam condições perfeitas para o desenvolvimento de pólos de excelência de rural. Territórios que condicionados pelas dificuldades, levam ao desenvolvimento de culturas específicas para resolver as adversidades locais (clima, relevo, solo, etc). Adversidades essas que levam ao isolamento, isolamento esse que leva à conservação do *mundo medieval* (VISEU, 2007, p. 495). Amenidades que proporcionam uma valorização não só natural (devido ao isolamento) como arquitectónica e antropológica do local (território cheio de lembranças de histórias, mitos, lendas e símbolos, variedade

das *micropátrias* que demonstravam uma certa coesão entre os membros de cada aldeia), vistas como grandes oportunidades, na constante busca de uma identidade específica dentro de uma unidade, que lhe dão ou podem vir a dar projecção económica e consequente desenvolvimento. Mas estas unidades e sub-unidades também não se podem basear em limites rígidos, pois segundo o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (2007b, p34), esta rigidez pode *não só comprometer a médio e a longo prazo a viabilidade das futuras intervenções como também condicionar decisivamente o sucesso das estratégias de desenvolvimento e de ordenamento territorial que vierem a ser adoptadas.*

*A política dos ‘Polos de Excelência Rural’ (PER) assenta na valorização dos territórios rurais através do reconhecimento e identificação dos serviços e das especificidades de cada território capaz de potenciar a diferenciação e a criação de uma imagem de marca do território e de fomentar a sua competitividade a longo prazo. O objectivo é a certificação dos territórios rurais como pólos de excelência.(...) Para obter a certificação da marca ‘polos de excelência rural’ os projectos deverão responder a um conjunto de requisitos: a) proporcionar a criação de emprego; b) desenvolvimento territorial sustentável; c) uma forte âncora rural; d) conduzir à multiparceria: Uma multiparceria na governância do projecto; e) um espaço de afirmação da inovação. Os polos de excelência rural privilegiam quatro áreas prioritárias no desenvolvimento dos territórios rurais: excelência para a promoção das riquezas naturais, culturais e turísticas; excelência para a valorização e gestão dos recursos biológicos; excelência para a oferta de serviços e acolhimento de novas populações e excelência tecnológica, para as produções agrícolas, industriais, artesanais e serviços localizados.* (NETO & NOTÁRIO 2009,p.13,23)

Para este novo modo de desenvolvimento, que parte das especificidades locais (fragilidades e potencialidades), é fundamental a ideia da dimensão territorial, demográfica e económica mínima, sem a qual não será possível concretizar muitos dos potenciais objectivos e funções das futuras entidades. Dados fundamentais para não desperdiçar oportunidades de desenvolvimento e ordenamento do território, e para a tão necessária racionalização dos investimentos públicos e da gestão das infra-estruturas, equipamentos e serviços.<sup>37</sup>

<sup>37</sup> As divisões administrativas e estatísticas que repartem Portugal em distritos, concelhos/municípios e freguesias, ou ainda unidades de dimensão reduzida como cidades, vilas ou lugares, (limite não geográfico, que ao contrário das anteriores, não é estabelecido por lei, existindo apenas categorias quantitativas



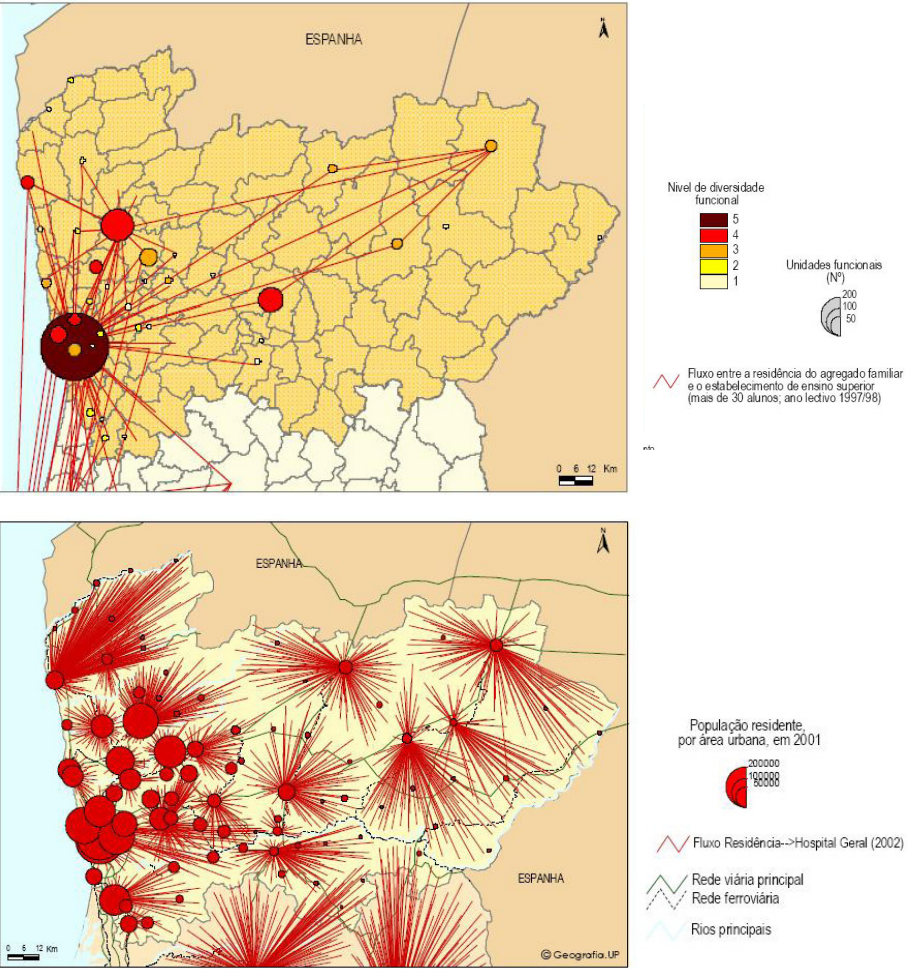
Mas estes modelos de divisão rígida, para além de advertirem problemas na realização de projectos e distribuições de fundos quando não se encontram internacionalmente coincidentes; segundo Oliveira Baptista (2009, p. 8, cit por AZEVEDO, 2010, p.,87), *já não coincide com o espaço da economia local, não delimita mercados de trabalho, nem coincide com o espaço social dos residentes*, sendo portanto necessário encontrar outros modos de controlar, ordenar e planear o território. Segundo o autor, *o local é relevante como potenciador de oportunidades, como residência, mas o local não é importante economicamente, ele é meramente o local onde se cruzam os fluxos. São esses fluxos que estruturam o local e o regional*. Segundo o autor *antes havia uma constante adaptação de uma realidade conformada e hegemoni- zada pelos sistemas agrícolas, actualmente os contornos são redesenhados por fluxos e procura rurais e urbanas*, fluxos entre habitação, trabalho, lazer e educação, etc. Contornos que variam consoante fluxos e fluxos que variam conforme a centralidade dos vários nós sediados num mesmo local, por isso a dimensão do local também esta é variável e instável.

*A infra-estrutura tecnológica que constrói a rede define o novo espaço como as vias férreas definiam as ‘egiões económicas’ e os ‘mercados nacionais’ na economia industrial; ou as regras institucionais de cidadania específicas das fronteiras (e os seus exércitos tecnologicamente avançados) definiam as ‘cidades’ nas origens mercantis do capitalismo e da democracia. Essa infra-estrutura tecnológica é a expressão da rede de fluxos, cuja arquitectura e conteúdo são determinados pelas diferentes formas de poder existentes no nosso mundo.* (CASTELLS, 2002,p.536)

Cada vez são mais os caso de pessoas que trabalham ou estudam e habitam em diferentes locais, e por isso vários sítios têm influência directa e física na vida de uma só pessoa, e várias vidas de diferentes locais, tem influência numa só empresa, casa ou qualquer serviço publico ou privado (para não falar da influência virtual, de controlo e direcção à distância que as tecnologias de informação proporcionam), o que faz com que a sua real dimensão, a influên- cia das suas centralidades e as relações entre elas, a hierarquia e dependên-

que as distinguem), ou as divisões europeias como a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUT I, II, III) e as Unidades Administrativas Locais (LAU I e II), são vistas como necessárias por motivos estatísticos administrativos e económicos (como de controlo de território e justiça social, atribui- ções associadas à *satisfação das necessidades das comunidades locais* respeitando, por exemplo, ao *desenvolvimento sócio-económico*, ao *ordenamento do território*, ao *abastecimento público*, ao *saneamento básico*, à *cultura* e ao *ambiente*, ou ao objetivo de recenseamento populacional, laboral e habitacional).

cia funcional empresarial, municipal e habitacional, comercial, etc., fuja de longe ao perímetro da localidade onde esta empresa ou serviço está sediado. A especificidade/centralidade de um certo tipo de serviço deixa de ser local e passa a ser territorial (como podemos ver no caso da rede de hospitais e ser- viços especializados), e a proximidade a estes serviços especializado (sejam eles de saúde, comércio, administrativos, entre outros) muitas vezes foge ao pré-estabelecido (havendo centralidades cuja dimensão/atracção foge ao li- mite uma cidade, vila ou lugar estabelecido por lei ou até freguesia, concelho ou região). O tamanho do local é determinado pelas redes em que participa, o tamanho das redes varia consoante a hierarquia, a hierarquia consoante a atracção, e a atracção consoante a oferta, procura, acessibilidade, qualidade, diversidade e especialização (como vimos anteriormente).



Figs. 175 e 176 - (de cima para abaixo) Hierarquia e dependência funcional dos equipamentos e serviços do ensino superior (PROT-NORTE,2008,p.29).Áreas de influência dos hospitais (PROT-NORTE, 2002, p. 22)

*Do ponto de vista da divisão administrativa, a situação é também bastante complexa. Embora persista, e nalguns casos predomine, o modelo distrital, a verdade é que a tendência dos últimos anos tem sido a da diversificação, procurando cada ministério ou sector da administração central proceder à sua própria divisão da região em unidades específicas.* (PROT-NORTE, 2007b, p.34)

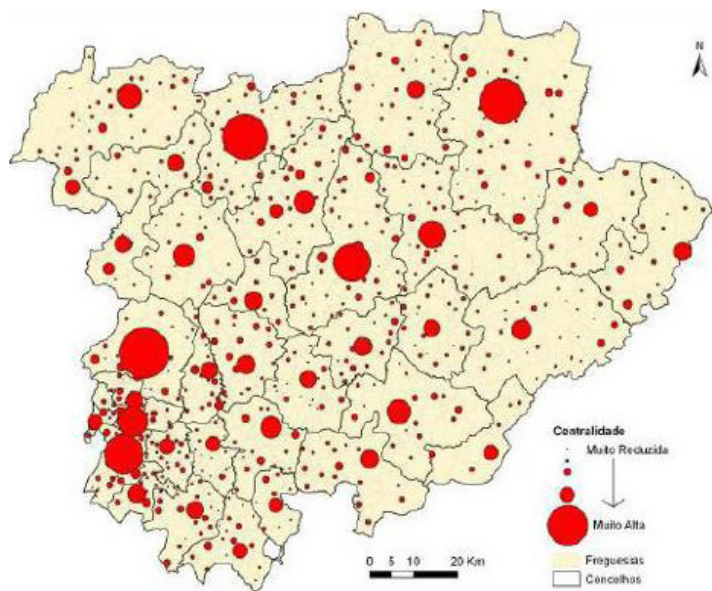
O planeamento do território e seu ordenamento, não se podem basear numa simples divisão territorial fixa e eterna, abrangente a todos os níveis (económico social e cultural), mas em muitas divisões inter-relacionadas, muitas unidades e subunidades em diferentes escalas, correspondentes a diferentes redes, centralidades e objectivos, e por isso mesmo, os planos de desenvolvimento rural devem acompanhar a diversidade específica local, os seus objectivos e dependências a curto ou a médio prazo, exigindo, assim como o planeamento urbano, investigação paciente, negociação persistente e desenho continuado de limites e hierarquias flexíveis, para oferecer, face a uma realidade móvel e instável, em várias frentes de desenvolvimento, de modo a incentivar o progresso e não prejudicar tendências e potencialidades futuras.

Para isso são necessárias políticas e iniciativas que exigem uma nova racionalidade multiescalar e **multifuncional**, uma gestão de oferta e procura que relacione e altere atitudes e comportamentos (pessoas e organizações) perante uma proximidade sub-regional, regional ou até nacional e internacional. Uma logística capaz de evidenciar o potencial específico da localidade dentro de uma colectividade. Uma perspectiva integrada que leve a localidade a participar em várias redes, em diferentes escalas ao mesmo tempo. Por outras palavras, uma política e mentalidade que assegure os resultados nos dois lados do binómio **coesão-competitividade**, isto é, *por um lado, criar condições de contenção do seu declínio económico e social e, por outro, apoiar investimentos e iniciativas geradoras de desenvolvimento económico e de, a essa escala de intervenção, criar factores de competitividade.* (NETO & NOTÁRIO, 2009, p. 3)

. Policentrismo

A mudança dos tradicionais padrões migratórios, reforçam a rede urbana na maioria dos territórios rurais, que, mesmo que ainda deficitária, tem potencial para se reconverter num ponto chave do policentrismo equilibrado.<sup>38</sup> Os centros urbanos convertem-se assim em âncoras de estruturação dos territórios nacionais, *luzes de esperança*, que resistem e conseguem aumentar a sua população e as suas actividades e serviços. (MARQUES, 2005,p.196, cit por AZEVEDO, 2010, P.95) Cidades que são agora vistas não como *ilhas*, mas *ilhas de desenvolvimento* (PROT-NORTE, 2007), motores da economia rural e que por isso, desempenham um papel importantíssimo para o seu equilíbrio e forçosamente para a coesão territorial. Contrabalançando as tendências de polarização das regiões metropolitanas, as cidades médias do interior são agora vistas como focos de dinamização e valorização das regiões rurais, com potencialidades de se tornarem verdadeiros pólos de articulação do rural com o exterior (AZEVEDO, 2010, p. 8), *tanto mais eficiente quanto conseguirem transformar-se em focos de uma cultura de ruralidade susceptível de contribuir não só para consolidar a visão patrimonialista actualmente dominante mas, também, para a ultrapassar, reintroduzindo a componente produtiva com a centralidade que esta merece* (FERRÃO, 2000,p.53).

38 No Norte interior, o sub-sistema urbano de Trás-os-Montes e Alto Douro é estruturado por dois corredores, muito marcados pelo traçado do IP3 e do IP4, os quais atravessam diagonalmente o território e articulam o litoral com o interior, estabelecendo simultaneamente as ligações com Espanha e a Europa. Ao longo destes corredores distribuem-se os principais centros urbanos, enquanto o restante território, essencialmente rural, evidencia uma ocupação pouco densa e suportada por aglomerados de reduzida dimensão, face a um território com um grande valor patrimonial cultural e natural de projecção internacional. A rede urbana estrutura-se sobretudo em redor das cidades de Vila Real, Bragança, Chaves, Lamego, Mirandela e Macedo de Cavaleiros. Contudo, importa destacar num nível superior a aglomeração urbana regional de Vila Real/Peso da Régua/Lamego e os centros urbanos regionais de Bragança e Chaves, que se assumem como as principais centralidades da região e apresentam as maiores potencialidades de desenvolvimento. (...)Na NUT de **Trás-os-Montes** constata-se a consolidação dos centros urbanos regionais de Chaves e de Bragança e a emergência dos centros urbanos estruturantes de Mirandela e Macedo de Cavaleiros. Sobretudo Chaves, mas também Bragança, mantêm um quadro relacional significativo com as cidades do país vizinho, mais particularmente com Verín e Zamora, respectivamente, enquanto Mirandela e Macedo de Cavaleiros assumem um papel importante, sobretudo na relação com os municípios do Douro Superior. Parece igualmente relevante o aproveitamento das possibilidades de afirmação turística, com realce para a oferta termal e os valores ambientais e culturais. Vila Real, Mirandela, Macedo e Bragança, por seu turno, alimentam um eixo, apoiado no IP 4, concentrando equipamentos e empresas num espaço de baixa densidade, donde a importância da existência de uma dinâmica de reforço relacional que deverá ser potenciada ao serviço da criação de riqueza, valorização ambiental e fixação de pessoas. (PROT-NORTE, 2008, pp. 45-46)



Figs. 177- Indicador de centralidade na região de TMAD (AZEVEDO,2010,p.200)

As economias locais são cada vez mais dependentes das articulações com as populações urbanas e seus sistemas, pois é nos centros de maior dimensão que se centraliza a organização e os benefícios das novas actividades (turismo, comércio, etc.), embora os actores envolvidos sejam na sua maioria residentes em pequenos aglomerados. Para além do factor económico, as cidades médias, assumem papel preponderante na organização dos equipamentos e serviços públicos, *sendo fundamental afirmar e reconstruir um sistema urbano policêntrico, em que o espaço público e as centralidades de comércio, serviços e lazer funcionam, física e simbolicamente, como nós articuladores do tecido urbano e regional e transmitem coesão às áreas de densidades diferenciadas, devendo o policentrismo ser construído a diferentes escalas geográficas.*(AZEVEDO, 2010, p.224) Segundo João Ferrão (2000, p.49), daí se conclui que *o futuro dos ‘mundo rurais’ decide-se, no essencial, em sede urbana*, pois é lá que se localizam as instituições de *interface (públicas, associativas ou privadas)*, sendo necessário, para o desenvolvimento territorial coesa e integrada, uma articulação territorial e funcional entre centros urbanos e áreas rurais envolventes, articulação esta que passa (para sua eficiência), por políticas de ordenamento e desenvolvimento rural, regional e urbano inter-relacionadas. As cidades médias e rede urbana complementares, tem de se transformar em *pontes efectivas* entre o mundo rural e o mundo exterior (*tanto de forma ascendente, proporcionando condições*

*de mobilidade e de acesso a mercados distantes, como descendente, proporcionando atracção e disseminação ao nível local*) consolidando *relações de proximidade mutuamente benéficas e de natureza sinérgica em detrimento de relações assimétricas e predadoras do mundo rural.*<sup>39</sup> (FERRÃO, 2000, pp. 49,52)

Com a aposta contemporânea na multiplicidade de centralidades, com um povoamento disperso mas organizado em torno de densas redes de transportes e de infra-estruturas de apoio e serviços em comum (comunicações, água, saneamento, etc.), poder-se-á alcançar uma policentrismo consolidado e equilibrado, sendo para isso, a estrutura de rede, um instrumento fundamental.

39 Para Nuno Azevedo (2010, p. 8) a *recomposição da rede urbana no interior do país é um processo fundamental na reconfiguração territorial, nomeadamente através da interligação das cidades e aglomerados rurais, segundo um funcionamento em rede*, aglomerados com alguma massa crítica que oferecem uma diversidade funcional que contribui claramente para o reforço da qualidade de vida das populações no espaço rural e, simultaneamente, a sua base institucional desenvolve um conjunto de iniciativas com efeitos positivos na dinamização dos territórios rurais envolventes.



No nosso entender o cenário desejável não é, nem pode ser, o cenário ideal mas o cenário possível face às ambições e às condicionantes intrínsecas, internas e externas, sendo o cenário do território em rede o que melhor permite dar resposta aos desafios futuros, embora possa ser considerado um cenário de ruptura, tem a ambição de fazer de TMAD uma região mais aberta, atractiva, competitiva, dinâmica, equilibrada, ordenada, sustentável e equitativa.

- Mais aberta, no sentido de mais acessível e mais próxima dos grandes centros urbanos e dos territórios envolventes e de mais permeável aos fluxos demográficos e económicos externos.

- Atractiva, no sentido de uma maior capacidade de fixação da população, de maior poder de atracção de novos residentes, turistas ou “utilizadores” de bens e serviços e de captação de maiores e mais diversificados investimentos produtivos.

- Competitiva, no sentido de melhorar e qualificar os factores que influenciam o seu posicionamento nos diferentes mercados, regional, nacional e internacional.

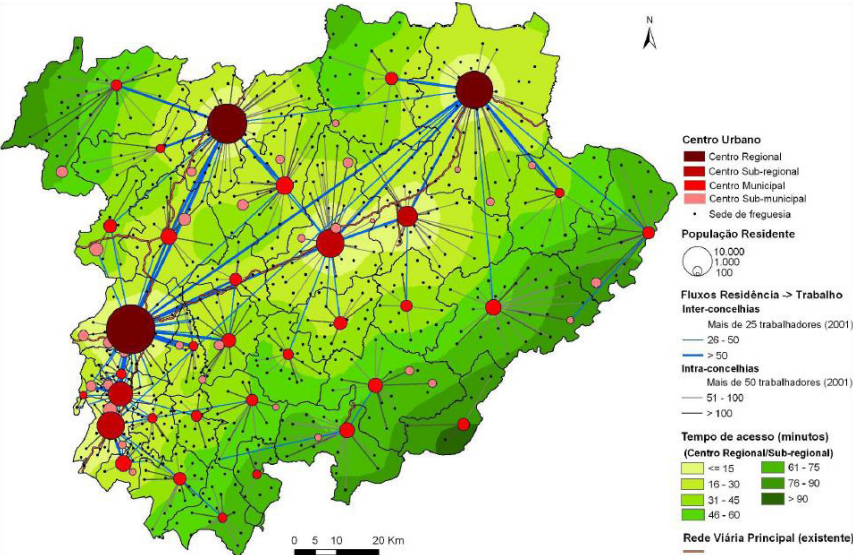
- Dinâmica, no sentido de maiores iniciativas e investimentos produtivos, que conduzam a uma diversificação da base económica, à geração de mais riqueza e emprego.

- Equilibrada, no sentido de uma redistribuição espacial da população e das actividades que favoreça a consolidação do papel e das funções dos núcleos de média dimensão e evite uma desertificação rápida e acentuada da grande maioria dos espaços rurais.

- Ordenada, no sentido de um controle mais estreito da expansão urbana e da dispersão do habitat ou ainda de uma melhor harmonização e compatibilização dos diferentes usos do solo rural.

- Sustentável, no sentido de uma protecção e valorização eficaz dos recursos e valores naturais e culturais, de um planeamento, execução e gestão eficiente e racional das infra-estruturas, equipamentos e serviços e de uma melhoria progressiva dos indicadores de qualidade ambiental.

- Equitativa, no sentido de garantir a toda a população a igualdade de oportunidades no acesso a bens e serviços públicos fundamentais e aos padrões contemporâneos de qualidade de vida. (PROT-NORTE,2007b,p.9)



Figs. 178 - Mapa síntese\_ a complexidade do mosaico territorial (AZEVEDO, 2010,p.345)

Propõe-se para a Rede Rural Nacional uma configuração ampla, pretendendo-se que seja uma rede de todos os eixos e para todos os actores do desenvolvimento rural, com um leque alargado das parcerias e das entidades a envolver no trabalho da rede. (...) A rede terá uma expressão alargada a todas as áreas de desenvolvimento rural, resultando um vasto universo de entidades que potencialmente poderão participar, nomeadamente:

- Grupos de Acção Local, associações de agricultores e produtores florestais, associações de jovens agricultores, agrupamentos de produtores, cooperativas agrícolas e florestais, associações de produtores de produtos qualificados, associações empresariais, peritos, entidades relacionadas com a Rede Natura 2000, organizações não governamentais na área do ambiente;

- Departamentos ministeriais ou dos governos regionais, autarquias locais, universidades, centros de investigação;

- Câmaras de comércio e industriais ou outras entidades semelhantes que desenvolvem as suas actividades no meio rural, organizações protectoras da paisagem e do ambiente, associações culturais e patrimoniais, entidades relacionadas com o turismo e outras. (PEN, 2009,p-104)

. Proximidade aos centros urbanos

A acessibilidade e proximidade como vimos anteriormente tornam-se factores determinantes para o desenvolvimento de novas centralidades, fazendo das tecnologias e infra-estruturas de mobilidade chaves estruturais no desenvolvimento do território, visto apresentarem vantagens aos investimentos públicos e privados. Como referimos anteriormente, quanto mais influente o centro urbano, mais rápido e acessível tem de ser o seu acesso, ou seja a hierarquia do espaço urbano determina a hierarquia das infra-estruturas de comunicação e vice versa, visto que, quanto maior o investimento nas infra-estruturas, maior a atractividade do local, maior vai ser o desenvolvimento de novos nós, que hierarquizados e articulados ao longo da rede (flexível e reprogramável pelas tecnologias de informação), podem estar a quilómetros de distância, mas estarão a milésimos de segundo de proximidade. Quanto mais próximo estiver o local das infra-estruturas de mobilidade, quanto mais rápido o seu acesso, maior vai ser a sua atractividade e por consequência o seu desenvolvimento.

*O sistema urbano regional é caracterizado por uma rede urbana marcada por algumas assimetrias, estruturada por dois eixos diagonais (IP3 e IP4), com elevada concentração populacional, contrastando com um restante território de baixa densidade e aglomerados dispersos onde não há capacidade polarizadora de dinâmicas e relações socioeconómicas e culturais. Todavia a (re)configuração da rede urbana é um processo em curso e que tenderá a ser evidenciado nos próximos anos, com o surgimento de novos fluxos entre as cidades e os aglomerados rurais, evidenciando novas formas de organização territorial. Para tal, a reconfiguração da rede de acessibilidades regionais terá um papel preponderante, particularmente nos territórios que actualmente se encontram mais ‘encravados’.* (AZEVEDO, 2010, p.224)

A rede de mobilidade e acessibilidades tem assim um papel determinante, não só na consolidação da rede urbana mas também na estruturação do território regional, nomeadamente no território mais remoto. (AZEVEDO, 2010, p.51) A perda de escala/ dimensão da maioria dos espaços rurais, traduz-se em aumentos indirectos das distâncias, ou seja, à diminuição de facilidade de acesso a serviços e equipamentos, cada vez mais reduzidos em território de baixa densidade, em virtude dos baixos valores de procura. Segundo João Ferrão (2000,p. 50), é necessário *garantir a oferta pública a serviços, não os relativamente banais* (faltas previamente rematados com o estado

social, como escolas, centros de saúde, esgotos, etc.), existindo hoje, vários caso com excesso dessas infra-estruturas em relação às reais necessidades, (sendo necessário, perante o esbanjamento de recursos públicos e para o equilíbrio entre procura e oferta, o encerramento de alguns desses serviços e edifícios, e o *desenvolvimento de soluções multiuso*, que se adaptem à multifuncionalidade e à mudança, proporcionando o aparecimento de novos empreendimentos, sem os mesmos se tornarem obsoletos), mas *serviços especializados úteis às populações e organizações das áreas rurais*, assim como serviços móveis que possam reduzir a distância inerente a áreas de baixa densidade populacional. É necessário reduzir a distância (*distância geográfica e distância-tempo*), e proporcionar condições de fácil acesso a equipamentos e serviços, tanto do ponto de vista físico (*acessibilidade*) como social (*mobilidade /proximidade cultural*), e económico (*custos de deslocação e de comunicação*).

Segundo Nuno Azevedo (2010, p. 223), em relação à região de Trás-os-Montes e Alto Douro, *um dos principais desafios é ultrapassar o espaço e o tempo, garantindo à população o acesso aos equipamentos e serviços, nomeadamente os de natureza pública, devendo os equipamentos existentes funcionar em rede, a deslocação das pessoas ao serviço mais próximo, minimizando os elevados tempos de deslocação que alguns municípios apresentam a determinados equipamentos e serviços*. É portanto necessário minimizar os elevados tempos de deslocação que alguns municípios apresentam a determinados equipamentos e serviços, problema de comunicação e/ou transporte, que pode ser encarado por duas prespectivas: deslocação tanto da população aos equipamentos e serviços como dos serviços às populações. Debilidade que obriga a reflectir sobre a importância dos **serviços móveis** na prestação de serviços (principalmente da população envelhecida), bem como o papel das tecnologias de comunicação e informação (TIC)<sup>40</sup>, tecnologias de informação e comunicação que abriram novas possibilidades ao desenvolvimento das regiões rurais remotas. A questão fundamental é perceber como o factor distância pode ser ultrapassado, de modo a criar uma escala mínima eficaz e sustentável para a actividade pública ou privada.

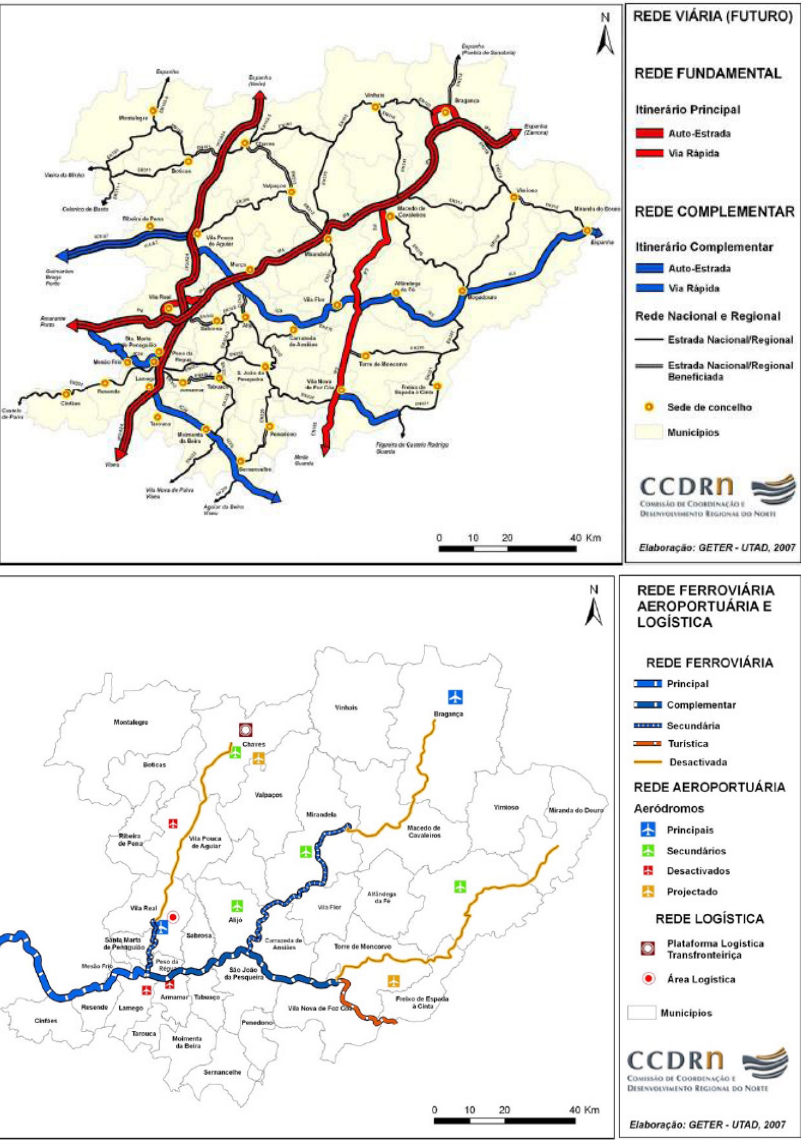
<sup>40</sup> Em termos de território, esta heterogeneidade de acessibilidade às infra-estruturas digitais contribui para reforçar a fragmentação territorial e exige medidas de política e instrumentos de planeamento que possam ajudar atenuar esta desintegração sócio-espacial e desta forma contribuir para a equidade territorial (MARQUES,,2006,p. 90)

Alguns aspectos da qualidade de vida necessitam ainda de serem melhorados em muitas áreas rurais, no sentido de estas se tornarem mais atractivas. Por exemplo, as infra-estruturas de banda larga e Internet, em muitos casos, ainda têm uma presença pouco significativa ou ainda apresentam muitas restrições, limitando a atractividade destes territórios, por exemplo, para actividades de **teletrabalho**. Nas áreas rurais, estas infraestruturas têm uma aceitação pela população significativamente mais baixa do que nas zonas urbanas e, geralmente, avançam mais lentamente. (AZEVEDO, 2010, p. 47)

Segundo Massey (2000, cit por, ARRAIS, 2003,p.2) a mobilidade que cria *problemas de coesão e segregação social* e consequentemente territorial, tanto do ponto de vista horizontal quanto virtual, tanto no *espaço de fluxos* quanto no *espaço de lugares*. (MASSEY, 2000, cit por, ARRAIS, 2003,p.2) é altamente diferencial<sup>41</sup>. Não é neutra, tornando-se num forte motor de desequilíbrio, e como ponto chave ao potencial de competitividade, como motor do desenvolvimento e do progresso, de potência e performance individual e social, deve ser politizada, deve fazer parte da política de inclusão social, na medida em que garante a integração no sistema global e em rede. Ferrão (2000,p. 51) concorda alegando que, para o perfeito funcionamento destas redes, é fundamental o desenvolvimento de infra-estruturas e tecnologias de mobilidade não só física, como principalmente virtual, que poderá proporcionar a *prestação de serviços públicos universais (telemedicina, ensino pré*

41 A mobilidade que passa a ser ícone do desenvolvimento e progresso contemporâneo, pelo facto de haver indivíduos sem possibilidade, tempo e dinheiro para se deslocar e aceder a uma série de tecnologias (carro, avião, portáteis, telemóveis, gasolina, portagens, etc.) e redes (autoestradas, multimédia, ou mas-media, mercados potenciais e a diferenças culturais e educacionais,etc.) *cria novos problemas de coesão social e novas formas de segregação social*. torna-se motivo de exclusão e por isso é caracterizada por Messey (2000, cit por ARRAIS, 2003,p.2) como *diferencial*. Diferencial este, que localiza no topo do espectro os *jet-setters* da sociedade, elites cada vez mais *desterritorializada* (Haesbaert, 2002, cit por, ARRAIS, 2003,p.3), que estão, de alguma forma, numa posição de controle em relação à mobilidade, *turistas* privilegiados que se movem em busca de prazer e que acham o mundo ao seu alcance *incrivelmente atraente*, e no fundo da hierarquia, os *vagabundos*, a classe trabalhadora que se move em busca de melhores oportunidades de vida, que acham o mundo ao seu alcance *insuportavelmente inóspito*. (BAUMAN, 1999, p.89) *Pensemos, por exemplo, naqueles que se deslocam em transportes públicos e/ou privados, nos que têm acesso à internet por banda larga ou linhas discadas, nos que podem viajar o mundo e dos que nunca saem dos seus lugares de nascimento. Parece haver hoje uma correlação e ampliação dos poderes já que quanto maior a potência de mobilidade informacional-virtual, maior é a mobilidade física e o acesso a objetos e tecnologias. A mobilidade informacional (acesso rápido, pleno e fácil à informação) é correlata à potência (motility) da mobilidade física. Os que podem se movimentar mais facilmente pelo ciberespaço são também os que têm maior autonomia para o deslocamento físico e vice-versa. A cultura da mobilidade não é neutra, nem natural. A mobilidade de uns se dá também em função da imobilidade de outros, já que existem diferentes graus de mobilidade que expressam diferentes poderes e controles contemporâneos (tipos de acesso a máquinas, redes, espaços físicos, espaços culturais, linguísticos...).* Diferentes mobilidades refletem diferentes hierarquias e geografias de poderes (Massey, 1997). (LE MOS, 2009, p. 29)

*escolar, formação de adultos, etc.) como de iniciativas visando objectivos de coesão social (integração cívica dos jovens) ou de competitividade económica (telecentros rurais, comércio electrónico de produtos regionais, etc), numa óptica que concilie o relacionamento à distância com o contacto presencial. Não esquecendo do desenvolvimento de órgãos de comunicação social, que propiciem visibilidade e notoriedade do espaço rural, reconhecimento social e credibilidade das suas actividades, e que desenvolvam uma cultura cívica favorável, não de forma platónica e nostálgica, mas de um modo pragmática, capaz de servir as necessidades reais de quem aí vive e trabalha.*



Figs. 179 e 180 - Rede Viária (actual e futuro) da região de TMAD (PROT-NORTE,2007B,pp.29-30) Cober-tura territorial da ferrovia convencional e sua hierarquia (PROT-NORTE, 2009a, p.38)



. Nova cultura Territorial

Segundo o relatório da OECD (2006, p. 17), o novo paradigma de desenvolvimento rural requer mudanças importantes na concepção e implementação de políticas para incluir uma abordagem cross-cutting e multi-nível da governância territorial. Desenhar políticas de desenvolvimento rural para diferentes comunidades ou territórios exige a congregação de conhecimento e o entendimento de um amplo conjunto de actores públicos e privados. As tradicionais estruturas hierárquicas administrativas tornaram-se inadequadas para administrar eficazmente estas políticas e são necessários ajustamentos entre as três dimensões chave da governância: *horizontalmente quer a nível central quer a nível local e verticalmente entre os diversos níveis de governo.*

Neto e Notário (2009,p.3) lançam alguns desafios que se colocam hoje às estratégias municipais: *A capacidade para valorizar e rentabilizar as amenidades locais; a capacidade de criação de condições e de estruturas para apoio às empresas em territórios rurais; e, a capacidade de assegurar condições para localização e ou disponibilização de serviços públicos em espaços rurais.* Aos desafios de Neto e Notário, Elisabete Figueiredo (2003, p.8) acrescenta a dificuldade de identificar claramente *os problemas das áreas rurais não só em termos socioeconómicos, culturais, e ambientais como também políticos; desenvolver políticas e programas verosímeis e operacionais para a resolução dos problemas, identificar agentes locais capazes de conduzir e executar essas políticas e programas, e re-arranjar, reorganizar as instituições e mecanismos institucionais existentes ou a desenvolver capazes de formular e implementar essas políticas, programas e medidas de forma legítima e eficaz.* Segundo a autora *a resposta aos desafios mencionados permite a consolidação da centralidade das áreas rurais, como metáforas da diversidade e da memória nas sociedades actuais (motivos pelos quais são crescentemente valorizadas actualmente, tanto a nível institucional como social) mas essencialmente como lugares com dinâmicas próprias, capazes de assegurar um contributo económico, social e cultural importante.*

Segundo Nuno Azevedo (2010,p.304), *ao nível da governança*, a estrutura institucional das áreas de baixa densidade, é frágil e pouco organizada e não se encontra habituada a trabalhar em conjunto, sendo fundamental, segundo as instituições e os agentes locais e regionais, promover uma mudança de

atitudes ao nível dos actores locais. Há uma consciência da debilidade da estrutura institucional e da necessidade de se reflectir estratégias e acções *a nível supra-municipal. Aparentemente isto significa que, há abertura municipal e regional (CCDR) à cedência de competências para escalas mais apropriadas à resolução dos problemas e ao desenvolvimento de estratégias em torno de recursos partilhados.*<sup>42</sup>

O envolvimento dos governos locais (municípios, freguesias, empresas municipais) na dinâmica de desenvolvimento tem sido determinante, pois a autarquia, para além de ser o maior empregador e dinamizador do concelho, é a instituição de proximidade que garante a gestão dos recursos e da resolução dos problemas, funcionando segundo Nuno Azevedo (2010, p. 311) como  *pilar da capacitação institucional regional.* Segundo o autor o autarca funciona como *‘bombeiro’ para todos os ‘fogos’*<sup>43</sup>.

No entanto, é reconhecido um distanciamento entre a administração central e a administração regional/local, sendo em relação ao primeiro normalmente associada a falta de incentivos, nomeadamente em matéria de políticas que favoreçam a fixação das populações em espaços de baixa densidade. Uma percepção de *abandono*, que passou de uma noção associada ao *isolamento* em termos de acessibilidade, para uma visão ligada ao *encerramento* de serviços públicos, aumentando a importância das entidades supra-municipais (associações de municípios, comunidades intermunicipais, redes de cooperação urbana, ...) nas dinâmicas de desenvolvimento. É pois fundamental privilegiar a articulação e a interacção entre infra-estruturas, serviços e actividades, por vezes não locais, mas de proximidade sub-regional ou até regional, que apoiem as iniciativas que favorecem o estabelecimento de redes individuais e

42 Segundo Nuno Azevedo (2010,p.319), relativamente à região de Trás-os-Montes, já em 2002, Luís Ramos realçava que a *“atomização dos actores locais e regionais é um factor que provoca estrangulamentos” ao desenvolvimento territorial (2002:212), dada a reduzida capacidade de intervenção dos vários agentes institucionais da região, e evidência da existência de uma ‘forte endogamia institucional’ (sempre as mesmas entidades e os mesmos líderes a aparecerem na maioria das organizações locais). A endogamia institucional e a ausência de instituições e lideranças regionais fortes não contribuem para criar as condições indispensáveis ao diálogo, à negociação e à concertação e à operacionalidade de objectivos e à necessária compatibilização de estratégias de desenvolvimento.*

43 Segundo Nuno Azevedo (2010,p. 311) a *área de intervenção de um autarca local numa região de baixa densidade é muito vasta. Para além das suas competências normais (criação de infra-estruturas, passando pela criação de melhores condições de vida, até à promoção e apoio ao desenvolvimento económica) ainda acumula funções como desde apoio e desenvolvimento de novas ideias e projectos, promovidos pelas outras instituições (desde associações às empresas locais), aumentando o seu papel e influência na facilitação e dinamização de actividades turísticas, não procurando situações de dependência mas apostas na animação de novas dinâmicas.*

especializadas de produção, consumo e distribuição de produtos, informação e conhecimento estrategicamente relevante para o local/região. É necessário que os autarcas reconheçam que através de medidas isoladas (normalmente promovidas pelas autarquias locais) dificilmente se resolverão problemas de forma duradoura, pelo que é fundamental promover uma maior colaboração entre as várias instituições e reforçar os compromissos, as parcerias e as redes que visem o desenvolvimento local e regional.<sup>44</sup> É preciso que as políticas deixem de estar concentradas em problemas específicos e âmbitos geográficos limitados e passem a ter abordagens mais amplas em matéria de coesão territorial, promovendo a cooperativismo e parceria intermunicipal e internacional, acordos institucionais entre as povoações fronteiriças entre municípios, regiões ou mesmo países, entre organizações associativas e recreativa, e entre instituições público e privadas, onde os interesses colectivos são colocados acima de pretensões individuais e interesses instalados. **É necessário criar uma nova cultura de** cooperação territorial e esbater a sua ideia negativa, para que não existam dúvidas em relação ao benefício da prossecução de estratégias comuns. É urgente clarear a nebulosidade institucional, para depois lhe conferir confiança e responsabilidade única dentro de um todo. Promover uma maior cultura de partilha e complementaridade para que sejam maiores as possibilidades de sucesso.

44 A criação das redes urbanas de transporte acarreta normalmente problemas de viabilidade às carreiras interurbanas ('de curta distância') que sobrevivem do transporte suburbano que as últimas décadas de crescimento urbanístico das cidades médias e pequenas geraram. O problema só tem sido menorizado quando os operadores concessionários da rede urbana incluem as empresas que detinham até aí o serviço interurbano ou urbano; nos casos em que os municípios enveredam por soluções próprias, abre-se normalmente um litígio por concorrência pelo mesmo mercado.(PROT-NORTE, 2009 a, p.27)

. Continuum Territorial

As políticas e tendências centralistas, levaram a que até muito tarde as autarquias locais, orientassem as avaliações, planeamentos e projectos para a gestão e o ordenamento do solo urbano (onde se observam maiores pressões, iniciativas de investimento e mais oportunidades) negligenciando consequentemente o do solo rural e as suas necessidades específicas e especializadas, sendo portanto necessário, segundo Teresa Sá Marques (2006,p. 376), para uma **equidade territorial**, *alargar as mentalidades das instituições políticas e técnicas* e transformar uma cultura outrora citadina em territorial, *mais preocupada e aberta para as questões de ordenamento municipal*.

Segundo João Ferrão (2000, p. 50) é necessário estimular uma imagem de vizinhança que considere os centros urbanos e as áreas rurais como partes iguais de uma mesma região, evitando que se generalizem as concepções assimétricas entre *idades fortaleza* (bem integradas em redes nacionais e mesmo internacionais mas isoladas das suas envolventes imediatas) e *áreas rurais intersticiais* (de natureza inevitavelmente residual e com escassa visibilidade própria). Para isso, será fundamental, segundo Monteiro (2006,p.396), quebrar com a estreita ligação entre o ordenamento do território e o urbanismo<sup>45</sup> e deixar de associar os elementos de desenvolvimento territorial e de progresso à urbanização, como por exemplo a infraestruturação, o planeamento, o investimento, etc,. Esta associação pode remeter o rural a uma categoria residual, em que a preocupação sobre certas populações mais afastadas dos núcleos urbanos acabam por ser remetidas para último lugar.

O ordenamento das áreas urbanas e rurais, tornou-se necessariamente numa actividade interligada, separar centros urbanos e territórios que se encontram actualmente inseridos num mesmo sub-sistema poderá constituir um erro irremediável, de aceleração do declínio demográfico e económico de toda a região. Para o perfeito desempenho desta nova proposta de desenvolvimentos, o rural e o urbano terão de deixar de ser mundos que se opõe, ou se aniquilam, para passar a ser mundos que se complementam e articulam.

45 Com base em que os seus contornos são praticamente imperceptíveis, o ordenamento do território é visto como uma continuação do urbanismo, como uma espécie de urbanismo estratégico e supramunicipal, a tal ponto de o legislador já não estabelecer qualquer distinção entre aquelas duas realidades. (MONTEIRO,2006,p.396)

*Nos últimos anos, a dicotomia urbano-rural tem vindo a ser substituída pelos novos relacionamentos entre o urbano e o rural, retratando as interdependências funcionais e espaciais e a necessidade de promover uma maior integração e complementaridade territorial. Algumas relações urbano-rurais podem favorecer umas áreas, mas o que é fundamental é que os benefícios contemplem ambos os lados. As interações podem ser nos dois sentidos e de diferentes tipos: naturais (água, energia, poluição, etc.), de pessoas (emigrações e imigrações, movimentos casa-trabalho, casa-escola ou casa-serviços, ou outras mobilidades associadas aos fins de semana ou aos períodos de férias), de produtos (fornecimento de alimentos, produtos de consumo, etc.), de meios financeiros (investimentos nas explorações agrícolas, investimentos urbanos dos produtos agrícolas, etc.) ou de ideias (consumo cultural, urbanização cultural dos campos, etc.). (PROT-NORTE, 2008, 39)*

As actividades ou intervenções numa destas áreas podem ter consequências negativas na outra, sendo necessário desenvolver estratégias e sinergias que reforcem os laços de uso, de usufruto e de identidade entre os diferentes territórios, e não contrariem a tendência que podem variar entre urbanos que *têm vindo a sentir uma maior necessidade de usufruir o campo, que muitos tinham abandonado*, e rurais, *cada vez mais urbanos nas necessidades, usos, costumes e aspirações*. (PROT-NORTE, 2008, p.39) É necessário uma cultura de continuidade, sem fronteiras nem atritos, tanto do ponto de vista espacial, como económico, social e política, um *continuum territorial*<sup>46</sup>, que traduza uma relação cada vez menos antagónico entre o mundo rural e o urbano, em benefício da complementaridade (WANDERLEY, 2000, cit por, AZEVEDO, 2010, p.29)

<sup>46</sup> Resultados das investigações do Rural Policy Research Institute e do United States Census Bureau, (RUPRI, 1998 & USCB, 1999), entendimento se pode inferir que a relação rural-urbano seja como a de um continuum, *embora não se deva necessariamente considerar como um espaço unidimensional e sem conflitos, no qual se distribuem indivíduos, famílias, comunidades e instituições. Uma aceitação do designado modelo continuum, em alternativa a outro que empregue conjuntos tipológicos, poderá traduzir-se mais simplificado, perante o reconhecimento de que os espectros da mudança serão descontínuos e multi-dimensionais, decorrendo de processos sociais subjacentes*. (FERNANDES, 2008, p.76)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ARRAIS**, Tadeu Alencar (2003)- Sociedade em rede: mobilidade e exclusão social, revista de Ciência Educação e Cultura , Humanidades em Foco, ano I – nº1 – out/nov/dez. Recuperado em 22 setembro 2012, Disponível em [http://terra.cefetgo.br/cienciashumanas/humanidades\\_foco/anteriores/humanidades\\_1/html/sociedade\\_asociedadeemrede.htm](http://terra.cefetgo.br/cienciashumanas/humanidades_foco/anteriores/humanidades_1/html/sociedade_asociedadeemrede.htm)

**APP** (1961) - Arquitectura Popular em Portugal, Sindicato nacional dos arquitectos. – Lisboa

**AZEVEDO**, Nuno Miguel Fernandes (2010) - Tempos de Mudança nos Territórios de Baixa Densidade, As dinâmicas em Trás-os-Montes e Alto Douro. Tese de doutoramento, FLUP, Porto. Recuperado em 1 Janeiro 2012, Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/51026>

**BATISTA**, Fernando Oliveira (1994), A agricultura e a questão da terra— do Estado Novo a Comunidade Europeia, Revista Análise Social, nº128, p. 907-921. Recuperado em 3 Janeiro 2012, Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377943B0oKY7II2Yf98UQ6.pdf>

**BAPTISTA**, Fernando Oliveira; BRITO, Joaquim Pais; PEREIRA, Benjamim Enes; (1996); O Voo do Arado, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, Lisboa : Museu Nacional de Etnologia, 1996.

**CASTELLS**, Manuel (2002) - A sociedade em rede; trad. Alexandra Lemos, Catarina Lorga, Tânia Soares. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

**CRISTOVÃO** et.al. (2002) - Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais)”. In Riedl, Mário; Almeida, Joaquim e Viana, Andyara (Organizadores), Turismo Rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. Recuperado em 25 de junho 2011. Disponível em [http://home.utad.pt/~des/acervo\\_des/](http://home.utad.pt/~des/acervo_des/)

**DOMINGUES**, Álvaro (2009) - Paisagem e identidade: à Beira de Um Ataque de Nervos, in COSTA & LOURO (org), Duas Linhas, Edição dos autores, 2009.

**DOMINGUES**, Álvaro (2011) - Vida no campo, documento cedido pelo autor

**ESPADA**, João Carlos (1997), O projecto europeu: estará o Estado-nação em vias de desaparecimento?, Revista Análise Social, vol. Xxxii (141).Recuperado

em 26 de Janeiro de 2012. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841553K6mRI9uk9Qy00KA6.pdf>

**ENDS** (2005-20015) - Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015. Recuperado em 20 de Março de 2012. Disponível em <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000015001-000020000/000019537.pdf>

**ESPON** (2005), Project 1.1.4 - The spatial effects of demographic trends and migration. Final Report. Recuperado em 17 de Abril de 2012. Disponível em <http://www.espon.eu/export/sites/default/Documents/Projects/ES-PON2006Projects/ThematicProjects/DemographicTrends/fr-1.1.4-full.pdf>

**ESPON** (2006), Baseline scenario, Demographic perspectives. Median age (years). Recuperado em 24 Setembro de 2012. Disponível em [http://www.espon.eu/export/sites/default/Documents/Publications/TerritorialObservations/TrendsInPopulationDevelopment/map\\_7\\_baseline\\_scenario\\_median\\_age.pdf](http://www.espon.eu/export/sites/default/Documents/Publications/TerritorialObservations/TrendsInPopulationDevelopment/map_7_baseline_scenario_median_age.pdf)

**ESPON** (2013), Territorial evidence on population developments. Recuperado em 24 Setembro de 2012. Disponível em <http://www.espon.eu/export/sites/default/Documents/Publications/MapsOfTheMonth/MapDecember2008/mom-2008-full.pdf>

**FERNANDES**, José Luís dos Santos (2008) - Requalificação da periferia urbana. Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia de Coimbra. Tese de mestrado, ISCTE, Lisboa. Recuperado em 20 de Maio de 2012. Disponível em <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1304>

**FERRÃO**, João (2000) - Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. [versão electrónica], EURE (Santiago), vol.26, n.78 pp. 123-130. Recuperado em 06 de Julho de 2012. Disponível em [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612000007800006](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007800006)

**FIGUEIREDO**, Elisabete (2003) - Sol na Eira e Chuva no Nabal, Que rural propõem as políticas de desenvolvimento? As Políticas de Desenvolvimento Rural e os Novos Modelos de Utilização do Espaço. V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais, Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alarga-

da. Recuperado em 20 de Maio de 2012. Disponível em [http://www.sper.pt/VCHER/Pdfs/E\\_Figueiredo.pdf](http://www.sper.pt/VCHER/Pdfs/E_Figueiredo.pdf)

**INE** (2012) Instituto Nacional de Estatística. Recuperado em 05 de Maio, 2012. Disponível em <http://smi.ine.pt/>

**LAINS**, Pedro, (1994) O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990; Revista Análise Social, vol. Xxix (128), 1994, pag.. 923-958, Recuperado em 11 Setembro, 2012. Disponível em [http://pedrolains.typepad.com/pedrolains/files/lains\\_1994.pdf](http://pedrolains.typepad.com/pedrolains/files/lains_1994.pdf)

**LE MOS**, André (2009) Cultura de Mobilidade, Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 40, dezembro. Recuperado em 05 de Maio, 2012. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/6314/4589> MACHADO, José, (1952) - Dicionário Epistemológico da Língua Portuguesa, livros horizonte, Lisboa.

**LOURENÇO**, Filipa Maria Domingues (2001) Agricultura e Ruralidade. Algumas Reflexões Sobre o Desenvolvimento Rural. Actas do I Congresso de Estudos, Rurais: 'Mundo rural e património'. Recuperado em 06 de Maio, 2012. Disponível em <http://home.utad.pt/~des/cer/CER/DOWNLOAD/1016.PDF>

**MARQUES**, Teresa Sá (2006) - Portugal Urbano: mosaicos, polaridades, relacionamentos e governança, in DOMINGUES, Álvaro (coord.), in Cidade e Democracia - 30 anos de transformação urbana em Portugal, Lisboa, Ed. Argumentum.

**MONTEIRO**, Claudio (2006) Cidade democrática e direito. A autonomia do poder local em matéria urbanística in DOMINGUES, Álvaro (coord.) Cidade e Democracia - 30 anos de transformação urbana em Portugal, Lisboa, Ed. Argumentum

**NETO**, Paulo e **NATÁRIO**, Manuela (2009), O novo paradigma de desenvolvimento rural: Os polos de excelência rural, CEFAGE-UE Working Paper 2009/03. Recuperado em 06 de Setembro, 2012. Disponível em [http://www.cefage.uevora.pt/en/producao\\_cientifica/working\\_papers\\_serie\\_cefage\\_ue/o\\_novo\\_paradigma\\_de\\_desenvolvimento\\_rural\\_os\\_polos\\_de\\_excelencia\\_rural](http://www.cefage.uevora.pt/en/producao_cientifica/working_papers_serie_cefage_ue/o_novo_paradigma_de_desenvolvimento_rural_os_polos_de_excelencia_rural)

**NEVES**, João L. César (1994), O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global, Revista Análise Social vol. XXIX (128), pag. 1005-



1034. Recuperado em 11 de Setembro, 2012. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378178X8sYF6cn2Bl69AP4.pdf>

**OECD** (2006), *The New Rural Paradigm. Policies and Governance*, OECD Rural Policy Reviews, OECD Publishing, Paris. Recuperado em 20 de Março de 2012. Disponível em [http://www3.unisi.it/cipas/ref/OECD\\_2006\\_Rural\\_Paradigm.pdf](http://www3.unisi.it/cipas/ref/OECD_2006_Rural_Paradigm.pdf)

**PAIS**, Carina e GOMES, Bruno (2008) - O Espaço Rural no Âmbito das Políticas de Desenvolvimento – O Caso do Pinhal Interior, Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, Coimbra, Portugal, Outubro. Recuperado em 05 de Maio, 2012. Disponível em [http://www.sper.pt/actas7cier/PFD/Tema%20VI/6\\_2.pdf](http://www.sper.pt/actas7cier/PFD/Tema%20VI/6_2.pdf)

**PATRÍCIO**, Maria Teresa (1991), A estratégia política e económica do estado Português num pólo de crescimento, o projecto industrial de Sines, Revista online, Sociologia, Problemas e Práticas, nº 10, 1991, Recuperado em 18 de Maio, 2012. Disponível em <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/1071/1/1.pdf>

PEN (2009), Plano estratégico Nacional, Desenvolvimento Rural, 2007-2013, Portugal. Recuperado em 2 de Junho, 2012. Disponível em [http://www.gpp.pt/drural/PEN\\_Novembro\\_2009\\_PT.pdf](http://www.gpp.pt/drural/PEN_Novembro_2009_PT.pdf)

**PNPOT** (2007) Programa nacional da política de ordenamento do território \_relatório. Recuperado em 1 de Março, 2012. Disponível em [http://www.territorioportugal.pt/pnpot/Storage/pdfs/PNPOT\\_Relatorio.pdf](http://www.territorioportugal.pt/pnpot/Storage/pdfs/PNPOT_Relatorio.pdf)

**PROT-NORTE** (2007) Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte \_Cultura ,Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional. Recuperado em 1 de Março, 2012. Disponível em [http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/PATRIMONIO\\_CONSTRUIDO\\_E\\_CULTURAL.pdf](http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/PATRIMONIO_CONSTRUIDO_E_CULTURAL.pdf)

**PROT-NORTE** (2007b) Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte \_Enfoque sub-regional: Trás-os-Montes e Alto Douro, Estratégias de Base Territorial – 1ª Proposta de Modelo Territorial. Recuperado em 1 de Março de 2012. Disponível em [http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/PROTEnfoqueregional\\_TMACD\\_.pdf](http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/PROTEnfoqueregional_TMACD_.pdf)

**PROT-NORTE** (2008) Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte\_ Sistema Urbano. Recuperado em 1 de Março, 2012. Disponível em [http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/Relatorio\\_SU\\_Norte\\_Versao\\_final\\_4.pdf](http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/Relatorio_SU_Norte_Versao_final_4.pdf)

**PROT-NORTE** (2008b) Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte \_Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental da Região Norte. Recuperado em 1 de Março, 2012. Disponível em <http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/ERPVA%20janeiro%202008a.pdf>

**PROT-NORTE** (2009) Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte\_ Acessibilidades, Mobilidade e Logística, relatório sectorial. Recuperado em 1 de Março, 2012. Disponível em [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fconsulta-prot-norte.inescporto.pt%2Fplano-regional%2Frelatorio-do-plano%2Frelatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico%2FPROT-N%2520-%2520ACESSIBILIDADES-APB.pdf&ei=T88IUqq6Ms307AaHkIHgDA&usg=AFQjCNELSRqxxvCZphRmFI-g5Y-7RhYpJlGQ&sig2=GebYeZ8sLuo\\_QRcZyanHIQ&bvm=bv.50500085,d.ZGU](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fconsulta-prot-norte.inescporto.pt%2Fplano-regional%2Frelatorio-do-plano%2Frelatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico%2FPROT-N%2520-%2520ACESSIBILIDADES-APB.pdf&ei=T88IUqq6Ms307AaHkIHgDA&usg=AFQjCNELSRqxxvCZphRmFI-g5Y-7RhYpJlGQ&sig2=GebYeZ8sLuo_QRcZyanHIQ&bvm=bv.50500085,d.ZGU)

**PROT-NORTE** (2009b) Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte \_Avaliação Ambiental Estratégica, Recuperado em 1 de Março, 2012. Disponível em [http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/avaliacao-ambiental-estrategica/RA\\_AAE%20PROT-N\\_25\\_06\\_2009.pdf](http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/avaliacao-ambiental-estrategica/RA_AAE%20PROT-N_25_06_2009.pdf)

**PROT-NORTE** (2009) Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte\_ Proposta de Plano. Recuperado em 1 de Março, 2012. Disponível em [http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/proposta-de-prot-norte/PROT%20Norte\\_Proposta%20Plano-FINAL%20-%206%20Julho.pdf](http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/proposta-de-prot-norte/PROT%20Norte_Proposta%20Plano-FINAL%20-%206%20Julho.pdf)

PROT-NORTE (2009) Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte \_ Ordenamento agrícola, Florestal e Desenvolvimento rural. Recuperado em 1 de Março, 2012. Disponível em [http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/PROT\\_florestal\\_agricola.pdf](http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/PROT_florestal_agricola.pdf)

**ROSAS**, Fernando (1994); Estado Novo e desenvolvimento económico (anos

30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária, *Revista Análise Social* vol. XXIX (128), p. 871-887. Recuperado em 11 de Maio, 2012. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377862S2yDZ6ad3Zv90JB8.pdf>

**SILVA**, Álvaro e **CARDOSO**, Ana (2000) - Urbanismo e Modernização das Cidades: o “embellezamento” como ideal, Lisboa, 1858-1891, *Revista Electrónica: Scripta Nova, Geografía y Ciencias Sociales* Nº 69 (30), Agosto. Recuperado em 27 de Março, 2012. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-30.htm>

**TÁVORA**, Fernando (1996) - Da organização do espaço, pref. Nuno Portas. - 3ª ed. - Porto : Faup Publicações, 1996.

**VEIGA**, José Eli (2004) - Destinos da ruralidade nos processos de globalização. *Estudos Avançados*, vol.18, nº.51 São Paulo Mai/Agos. - Recuperado em 01 de Agosto, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200003)

**WISEU**, Albano Augusto Veiga (2007) - Memórias histórica de um espaço rural: três aldeias de Trás-os-Montes (Coleja, Cachão e Romeu), ao tempo do Estado Novo. Tese de doutoramento, FLUP, Porto, Portugal. Recuperado em 05 de Maio, 2012. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/16143>